

ANEXOS:

ANEXO 1:

OPERACIONALIZAÇÃO DE CONCEITOS:

Agressão:

A Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (AGONU) aprovou a Resolução 3341 que contém a definição de “Agressão”, em Abril de 1974, segundo a proposta da Comissão Especial sobre a questão da definição de Agressão. Assim, a AGRONU definiu agressão como “o uso da força armada por um Estado contra a soberania, integridade territorial ou independência política de outro Estado, através da invasão ou ocupação de território, bombardeamento, bloqueio naval, ataque a forças armadas de outro Estado, disponibilização do território, para condução de actos de agressão contra terceiros ou contratação de mercenários.”

O conceito de agressão é empregue nas relações internacionais, para definir “o acto bélico cometido por um Estado (agressor) contra outro Estado (agredido), sem ser no exercício de missão policial determinada por organismo competente, ou em legítima defesa.”¹

Ameaça²:

No que se refere a este conceito, consideramos que ele consiste no resultado da multiplicação da capacidade pela intenção. A capacidade resulta da força objectiva de um Estado. A sua formação demora anos, e consequentemente é um factor de longo prazo. A intenção é a vontade manifesta de um Estado. É um factor de curto prazo, porque sendo uma intenção, sofre alterações súbitas, na medida em que acaba por depender da vontade de quem decide. Assim, quanto maior forem, simultaneamente, a capacidade e a intenção,

¹ Apud, CAETANO, Marcello, “agressão” in RIBEIRO, Henrique M. Lages, *Dicionário de Termos e Citações de Interesse Político e Estratégico. Contributo*, Gradiva, Lisboa, Fevereiro de 2008, p. 3.

² A este propósito, consideram-se como ameaças as seguintes: “ameaça energética (petróleo, gás natural), cibernética/informática (com a globalização são decorrentes e necessários os desafios de segurança), ambiental.” GONÇALVES, Francisco in **1º Congresso Internacional de Segurança Pública e Privada (1º CISEGUR)**, Faculdade de Direito de Lisboa (FDL), Lisboa, 6/7 de Julho de 2011.

maior será a ameaça. Contudo, nem a capacidade nem a intenção podem ser nulos, senão não há ameaça.

A ameaça é considerada “qualquer acontecimento ou acção, em curso ou previsível, que contraria a consecução de um objectivo e que, normalmente, é causador de danos materiais e morais.”³

Assim a ameaça é “qualquer acontecimento ou acção em curso ou previsível, que contraria a consecução de um objectivo e que, normalmente, causa danos morais e/ou materiais. ‘Qualquer acontecimento ou acção’, não sendo limitativo, fala-nos de abrangência; ‘em curso ou previsível’ indica-nos que pode surgir num horizonte temporal alargado, havendo por isso toda a vantagem em conhecê-la com antecedência; ‘que contraria’ diz-nos que isso pode acontecer pela própria natureza do acontecimento, ou porque há uma vontade contrária que impulsiona a acção; ‘a consecução de um objectivo’, não especificando os objectivos ou a sua importância, sugere que haverá ameaças mais ou menos graves; ‘que causa danos’, refere o aspecto prejudicial, seja ele de âmbito material ou moral. Quando referimos a ameaça, num quadro estratégico os acontecimentos ou acções provêm de vontades hostis.”⁴ A ameaça consiste num “acontecimento ou acção que contraria ou pode vir a contrariar a consecução de um objectivo. Ameaça é, por exemplo, um país hostil ter mísseis que possam atingir o território nacional e poder vir a ter vontade de os utilizar.”⁵

A ameaça é considerada “qualquer acontecimento ou acção, em curso ou previsível, que contraria a consecução de um objectivo e que, normalmente, é causador de danos materiais e morais.”⁶

Entende-se por “ameaça à segurança toda a acção interna ou externa, directa ou indirecta, que se manifeste sob a forma de violência política, económica, ideológica ou militar.”⁷

³ Apud **COUTO**, Cabral, 1987, p. 329, in **FEITEIRA**, Alice, “Segurança e Defesa: Um domínio único?”, in **Segurança e Defesa**, Lisboa, Novembro 2006, p. 88.

⁴ **BARRENTO**, António, *Da Estratégia*, Tribuna da História-Edição de Livros e Revistas, Unipessoal Lda, Lisboa, Abril 2010, p. 282.

⁵ Idem, p. 185.

⁶ Apud **COUTO**, Cabral, 1987, p. 329 in **FEITEIRA**, Alice, *Op. Cit*, nota 3, p. 88.

⁷ Apud **GERALDES**, Araújo, *O Espaço em Geoestratégica e o Sentido Funcional de Segurança*, NeD N° 32, 1984, p. 146 in **RIBEIRO**, Henrique M. Lages, *Op. Cit*, nota 1, p. 7.

“A ameaça, que deve representar, para o inimigo, uma hipótese credível de uso da força por parte do ameaçador e a isso ajudará certamente a percepção do poder do inimigo, a avaliação da determinação da elite dirigente e os custos do cumprimento da ameaça e até, segundo alguns tratadistas, a personalidade instável do líder de quem não se pode esperar decisões racionais.”⁸

Autoridade⁹:

É uma “capacidade de influir noutros graças a certa superioridade por estes reconhecida, ou o direito de dar uma ordem, de tal maneira que o comando seja obedecido sem que seja questionado tal direito, isto é, o poder que é aceite, respeitado, reconhecido e legitimado. A autoridade, com efeito, exige tanto superioridade como reconhecimento, onde há um que é superior e outro que reconhece no primeiro essa posição de supremacia, o que permite transformar o poder, enquanto vis coactiva, em poder, enquanto vis directiva (Idem, p.188). Logo, havendo autoridade, tanto não há igualdade, dado haver um que está acima e outro que está abaixo, como também não há plena liberdade, dado que se exige reconhecimento. Isto é, há assimetria e hierarquia, uma ordem não homogénea, onde os diversos actores se integram. Hannah Arendt salienta, quanto à autoridade, que o nome e o conceito são de origem romana, distinguindo-se entre a auctoritas, que pertencia ao Senado, e a potestas, que cabia ao populus. A palavra auctoritas deriva aliás, de auctor, daquele que não é o construtor, o artifex, mas antes o que inspirou a obra.”¹⁰

“Obediência pelo consentimento, decorrente do reconhecimento da legitimidade de quem manda, sendo que esta qualidade determina uma diversidade complexa de construções ideológicas.”¹¹

⁸ **BESSA**, António Marques, *O Olhar do Leviathan- Uma Introdução à Política Externa dos Estados Modernos*, ISCSP, Lisboa, 2001, p. 137.

⁹ Veja-se a propósito de autoridade pessoal e autoridade institucional, **ROMANA**, Heitor Alberto Coelho Barras, *República Popular da China. A Sede do Poder Estratégico*, Dissertação de Doutoramento em Ciências Sociais na especialidade de Ciência Política, ISCSP, Lisboa, 2005, pp. 143-149.

¹⁰ **MALTEZ**, Adelino, *Princípios de Ciência Política-Introdução à Teoria Política*, 2ª Edição, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas-Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1996, pp 154, 155.

¹¹ **MOREIRA**, Adriano, *Ciência Política*, Livraria Bertrand, Lisboa, Junho 1979, p. 22.

Conflito:

Conflito é “o termo pelo qual se caracteriza qualquer relação entre grupos ou indivíduos, que se possa definir através de uma oposição seja ela qual for. Neste sentido amplo, qualquer situação possui, em si mesma, elementos conflituais. Ralf Dahrendorf, ligou a ideia de conflito à de luta ou combate pela detenção de algo que não existe em quantidade suficiente, para permitir uma satisfação integral e plena de todos os interessados. Por isso, para Dahrendorf, a raiz dos conflitos está na desigual repartição do Poder entre os grupos sociais: todas as demais formas de desigualdade de categoria que podem apresentar-se como ponto de partida estrutural imediato, isto é, como objecto de conflito.”¹²

A situação social em que um mínimo de dois actores ou partes se esforça para adquirir, no mesmo momento, um conjunto de recursos escassos disponível espelha uma situação de conflito típica¹³. Os conflitos são, além disso, uma parte inevitável do processo de mudança social que se verifica em todas as sociedades, das mais simples às mais complexas.

“Certos autores defendem que o grau e intensidade da regulação de conflito aumenta com o desenvolvimento político, na medida em que aumentam os mecanismos institucionais de regulação da violência.”¹⁴

“Rivalidade ou antagonismo entre indivíduos ou grupos de uma sociedade. O conflito pode ter duas formas: uma, ocorre quando há um confronto de interesses entre dois ou mais indivíduos ou grupos; a outra, acontece quando há pessoas ou colectividades envolvidas em luta directa com outras.”¹⁵

No conceito proposto para conflito, “entendido sempre entre grupos dotados de identidade, subentendemos a intenção, pelo menos de uma parte, de obter os fins em

¹² **JÚDICE**, José Miguel, “Conflito” in *POLIS – Enciclopédia VERBO da Sociedade e do Estado*, Lisboa, 1983, Volume 1, p. 1090. Veja-se também **COUTO**, Abel Cabral, *Elementos de Estratégia-Apontamentos para um Curso*, Volume I, IAEM, Lisboa, 1988, p. 100. **BARRENTO**, António, *Op. Cit.*, nota 4, p. 68. **LOPES**, José Augusto Amaral, “A Gestão de Crises”, IAEM, Lisboa, Dezembro de 2006, p. 100.

¹³ Wallensteen, 2002.

¹⁴ Apud **DAHL**, in **JÚDICE**, José Miguel, “Conflito” in *POLIS-Enciclopédia VERBO da Sociedade e do Estado*, Volume 1, Lisboa, 1983, p. 1093.

¹⁵ **SOUSA**, Fernando, *Dicionário de Relações Internacionais*, Edições Afrontamento, CEPSE, Santa Maria da Feira, Junho 2005, p. 47.

disputa prejudicando o adversário, e que, desde que no Conflito fosse utilizada a violência armada, participassem unidades políticas, envolvendo um número apreciável de combatentes, e estivessem em causa fins políticos, se trataria de guerra.”¹⁶

“O conflito existe sempre que dois ou mais actores manifestam hostilidade quando procuram alcançar objectivos que reputam por vitais. A raiz latina-confligere-significa ‘embater contra’, ‘chocar’, ‘combater’ e ‘lutar’, o que define uma situação onde os actores são inimigos e ameaçam com o emprego de meios violentos, para se obrigarem a capitular nas respectivas ambições.”¹⁷

Crise:

“A palavra crise deriva do grego ‘krisis’ e está intimamente ligada à medicina. ‘Krisis’ significa a existência de uma situação crítica, cuja deterioração poderia resultar na morte¹⁸. Aplicado ao plano das relações internacionais, o seu significado representa um período de instabilidade, uma fase transitória, um ponto de viragem entre duas situações: a paz e a guerra. Em suma, uma situação que se caracteriza pela ameaça aos objectivos do Estado ou de um grupo, bem como pela incerteza quanto às reais intenções do adversário e pelo perigo de escalada da violência.

Os principais estudos sobre a preparação e condução de crises, foram centrados essencialmente em cinco abordagens diferentes:

- 1) Na definição de situação de crise;
- 2) Na classificação dos diversos tipos de crise;
- 3) No estudo das finalidades, metas e objectivos da situação de crise;
- 4) Na tomada de decisão, em situações de crise;
- 5) Na gestão de crise.”¹⁹

¹⁶ MARTINS, François, *Tentativa de Caracterização Polemológica da Época Contemporânea*, NeD Nº 40, 1986, pp. 55, 63 in RIBEIRO, Henrique M. Lages, *Op. Cit*, nota 1, p. 52.

¹⁷ RIBEIRO, António Silva, *Planeamento da Acção Estratégica Aplicada ao Estado*, Editorial Minerva, Lisboa, Janeiro de 1999, p. 69.

¹⁸ Apud Dougherty *cit.*, 2003, 736 in LOPES, José Augusto Amaral, *Op. Cit*, nota 12, p. 1.

¹⁹ LOPES, José Augusto Amaral, *Op. Cit*, nota 12, p.1. Veja-se também BARRENTO, António, *Op. Cit*, nota 4, pp 265, 266.

Michael Brechner e Jonathan Wilkenfeld, definem crise como “uma situação derivada da mudança no ambiente interno e externo de um Estado, e que motiva a percepção dos decisores de ameaças a valores básicos, de tempo limitado para a resposta e da probabilidade do envolvimento em hostilidades militares.”²⁰

Podemos então identificar neste conceito, quatro elementos chave caracterizadores desta situação:

- 1) “A percepção dos decisores de que houve uma alteração no ambiente (seja interno ou externo);
- 2) O conseqüente entendimento de que essa situação é insustentável e intolerável, pois põe em causa os interesses vitais ou pelo menos importantes do Estado;
- 3) O tempo, como factor limitador do processo de decisão;
- 4) Por último, a referência à alta probabilidade da situação de crise poder vir a degenerar num conflito armado.”²¹

Paul Diesing e Gleen Snyder apresentam o modelo de desenvolvimento de uma crise, e consideram que “uma crise parte de um conflito de interesses já existente, embora seja conduzida de uma forma branda e não agudizada. Tudo se precipita quando uma das partes gera, age e produz uma situação considerada intolerável pela outra parte. Para Valença Pinto, este facto decorre do antagonismo existente e corresponde a um obstáculo à normal satisfação dos objectivos desse Estado, porque é entendido como uma ameaça à sua segurança ou aos seus interesses económicos fundamentais ou pode ainda consituir-se como uma afronta à dignidade e prestígio internacional” (1984, 14)²².

“Nos momentos de crise, só a imaginação é mais importante que o conhecimento.”²³

“Crise não é apenas uma fase difícil, é também uma oportunidade decisiva, no curso de uma doença física ou social. Significa decisão, julgamento. Jacques Attali define-a como um período de transição entre duas fases de transição.”²⁴

²⁰ **LOPES**, José Augusto Amaral, *Op. Cit*, **nota 12**, p. 2.

²¹ *Idem*, pp 2,3.

²² *Idem*, p. 11.

²³ **EINSTEIN**, Albert, cit por **MOREIRA**, Adriano, Segurança e Defesa, CDN, txt. Polic, p. 4 in **RIBEIRO**, Henrique M. Lages, *Op. Cit*, **nota 1**, p. 66.

²⁴ **TEIXEIRA**, António José, *Assumam a Crise! Decidam-se!*, DN, 8JAN2003, p. 11 in **RIBEIRO**, Henrique M. Lages, *Op. Cit*, **nota 1**, p. 66.

Democracia:

“O conceito de democracia pode referir-se a um ideal ou a um princípio, situando-se assim no domínio das ideologias, ou a vários tipos de regimes políticos; aparecido na Grécia clássica (demo-kratia: governo ou poder do povo), onde designava essencialmente aqueles regimes em que as decisões eram colectivamente tomadas pelos cidadãos, o termo viria a passar por um longo período de quase total eclipse. Democracia é o poder do povo, pelo povo e para o povo. Aquilo que torna o ideal democrático por um lado tão poderoso e por outro quase inútil é a ambiguidade do conceito, a qual resulta da contradição entre os dois princípios, de igualdade e de liberdade, que lhe subjazem.”²⁵

De acordo com a análise de Moisei Ostrogorski, consideramos que a democracia é “o sistema de governo mais perfeito que existe na medida em que não possui nenhum dos pressupostos dos sistemas despóticos. Efectivamente, são as massas que escolhem os seus representantes e os seus líderes. Os partidos políticos estariam destinados a funcionar em democracia, como organizações que têm como finalidade sobretudo a educação política das massas, contribuindo deste modo, para que a escolha eleitoral seja mais consciente e a melhor possível.”²⁶

Elite:

“O conceito de elite, varia de forma, de autor para autor, pelo que, se torna difícil, a obtenção de um conceito consensual do termo. No entanto, a generalidade dos autores, apresentam como características básicas para a conceituação do termo elite, a questão da detenção do poder por um grupo minoritário que provoca a dominação da maioria, ou se quisermos, das massas. Para Burnham, a elite é a minoria que governa e que tem a capacidade de distribuir a produção social, ficando com uma posição privilegiada. Do mesmo modo, Mosca e Pareto, entendem a elite como a posição privilegiada de um grupo

²⁵ **BARROSO**, José Durão, “democracia”, in **POLIS**, Enciclopédia VERBO da Sociedade e do Estado, Volume 2, Lisboa, 1984, pp. 68-70.

²⁶ **BALÃO**, Sandra Maria Rodrigues, *A Fórmula do Poder: Elite, Partidos, Democracia e Corrupção Política no Pensamento de Moisei Ostrogorski*, ISCSP-UTL, Lisboa, 2001, pp 263, 264.

restrito sobre outros, aos quais dominam. Para Wright Mills, o conceito assume uma maior amplitude e importância, pois que, entende a elite determinada pela existência de grupos que mantêm o poder e que se constituem em três tipos: o económico, o militar e o político. No conjunto, estes dão azo àquilo que denomina de *Power Elite*. Daqui decorre o conceito de elite de poder e que é o conjunto dos indivíduos que conseguem dominar de facto cada uma das instituições sociais onde se concentra o poder: económica, política e militar. A elite do poder representa a capacidade de decidir em termos nacionais, na perspectiva de Mills. A elite do poder segundo Mills, é formada por um conjunto unificado de elites intermédias, que apresentam para essa unificação, um conjunto de interesses próprios que, pretendem salvaguardar, no sentido da manutenção do poder. Podemos na óptica de Mills, classificar os três tipos de elites, que após unificação de interesses, se transforma na “elite do poder”: elite económica, política e militar.”²⁷

“A elite desenvolve um discurso, que é repetido de modo exaustivo em todas as dimensões da Governança Global e em todos os níveis de organização política à escala global, em defesa da expansão da democracia à escala planetária: ela representa não o melhor, mas o único sistema político capaz de proporcionar às populações espalhadas por todo o mundo, e particularmente às mais necessitadas, os meios de subsistência, a liberdade e a segurança.”²⁸

A propósito do conceito de nanoelite ou *inner elite* “a atitude dos EUA passou a basear-se na exclusividade: da responsabilidade para os outros (as massas) e dos benefícios para si próprios, e para o ínfimo número daqueles que ‘caçam’ na sua coutada.”²⁹

²⁷ BESSA, António Marques (coord.), *Elites e Poder- Ensaios*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 1997, pp. 192, 193.

²⁸ BALÃO, Sandra Maria Rodrigues, *Globalização e anti-globalização no Mundo Contemporâneo-Uma visão analítica*, ISCSP-UTL, Lisboa, 2008, p. 368.

²⁹ BALÃO, Sandra Maria Rodrigues, “Comunicação, Secretismo e Terrorismo Global”, in MARTINS, Manuel Meirinho (org.), in *Comunicação e Marketing Político: Contributos Pedagógicos*, ISCSP, Lisboa, 2006, p. 70.

Estado:

“Etimologicamente Estado deriva do latim *Status*, que rigorosamente significa a situação física de pé. Estado surge como a Nação politicamente organizada.”³⁰

O Estado caracteriza-se “no plano internacional, pela soma dos seus elementos constitutivos: uma população vivendo num território dirigido por um governo. Na ausência de um dos três elementos, não se pode falar em Estado. A condição essencial da existência do Estado é a soberania. Os elementos constitutivos do Estado são: a soberania, o território, a população e o governo”³¹.

“É toda a população de nacionais fixa num dado território, onde existe uma autoridade soberana que tem a missão de assegurar a satisfação das necessidades colectivas, gerais e abstractas, de justiça, segurança e bem-estar material e espiritual.”³²

“ «De forma simplificada, podemos considerar o Estado como um tipo especial de associação política que exerce o poder soberano dentro de uma área territorial definida, em que um sistema legal e racional de autoridade substitui o sistema tradicional de obediência. »³³

Marcello Caetano costumava definir o Estado, na linha de pensamento de Jellinek como sendo “um povo, fixado num território de que é senhor, e que dentro das fronteiras desse território institui, por autoridade própria, órgãos que elaborem as leis necessárias à vida colectiva e imponham a respectiva execução.”³⁴

“ O Estado é uma comunidade humana e os fins do Estado são três também: a segurança, a justiça e o bem-estar. ”³⁵

³⁰ LARA, António de Sousa, *Ciência Política- Estudo da Ordem e da Subversão*, 3ª Edição, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas-Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Março 2005, p. 239.

³¹ BONIFACE, Pascal, *Dicionário das Relações Internacionais*, Plátano Edições Técnicas, Lisboa, Agosto 1997, p. 137.

³² LARA, António de Sousa, *Elementos de Ciência Política*, 3ª Edição, Lisboa, Pedro Ferreira, 1991, p. 43.

³³ RIBEIRO, António Silva, *Op. Cit*, nota 17, p. 27.

³⁴ AMARAL, Diogo Freitas, “Estado” in **POLIS**, Enciclopédia VERBO da Sociedade e do Estado, Volume 2, Lisboa, 1984, p. 1127.

³⁵ *Idem*, p. 1129.

“ (...) poder-se-á, em sentido jurídico, definí-lo como a pessoa colectiva formada por essa mesma sociedade, ou (de modo que não envolva a personificação) o conjunto de órgãos que nela exercem o poder político e a representam.”³⁶

“ O Estado caracteriza-se assim por ser uma sociedade política territorial, quer dizer, fixada num território de que é senhora, na qual o poder, além de funcionalizado (aparece concebido como um meio ao serviço do interesse geral, e não dos interesses de algum ou de alguns apenas, embora de facto possa está-lo), se encontra despersonalizado: titular do poder é a colectividade e os governantes limitam-se a exercê-lo, como suportes dos órgãos da mesma colectividade.”³⁷

Globalização:

“É um movimento que está implantado e institucionalizado na sociedade contemporânea. É parte integrante da mesma, e plenamente dotado dos meios necessários para a acção, através da qual parece conduzir o mundo em direcção à unidade política global que, no entanto, está longe de ser simples.”³⁸

“É um movimento que, simultaneamente, se apresenta como estrutural na sua génese e presença, transversal nos seus efeitos e conjuntural na sua acção.”³⁹

“E fá-lo não por ser algo de novo (muito embora a designação recente) mas porque, historicamente, a humanidade parece manifestar a vontade de querer superar, sempre, a natureza (que é biologicamente diversa) através da cultura (que procura condicionar a primeira, estabelecendo limites aos instintos básicos), de forma a assegurar a convivência social.”⁴⁰

³⁶ LARA, António de Sousa, *Op. Cit*, nota 30, pp. 217, 218.

³⁷ CAETANO, Marcello, *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*, Tomo 1, 6ª Edição, Almedina, Coimbra, 1993, p. 122.

³⁸ BALÃO, Sandra Maria Rodrigues, *Op. Cit*, nota 28, p. 42.

³⁹ *Idem*, p. 109.

⁴⁰ *Idem*, p. 42.

O Professor Catedrático Doutor António Sousa Lara, define a globalização de hoje em dia como “um eufemismo para o império final, que o sistema liberal e capitalista mais avançado gerou.”⁴¹

Guerra:

“Antinomia de paz, é a expressão mais violenta dos conflitos humanos, lesiva, portanto, de valores essenciais à dignidade, solidariedade e convivência humanas. No plano dos princípios, deve dizer-se intrinsecamente racional; contraria frontalmente a vocação do homem para a vida em comunhão fraterna.”⁴²

“A palavra guerra parece ter tido origem num grito de combate de tribos germânicas ‘werra’, usado (à semelhança do que fazem certos animais) para amedrontar os adversários e para dar confiança aos companheiros. O referido ‘grito’, com nuances próprias de cada língua, entrou no vocabulário dos europeus (war, wehr, guerre, guerra) para designar o combate entre homens.”⁴³

“Genericamente, a guerra foi já definida como toda a acção recíproca violenta entre dois grupos políticos organizados (governos ou não). Samuel P. Huntington distingue-nos três tipos diferentes de conflitos, que consideraremos como subtipos da guerra formal ou de facto, nomeadamente:

- a) **Guerra Total**: se pelo menos um dos governos em conflito deseja a destruição do outro, e utiliza quaisquer meios ao seu dispor para o fazer;
- b) **Guerra Geral**: em que existe a mesma intenção de destruição, de pelo menos um governo envolvido no conflito, mas em que não é feito recurso à totalidade dos meios à sua disposição;

⁴¹ **LARA**, António de Sousa, *A Grande Mentira. Ensaio sobre a Ideologia e o Estado*, 1ª Edição, Hugin Editores, Lda, Lisboa, 2004, p. 18.

⁴² **SILVA**, António Pereira e Afonso R. Queiró, “Guerra” in **POLIS**, Enciclopédia VERBO da Sociedade e do Estado, Volume 3, Lisboa, 1985, p. 147.

⁴³ **BARRENTO**, António, *Op. Cit*, nota 4, p. 69.

- c) Guerra Limitada: que seria uma luta entre grandes e pequenas potências, na qual uma tem uma finalidade restrita, e na qual cada uma emprega apenas parcialmente os seus recursos, geralmente dentro de uma área geograficamente definida.”⁴⁴

Em sintonia com o preceito de Rousseau “ não há nenhuma guerra entre os homens; ela é apenas entre os Estados e inscrevendo-se na linha de pensamento de Clausewitz, a guerra limitada é a que persegue um objectivo político claramente determinado (aquisição de novos territórios, controlo de uma entidade política, etc), o que exclui o aniquilamento do inimigo uma vez atingido esse objectivo.”⁴⁵

Para Clausewitz, a guerra é “um acto de violência com a intenção de coagir o adversário a realizar a minha vontade. Daí a sua célebre fórmula: A guerra é uma simples continuação da política por outros meios. Finalmente para Clausewitz, a guerra deve ser considerada como o último instrumento da política.”⁴⁶

Na óptica de Sun Tzu “a arte da guerra é de vital importância para o Estado, sendo regida por factores constantes, que devem ser considerados quando se procura determinar as conquistas a obter no campo de batalha. Estes factores são: a Lei moral, Tempo, Terreno, o Comandante, Método e Disciplina.”⁴⁷

A guerra é “o estado de confronto entre grupos políticos, em que se emprega a força armada e se usa a violência de uma forma organizada, para a obtenção de fins determinados pela política.”⁴⁸

Consideramos como “grandes componentes do potencial da guerra, as forças combatentes (força militar), a máquina que as alimenta (complexo económico-militar) ou o espírito que anima todo o esforço de guerra (complexo psicológico) - em síntese, o Corpo, o Coração e o Espírito.”⁴⁹

⁴⁴ Apud, **HUNTINGTON**, Samuel P. “A luta de guerrilhas”, in Antologia da Guerra Subversiva, 1ª parte, ed. 1966, p.1 in **LARA**, António de Sousa, *Op. Cit*, **nota 30**, p. 397.

⁴⁵ **BONIFACE**, Pascal, *Op. Cit*, **nota 31**, p. 168.

⁴⁶ Idem, p. 165.

⁴⁷ **TZU**, Sun, *A Arte da Guerra*, Bertrand Editora, Lisboa, 2009, p. 9.

⁴⁸ **BARRENTO**, António, *Op. Cit*, **nota 4**, *Da Estratégia*, p. 85.

⁴⁹ **COUTO**, Abel Cabral, *Op. Cit*, **nota 12**, p. 139.

“Para os Estados, a guerra constitui um dos instrumentos da política exterior: actua-se nas zonas exteriores em sua própria área de soberania pela diplomacia ou pela força. E na própria diplomacia, às vezes se utiliza a ameaça da força. Para as populações a guerra é uma obsessão.”⁵⁰

Guerra Subversiva:

Entende-se por guerra subversiva, “a luta conduzida no interior de um território, por parte da população, ajudada e reforçada ou não do exterior, contra a autoridade de direito ou de facto, com o fim de lhe retirar o controlo desse território ou, pelo menos, de paralisar a sua acção. É uma luta prolongada, conduzida metodicamente, por forma a se obterem objectivos intermédios específicos que levam, finalmente, à conquista do poder.”⁵¹ O Professor Sousa Lara advoga que “nem todas as guerras são subversivas. Só são qualificáveis como tal, as que objectivamente visem a alteração radical e violenta da sede e da ideologia do poder do inimigo.”⁵²

Guerrilha:

Provém do espanhol *guerrilla*, consiste em “pequena guerra, procurando designar ao mesmo tempo uma técnica e uma forma bélica historicamente real, caracterizada sobretudo pela irregularidade dos combatentes, pelo uso de meios não convencionais e pelo seu âmbito infra-estático.”⁵³

⁵⁰ **DUROSELLE**, J. B., *A Europa de 1815 aos Nossos Dias- (Vida Política e Relações Internacionais)*, 4ª Edição, Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1992, p. 195.

⁵¹ **COUTO**, Abel Cabral, *Op. Cit*, nota 12, p. 158.

⁵² **LARA**, António de Sousa, *Op. Cit*, nota 30, p. 397.

⁵³ **ROGEIRO**, Nuno, “Guerrilha” in **POLIS**, Enciclopédia VERBO da Sociedade e do Estado, Lisboa, 1995, p. 160. “ A divulgação do termo ocorre a partir da acção de bandos armados, marginais, de resistentes espanhóis contra os exércitos invasores de Napoleão. As guerrilhas actuaram posteriormente como bandos de intimidação política e em alguns casos como grupos de salteadores.” **LARA**, António de Sousa, *Ciência Política-Estudo da Ordem e da Subversão*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 2009, p. 457.

Consideramos como características primordiais da guerrilha as seguintes: “a intranacionalidade; a ilegalidade; a existência de partes em conflito (o governo e um ou mais grupos anti-governamentais); a existência de uma finalidade principal: a substituição do Governo em todo ou em parte do território; a utilização dos meios entre outros⁵⁴.”

Para fazer guerrilha são necessários grupos guerrilheiros, os quais não pertencem à elite governante e dominante. São antes pertencentes às classes média e baixa, se assim se pode designar em termos de estrutura social⁵⁵.

Continuando a seguir a linha proposta pelo Professor Sousa Lara, eles são: “trabalhadores rurais, operários não especializados, intelectuais, criminosos e marginais, estudantes, antigos elementos das Forças Armadas, adeptos dos princípios filosóficos que animam a guerrilha.”⁵⁶

De acordo com Boaz Ganor no seu relatório “Defining Terrorism”, ele inclui a guerrilha nos conflitos violentos na variante dos conflitos não-convencionais e estabelece uma distinção entre guerrilha urbana e guerrilha rural. Do mesmo modo, consideramos relevante, na mesma linha, estabelecer a diferença entre guerra subversiva (carácter intranacional da guerra subversiva de acordo com o Professor Sousa Lara) e subversão, entre guerrilha e guerra subversiva.

Ideologia:

“As ideologias são constituídas por todos aqueles ideais, valores, códigos de referência que, de algum modo, funcionam como catalisadores, dinamizadores, impulsionadores da concretização de uma determinada acção conducente a um objectivo definido. No fundo, os elementos teóricos que sustentam o modelo proposto.”⁵⁷

⁵⁴ LARA, António de Sousa, *Op. Cit*, nota 30, pp 460,461.

⁵⁵ Idem, p. 464.

⁵⁶ Idem, *ibidem*.

⁵⁷ BALÃO, Sandra Maria Rodrigues, *Op. Cit*, nota 28, p. 334. Veja-se também a este propósito: ROMANA, Heitor Alberto Coelho Barras, *Op. Cit*, nota 9, pp. 233-236.

Legitimidade:

“Para Max Weber, a legitimidade é a crença social num determinado regime, visando obter obediência, mais pela adesão do que pela coacção, o que acontece sempre que os respectivos participantes representam o regime como válido, pelo que a legitimidade se torna na fonte do respeito e da obediência consentida. Adriano Moreira, por sua vez, define a legitimidade como a relação do poder como certo sistema de valores, com o sistema de crenças do grupo, com a ideia institucional, com o regime político do grupo.”⁵⁸

Poder:

“O poder está no centro das reflexões sobre as relações internacionais. Com efeito, as relações entre os Estados repousam em grande parte no poder, isto é, na capacidade de cada Estado de influenciar os outros Estados na sua política, ou até mesmo de lhes impor a sua vontade. O termo poder serve também para designar os Estados que exercem um papel preponderante na cena internacional. O tema do poder remete para uma visão da cena internacional, em que são dominantes as relações de forças entre Estados. Este debate foi durante muito tempo influenciado pela reflexão sobre a guerra. O poder é definido pelo escritor político francês Raymond Aron, em *Paix et guerre entre les nations* (1962), como a capacidade de uma unidade política impor a sua vontade às outras unidades. Pode ser utilizado pelo Estado, quer de maneira positiva, para levar o outro a fazer o que de outro modo não teria feito, quer de maneira negativa, impedindo um outro Estado de fazer o que ele quer. A vocação primeira e tradicional da utilização do poder, é a de fazer prevalecer o interesse nacional do Estado sobre o dos outros.”⁵⁹

“Genericamente, o poder pode ser definido como o conjunto de meios capazes de coagir os outros a um determinado comportamento.”⁶⁰

⁵⁸ MALTEZ, José Adelino, *Op. Cit*, nota 10, p.151.

⁵⁹ BONIFACE, Pascal, *Op. Cit*, nota 31, p. 276.

⁶⁰ LARA, António de Sousa, *Op. Cit*, nota 30, p. 324.

“Capacidade de os governantes forçarem à obediência pelo temor, método característico dos poderes erráticos, independentemente do reconhecimento da legitimidade. O poder deve ser analisado numa perspectiva tridimensional, que implica, para cada modelo político, o exame da forma, da sede do Poder e da ideologia.”⁶¹

Consideramos também que o poder é imprescindível para a estratégia, na medida em que “a capacidade para agir estrategicamente depende directamente do poder de que se dispõe.”⁶²

“(…) Na essência, o estudo do poder implica entender os mecanismos e processos que lhe dão coerência e sustentabilidade. Trata-se da apreensão do que não é percível com a conjuntura, das suas regularidades e da sua funcionalidade e trata-se, sobretudo, de identificar os actores operacionais do poder, que não significa que correspondam aos actores formais. Eles poderão ser formais não visíveis e informais.”⁶³

Terrorismo:

Entende-se por terrorismo “um preliminar ou um substituto da guerra. Quando é de carácter interno, pode anunciar a guerrilha ou a guerra civil, como é o caso da Argélia. Quando é internacional, representa em geral uma estratégia indirecta de pressão subtil dirigida contra alguns Estados em períodos em que a guerra não é possível (Guerra Fria) ou em que a paz é recusada (Conflito Israelo-Árabe). O terrorismo é, indiscutivelmente, uma forma extrema da acção política. Não pode, contudo, e em caso algum, salvo quando se trata do terror que um poder exerce contra o seu próprio povo, ser um modo de acção perdurável.”⁶⁴

Para o Professor António Sousa Lara “ todo o terrorismo é acto político, é instrumental, ou seja, é um meio e não um objectivo final; para o entendimento da lógica do terrorismo há que considerar, em separado, os seus propósitos imediatos dos mediatos, partindo do

⁶¹ MOREIRA, Adriano, *Op. Cit*, nota 11, pp. 22-129.

⁶² LARA, António de Sousa, *Op. Cit*, nota 30, p. 324.

⁶³ ROMANA, Heitor Alberto Coelho Barras, *Op. Cit*, nota 9, p. 16.

⁶⁴ BONIFACE, Pascal, *Op. Cit*, nota 31, p. 318.

princípio que estes últimos nem sempre se apresentam evidentes; o critério do benefício é fundamental para a definição da lógica do terrorismo.”⁶⁵

Para o Professor Marcelo Rebelo de Sousa “o terrorismo tem factores de enquadramento múltiplos, vários dos quais económicos, sociais, culturais e políticos, e que a comunidade internacional não pode deixar de enfrentar desde já. Não apenas por causa do flagelo que facilitam, alimentam ou condicionam, mas também e sobretudo porque a paz, o desenvolvimento e a justiça são inerentes à dignidade da pessoa humana.”⁶⁶

“Todo o acto cometido por pessoas ou grupos de pessoas que utilizam a violência ou ameaçam utilizar a violência contra um país, as suas instituições, a sua população em geral ou contra pessoas concretas, e que, por aspirações separatistas, concepções ideológicas extremistas ou fanatismo religioso, ou inspirados por objectivos de lucro, procuram impor um clima de terror aos poderes públicos, a determinadas pessoas ou grupos sociais, ou à população em geral.”⁶⁷

“É frequente perguntar-se quanto ao terrorismo as seguintes questões: 1ª) Em que consiste o terrorismo?; 2ª) Como devemos proceder para o explicar, e em particular como se configura (de que forma se reveste o terrorismo a que hoje assistimos); 3ª) Como se defende ou desculpa? (como é combatido); 4ª) Como deveríamos responder? (Quais os instrumentos de resposta?); 5ª) Quais serão os sinais de uma resposta eficaz e bem sucedida?”⁶⁸

⁶⁵ LARA, António de Sousa, *Op. Cit*, nota 30, p. 536.

⁶⁶ Apud SOUSA, Marcelo Rebelo, in JACQUARD, Roland, *Osama Bin Laden. A Estratégia do Terror*- Editora Livros do Brasil, Lisboa, Outubro 2001, p. 9.

⁶⁷ RIBEIRO, António Silva, “Os Serviços de Informações no Combate ao Terrorismo” in **Estratégia**, Instituto Português da Conjuntura Estratégica, Volume XV, Lisboa, 2005, p. 125.

⁶⁸ WALZER, Michael, *A Guerra em Debate*, Edições Cotovia, lda, Livros Cotovia, Lisboa, 2004, p. 145.

ANEXO 2:

Cronologia do conflito:

1 de Fevereiro de 1896: Théodor Herzl publica o seu livro- programa com o título *O Estado Judeu*, visto como um ensaio moderno sobre a questão judaica.

Fim de Agosto de 1897: Reunido em Balê, o primeiro Congresso Sionista reivindica para o “povo judeu” um “território reconhecido publicamente e garantido juridicamente” e decide “a colonização da Palestina pelos judeus agricultores, artesãos e de outras profissões”.

1915: Acordos MacMahon-Sharif Husain; Instigados por Londres, o Xerife Hussein de Meca e os seus dois filhos, Faysal e Abdallah, lideram a “revolta árabe” contra o Sultão Otomano, aliado de Berlim e de Viena na guerra que devassa a Europa. Em contrapartida, a Grã-Bretanha inicia as negociações com o Xerife Hussein e o seu rival, o Wahabbita Ibn Saoud, com vista à criação de um reino árabe independente.

24 de Outubro de 1916: Após uma troca de correspondência, iniciada em Julho de 1915, Londres anuncia a sua decisão de “reconhecer e sustentar a independência dos árabes em todas as regiões situadas nos limites reivindicados pelo Xerife Hussein de Meca”. Um acordo similar foi concluído com Ibn Saoud. À margem dos Acordos com os árabes, as duas potências França e Inglaterra- celebram os acordos Sykes-Picot para partilha do Próximo Oriente.

2 de Novembro de 1917: Declaração Balfour-Lord Balfour, secretário britânico dos Negócios Estrangeiros, envia a Lord Rothschild do Comité Político da Organização Sionista uma carta, anunciando que “o governo de Sua Majestade vê com bons olhos o estabelecimento, na Palestina, de um território nacional para o povo judeu”. O documento ficaria conhecido para a posteridade como Declaração Balfour.

Julho- Agosto 1919: Projecto de fundação de um Estado Árabe.

Finais de Abril de 1920: Virando as costas às promessas de independência, a Conferência de San Remo acaba por instaurar “mandatos” nas diferentes regiões do Próximo Oriente, com o propósito de preparar os povos para a autodeterminação.

Maio de 1921: Após as primeiras confrontações entre judeus e árabes, na sequência do desfile do 1º de Maio, a violência sacode toda a Palestina: 95 mortos.

1 de Julho de 1922: Primeiro Livro Branco britânico assinado por Winston Churchill sustenta “o desaparecimento ou subordinação da população árabe” e associa a imigração judia “à capacidade económica do país, para absorver os recém chegados”.

24 de Julho de 1922: A Sociedade das Nações confia à Grã-Bretanha o “mandato” sobre a Palestina, cujo texto se refere à Declaração Balfour. Algumas semanas mais tarde, Londres obtém a confirmação de que este “mandato” não se aplica à Transjordânia, que se tornará independente em 1923.

Agosto de 1929: Incidentes à volta do Muro das Lamentações degeneram em confrontações e massacres em numerosas cidades: 200 mortos, dos quais 133 judeus.

Outubro de 1930: Segundo Livro Branco britânico, fazendo a apologia de um controlo estrito da imigração e das compras de terra.

30 de Janeiro de 1933: Adolf Hitler torna-se Chanceler. A aprovação pelos nazis de um programa anti-semita provoca uma emigração massiva dos judeus do Reich e dos países por ele ameaçados. Na Palestina, o número dos imigrantes atingirá, nos anos 30, o dobro dos anos 20. A proporção de judeus no território passará de 10%, em 1918, para 30%, em 1939.

Outubro de 1933: Greve geral árabe, brutalmente reprimida (26 mortos).

1936: Na sequência da “Grande Revolta Árabe”, uma greve geral com carácter de insurreição abala toda a Palestina; Criação do Alto Comité Árabe, com o intuito de unificar os árabes opostos aos propósitos judaicos.

7 de Julho de 1937: A Comissão liderada por Lord Peel acaba por concluir acerca do carácter “irrealizável” do mandato britânico, propondo a partilha do país em dois Estados, um judeu e um outro árabe, prevendo, inclusivé, as “trocas de população” entre eles. A partir de então, a Comissão impede qualquer imigração. Perante a rejeição geral deste plano, Londres opta por esmagar, pela coação, a força de rebelião árabe.

17 de Maio de 1939: O último Livro Branco britânico estatui, em substituição de uma Pátria Judia, a perspectiva de uma independência da Palestina num período

cronológico de um decénio. A partir de então, o Livro vai limitar drasticamente quer a imigração, quer as compras de terras.

1 de Setembro de 1939: A invasão da Polónia desencadeia a II Grande Guerra Mundial.

6 de Maio de 1942: Reunida em New York, a Conferência Sionista Mundial exige que as Portas da Palestina sejam abertas a fim de aí se poder criar uma “Commonwealth” judia, integrada na organização do novo mundo democrático.

Janeiro- Maio de 1945: Libertação dos campos de extermínio e de concentração. O mundo descobre a amplitude do genocídio.

8 de Maio de 1945: Capitulação da Alemanha.

Agosto de 1945: Em Balê, a Conferência Sionista Mundial reivindica a fundação de um Estado judeu na Palestina.

31 de Agosto de 1945: O Presidente americano Harry Truman, solicita a Londres a permissão de instalação de 100.000 refugiados judeus na Palestina.

31 de Outubro de 1945: O exército judeu clandestino e grupos extremistas, tais como o Irgoun e o Lehi, reúnem as suas forças numa ofensiva terrorista contra o ocupante britânico.

13 de Novembro de 1945: Londres aceita a proposta de Washington, visando a constituição de uma Comissão conjunta de Inquérito sobre a Palestina.

30 de Abril de 1946: A Comissão anglo-americana rejeita a ideia de uma partilha, mas pronuncia-se a favor da imigração de 100.000 judeus.

4 de Julho de 1946: Exílio massivo dos judeus polacos sobreviventes.

22 de Julho de 1946: Atentado do Irgoun de Menahem Begin contra o Hotel King David em Jerusalém (110 mortos).

4 de Agosto de 1946: O executivo da Agência judia aceita “um Estado judeu viável a estabelecer numa parte apropriada da Palestina”. Dois meses mais tarde, o Presidente Harry Truman demonstrou publicamente estar em sintonia com esta posição.

18 de Fevereiro de 1947: O governo britânico anuncia que vai levar a questão palestina às Nações Unidas.

28 de Abril de 1947: A Assembleia Geral da ONU decide criar uma Comissão de Inquérito sobre a Palestina: a UNSCOP.

14 de Maio de 1947: O representante soviético, Andrei Gromyko, defende, perante a Assembleia Geral da ONU, a fundação de um Estado binacional, deixando ainda em aberto, caso esta proposta seja viável, a hipótese de partilha da Palestina por um Estado judeu e um Estado árabe.

18 de Julho de 1947: Enquanto prossegue o inquérito da UNSCOP, o pacote Exodus, com 4500 imigrantes clandestinos a bordo, é apresado ao largo de Gaza.

17 de Novembro de 1947: Encontro secreto entre o Rei Abdallah da Transjordânia e Golda Meir da Agência Judia. Da reunião emergirá um acordo tácito, em virtude do qual a Legião Árabe da Transjordânia não penetrará no território outorgado ao Estado árabe.

29 de Novembro de 1947: Partilha da Palestina. A ONU anuncia o plano de partilha da Palestina, segundo o qual a Cidade Santa de Jerusalém fica sob a administração das Nações Unidas.

29 de Dezembro de 1947: A Assembleia Geral das Nações Unidas adopta a Resolução 181 que partilha a Palestina num Estado judaico e num Estado árabe e coloca os Lugares Sagrados “sob regime internacional particular”. A partir de 30 de Dezembro, iniciam-se as confrontações entre judeus e palestinianos, com ambos a recusarem o plano da ONU.

9-10 de Abril de 1948: Massacre dos habitantes da aldeia palestina de Deir Yassine pelas tropas do Irgoun de Menahem Begin e do Lehi de tzhak Shamir.

14 de Maio de 1948: Israel independente. No dia em que termina o mandato inglês sobre a Palestina, Israel proclama a independência. David Ben Gourion assume o cargo de Primeiro- Ministro, cabendo a Presidência da República a Chaim Weizmann. Horas depois, uma Legião Árabe (constituída por tropas da Transjordânia, Egipto, Síria, Iraque e Líbano) invade a Palestina e entra em Jerusalém.

11 de Dezembro de 1948: Adopção, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, da Resolução nº 194 que proclama o direito dos refugiados palestinianos de regressarem às suas casas, ou a serem indemnizados.

25 de Janeiro de 1949: Eleição do Primeiro Parlamento israelita.

23 de Fevereiro- 20 de Julho de 1949: Os Acordos de Armistício assinados por Israel e os seus vizinhos árabes ratificam os resultados da guerra: o Estado palestiniano é morto à nascença; Israel viu o seu território aumentar em um terço; foram expulsos 800.000 a 900.000 palestinianos.

10 de Março de 1949: David Ben Gourion forma o primeiro governo israelita.

11 de Maio de 1949: O Estado de Israel é admitido nas Nações Unidas.

20 de Novembro de 1949: A população de Israel atinge um milhão de habitantes.

24 de Abril de 1950: Anexação da Cisjordânia pela Transjordânia. A Faixa de Gaza é controlada pelo Egipto.

28 de Fevereiro de 1955: Uma semana após Ben Gourion se ter tornado Ministro da Defesa, dá-se o ataque israelita a uma base do exército egípcio em Gaza.

11 de Março de 1956: Israel protesta junto do Conselho de Segurança contra a concentração das tropas egípcias, e as agressões a partir da Faixa de Gaza.

25 de Outubro de 1956: Comando unificado das forças egípcias, sírias e jordanas.

29 de Outubro de 1956: Na sequência de posições de Nasser, após ter tomado o poder no Egipto, principalmente a nacionalização do Canal do Suez, a 26 de Julho, os exércitos de Israel, França e Grã-Bretanha invadem a Península do Sinai.

29 de Maio de 1964: Criação, em Jerusalém, da Organização de Libertação da Palestina (OLP).

13 de Novembro de 1964: Bombardeamentos sírios na região de Dan e reacção da aviação israelita.

1 de Janeiro de 1965: Primeira acção de guerrilha da OLP em solo israelita.

13 de Novembro de 1966: As forças israelitas entram em acção contra os centros jordanos, responsáveis por agressões repetidas em território israelita.

1 de Dezembro de 1966: Abolição do governo militar israelita nas regiões fronteiriças.

25 de Janeiro de 1967: Por iniciativa do Secretário Geral da ONU, a comissão mista de Armistício israelo-síria reúne-se para discutir os problemas do cultivo das terras nas regiões fronteiriças.

6 de Março de 1967: Israel submete ao Conselho de Segurança das Nações Unidas uma queixa sobre oito actos de agressão sírios.

5-10 de Junho de 1967: Guerra dos Seis Dias. Israel ocupa o que resta da Palestina (Cisjordânia, Gaza e Jerusalém- Leste), o Sinai egípcio e o Golan sírio. A partir do Verão, a sua colonização inicia-se.

14 de Julho de 1967: A ONU declara inválida a anexação de Jerusalém Leste por Israel.

22 de Novembro de 1967: As Nações Unidas adoptam a Resolução nº 242, prevendo a retirada de Israel dos territórios ocupados, em troca do reconhecimento, pelos Estados árabes, do direito de Israel à paz em fronteiras seguras.

1-4 de Fevereiro de 1969: Yasser Arafat torna-se Presidente do Comité Executivo da OLP.

Setembro de 1970: Confrontação entre a OLP e o exército jordano (“Setembro Negro”).

5-6 de Setembro de 1972: Assassinato de vários atletas israelitas nos Jogos Olímpicos de Munique por um comando da organização palestina Setembro Negro.

6 de Outubro de 1973: Ofensiva das tropas egípcias e sírias para reconquistar os territórios ocupados por Israel. Início da guerra conhecida por Kippur ou do Ramadão.

15 de Outubro de 1973: As forças israelitas atravessam a parte ocidental do Canal do Suez.

22 de Outubro de 1973: Adopção da Resolução nº 338 do Conselho de Segurança, a qual apela ao cessar-fogo e retoma os termos da Resolução nº 242.

1-9 de Junho de 1974: O Conselho Nacional palestino aceita a ideia de uma autoridade nacional sobre “toda a parte liberta da Palestina”.

13 de Novembro de 1974: Após ter ouvido o discurso de Yasser Arafat, a Assembleia Geral das Nações Unidas reconhece o direito dos palestinos à independência e à autodeterminação.

Abril de 1975: Início da Guerra Civil libanesa.

Junho de 1976: Intervenção das tropas sírias no Líbano contra a OLP e o Movimento Nacional Libanês.

17 de Maio de 1977: Realização das primeiras eleições israelitas. Menahem Begin torna-se Primeiro-Ministro.

Novembro de 1977: Visita do Presidente egípcio el- Sadat a Jerusalém. Convicto de que as barreiras entre israelitas e árabes eram mais psicológicas, Sadat resolveu tomar a iniciativa de se deslocar a Israel. O gesto simbolizou o seu desejo sincero de lutar pela Paz.

14 de Março de 1978: Israel invade o Sul do Líbano.

17 de Setembro de 1978: Assinatura dos Acordos de Camp David entre o Egito e Israel, sob a égide dos EUA.

Julho de 1981: Guerra israelo-palestina na fronteira libanesa.

6 de Outubro de 1981: Assassinato do Presidente Sadat.

14 de Dezembro de 1981: Israel anexa os Montes Golan.

Março-Abril de 1982: Insurreição palestina nos territórios ocupados.

25 de Abril de 1982: Fim da retirada do Sinai por Israel.

6 de Junho de 1982: Início da invasão israelita do Líbano seguida do cerco de Beirute.

14-18 de Setembro de 1982: Assassinato do novo Presidente libanês Bechir Gemayel. Entrada das tropas israelitas em Beirute- Oeste. Massacres nos campos

palestinianos de Sabra e Chatila pelas milícias libanesas. O ministro israelita da defesa, Ariel Sharon, é posto em causa.

17 de Maio de 1983: Acordo de Paz israelo-árabe.

Agosto- Setembro de 1983: Retoma da guerra civil no Líbano.

5 de Março de 1984: Abrogação do Acordo israelo-libanês de 1983.

Junho de 1985: Fim da retirada israelita do Líbano com excepção da fronteira Sul, dita de “segurança”, controlada pelo exército do Líbano do Sul (ALS).

Dezembro de 1987: Início da Intifada, primeiro em Gaza, depois na Cisjordânia.

12-15 de Novembro de 1988: O Conselho Nacional palestino proclama o Estado da Palestina. Reconhece as Resoluções nºs 181, 242 e 338, e reafirma a condenação do terrorismo.

13 de Dezembro de 1988: Diante da Assembleia Geral das Nações Unidas, reunida em Genebra, Yasser Arafat condena todas as formas de terrorismo. Washington aceita, a partir de então, um “diálogo substancial” com a OLP.

2 de Agosto de 1990: As forças iraquianas violam a fronteira do Kuwait. Saddam Hussein havia considerado o Kuwait a capital de província do seu país. A Resolução nº 660 do Conselho de Segurança das Nações Unidas exige a “retirada imediata e incondicional de todas as forças iraquianas”. Contrariamente à maioria dos países árabes, a OLP apoia o Presidente Saddam Hussein.

17 de Janeiro- 3 de Março de 1991: Guerra do Golfo.

CRONOLOGIA DO PROCESSO DE PAZ:

30 de Outubro de 1991: Abertura da Conferência de Madrid, seguida, a 3 de Novembro, das primeiras negociações bilaterais entre Israel e os seus vizinhos árabes, neles se incluindo os palestinianos, no quadro de uma delegação comum com os jordanos.

Agosto de 1993: O Mundo é apanhado de surpresa a propósito de negociações secretas de um acordo para a paz, celebrado entre a OLP e o Estado de Israel.

9-10 de Setembro de 1993: Através do seu líder Yasser Arafat, a OLP reconhece Israel e o seu direito à existência. No dia seguinte, Israel por intermediário do seu Primeiro Ministro, Itzhak Rabin, reconhece a OLP como “representante do povo palestino”.

13 de Setembro de 1993: Após diversos meses de negociações secretas em Oslo, uma Declaração de princípio sobre os arranjos provisórios da Autonomia foi assinada, em Washington, pelos dois litigantes: Israel e OLP. A assinatura da Declaração foi patrocinada pelos EUA e pela Rússia. O texto, que entra em vigor a 13 de Outubro, define as principais directrizes de uma Autonomia a exercer nos cinco anos seguintes, por forma a criar a expectativa de aprovação de um Regulamento final.

25 de Fevereiro de 1994: Massacre de vinte e nove palestinianos pelo colono Baruch Goldstein, em Hébron.

29 de Abril de 1994: O “protocolo sobre as relações económicas” entre Israel e a OLP é assinado em Paris. Prevê a integração das duas economias.

4 de Maio de 1994: O primeiro Acordo (originariamente designado por Gaza-Jericó ou de Oslo) sobre as modalidades de Autonomia Palestiniana, que se esperava ter entrado em vigor o mais tardar a 13 de Dezembro de 1993, acabaria por ser assinado no Cairo. Ele é seguido, quase de imediato, pela retirada das tropas israelitas da Faixa de Gaza e de fora de Jericó. Por via disso, Israel transferiu uma parte dos seus poderes civis. Entretanto, mais dois Acordos complementares são assinados a 29 de Agosto de 1994 e a 27 de Agosto de 1995.

26 de Outubro de 1994: Assinatura do Tratado de Paz entre Israel e a Jordânia.

Janeiro- Julho de 1995: Série de atentados reivindicados pela Jihad e pelo Hamas.

29 de Agosto de 1995: Acordo Preparatório para a transferência de poderes e responsabilidades.

28 de Setembro de 1995: Yasser Arafat e Itzhak Rabin assinam os Acordos de Taba ou Oslo II, acerca da Autonomia Palestiniana sobre os territórios ocupados. A grande novidade é a sua extensão à Cisjordânia

4 de Novembro de 1995: Assassinato de Itzhak Rabin. Shimón Péres substituí-lo-á.

.Novembro-Dezembro de 1995: Israel inicia a sua retirada das aldeias palestinianas- com excepção de Hébron.

20 de Janeiro de 1996: Arafat é eleito Presidente da Autoridade e do Conselho de Autonomia Palestiniana. O seu movimento al- Fatah vence as eleições legislativas.

Fevereiro- Março de 1996: Vaga de atentados sangrentos organizados pelo Hamas contra Israel, em represália do assassinato do seu “engenheiro” Yehia Ayache, a 5 de Janeiro.

Abril de 1996: Operação “Uvas de Cólera”. Israel bombardeia massivamente o Líbano. Em Canan, no sul do país, uma centena de refugiados no campo das Nações Unidas são mortos.

5 de Maio de 1996: Em Taba (Egipto) decorre a abertura oficial das negociações sobre o estatuto definitivo dos Territórios Autónomos. Tais negociações, procuraram incidir sobre todas as questões excluídas no período provisório (Jerusalém, refugiados, colónias, segurança, fronteiras e relações de cooperação). A 1 de Maio de 1998, as negociações foram suspensas após a chegada ao poder político de Israel de Benyamin Nétanyahou. Segundo a calendarização proposta, o estatuto definitivo deverá entrar em vigor até 4 de Maio de 1999.

29 de Maio de 1996: Vitória eleitoral da coligação de direita e de extrema direita liderada por Benyamin Nétanyahou, incumbido de formar governo.

27-29 de Setembro de 1996: Abertura, em Jerusalém, de um túnel junto da esplanada das Mesquitas provoca violências graves (76 mortos).

15 de Janeiro de 1997: Assinatura em Erez (entre Gaza e Israel) do “Acordo de Hébron”. Segundo ele, 80% da cidade passa para a zona A. Um texto de acompanhamento prevê que a primeira de três fases da retirada das forças militares israelitas das zonas rurais

da Cisjordânia, conforme previsto pelo “Acordo de Taba”, terá lugar durante a primeira semana do mês de Março de 1997. As duas etapas seguintes, deverão ser concluídas o mais tardar até meados de 1998.

25 de Fevereiro de 1997: A decisão do governo israelita de consumir um colonato judaico na colina de Abou Ghneim (Har Homa), na parte árabe ocupada de Jerusalém, produz o bloqueio das negociações de paz.

23 de Outubro de 1998: Acordo de Wye River sobre uma retirada adicional de 13% de Israel da Cisjordânia, em troca do cessar da luta armada palestina. Este acordo resulta de uma tentativa norte-americana de relançar o processo de paz, após meses de impasse.

14 de Dezembro de 1998: Na presença de quadros superiores palestinianos reunidos em Gaza, os quais confirmam a revisão da Carta da OLP, o Presidente norte-americano, Bill Clinton, afirma que o “povo palestiniano encontra-se numa encruzilhada: atrás de vós existe uma história de espoliamento e de dispersão; à vossa frente, a possibilidade de construção do vosso futuro na vossa própria terra”.

4 de Maio de 1999: Fim do período de Autonomia Palestina, previsto pela Declaração de 13 de Setembro de 1993. O Presidente Clinton compromete-se junto de Yasser Arafat para que as negociações, sobre o estatuto final da Cisjordânia e da Faixa de Gaza cheguem a bom termo: “no prazo de um ano”. O Conselho Central da OLP aceita adiar a proclamação de Estado palestiniano independente.

17 de Maio de 1999: O candidato trabalhista Ehoud Barak vence largamente o chefe do Likud (56% contra 44%), e obtém uma larga maioria no Knesset.

4 de Setembro de 1999: Acordos de Charm el- Cheikh (Egipto) entre Yasser Arafat e Ehoud Barak sobre a aplicação de Wye River: o texto prevê, nomeadamente, a retirada de Tsahal de 11% suplementares da Cisjordânia.

15-16 de Dezembro de 1999: Retoma, em Washington, das negociações israelo-sírias.

26 de Março de 2000: Em Genebra, fracasso da cimeira entre o Presidente americano Bill Clinton e o seu homólogo sírio Hafez El Assad. Quebram-se as esperanças de paz entre Israel e a Síria.

24 de Maio de 2000: Retirada precipitada (estava prevista para 7 de Julho) do exército israelita do sul do Líbano, na sequência da ofensiva do Hezbollah.

11-25 de Julho de 2000: A Cimeira israelo-palestiniana de Camp David II termina, sem se encontrar qualquer hipótese de acordo.

28 de Setembro de 2000: Visita de Ariel Sharon à esplanada das Mesquitas em Jerusalém. Na manhã seguinte, rebentam violentas confrontações físicas que depressa atingem a Cisjordânia e a Faixa de Gaza. Em cinco semanas, farão 180 mortos, dos quais 170 palestinianos.

4 de Outubro de 2000: Reunião, em Paris, entre Madeleine Albright, Yasser Arafat e Ehoud Barak. O último boicota o encontro de Charm el- Cheikh, que teria lugar no dia seguinte.

12 de Outubro de 2000: Após o linchamento de dois soldados israelitas em Ramallah, Israel bombardeia certos alvos estratégicos ligados à Autoridade Palestiniana em Gaza, Ramallah, Jericó, Naplouse e Hébron.

16-17 de Outubro de 2000: Cimeira de Charm el- Cheikh. Uma declaração do Presidente Bill Clinton, aprovada por palestinianos e israelitas, prevê a cessação das violências, a constituição de uma comissão de inquérito sobre as violências e a retoma, no espaço de quinze dias, das negociações sobre o estatuto final dos territórios palestinianos.

1 de Novembro de 2000: A Amnistia Internacional acusa Israel de ter cometido as maiores violações sobre os direitos humanos, “que poderiam ser bem classificados de crimes de guerra”.

2 de Novembro de 2000: Subjacente a um encontro nocturno entre o antigo Primeiro Ministro Shimón Pérès e o Presidente da Autoridade Palestiniana, Yasser Arafat, é anunciado um cessar-fogo, o quinto após o início dos acontecimentos. Mas as confrontações físicas no terreno prosseguem e, após a meia-noite, um atentado num mercado de Jerusalém- Oeste provoca dois mortos.

4 de Novembro de 2000: O Presidente Clinton anuncia que vai formular um convite a Arafat e a Barak para que se reúnam com ele, na Casa Branca, separadamente.

6 de Fevereiro de 2000: Ariel Sharon vence as eleições. Torna-se o novo Primeiro Ministro israelita. Convida Ehud Barak a aceitar participar no Governo de Unidade Nacional.

ANEXO 3:

THE DECLARATION OF THE ESTABLISHMENT OF THE STATE OF ISRAEL⁶⁹

May 14, 1948

On May 14, 1948, on the day in which the British Mandate over a Palestine expired, the Jewish People's Council gathered at the Tel Aviv Museum, and approved the following proclamation, declaring the establishment of the State of Israel. The new state was recognized that night by the United States and three days later by the USSR.



Fonte: [http:// www.mfa.gov.il](http://www.mfa.gov.il), consultado em 18 de Março de 2012, 18:00.

TEXT:

ERETZ-ISRAEL [(Hebrew) - the Land of Israel, Palestine] was the birthplace of the Jewish people. Here their spiritual, religious and political identity was shaped. Here they first attained to statehood, created cultural values of national and universal significance and gave to the world the eternal Book of Books.

After being forcibly exiled from their land, the people kept faith with it throughout their Dispersion and never ceased to pray and hope for their return to it and for the restoration in it of their political freedom.

⁶⁹ <http://www.mfa.gov.il>, consultado em 18 de Março de 2012,18:00.

Impelled by this historic and traditional attachment, Jews strove in every successive generation to re-establish themselves in their ancient homeland. In recent decades they returned in their masses. Pioneers, *ma'pilim* [(Hebrew) - immigrants coming to Eretz-Israel in defiance of restrictive legislation] and defenders, they made deserts bloom, revived the Hebrew language, built villages and towns, and created a thriving community controlling its own economy and culture, loving peace but knowing how to defend itself, bringing the blessings of progress to all the country's inhabitants, and aspiring towards independent nationhood.

In the year 5657 (1897), at the summons of the spiritual father of the Jewish State, Theodore Herzl, the First Zionist Congress convened and proclaimed the right of the Jewish people to national rebirth in its own country.

This right was recognized in the Balfour Declaration of the 2nd November, 1917, and re-affirmed in the Mandate of the League of Nations which, in particular, gave international sanction to the historic connection between the Jewish people and Eretz-Israel and to the right of the Jewish people to rebuild its National Home.

The catastrophe which recently befell the Jewish people - the massacre of millions of Jews in Europe - was another clear demonstration of the urgency of solving the problem of its homelessness by re-establishing in Eretz-Israel the Jewish State, which would open the gates of the homeland wide to every Jew and confer upon the Jewish people the status of a fully privileged member of the comity of nations.

Survivors of the Nazi holocaust in Europe, as well as Jews from other parts of the world, continued to migrate to Eretz-Israel, undaunted by difficulties, restrictions and dangers, and never ceased to assert their right to a life of dignity, freedom and honest toil in their national homeland.

In the Second World War, the Jewish community of this country contributed its full share to the struggle of the freedom- and peace-loving nations against the forces of Nazi wickedness and, by the blood of its soldiers and its war effort, gained the right to be reckoned among the peoples who founded the United Nations.

On the 29th November, 1947, the United Nations General Assembly passed a resolution calling for the establishment of a Jewish State in Eretz-Israel; the General Assembly required the inhabitants of Eretz-Israel to take such steps as were necessary on their part for the implementation of that resolution. This recognition by the United Nations of the right of the Jewish people to establish their State is irrevocable.

This right is the natural right of the Jewish people to be masters of their own fate, like all other nations, in their own sovereign State.

ACCORDINGLY WE, MEMBERS OF THE PEOPLE'S COUNCIL, REPRESENTATIVES OF THE JEWISH COMMUNITY OF ERETZ-ISRAEL AND OF THE ZIONIST MOVEMENT, ARE HERE ASSEMBLED ON THE DAY OF THE TERMINATION OF THE BRITISH MANDATE OVER ERETZ-ISRAEL AND, BY VIRTUE OF OUR NATURAL AND HISTORIC RIGHT AND ON THE STRENGTH OF THE RESOLUTION OF THE UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY, HEREBY DECLARE THE ESTABLISHMENT OF A JEWISH STATE IN ERETZ-ISRAEL, TO BE KNOWN AS THE STATE OF ISRAEL.

WE DECLARE that, with effect from the moment of the termination of the Mandate being tonight, the eve of Sabbath, the 6th Iyar, 5708 (15th May, 1948), until the establishment of the elected, regular authorities of the State in accordance with the Constitution which shall be adopted by the Elected Constituent Assembly not later than the 1st October 1948, the People's Council shall act as a Provisional Council of State, and its executive organ, the People's Administration, shall be the Provisional Government of the Jewish State, to be called "Israel".

THE STATE OF ISRAEL will be open for Jewish immigration and for the Ingathering of the Exiles; it will foster the development of the country for the benefit of all its inhabitants; it will be based on freedom, justice and peace as envisaged by the prophets of Israel; it will ensure complete equality of social and political rights to all its inhabitants irrespective of religion, race or sex; it will guarantee freedom of religion, conscience, language, education and culture; it will safeguard the Holy Places of all religions; and it will be faithful to the principles of the Charter of the United Nations.

THE STATE OF ISRAEL is prepared to cooperate with the agencies and representatives of the United Nations in implementing the resolution of the General Assembly of the 29th November, 1947, and will take steps to bring about the economic union of the whole of Eretz-Israel.

WE APPEAL to the United Nations to assist the Jewish people in the building-up of its State and to receive the State of Israel into the comity of nations.

WE APPEAL - in the very midst of the onslaught launched against us now for months - to the Arab inhabitants of the State of Israel to preserve peace and participate in the upbuilding of the State on the basis of full and equal citizenship and due representation in all its provisional and permanent institutions.

WE EXTEND our hand to all neighbouring states and their peoples in an offer of peace and good neighbourliness, and appeal to them to establish bonds of cooperation and mutual help with the sovereign Jewish people settled in its own land. The State of Israel is prepared to do its share in a common effort for the advancement of the entire Middle East.

WE APPEAL to the Jewish people throughout the Diaspora to rally round the Jews of Eretz-Israel in the tasks of immigration and upbuilding and to stand by them in the great struggle for the realization of the age-old dream - the redemption of Israel.

PLACING OUR TRUST IN THE "ROCK OF ISRAEL", WE AFFIX OUR SIGNATURES TO THIS PROCLAMATION AT THIS SESSION OF THE PROVISIONAL COUNCIL OF STATE, ON THE SOIL OF THE HOMELAND, IN THE CITY OF TEL-AVIV, ON THIS SABBATH EVE, THE 5TH DAY OF IYAR, 5708 (14TH MAY, 1948).

David Ben-Gurion

<i>Daniel</i>	<i>Auster Rachel</i>	<i>Cohen David</i>	<i>Zvi</i>	<i>Pinkas</i>
<i>Mordekhai</i>	<i>Bentov Rabbi</i>	<i>Kalman</i>	<i>Kahana Aharon</i>	<i>Zisling</i>
<i>Yitzchak</i>	<i>Ben Zvi Saadia</i>	<i>Kobashi Moshe</i>		<i>Kolodny</i>
<i>Eliyahu</i>	<i>Berligne Rabbi</i>	<i>Yitzchak Meir</i>	<i>Levin Eliezer</i>	<i>Kaplan</i>

<i>Fritz</i>	<i>Bernstein Meir</i>	<i>David</i>	<i>Loewenstein Abraham</i>	<i>Katznelson</i>
<i>Rabbi</i>	<i>Wolf</i>	<i>Gold Zvi</i>	<i>Luria Felix</i>	<i>Rosenblueth</i>
<i>Meir</i>	<i>Grabovsky Golda</i>		<i>Myerson David</i>	<i>Remez</i>
<i>Yitzchak</i>	<i>Gruenbaum Nachum</i>		<i>Nir Berl</i>	<i>Repetur</i>
<i>Dr. Abraham</i>	<i>Granovsky Zvi</i>		<i>Segal Mordechai</i>	<i>Shattner</i>
<i>Eliyahu</i>	<i>Dobkin Rabbi Yehuda Leib</i>	<i>Hacohen Ben</i>	<i>Zion</i>	<i>Sternberg</i>
<i>Meir</i>	<i>Wilner-Kovner Fishman</i>		<i>Bekhor</i>	<i>Shitreet</i>
<i>Zerach</i>	<i>Wahrhaftig</i>		<i>Moshe</i>	<i>Shapira</i>
<i>Herzl Vardi</i>			<i>Moshe Shertok</i>	

* Published in the *Official Gazette*, No. 1 of the 5th, Iyar, 5708 (14th May, 1948).

ANEXO 4:

A primeira guerra israelo-árabe (1948-1949)⁷⁰:

Não obstante o reconhecimento na cena internacional, na cena dita regional tal não ocorreu, uma vez que Israel se deparou com a oposição e hostilidade dos estados árabes circundantes, que automaticamente atacaram e perante tal situação Israel sobrevive.

“Entretanto os ingleses anunciam que os termos da sua administração finalizarão em 14 de Maio de 1948, e que até lá manterão a neutralidade durante os acontecimentos da guerra civil. Este cariz de neutralidade fez com que a sua partida tomasse a forma, não de transferência de poderes, mas de abandono puro e simples.”⁷¹

Em 15 de Maio de 1948, após meses de violentos combates entre as forças armadas sionistas e palestinianas, os exércitos da Transjordânia, Síria e Egipto, apoiados por batalhões iraquianos e libaneses, invadiram a Palestina. Israel, cujas tropas eram abastecidas em armamento pela Checoslováquia, depressa ganhou vantagem.

As principais vítimas foram os Palestínianos. O Estado hebreu viu o seu território acrescido em um terço, relativamente ao que tinha sido previsto na altura do Tratado de partilha (tinham-lhe sido atribuídos 55 % do território da Palestina. Em 1949, passou a ocupar ocupava 78%).

A contrario o Estado árabe não aparecia, tendo Israel e a Transjordânia partilhado o seu território e habitantes. Quase metade dos Palestínianos, cerca de 725.000 segundo a

⁷⁰ NYE, Joseph S., *Compreender os Conflitos Internacionais-Uma Introdução à Teoria e à História*, Trajectos, Gradiva, Lisboa, p. 210. Veja-se também a este propósito: AMORIM, Fernando, “As Guerras e as Intifadas”, in *Janus* 2003, Anuário de Relações Exteriores, UAL, Lisboa, 2003, p.188. Veja-se igualmente sobre esta matéria, LACOSTE, Yves, *A Geopolítica do Mediterrâneo*, Edições 70, Lisboa, 2006, p. 428.

⁷¹ ALEXANDRE, José António da Costa Granjo Marques, “O Conflito Israelo-Árabe. A Guerra dos Seis Dias” in *Boletim do Instituto de Altos Estudos Militares- Formação, Investigação, Doutrina*, nº 39, Curso de Estado-Maior 1995/97, Lisboa, 30 de Setembro de 1996, p. 116.

ONU, deixaram os locais onde viviam e tornaram-se refugiados⁷². Em 1949, 170.000 palestinianos viviam em Israel, 570.000 na Cisjordânia e 70.000 em Gaza⁷³.

Cerca de metade dos refugiados encontravam-se na Jordânia, e a outra metade em Gaza, no Líbano e na Síria.

Em Dezembro de 1948, a ONU adoptou uma resolução pedindo que os refugiados fossem autorizados a reentrar nos seus territórios, ou indemnizados. Ela nunca foi aplicada e, deste modo, este primeiro conflito israelo-árabe criou as condições para os que se seguiram. A independência do novo Estado foi proclamada, em primeiro lugar pela União Soviética e posteriormente, pelos restantes países do Ocidente⁷⁴.

Em 1949 é estabelecida a “Green line” para demarcar o cessar-fogo, decorrente da Guerra Israelo-Árabe de 1948⁷⁵.

Para se manter o *status quo* na Palestina, “a França, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos da América comprometeram-se, em Maio de 1950, no caso de verificarem que um destes Estados (Israel ou os Estados árabes) se propunha violar as fronteiras, ou as linhas de armistício (..) a entrarem logo em acção, tanto dentro como fora das Nações Unidas, a fim de obstar a tais violações.”⁷⁶

Em 1950 com a Declaração Tripartida, é uma hipótese remota os governantes do Egipto ou de Israel contribuírem para um ataque de dimensão catastrófica.

⁷² “Milhares de refugiados palestinianos escaparam da guerra e se instalaram principalmente no Líbano e na Jordânia, asilados em campos sob a administração da ONU. Em 11 de Setembro de 1948, a ONU resolveu que deveria assegurar aos refugiados palestinianos o direito de retornar aos seus lares e, caso isso não ocorresse, deveriam receber uma indemnização.” **PAZ**, José Gabriel, “O Conflito Palestino-Israelense- Um Difícil Caminho para a Paz”, in **Military Review**, Brazilian, 3rd quarter 2004, p. 38.

⁷³ “Israel perante tal situação sobrevive, com um êxodo de 700.000 mil árabes para estados vizinhos, que alojaram-se na faixa de Gaza e no sul do Líbano. Dá-se ainda um armistício aprovado em Rodes a 24 de Fevereiro de 1949.” **LEITE**, Abel José Santos, “50 Anos Depois, a Guerra no Contexto das Guerras Israelo-Árabes” in **Nação e Defesa**, nº 117, 3ª Série, Instituto de Defesa Nacional, Lisboa, Verão 2007, p. 12.

⁷⁴ “Em Julho de 1948, tendo o Egipto violado este cessar-fogo, o exército israelita pode lançar uma grande contra-ofensiva, aproveitando a falta de coordenação dos exércitos árabes e a inexperiência da maioria daquelas tropas.” **LACOSTE**, Yves, *Op. Cit.*, nota 70, pp. 425,426.

⁷⁵ “Surgiu também, para demarcar a fronteira entre os territórios franceses, que hoje correspondem ao Líbano e os territórios britânicos, que hoje correspondem a Israel.” **LEANDRO**, Francisco José, “Optar sem escolher” in **Jornal do Exército**, Ano XLVII, nº 556, Lisboa, Novembro de 2006, p. 19.

⁷⁶ “O Conflito no Próximo Oriente” in **Baluartes**- Revista das Forças Armadas Portuguesas, nº 3, Lisboa, Maio-Junho 1989, p. 26

Antecedentes:

Em 1952 ocorre um golpe militar dirigido ao rei Farouk, “um grupo clandestino de oficiais designado *grupo dos oficiais livres*, toma o poder tendo como principais objectivos o derrube da monarquia, cujo rei acusavam de ter sido o principal responsável pela derrota de 1949, a expulsão dos ingleses e a eliminação do exército israelita que invadira a Palestina, já que defendiam a inexistência do estado de Israel e a restituição aos árabes do território por este grupo ocupado, ocupação essa vista como uma usurpação ilegítima e vergonhosa para todo o mundo árabe.”⁷⁷

Em 1954, Gamal Abdel Nasser, o homem na linha da frente do movimento, depõe Naguib e obtém poder, ascendendo ao estatuto de presidente, derrubando não só partidos mas também a oposição. Nasser mergulha nos ideais nacionalistas e pró-panarabistas, nos quais tem subjacente um ódio exacerbado a Israel, tomando partido no primeiro conflito israelo-palestiniano (ferido em combate em Felouga).

Os propósitos terroristas à Faixa de Gaza acentuam-se, mediante o recrutamento de elementos junto dos refugiados.

Estamos em plenos anos de 1954 e 1955, e aqui o índice de violência que recai sobre Israel e os estados árabes, acresce em termos de hegemonia.

“Ao arresto do navio israelita Bat Galim no canal do Suez pelos egípcios, respondiam os israelitas com o sequestro de um avião comercial sírio, a um recrudescimento dos ataques dos Fedayn’s contra Israel, sucediam-se as represálias israelitas, como o Raid de Gaza de 28 de Fevereiro de 1955, que originou a morte a mais de 50 soldados egípcios (o seu objectivo foi a tomada de reféns para trocar por prisioneiros israelitas. O incidente ocorrido em Dezembro de 1954, por ordem de Moshe Dyan).”⁷⁸

No elo de ligação israelo-árabe não se identifica um primeiro agressor, nem se estabelece a destrinça entre uma represália e um ataque. Aqui a abordagem doutrinária divide-se. Por um lado, temos um pendor doloso israelita e por outro, o árabe.⁷⁹

⁷⁷ LEITE, Abel José Santos, *Op. Cit*, nota 73, p. 14.

⁷⁸ *Idem*, p. 15.

⁷⁹ *Idem, ibidem*, p. 16.

Nasser nutre um ódio perante a existência de Israel, consubstanciado no sonho da reconquista, por parte dos palestinianos dos territórios ocupados indevidamente por Israel.

A Guerra do Suez - 1956⁸⁰:

“A nacionalização do Canal do Suez pelo Egipto, em 1956, é a justificação utilizada para a ocupação dos territórios de Gaza e do Sinai por Israel, numa operação militar que durou uma semana. A ocupação recebeu apoio da França e da Grã-Bretanha, que conseguem recuperar o controle da passagem marítima. A aviação egípcia foi destruída completamente em terra pelas forças aliadas.”⁸¹

Tal demonstrou a supremacia do exército israelita e o lado deficitário, em termos de organização e instrução das unidades militares egípcias.

Inicialmente, o Estado de Israel adoptou uma política de não-alinhamento, mas acabou por rapidamente, se aproximar das potências ocidentais.

Ao mesmo tempo, muitos regimes árabes aproximaram-se do bloco soviético e desempenharam, com benefício para Nasser, um papel importante na criação do movimento dos não-alinhados. O anúncio do chefe de Estado egípcio, relativamente à nacionalização da companhia do canal do Suez, em Julho de 1956, surgiu como um verdadeiro raio.

Podemos ainda afirmar a este propósito, que a ambição pela queda de Nasser persiste por parte de três potências: Inglaterra, França e Israel (estado denominado em termos internacionais de industrial e com ajudas externas).

Em Outubro, os franceses censuravam o Cairo por este ter acolhido os dirigentes da Frente de Libertação Nacional Argelina (FLN), e os ingleses prepararam secretamente uma intervenção militar contra o Egipto. O acordo entre estas duas potências, acabou por dar a Israel os aliados e as armas modernas de que tinha necessidade, para lançar uma operação

⁸⁰ NYE, Joseph S., *Op. Cit*, nota 70, p. 210.

⁸¹ PAZ, José Gabriel, *Op. Cit*, nota 72, p. 38.

de grande envergadura contra aquele país vizinho, que havia interdito o acesso dos navios israelitas ao canal do Suez e ao golfo de Aqaba.

Era imperioso derrotar o exército egípcio que se tornara uma ameaça para Israel, daí a opção por um ataque surpresa, na medida em que um ataque tático exigia recursos militares dispendiosos por parte de Israel.

O comércio marítimo de Israel encontrava-se limitado, sendo presente uma “asfixia comercial, o desrespeito das normas da navegação internacional e de uma estigmatização no que respeitava à livre circulação no canal.”⁸²

Em 29 de Outubro de 1956, em Israel dá-se a *Operação Kadesh*⁸³, mediante efectivos que reuniam três grandes qualidades: treinamento, comando e motivação. Tinham como líder Moshe Dayan, com um “arsenal humano” de 45 mil homens (via terrestre), 180 tanques e 130 aviões de combate (via marítima), fazendo frente a uma força egípcia menor em dimensão.

Por parte dos israelitas, com um planeamento estratégico dominado pela flexibilidade, avançando ou recuando ao sabor do decorrer da acção.

Nasser indeciso, talvez devido à falta de bom senso estratégico, sendo essa indecisão justificada pela estratégia de represálias adoptada por Israel desde 1951, ainda mantida nos dias de hoje. Suspeita-se que nem os israelitas tinham conhecimento.

A ofensiva israelita iniciou-se em 29 de Outubro de 1956 e conseguiu, em seis dias, ocupar o Sinai. Em 31 de Outubro, franceses e ingleses “bombardearam objectivos egípcios”, e desembarcaram em Port Said em 5 de Novembro daquele mesmo ano de 1956. As pressões internacionais, a ameaça soviética e a recusa dos EUA em apoiar as potências europeias, obrigou-as a retirar as suas tropas em 22 de Dezembro. Os israelitas, por seu lado, evacuaram o Sinai durante os meses de Dezembro de 1956 a Março de 1957. A 6 de Março de 1957, Israel retirou-se dos territórios egípcio e palestino ocupados no tempo da guerra. Decorridos dois anos, pelo líder Abou Amar (nome de guerra de Yasser Arafat)

⁸² LEITE, Abel José Santos, *Op. Cit.*, nota 73, p. 24.

⁸³ “A operação inicia-se com o lançamento aerotransportado de um batalhão da 202ª brigada de pára-quedistas a oeste do desfiladeiro de Mitla, posição que ameaçava directamente a estrada que liga a cidade de Suez ao centro da península do Sinai. Os restantes efectivos da brigada atacam por terra o posto fronteiriço de El Kuntilla, que controlam e avançam na direcção do desfiladeiro de Mitla. A norte atacam e ocupam a faixa de Gaza.” LEITE, Abel José Santos, *Op. Cit.*, nota 73, p. 26.

surge a Al-Fatah⁸⁴ em 1956 na Faixa de Gaza (Movimento Nacional de Libertação da Palestina, localizado em Tunes) e a Organização da Libertação da Palestina (OLP⁸⁵), representativa dos 1500 000 árabes refugiados da Palestina.⁸⁶

Há ainda a referir que a 30 de Outubro “emitiram um ultimato conjunto ao Egipto e a Israel, exigindo o fim das hostilidades e a retirada de todas as forças para uma distância de 16 km do canal.”⁸⁷

Na linha de pensamento de Abel Leite, “talvez nunca se saiba ao certo o que foi ou não acordado, uma vez que nenhuma das partes o divulgou publicamente, porém militar e politicamente, não poderia haver maior coincidência de interesses. Pelo lado de Israel, era evidente o interesse do Egipto ser forçado a concentrar os seus efectivos em duas frentes, obrigando a desguarnecer as fronteiras com Israel.”⁸⁸

O fracasso político da intervenção fez *soar a finados* a influência das velhas potências coloniais na região, e reforçou aí o papel das duas superpotências.

“O conflito do Suez como serão os conflitos israelo-árabes subsequentes, será um marco na história como a afirmação da irreversibilidade da existência do estado de Israel.”⁸⁹

Neste cenário destacamos a invencibilidade das forças israelitas, obtendo dividendos e impondo-se em termos militares e almejando um equilíbrio.

Consideramos ainda que no período posterior à Guerra do Suez, em Israel a população como que triplicou. Houve um progresso económico, do armamento e também do exército.

A ONU pôs fim à guerra e entre Novembro de 1956 e Maio de 1967 surgiu a “Primeira Força de Emergência das Nações Unidas”, decidida pela Assembleia Geral. “Foi a primeira

⁸⁴ “A Al-Fatah é o maior movimento guerrilheiro da Palestina e o seu chefe, Yasser Arafat, é o Presidente da Organização da Libertação da Palestina. A palavra ‘Fatah’ que é formada pelas iniciais árabes, em ordem inversa, de ‘Hararak al Tharir al Falastin’ (Movimentação de Libertação da Palestina), significa ‘conquista’, ‘vitória’.” LOPES, Martins, “O Conflito no Próximo Oriente” in **Baluartes**, Revista das Forças Armadas Portuguesas, nº 3, Lisboa, Maio/Junho 1989, p. 27.

⁸⁵ “É financiada por contribuição dos palestinianos dos países árabes e seu comité executivo é eleito por 150 homens do Conselho Nacional da Palestina e que inclui representantes das principais organizações palestinianas, militares e civis. O Presidente é Yasser Arafat.” Idem, p. 27.

⁸⁶ ALEXANDRE, José António da Costa Granjo Marques, *Op. Cit*, nota 71, p. 118.

⁸⁷ LEITE, Abel José Santos, *Op. Cit*, nota 73, p. 24.

⁸⁸ Idem.

⁸⁹ Idem, *ibidem*, p. 14.

estrutura militar armada dependente das Nações Unidas, formada por tropas para cumprir operações de manutenção da paz, cuja missão foi constituir uma zona neutra entre os contendores, e realizar a supervisão da retirada das forças.”⁹⁰

A Guerra dos Seis Dias - 1967⁹¹:

Dez anos mais tarde e após vários meses de exacerbação das tensões entre Israel, de um lado, e a Síria e o Egípto, do outro, os israelitas protestaram na ONU, contra a retirada dos capacetes azuis do Sinai em virtude da extensão daquela aliança hostil, à Jordânia e ao Iraque e contra o encerramento do golfo de Aqaba, desencadeando uma guerra-relâmpago (5 de Junho). As aviações egípcia, jordana e síria foram postas fora de combate em apenas algumas horas e a península do Sinai e a Cisjordânia foram totalmente ocupadas. No dia 7 de Junho, o Conselho de Segurança da ONU adoptou uma resolução de cessar-fogo, que só se tornou efectiva a 10 do mesmo mês, depois de o Tsahal (exército israelita) ter ocupado o planalto do Golan sírio, numa extensão de cerca de quinze quilómetros.

Esta vitória esmagadora, profundamente desestabilizadora para os regimes árabes, constituiu uma ruptura qualitativa na política israelita, deixando o Estado hebreu de reclamar a sua legitimidade internacional conferida pela ONU.

A 5 de Junho de 1967, Israel levou a cabo uma guerra contra os árabes que iria transformar o contexto histórico judaico e os contornos evolutivos do conflito.

Esta guerra designou-se por Guerra dos Seis Dias, “ mas segundo os peritos militares, três horas depois de ter sido iniciada, os israelitas já tinham infligido uma derrota tão pesada aos exércitos árabes, que não lhes deixou qualquer hipótese de recuperação. O conflito dividiu-se em três fases: uma campanha contra o Egípto (5, 6 e 7 de Junho); uma

⁹⁰ PAZ, José Gabriel, *Op. Cit*, nota 72, p. 38.

⁹¹ NYE, Joseph S., *Op. Cit*, nota 70, p. 210. Veja-se também a este propósito: FORTY, George, *Tank Action, From the Great War to the Gulf*, p. 255. LACOSTE, Yves, *Op. Cit*, nota 70, p. 429.

campanha contra a Jordânia (5 e 8 de Junho) e uma campanha contra a Síria (9 e 10 de Junho).”⁹²

Os dias pré-guerra dos seis dias de 1967 estão ainda impregnados de vingança pela invasão do Sinai de 1956, e o objectivo de extermínio de Israel era transmitido no programa Voz dos Árabes, da Rádio Cairo: “nós temos pena de vocês judeus. Como vos lastimamos, Santo Deus! Esta é a nossa vingança pelo Suez e pela agressão de 1956.”⁹³

Em 16 de Maio de 1967 os egípcios retomaram o território da península do Sinai, mediante um arsenal bélico de cinco divisões de infantaria e duas divisões de blindados. Os egípcios em contrapartida, detinham equipamento militar soviético avançado e em grande quantidade, como sejam os aviões Mig 21 e os tanques T55.

A fim de proceder-se aos ataques bélicos a Israel, em 1967 foi estabelecida uma aliança entre a Síria, o Egipto e a Jordânia. Tomando conhecimento de tal, o Estado hebraico optou por uma acção de “defesa preventiva”⁹⁴ em relação aos seus hipotéticos opositores.

Posterior à retirada de Israel da península do Sinai, houve um tempo de acalmia.

As baixas dos civis israelitas diminuíram, considerando que “entre 1949 e 1956 morreram 486 pessoas e entre 1957 e 1967 morreram 189.”⁹⁵

Os israelitas mediante este arsenal venceram as forças egípcias e Nasser pediu o cessar-fogo. Tratou-se de um ataque surpresa ou ataque relâmpago por parte de Israel com os seus meios aéreos, aniquilando a maioria da força aérea egípcia.

“O grande segredo da vitória da Guerra dos Seis Dias foi o seu povo.”⁹⁶

⁹² LOPES, Martins, *Op. Cit*, nota 84, p. 27.

⁹³ LEITE, Abel José Santos, *Op. Cit*, nota 73, p. 31 in “Voz dos Árabes”, da Rádio Cairo de 22 de Maio de 1967. STEVENSON, William, *Israel- 6 dias de Guerra*, Início, Lisboa, 1967, p.54

⁹⁴ “A doutrina entende que, para que se possa realizar uma acção sob o conceito de defesa preventiva, é necessário que se produza a concorrência dos seguintes requisitos: 1. A existência de um perigo grave e eminente; 2. Que este perigo recaia sobre um interesse essencial do Estado; 3. Não se pode invocar a necessidade, quando esta situação tenha sido provocada pelo Estado que a alega; 4. A acção realizada para iludir o perigo iminente e grave, deve ser o único meio para escapar do mesmo; 5. Proporcionalidade na resposta à ameaça.” PAZ, José Gabriel, *Op. Cit*, nota 72, p. 39.

⁹⁵ LEITE, Abel José Santos, *Op. Cit*, nota 73, p. 31.

A quarta Guerra denominada Guerra do Desgaste, foi menos relevante.

“Em 1969-1970 Nasser, com o apoio da União Soviética, organizou travessias do Canal do Suez e outras hostilidades. Estas provocaram uma guerra aérea, durante a qual pilotos israelitas e egípcios travaram uma série de batalhas aéreas.”⁹⁷

Depois de cinco meses de transição, a ONU adoptou finalmente a Resolução 242, que proclamou “a inadmissibilidade da aquisição de territórios pela guerra”, mas que, tal como tantas outras, ficou por aplicar. Os Palestínianos foram as primeiras vítimas da situação, particularmente no que respeitou à ocupação da Cisjordânia e da Faixa de Gaza. Foi então na sequência deste terceiro conflito que a Organização da Libertação Palestiniana (OLP) se emancipou da tutela dos países árabes.

Realçamos que a maior parte dos alvos eram civis, se bem que mais mediáticos. Destacamos por exemplo, o atentado da equipa olímpica israelita participante nos jogos de Munique em 1972.⁹⁸

O decénio de 70 foi caracterizado pelo começar do terrorismo internacional, decorrente da derrota posterior à agressão de 1956, com a ocupação por parte de Israel, com o acréscimo de refugiados palestinianos e com um conflito além-fronteiras.

⁹⁶ **ALEXANDRE**, José António da Costa Granjo Marques, *Op. Cit*, **nota 71**, p. 144.

⁹⁷ **NYE**, Joseph S., *Op. Cit*, **nota 70**, p. 211.

⁹⁸ **LEITE**, Abel José Santos, *Op. Cit*, **nota 73**, p. 146. Para uma análise mais detalhada, veja-se **GROSSARD**, Serge, *A Chacina dos Jogos Olímpicos*, Civilização, Porto, 1975.

A Guerra do Kippur – 1973⁹⁹

A quarta guerra israelo-árabe, dita do Kippur¹⁰⁰, surgiu como consequência da situação criada pela vitória israelita de 1967. Os dirigentes sírios e egípcios consideravam, com efeito, que só os EUA tinham condições para fazer pressão sobre Israel, no sentido de negociar a sua retirada dos territórios entretanto ocupados, e que só uma nova guerra poderia influenciar as forças israelitas neste sentido.

Em 6 de Outubro de 1973, os blindados egípcios atravessaram o canal e invadiram o Sinai, enquanto os sírios avançavam cinco quilómetros pelos Golan¹⁰¹. Os israelitas, surpreendidos, marcaram passo, tendo-lhes sido necessário algum tempo para reagir e lançar uma contra-ofensiva vitoriosa. Em 22 de Outubro, a ONU adoptou a Resolução 338, pedindo às partes para ultimarem as operações militares, o que não impediu que os combates prosseguissem até ao dia 25. Os soviéticos ameaçaram intervir, e os Estados Unidos da América colocaram as suas forças nucleares em estado de alerta.

Israel venceu. Os israelitas detinham uma vasta experiência de combate, em virtude do seu poderio militar.

⁹⁹ “Foram os egípcios e os sírios a tomar a ofensiva e a atacarem Israel simultaneamente nas duas frentes, procurando uma demorada guerra de desgaste, mais estática, que quase conseguiu levar de vencida os israelitas, cujos efectivos, se bem que melhor equipados eram muito menos numerosos do que os dos seus inimigos. Valeu-lhes a zona tampão do Dinai, ocupada desde 1967 e só devolvida aos egípcios nos acordos de Camp David em 1982, que lhes permitiu enfrentar em primeiro lugar os sírios a Norte e só depois acorrerem à frente Oeste, onde a necessidade do Egipto, agora liderado por Anwar Sadat, em obter vitórias visíveis era vital em termos internacionais. Permitted a Israel obter nova vitória. No entanto, Israel não só se manteve nos territórios ocupados como ainda os aumentou, recolhendo elevados despojos militares.” **LEITE**, Abel José Santos, *Op. Cit.*, **nota 73**, p. 23. Veja-se também a este propósito: **LACOSTE**, Yves, *Op. Cit.*, **nota 70**, p. 432.

¹⁰⁰ “Em 6 de Outubro de 1973, data do Yom Kippur, dia da expiação judeu, rebentou nova guerra entre Israel e os estados árabes. Nesse dia o Egipto lança um ataque de surpresa através do canal de Suez contra as forças israelitas localizadas na linha Bar Lev. Simultaneamente a Síria atacava as posições israelitas nos Montes Golan.” **LOPES**, Martins, *Op. Cit.*, **nota 84**, p. 29.

¹⁰¹ Os egípcios e os sírios abriram as hostilidades contra Israel, que na altura do início dos combates não havia procedido à mobilização das suas reservas. Executando criteriosamente uma operação muito bem preparada por um Estado-Maior de elevada qualidade, 8000 soldados egípcios atravessaram o Canal em botes de borracha, operando numa frente de 70km e evitando a todo o custo utilizar as zonas de pântanos do Norte.” Apontamentos de História Militar, Volume 2, Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa, p. 445.

Mas a fase inicial foi sentida pela parte árabe como desforra das humilhantes derrotas precedentes e, como o presidente egípcio Sadate tinha esperado, houve lugar a negociações.

Em termos estratégicos, os árabes assentaram o seu planeamento na perspectiva de Israel se encontrar posicionado geograficamente entre o Egipto, a Oeste, e a Síria e a Jordânia, a Leste, em ordem a procederem a um ataque surpresa.

Em termos táticos teve sucesso, e os intuítos dos árabes não suplantaram o “efeito estratégico-surpresa”, já que o alinhamento das forças correspondia a fins visíveis.

Nas operações estabelecidas entre israelitas e egípcios constatámos a nível do Exército uma quantidade elevada de carros de combate, distribuídos por todas as Divisões de Infantaria.

Depois da retirada das forças israelitas das duas margens do canal, em 1974, o Egipto apenas recuperou uma parte mínima dos territórios perdidos em 1967, não obstante ter sido, no entanto, a que possuía maior importância económica. Sadate, que necessitava do apoio financeiro dos Estados Unidos, dirigiu-se a Jerusalém e pronunciou um discurso em favor da paz perante o *Knesset* (parlamento de Israel).

Quanto ao panorama do teatro de operações no Canal do Suez, “com uma largura mínima muito perto dos 200 metros em toda a sua extensão, actuava com um separador natural, e linha mais avançada de tropas, entre os dois Exércitos.”¹⁰²

Realizadas sob a égide dos Estados Unidos, as primeiras negociações conduziram à assinatura, com Menahem Begin, dos acordos de paz de Camp David (17 de Setembro de 1978), que “devolveram o Sinai ao Egipto e estabeleceram conversações acerca da autonomia local na Margem Ocidental.”¹⁰³

A invasão do Líbano - 1982¹⁰⁴:

“A guerra civil no Líbano que teve lugar de Abril de 1975 a Outubro de 1976, veio acrescentar novo foco de tensão na zona. Com a desintegração do exército libanês e a

¹⁰² Idem, p. 442.

¹⁰³ NYE, Joseph S., *Op. Cit*, nota 70, p. 212.

¹⁰⁴ Idem.

consequente quebra de autoridade, também a eficácia dos observadores das Nações Unidas ficou drasticamente comprometida.”¹⁰⁵

Em 30 de Julho de 1980, o Parlamento de Israel não atendeu às resoluções do Conselho de Segurança da ONU, e mediante um projecto lei declarou Jerusalém unitária, ascendendo ao nível de “capital eterna do Estado de Israel.”¹⁰⁶

Os acordos de Camp David não contribuíram para o avanço da efectiva resolução da questão palestiniana. A importância crescente da OLP na diáspora palestiniana e nos territórios ocupados inquietou Israel. O primeiro-ministro Begin e o seu ministro da Defesa, Ariel Sharon¹⁰⁷, pensaram poder vencer a OLP atacando as suas bases no Líbano: o *Tsahal* empreendeu a operação “Paz na Galileia” (Junho de 1982) que visava, inicialmente, repelir a OLP, mas que terminou com o seu cerco em Beirute. Em 30 de Agosto, Yasser Arafat e as suas últimas tropas foram obrigadas a deixar o Líbano, sob a protecção de um contingente franco-italiano.

Em 1985, os israelitas mantiveram-se a “ocupar uma zona-tampão no sul.”¹⁰⁸

As tropas israelitas invadiram a capital daquele país em 15 de Setembro, deixando as falanges cristãs massacrar perto de 1500 pessoas nos campos palestinianos de Sabrae Chatila. Depois de três anos de uma ocupação que suscitou uma resistência cada vez mais maciça - especialmente dirigida pelos xiitas do Hezbollah- *Tsahal* deixou o Sul do Líbano. Mas, o objectivo inicial de Israel, a destruição total e definitiva da OLP, não foi atingido.

“Em Agosto de 1982, após 11 semanas de guerra e na sequência do cerco a Beirute foi assinado um acordo entre Israel e a OLP, por intermédio do emissário norte-americano Phillip Habib, que levou à partida de grande maioria dos combatentes palestinianos do Líbano, perante o controlo de uma força multinacional constituída por Americanos, Franceses e Italianos.”¹⁰⁹

¹⁰⁵ LOPES, Martins, *Op. Cit*, nota 84, p. 29.

¹⁰⁶ Idem, p. 31.

¹⁰⁷ “Israel avançaria apenas 40 quilómetros no interior do Líbano para proteger as áreas do norte de Israel, mas na realidade as tropas israelitas marcharam mais para norte e cercaram Beirute durante 10 semanas.” NYE, Joseph S., *Op. Cit*, nota 70, p. 212.

¹⁰⁸ Idem.

¹⁰⁹ LOPES, Martins, *Op. Cit*, nota 84, p. 32.

A Intifada:

Em 1987, os israelitas prepararam-se para festejar o quadragésimo aniversário da criação do seu Estado. A situação parecia calma, mas o facto é que a tensão estava no auge. No fim de Novembro, os palestinianos manifestaram-se por ocasião de um duplo aniversário: os 40 anos do plano de partilha da Palestina e os 20 anos da ocupação da Jordânia, da Faixa de Gaza e de Jerusalém-Leste pelo exército israelita.

Em 8 de Dezembro, um veículo militar israelita chocou com um taxi, matando imediatamente quatro palestinianos: foi a exaltação. Toda uma população se sublevoou, arrastada pela jovem geração nascida nos campos de refugiados e sob a ocupação. De início limitada à Faixa de Gaza, a Intifada - a sublevação - alastrou à Cisjordânia e a Jerusalém-Leste.

De início surpreendida pela rebelião e pela violência da repressão israelita, a opinião internacional depressa esqueceu a revolta das pedras. No entanto, a Intifada continuou, sem que Israel a tenha conseguido vencer, até ao início do processo de paz que se seguiu.

O processo de paz-Um caminho para a Paz?

Nos dias que se seguiram à guerra do Golfo de 1991, o domínio dos Estados Unidos no Próximo Oriente permitiu-lhes impulsionar um “processo de paz” entre Israel e os seus vizinhos árabes, na primeira linha dos quais se encontravam os palestinianos¹¹⁰.

Iniciada em Madrid em Outubro de 1991, a conferência inaugural deste processo permitiu, pela primeira vez, que se encontrassem face a face todas as partes em conflito, incluindo os palestinianos. O Primeiro Ministro israelita do Likud, Itzhak Shamir recusou, no entanto, negociar com a OLP. A vitória dos trabalhistas (em Junho de 1992) permitiu, conversações secretas entre Israel e a OLP¹¹¹, no entanto que tivessem lugar na Noruega.

¹¹⁰ NYE, Joseph S., *Op. Cit*, nota 70, p. 215.

¹¹¹ Idem. Veja-se também, SAFANETA, Marisa Abreu, “O Processo de Paz” in **Janus 2003**, Anuário de Relações Exteriores, UAL, Lisboa, 2003, p. 190.

“A questão palestina não foi abordada nas conversações de paz por ser inconveniente para Israel, porque procurava consolidar-se nos territórios ocupados através da política de assentamentos. Por essa razão, a OLP intensifica as suas acções terroristas, iniciando, além disso, uma campanha diplomática para conseguir a rejeição por parte dos países árabes dos acordos feitos em Camp David.”¹¹²

Em 9 e 10 de Setembro, foi tornada pública correspondência trocada entre Yasser Arafat e Itzhak Shamir. Arafat reconheceu “o direito do Estado de Israel a viver em paz e segurança” e comprometeu a OLP a reconhecer as resoluções da ONU sobre a questão, bem como a modificar a sua Constituição. Em resposta, Israel reconheceu a OLP como “representante do povo palestino”¹¹³, todavia não mencionou o direito dos palestinos a um Estado.

Em 13 de Setembro de 1993, em Washington, os Acordos de Oslo¹¹⁴ foram assinados entre Yasser Arafat e Yitzhak Rabin, e estabeleceram o princípio de um estatuto provisório de autonomia. O exército israelita transferiu o poder para uma Autoridade Palestiniana eleita. Israelitas e Palestinos, até 1999, deveriam entender-se sobre o estatuto da Cisjordânia e de Gaza, sobre o de Jerusalém, sobre a questão dos refugiados palestinos e dos colonatos judaicos.

Mas cedo a aplicação dos acordos sofreu atrasos. Os extremistas dos dois lados esforçaram-se, pela violência, em fazer fracassar o processo de paz. À matança do Jazigo dos Patriarcas em Hebron (Fevereiro de 1994), responderam dezenas de atentados perpetrados por islamitas palestinos.

Estávamos, portanto, bem longe do “espírito de Oslo” quando, a 1 de Julho de 1994, Yasser Arafat regressou à Palestina, a Gaza, faixa de terra arruinada por 27 anos de ocupação militar e onde o desemprego atingiu cerca de 60% da população activa. Novas negociações surgiram, cerca de um ano e meio depois da data inicialmente prevista, nos Acordos de Oslo II, assinados em Washington em 28 de Setembro de 1995. Estes previam a retirada das principais localidades da Cisjordânia, a organização da eleição de um

¹¹² PAZ, José Gabriel, *Op. Cit*, nota 72, p. 42.

¹¹³ NYE, Joseph S., *Op. Cit*, nota 70, p. 215.

¹¹⁴ Veja-se a este propósito: LACOSTE, Yves, *Op. Cit*, nota 70, p. 439.

Conselho Palestino de Autonomia. No total, o balanço era magro para os palestinianos: além dos 70% da Faixa de Gaza, a Autoridade Palestina apenas controlava realmente 3% do território da Cisjordânia e 20% da sua população.

A situação agravou-se pelos bloqueios repetidos aos enclaves autónomos, que impediram a maior parte dos palestinianos de atravessar a fronteira, para trabalhar nos territórios sob controlo israelita.

Podemos afirmar que permaneceu “o potencial de conflito no Médio Oriente e apesar das negociações de paz, a opinião pública israelita estava longe de aprovar a política de cedências dos territórios ocupados.”¹¹⁵

O ressurgimento da violência culminou no assassinato de Yitzhak Rabin em 4 de Novembro de 1995, apelidado de traidor por parte dos ultraconservadores israelitas. O seu sucessor, Shimon Peres, foi confrontado com uma vaga de atentados da autoria do movimento islâmico Hamas.

Assim, Peres veio a ser derrotado nas eleições seguintes, em Maio de 1996, face a uma coligação, dirigida por Benjamin Netanyahu, que juntava a direita, a extrema direita e partidos religiosos integristas.

A intransigência de Benjamin Netanyahu, na altura dos encontros com Yasser Arafat, e a sua recusa de cedência às vagas pressões dos Estados Unidos bloquearam, quase totalmente, o processo de paz e provocaram em Jerusalém, Gaza e Cisjordânia os mais graves confrontos entre palestinianos e forças da ordem israelitas após a Intifada.

Em 1998 assinaram-se os Acordos de Wye River com a OLP.¹¹⁶

Há ainda a constatar que a política do Médio Oriente na perspectiva de Joseph S. Nye era tida como “volátil”.¹¹⁷

Depois de uma breve acalmia, as relações israelo-árabes sofreram uma degradação real.

¹¹⁵ NYE, Joseph S., *Op. Cit*, nota 70, p. 215.

¹¹⁶ *Idem*, p. 216.

¹¹⁷ *Idem, ibidem*.

Actualidade:

Em princípios de 1999, a governação por parte de Benjamin Netanyahu cai por terra, convocaram-se eleições e em Maio surgiu um novo Primeiro-Ministro, Ehud Barak.

Foi estabelecido, primando pela paz por Arafat e Barak, o *Sharm el Shelj* (Egipto), “o acordo de WYE é revisto, que determinou a retirada israelita, passando por três processos: de 12% dos territórios ocupados da Cisjordânia e a libertação de 350 prisioneiros palestinianos dos 2000 detidos, em troca de garantia da segurança de Israel pela OLP. Dias mais tarde, foi ampliada a área sob o controle da ANP na Cisjordânia como consequência de uma nova retirada de tropas israelitas, aumentando a sua jurisdição para 34% desse território. Além disso, Barak fez um acordo com os colonos de Gaza e da Cisjordânia para dismantelar 10 dos 42 assentamentos estabelecidos no último ano.”¹¹⁸

O cumprimento por parte de Israel do segundo acto de evacuação dos territórios ocupados começou no ano 2000, e em Janeiro houve uma cedência de outros 5% da Cisjordânia, e ocorreu também uma retirada de 6,1% efectuada em Março.

Após 22 anos de ocupação indevida, o Primeiro-Ministro a 24 de Maio de 2000 proferiu a retirada do Sul do Líbano de tropas israelitas.

“O Presidente Clinton convocou uma nova cúpula em Camp David, entre 11 e 25 de Julho, para negociar a soberania de Jerusalém, o que finalmente resultou em fracasso.”¹¹⁹

A 13 de Setembro o Conselho Central Palestiniano decide provocatoriamente, no sentido de ameaçar com o reconhecimento unilateral do Estado Palestiniano, contudo os EUA e a União Europeia “travaram” essa decisão.

Em 28 de Setembro, o líder do Likud, Ariel Sharon, visitou a Esplanada das Mesquitas em Jerusalém Oriental, e iniciou-se a “*enfitada de Al Aqsa*” (al aqsa significa lugares secretos), gerando uma violência descontrolada que dizimou 821 pessoas em 4 meses, na sua maioria palestinianos.”¹²⁰

¹¹⁸ PAZ, José Gabriel, *Op. Cit*, nota 72, p. 44.

¹¹⁹ Idem.

¹²⁰ Idem, *ibidem*.

Houve um acréscimo dos atentados contra Israel, os radicais palestinianos serviram-se de terroristas suicidas, conduzindo a dezenas de baixas entre civis em toda a parte.

Em pleno ano 2000 estes ataques tinham como protagonistas o Hamas e a Jihad Islâmica, e o seu raio de acção incidia primordialmente na Cisjordânia e Gaza. Contudo, em plenos anos 2001 e 2002, os atentados suicidas expandiram-se por toda a zona israelita. Houve um alastramento da violência para sul do Líbano, com o Hezbollah como atacante nas fronteiras, raptando três soldados israelitas e como moeda de troca impôs a libertação de prisioneiros da organização.

É dizimado “O Sepulcro do Patriarca José”, santuário judeu localizado na cidade cisjordana de Nablus, a 7 de Outubro de 2000.¹²¹

Posteriormente, Ethud Barak abandonou o cargo de Primeiro-Ministro e ocorreram eleições antecipadas a 19 de Setembro de 2000. Os palestinianos e os israelitas estabeleceram negociações em Taba, no Egipto, em ordem a um acordo de paz proposto pelos EUA perante as eleições. “ O acordo possibilitava a criação de um Estado palestiniano junto a Israel- o que seria aceite pelos árabes- e a divisão de ambos os Estados seria feita em etapas. Previu-se também no acordo a cooperação na área comercial e de segurança, ficando para ser resolvido mais adiante, os temas mais conflituantes como a situação de Jerusalém e dos refugiados.”¹²²

A 6 de Fevereiro ocorreu a vitória nas eleições de Ariel Sharon, vitória essa “olhada de soslaio” pelos palestinianos. Foram várias as promessas de Sharon, tais como: não estabelecer a paz com os palestinianos sem ter a garantia de segurança de Israel.

¹²¹ “Nesse mesmo dia, O Conselho de Segurança da ONU aprova uma Resolução cs/res/1322(2000) na qual lamenta a provocação ocorrida em Jerusalém, em 28 de Setembro, e a violência decorrente nesse lugar e em outros lugares santos, assim como nos territórios ocupados por Israel desde 1967. O Conselho condena o uso excessivo de força por parte de Israel contra os palestinianos, e exorta Israel em sua condição de potência ocupante, que cumpra escrupulosamente as obrigações e responsabilidades definidas durante a 4ª Convenção de Genebra, de 12 de Agosto de 1949, em relação à protecção de pessoas civis em tempo de guerra. Barak anuncia que está disposto a reunir-se com Arafat sob os auspícios dos EUA. Palestinianos e israelitas reassumem o diálogo em Sharm el Sheij e concordam cumprir com três premissas: cessar a violência, reactivar o processo de paz e criar uma comissão de investigação que esclareça os incidentes ocorridos.”
Idem, p. 45.

¹²² Idem.

Contudo, pouco tempo passou e admitiu estarem condicionados a respeitar tudo aquilo que estava estipulado anteriormente nos acordos de Taba.

“As actividades israelitas passaram a ser cada vez mais intensas e, como consequência dos ataques com morteiros contra as povoações israelitas, a presença militar israelita foi incrementada em Gaza e na Cisjordânia.”¹²³

Com o desenrolar dos acontecimentos, pós 11 de Setembro, Arafat admitiu discordar cedo dos ataques terroristas que colocaram em causa a segurança das populações.

O assassinato do Ministro do Turismo israelita, Rejavam Zeevi, a 17 de Outubro, conduziu a uma vingança por parte de Israel, que ocupou indevidamente cidades palestinianas.

De Novembro de 2001 a esta parte a violência disparou. Com atentados palestinianos sobre soldados israelitas, Israel vingou-se mediante o seu arsenal bélico, carros de combate e helicópteros. Tal conduziu à sede de vingança por parte dos palestinianos. Na perspectiva de Sérgio Silva, deixaram para estes últimos a guerra das pedras para as crianças e agarraram em armas.

Nos começos de 2002, Sharon deixou de estabelecer contactos com a Autoridade Nacional Palestiniana (ANP), sendo proibida a sua saída do Quartel General em Ramala (vulgo Mukata), e ordenou ataques às povoações palestinianas aniquilando o aeroporto de Gaza¹²⁴.

¹²³ Idem, p. 46.

¹²⁴ “A tranquilidade seria breve. Em 11 de Janeiro a Jihad Islâmica realiza um atentado contra civis israelitas durante uma festa em Hedera, matando sete pessoas e deixando cerca de 30 feridos. Isto produz um recrudescimento do conflito, e em resposta Israel realiza uma importante ofensiva. O exército israelita ocupa Tulkarem, Qalkiya, Beit Jala e o campo de refugiados de Deishó e bombardeia o QG de Arafat. Uma semana mais tarde, são travados os combates nas cidades de Nablús, Jenín, Belém e Ramala, em decorrência de acções militares que se estendem praticamente ao total dos territórios da ANP. Logo após o início da ofensiva, o resultado era 200 palestinianos mortos, 1500 feridos e 1300 detidos, dos quais 361 pertenciam a grupos terroristas palestinianos. Pelo lado israelita, o saldo era de 11 soldados israelitas mortos e 143 feridos.” Idem, p. 46.

A Resolução CS/RES/1397 (2002), aprovada pelo Conselho de Segurança da ONU a 12 de Março de 2002, em que se exigiu o fim da violência, de actos terroristas e provocatórios em ordem à harmonia política¹²⁵.

A 10 de Março ocorreu uma nova ofensiva contra alvos da Autoridade Nacional Palestiniana, em virtude do aumento progressivo dos atentados terroristas.

A 10 de Abril os representantes da União Europeia, Rússia, EUA e da ONU, estabeleceram negociações em Madrid, tentando uma solução pacífica do conflito, e foi criado o “Quarteto de Madrid”¹²⁶.

Estávamos em pleno dia 24 de Junho e o Presidente Bush admitiu a ideia de se criar um Estado Palestino no ano 2005¹²⁷, o fim de Yasser Arafat enquanto líder e um novo Primeiro-Ministro que o substituisse. Esta pressão exercida por parte dos EUA conduziu Arafat a “ceder o trono” a Mahmoud Abbas (Abu Mazen), Primeiro Ministro da Autoridade Nacional Palestiniana (ANP).¹²⁸

¹²⁵ Veja-se também: **GRESH**, Alain, in **Le Monde Diplomatique**, nº 691, Octobre 2011, p. 6.

¹²⁶ “Os quatro mediadores: Miguel Angel Morantinos (EU), Anthony Zinni (EUA), Andrei Vdovin (Rússia) e Teje Roed Larsen (ONU) dedicaram-se a delinear um plano de paz que foi consolidado em um documento chamado de Road Map. Decidem ainda pedir a Sharon que se retire da Cisjordânia e de Gaza, e a Arafat para lutar contra o terrorismo.” **PAZ**, José Gabriel, *Op. Cit*, **nota 72**, pp. 46,47.

¹²⁷ **GRESH**, Alain, *Op. Cit*, **nota 125**, p. 6.

¹²⁸ “O Road Map foi entregue a Sharon e a Abu Mazen em 30 de Abril de 2003. Nele está previsto o estabelecimento de um plano de paz em três fases. A primeira fase, seria aplicada de 30 de Abril até finais de Maio de 2003, com o objectivo de pôr fim às acções terroristas e à violência. Propõe ainda normalizar politicamente a Palestina, estabelecendo uma Constituição e propiciando a celebração de eleições livres. Os palestinianos deverão acatar o cessar fogo e reconhecer Israel como um Estado. Por sua vez, Israel deverá ser retirar das zonas ocupadas, para a construção dos assentamentos, comprometendo-se ainda em não realizar deportações, agressões ou destruição dos lares palestinianos. A segunda fase entraria em vigor de Junho a Dezembro de 2003. Nessa instância, logo após serem celebradas as eleições palestinianas, seria convocada uma Conferência Internacional onde ainda seriam debatidos diversos aspectos relativos ao conflito, incorporando-se à agenda a busca de solução das disputas que Israel mantém com a Síria e o Líbano. Promover-se-ia o reconhecimento internacional do Estado Palestino, favorecendo a sua incorporação à ONU. Foi também proposto o restabelecimento das acções de cooperação multilateral para o desenvolvimento da região. A terceira fase seria desencadeada entre 2004 a 2005. Em princípios de 2004 convocar-se-ia uma segunda Conferência Internacional, dando-se início a um processo que conduziria a um estatuto final para o ano de 2005. Nesse estatuto seriam estabelecidas as questões de fronteiras, refugiados, assentamentos e a situação de Jerusalém. Foi determinado que a solução deveria incluir um meio para proteger os interesses judeus, cristãos e muçulmanos.” **PAZ**, José Gabriel, *Op. Cit*, **nota 72**, p. 47.

Seguindo a linha de raciocínio de José Gabriel Paz, o Road Map apresentou-se como um cenário idealista no estabelecimento da paz no Médio Oriente.

Israel procedeu à construção de um muro de 245km na zona fronteiriça com a Cisjordânia, em pleno mês de Junho, como a garantia de segurança por parte das populações vizinhas, que ao longo dos anos tinham sido motivo, quer de franco-atiradores quer mesmo de tiros de morteiros. Esta construção impediu a infiltração de terroristas.¹²⁹

Em Aqaba (Jordânia) a 5 de Junho, o Presidente Bush, Sharon e Abu Mazen, sob a direcção do rei Abdullah, estabeleceram conversações em ordem à aprovação/consolidação do que fora estabelecido a priori no Road Map. Houve todo um interesse na consolidação do processo de paz por parte do EUA.

A 22 de Junho novas reuniões ocorreram. “Os representantes do Quarteto de Madrid procuraram reverter a paralisação que sofria o processo de paz, já que a violência entre israelitas e palestinianos, desde a Cúpula de Aqaba, já havia custado mais de 60 dias.”¹³⁰

O cenário de violência manteve-se e Hamas, Jihad Islâmica e Al Fatah atribuíram razão à ANP quanto às bases para um cessar fogo. Israel chegou a consenso com a ANP, tendo em vista a “deslocalização militar” de Gaza e Belém, quando entrasse em vigência a trégua.

Aparentemente iniciou-se um período de acalmia, de paz.¹³¹

Houve toda uma necessidade de expulsar do poder Arafat, dado que foi considerado uma barreira para o desenrolar do processo de paz. Contudo, tal propósito foi alvo de crítica no contexto da comunidade internacional.

¹²⁹ “Entretanto, aqueles que se opõem a realização da obra, consideram que o objectivo seja definir uma nova fronteira. A maior parte do muro está formada por armados com sensores electrónicos de pelo menos 3 metros de altura; também há partes onde a altura média será de 5 metros, construídas em cimento, principalmente nas áreas povoadas.” Idem, p. 48.

¹³⁰ Idem, *ibidem*.

¹³¹ “Os palestinianos podiam entrar e sair de Gaza depois de dois anos de proibição. Israel libertava presos palestinianos e se suspendia a anunciada a expulsão de familiares de terroristas. Os Estados Unidos enviariam 30 milhões de dólares para iniciar a reconstrução de Gaza, enquanto Condoleeza Rice promete enviar mais um bilião de dólares para a recuperação económica dos territórios ocupados.” Idem, p. 48.

Persistiram os atentados suicidas que conduziram Israel a prestar satisfações pelas represálias em Gaza e na Cisjordânia, ocorrendo ataques a bases da Jihad Islâmica na Síria, mediante aeronaves de combate. Os palestinianos, anteriormente desprovidos de armamento e ausentes de regalias, foram imobilizados de um momento para o outro por tropas israelitas, e actualmente, com “drive de armamento”, encontram-se aptos a combater, e de regresso ao domicílio alimentam-se e descansam. A própria polícia israelita não tem qualquer autoridade junto das comunidades palestinianas.

Enfim, analisando os prós e os contras é-nos possível delinear que:

Israel imbuída de complexos vantajosos, nomeadamente a sua supremacia em relação aos palestinianos, seus inimigos, conhecimento detalhado do adversário, em situação de retaliação intervém livremente e detém capacidade de reacção rápida. “O relacionamento israelo-palestiniano parece ter ficado trancado num círculo onde os esforços para estabelecer a paz são seguidos pela violência terrorista, procurando destabilizar o processo, e pela dura resposta militar israelita, como retribuição.”¹³²

Quanto aos contratemplos, passamos a enunciá-los: ocupação estratégica obrigatória de todas as zonas com essa designação e protecção dos colonatos, deter no terreno tropas imobilizadas, as baixas das tropas são uma constatação e acarretam efeitos nefastos, a exorbitância resultante da sua presença no terreno, e conseqüentemente um elevado “síndrome em ser-se superior”.

Em 29 de Março, a resposta israelita foi geradora entre os palestinianos de baixas abundantes, que rondam as 200 do lado dos palestinianos e 15 da parte israelita.

Esta ofensiva, na linha de raciocínio de Sérgio Silva, desde sobretudo 1982 a esta parte no Líbano, consistia na detenção de suspeitos terroristas palestinianos, no apreender armamento, no demolir oficinas de morteiros e roquetes Kassam¹³³.

Da parte de Arafat surgiu a interrogação de não ter sido informado do ataque a priori.

¹³² Idem, p. 49.

¹³³ SILVA, Sérgio, “Israel-Palestina, Mundos Opostos”, in **Boina Verde**- Revista de Informações das Tropas Aerotransportadas, nº 199, Tancos, Ano XXXII, Jan/Mar 02, p. 11.

“Para evitar que os combatentes do Tanzim, do Hamas e outros militantes palestinos pudessem fugir (...)”¹³⁴

Ariel Sharon justificou que quer a Autoridade Palestiniana quer Arafat foram os protagonistas dos atentados, recaindo sobre os mesmos as responsabilidades de tal, ao não deterem os suspeitos terroristas palestinos. No entanto, persistem as ofensivas israelitas, via aérea, com bombardeamentos e destruição sistemática de esquadras de polícia, o Quartel-General da Polícia e as prisões palestinianas, destino suposto dos terroristas por parte dos serviços de informação de Arafat.

A 12 de Julho de 2006 Israel iniciou “uma ofensiva militar contra as designadas forças irregulares do movimento Hezbollah, que operaram a partir do interior do Estado libanês.”¹³⁵ O ano de 2007 foi um marco histórico do 40º aniversário da Guerra dos Seis Dias.

O estado de tensão do Conflito israelo-palestiniano ainda hoje impera¹³⁶. A própria guerra que decorre na Faixa de Gaza é a “expressão última da desconfiança feroz que contamina, há 60 anos, dois povos forçados à convivência num território exíguo. Mas num e noutro lado há quem desafie essa tradição de ódio.”¹³⁷

Assistimos a ambos os lados assentes numa sede de ódio e vingança. É visível o paradoxo em que os opositores se aliam para continuarem em guerra. Estamos perante um ciclo vicioso. Não é viável uma solução pacífica dos conflitos, devido ao radicalismo de ambas as partes.

Ainda hoje se levantam problemas, não só do ponto de vista humanitário como do ponto de vista da segurança, repercutindo-se também a nível internacional.

Podemos deste modo afirmar que ao longo dos anos “a política das nações árabes se tem servido da causa palestiniana como arma política para os seus próprios conflitos

¹³⁴ Idem.

¹³⁵ LEANDRO, Francisco José Leandro, *Op. Cit*, nota 75, p. 16.

¹³⁶ LEITE, Abel José Santos, *Op. Cit*, nota 73, p. 7.

¹³⁷ MADAÍL, Elmano, “Árabe e israelita ensaiam diálogo de civilizações” in *Diário de Notícias*, Lisboa, 14 de Janeiro de 2009, p. 26.

internos. A própria causa palestiniana, é o único ponto em que coincidiam as diversas políticas desses estados.”¹³⁸

Para quando então o final da ofensiva israelita? Estaremos perante um “bunker israelita” ou “violence without peace”?¹³⁹ “O verdadeiro desafio neste cenário seria tentar reunir as condições mínimas de confiança mútua, indispensáveis para o regresso às conversações. Poderiam, no entanto, decorrer anos de confrontação antes de tal acontecer.”¹⁴⁰

¹³⁸ **PAZ**, Abel José Santos, *Op. Cit*, nota 72, p. 14.

¹³⁹ **SAFANETA**, Marisa Abreu, “Os cenários de futuro”, *Op. Cit*, nota 111, p. 207.

¹⁴⁰ **Idem**.

ANEXO 5:

Teorizadores da Geopolítica:

No que diz respeito à doutrina da geopolítica, não podemos descurar a importância dos pensadores para elucidar de forma objectiva o contexto geopolítico israelita. Sendo assim passamos a enunciá-los:

1) **Karl Haushofer**¹⁴¹: Na sua opinião a região do Mediterrâneo encontrava-se inserida na denominada “Pan-Região Euro-africana”, sendo a unificação política conseguida graças ao poder militar e subordinada por um Estado dito Director¹⁴².

Quanto ao seu conceito de espaço vital (*lebensraum*), passou a ser designado da seguinte maneira: “capacidade de um determinado espaço geográfico, necessário para atender às necessidades da sociedade humana (etnologicamente diferenciada) que o habita (IAEM, 1982, p 65), consubstanciando-se na fórmula sangue e solo, onde se associava o meio e a economia ao solo e a raça e a sociedade ao sangue.”¹⁴³

No que respeita ao seu conceito de fronteira, “ a fronteira é natural, mas não seria derivada das coisas da Natureza (ex: barreiras impostas pela própria natureza), ou de outros factores artificiais (ex: tratados), mas sim da natureza das coisas, o que nos leva a concluir que o Estado teria direito a fronteiras naturais derivadas da penetração cultural, e até

¹⁴¹ “Karl Haushofer (1869-1946), militar afectado pela derrota alemã de 1918 e o *diktat* de Versalhes, tentou afinar a noção de espaço vital durante o período entre as duas guerras (...) e considerou a partilha do mundo, a prazo, entre quatro zonas de influência (alemã, russa, japonesa e americana.” **BONIFACE**, Pascal, *Op. Cit.*, **nota 31**, p. 161. “Haushofer dividia o mundo em 4 pan-regiões: a Pan-América, com os Estados Unidos como pólo director; a Pan-Euroáfrica, que incluía o Médio Oriente asiático, dirigida pela Alemanha; a Pan-Rússia, englobando a União Soviética e a Ásia meridional do Irão à Índia e dirigida pela União Soviética; a Pan-Ásia Oriental, ou Zona da Coprosperidade Oriental, cabendo ao Japão a função directora. Com as pan-regiões, todos os outros Estados, para além dos quatro directores, desapareceriam com entidades políticas independentes, transformando-se em meras províncias.” **CORREIA**, Pedro Pizarat, *Manual de Geopolítica e Geoestratégia*, Volume I- Conceitos, Teorias e Doutrinas, 1ª Edição, Coleção Andaimos do Mundo nº 3, Quarteto, Coimbra, Novembro 2002, p. 145. Veja-se também, **RENOUVIN**, Pierre e **DUROSELLE**, Jean-Baptiste, *Introduction à l'histoire des Relations Internationales*, Librairie Armand Colin, Paris, 1964, p. 25.

¹⁴² Veja-se a este propósito: **DEUS**, Ruth Elisa da Fonseca da Costa, *Israel no Contexto das Relações Internacionais- Do Sionismo à Cooperação com a União Europeia*, Mestrado em Relações Internacionais, ISCSP, 1999, p. 30. Veja-se também “Haushofer atribui uma grande atenção às dinâmicas de constituição de grandes conjuntos (pan-ideias, como o pangermanismo, o pan-eslavismo, o pan-asiatismo).” **DEFARGES**, Philippe Moreau, *Introdução à Geopolítica*, Trajectos, Gradiva, Lisboa, Fevereiro de 2003, p. 84.

¹⁴³ **DIAS**, Carlos Manuel Mendes, *Geopolítica: Teorização Clássica e Ensinos*, Estratégia e Política Externa, Prefácio, 2005, p.128. Veja-se também que “a noção de espaço vital continua central para um homem que é muito sensível às densidades geográficas...” **DEFARGES**, Philippe Moreau, *Op. Cit.*, **nota 142**, p. 83.

decorrentes da natureza do seu poder”.¹⁴⁴ Realçamos ainda o conceito de autarcia, a qual correspondia “ à necessidade de poder fazer face, utilizando os seus recursos, a uma situação eventual de fortaleza sitiada, que segundo Ludendorff, do início de uma guerra total, caracterizada pelo choque entre Nações e não entre Exércitos” (IAEM, 1982, p.66).
145

2) Alfred Mahan¹⁴⁶: Considerava que esta região era marcada por Estados talassocráticos, constituída por factores por este pensador geopolítico como primordiais no poder marítimo. Mahan entendia o poder marítimo como a “soma de forças e factores, instrumentos e circunstâncias geográficas que cooperam para conseguir o domínio do mar, garantir o seu uso e impedi-lo ao adversário” (IAEM, 1982, p. 72).¹⁴⁷

3) Halford Mackinder¹⁴⁸: Destacou-se no quadro geopolítico terrestre ao tentar definir o mundo como um todo, atendendo aos aspectos geográficos e também políticos, modelo que foi floreado e que evidenciava os benefícios da continentalidade por ele advogada.

¹⁴⁴ **DIAS**, Carlos Manuel Mendes, *Op. Cit*, **nota 143**, p. 129.

¹⁴⁵ *Idem*, p. 131.

¹⁴⁶ “Alfred Mahan, preocupado, no final do século XIX (que assistiu à conquista definitiva do território dos Estados Unidos), em consolidar o poderio americano, preconizou um total domínio dos mares (*sea supremacy*). Esta geopolítica inspirou o que se chama o maritimismo ou navalismo. Tratava-se, de facto, de repelir todo o isolacionismo.” **BONIFACE**, Pascal, *Op. Cit*, **nota 31**, p. 161. “Chamaram-lhe o ‘Clausewitz do mar’, por ter promovido um pensamento sistemático da estratégia naval; pensou o espaço em termos de poder e, por isso, evoluiu da tática e estratégia naval, quando estas conheciam uma rápida evolução da tática e estratégia naval.” **CORREIA**, Pedro de Pezarat, *Op. Cit*, **nota 141**, p. 153. “Quem dominar os oceanos domina o mercado mundial; quem dominar o mercado mundial, domina as riquezas mundiais; quem for o senhor das riquezas mundiais, domina o próprio mundo.” *Idem*, p. 154.

¹⁴⁷ **DIAS**, Carlos Manuel Mendes, *Op. Cit*, **nota 143**, p. 147. **RENOUVIN**, Pierre e **DUROSELLE**, *Op. Cit*, **nota 141**, p. 26.

¹⁴⁸ **BESSA**, Marques, *Op. Cit*, **nota 8**, p. 147. “No início do século XX, o geopolítico britânico meditando sobre as condições do poderio do Reino Unido, então prestes a ser ultrapassado pela Alemanha de Guilherme II (segundo a *Weltpolitik*, ambiciosa política expansionista mundial), tentou elaborar diversos meios para contrariar as potências continentais, que ele considerava terem vocação para levar vantagem. Mackinder dividia o mundo em grandes zonas: a ocidente, as ‘potências marítimas’, dominando ‘o anel insular’ ou ‘anel dos continentes exteriores’, opondo-se à terra central de base (*Heartland*).” **BONIFACE**, Pascal, *Op. Cit*, **nota 31**, p. 161. “Mackinder chega à conclusão de que o poder mundial reside na capacidade de controlar grandes massas geográficas, sejam territoriais (geografia física), sejam populacionais (geografia humana), sejam matérias-primas (geografia económica). E constatava que eram as grandes áreas continentais que acumulavam estes factores de poder.” **CORREIA**, Pedro de Pezarat, *Op. Cit*, **nota 141**, p. 162. **RENOUVIN**, Pierre e **DUROSELLE**, Jean-Baptiste, *Op. Cit*, **nota 141**, p. 24. Veja-se a este propósito: **DEUS**, Ruth Elisa Correia da Fonseca da Costa, *Op. Cit*, **nota 142**, p. 29.

Atribuiu particular destaque ao espaço, a denominada área pivot¹⁴⁹. Mackinder afirmava que o domínio do espaço implicava um poder continental na linha da frente, repleto de recursos humanos e também naturais com pujança para invadir regiões periféricas.

Atendendo à posição geopolítica, podemos afirmar que a região do Mediterrâneo posiciona-se no “Crescente Interior” (Inner Crescent). As potencialidades deste espaço para travar o poder do centro continental, dependiam da concentração de esforços com o outro espaço hegemónico: o Crescente Exterior (Outer Crescent). A debilidade deste Crescente Exterior é a sua profunda diversidade, porque ele é o berço de inúmeras culturas diferenciadas e não raras as vezes antagónicas com as culturas do Ocidente, a cultura islâmica, por exemplo.”¹⁵⁰ Estabelecendo esta região ligações com a Europa e com a Ásia, podemos afirmar que pertence à “Ilha Mundial”. É constitutiva do “Midland Ocean”¹⁵¹ e imprescindível para deter o expansionismo histórico do “heartland.”¹⁵²

¹⁴⁹ Veja-se a este propósito que, “a área pivot é definida como toda uma área inacessível à navegação que se estende, (...) do Ártico às zonas tórridas do Baluchistão e da Pérsia, e que corresponde às regiões ártica e continental que, ocupando metade da Ásia e ¼ da Europa, apresentam terreno contínuo no Norte e no Centro do Continente.” **DIAS**, Carlos Manuel Mendes, *Op. Cit.*, **nota 143**, p. 113.

¹⁵⁰ “À volta do coração do mundo, do espaço pivô, “citadela da potência terrestre”, sucedem-se em semicírculos concêntricos diversos tipos de espaços. Em primeiro lugar há o crescente interior (inner crescent), cinturão protector do heartland (vazio hostil da Sibéria; cadeia dos Himalaias; o Gobi e os desertos do Tibete e do Irão), ainda assim com uma pequena malha aberta: a planície eurasiática, que se estende do Atlântico ao centro da Ásia. Na periferia deste crescente interior figuram as coastlands, as regiões costeiras, penínsulas onde se agrupa a grande maioria das populações humanas: Europa, Arábia, subcontinente indiano, Indochina, China marítima. À beira destas coastlands erguem-se as ilhas do crescente exterior (outer crescent): a Grã-Bretanha e o Japão (offshore islands). Finalmente, o último semicírculo (insular crescent, crescente insular) é composto pelas ilhas de maior dimensão (oulying islands): as Américas e a Austrália. Esta representação da Terra faz dela um palco organizado por rivalidades de poder, devendo o vencedor ser aquele que domina o heartland.” **BESSA**, Marques, *Op. Cit.*, **nota 8**, p. 147. Veja-se também, **DEFARGES**, Philippe Moreau, *Op. Cit.*, **nota 142**, p. 49.

¹⁵¹ “O conceito de Midland Ocean (segundo Cohen, a contrapartida transpolar do Hearland) é assente no pressuposto de que o continente americano possuiria potencialidades suficientes para poder equilibrar o domínio do Hearland, desde que a manutenção da capacidade efectiva de intervenção na Europa fosse uma realidade.” **DIAS**, Carlos Manuel Mendes, *Op. Cit.*, **nota 143**, p. 117.

¹⁵² “Afirma que o poder que dominar o Hearland (do Norte) e a Arábia, terá a capacidade de ocupar a encruzilhada dos caminhos do Mundo-no Suez-ocupação esta, difícil de conseguir pelo poder marítimo.” *Idem*, p. 114. “Daí a noção de heartland, coração do mundo. Trata-se do Norte e do Interior da Eurásia. Estende-se do Ártico até aos desertos da Ásia Central; os seus limites ocidentais situam-se no grande istmo situado entre o Báltico e o mar Negro. Mackinder evoca um segundo heartland, o do Sul, situado em África, ao sul do Sara, e separando o mundo branco do mundo negro. Como o heartland do Norte, o do Sul apresenta-se como uma zona que convida à circulação; permite controlar a península Arábica, o oceano Índico e o Atlântico Sul.” **DEFARGES**, Philippe Moreau, *Op. Cit.*, **nota 142**, pp. 48, 49.

As profundas alterações na Geopolítica desde Mackinder, são uma constatação e nesta medida se estuda a capacidade de reacção e resistência dos Estados, face a mecanismos conectados com a globalização.

4) Nicholas Spykman¹⁵³: defende que o Rimland¹⁵⁴ é fundamental para o entendimento do poder continental, sendo por isso o núcleo duro do poder mundial. Quem detivesse as rédeas deste espaço estratégico, dominaria o poder terrestre, criando obstáculos em ordem a não se tornar um poder marítimo, vigorando o poder da talassocracia. Quem dominasse este espaço estratégico, controlaria o poder da Fortaleza terrestre, impedindo-a de se tornar um poder marítimo, consolidando por esta via o poderio dos Estados talassocráticos, de comércio oceânico competitivo, ligados ao centro americano. Evidenciamos um síndrome

¹⁵³ “Durante a 2ª metade do século XX, sintetizou os dois autores precedentes. Retomando as noções de eixo e de cintura periférica, conceptualizou a *doutrina do containment* (contenção) durante a Guerra Fria. Para Spykman, as potências marítimas do mundo ocidental deviam impedir o eixo central eurasiático, no caso a União Soviética.” **BONIFACE**, Pascal, *Op. Cit*, **nota 31**, p. 161. “O último geopolítico pré-nuclear, Nicholas Spykman, faz notar, por seu lado, que a unidade última no comportamento político, tanto na esfera nacional como internacional, é o indivíduo. Mas sublinha que na esfera internacional “a luta pelo poder e pela participação no governo internacional realizam-se através de um tipo peculiar de organização corporativa chamada Estado e por isso o Estado se converte em unidade imediata de comportamento político. A minha investigação é o comportamento dos estados e o governo internacional que dele resulta.” **BESSA**, António Marques, *Op. Cit*, **nota 8**, p. 73. “Spykman surge com convicções inovadoras a nível do espaço geopolítico e considera o rimland e não o heartland, a zona pivot do mundo; o rimland, terras marginais, é a designação com que Spykman qualifica as zonas costeiras que bordejam a Eurásia, o arco ribeirinho envolvente do heartland e que Mackinder chamara de crescente interior ou marginal. No velho mundo, na Eurásia, em que, se disputará o poder mundial, este distingue as seguintes regiões: o heartland, de acordo com a localização e configuração que Mackinder lhe atribuíra em 1919. O rimland, que vai desde a Europa marítima ocidental até ao extremo oriente asiático, incluindo o Médio Oriente, o sub-continente indiano e o sudeste asiático; os *off shore continente and islands*, compreendendo a África, a Oceania e o Japão; o *ocean belt*, a grande massa oceânica contínua, envolvente das terras emersas.” **CORREIA**, Pedro de Pezarat, *Op. Cit*, **nota 141**, p. 180. Veja-se a este propósito: **DEUS**, Ruth Elisa Correia da Fonseca da Costa, *Op. Cit*, **nota 142**, p. 30.

¹⁵⁴ “O rimland são as terras costeiras da Eurásia, incluindo: A Europa marítima, o Médio Oriente, a Índia, o Sudeste Asiático e o Extremo Oriente; esta região concêntrica que abraça o heartland, se a associarmos à grande rota marítima periférica do mundo; esta inicia-se nos Mares Báltico e do Norte, viaja ao longo das Costas da Península Ibérica, interna-se no Mar Mediterrâneo, penetra no Mar Vermelho, cruza o Oceano Índico (de Aden a Panang), entra nos mares marginais do Extremo Oriente (mares da China e do Japão) e termina no mar de Okhotsk. Verificamos que o rimland se situa entre o heartland e a rota descrita.” **DIAS**, Carlos Manuel Mendes, *Op. Cit*, **nota 143**, p. 194. “O rimland (isto é, as terras costeiras); o rimland da Eurásia compreende as terras das margens: A Europa Costeira, os desertos da Arábia e do Médio Oriente, a Ásia das monções. O rimland deve ser considerado uma região intermediária, entre o heartland e os mares ribeirinhos. O rimland funciona como uma vasta zona de conflitos entre a potência marítima e a potência continental; o rimland é um espaço charneira, um desafio vital quer para a potência do mar, quer para a potência de terra.” **DEFARGES**, Philippe Moreau, *Op. Cit*, **nota 142**, p. 56.

hipercompetitivo entre potências terrestres e marítimas para dominar o Rimland¹⁵⁵. Ou seja, a região mediterrânea está inserida no Rimland da Europa, evitando que esta zona estratégica, marcadamente continental, se transformasse em potência marítima.

Para Spykman o Médio Oriente insere-se no Crescente Fértil¹⁵⁶ (Mesopotâmia e Levante¹⁵⁷), que engloba cinco pontos estratégicos: Egipto, Anatólia, o Sul do Cáucaso, Pérsia (Irão) e Arábia. Estas sete zonas constituem a geopolítica do Médio Oriente¹⁵⁸.

Acrescentamos ainda que embora Morgenthau tenha definido “a geografia como o factor mais estável do poder, juntando-se assim a Spykman, trata porém a geopolítica como uma pseudociência, apoiando-se em receitas, e em primeiro lugar naquela segundo a qual quem governa o heartland comanda a ilha mundial.”¹⁵⁹

- 5) **Saul Cohen**¹⁶⁰: A região geopolítica¹⁶¹ do Mediterrâneo posiciona-se na região geoestratégica do comércio marítimo, enquadrada na estratégia Ocidental de cariz económico¹⁶². Está integrada na zona geopolítica do Magrebe e pertencente do “shatterbelt”¹⁶³ do Médio Oriente. A crescer a isso é dotada de recursos, contudo

¹⁵⁵ “Spykman insiste na diversidade, na heterogeneidade do rimland.” Idem, p. 57.

¹⁵⁶ “O Crescente Fértil: Região do Médio Oriente, em forma de Crescente, que engloba o Levante, a antiga Mesopotâmia e o vale do Nilo inferior. O Crescente Fértil, é uma região de grande significado histórico, onde nasceram as primeiras grandes civilizações.” SANTOS, Eduardo Eugénio Silvestre dos Santos, “A Geopolítica do Médio Oriente” in *Revista Militar*- Pró Pátria, Defesa, Lisboa, Maio de 2009, p. 532.

¹⁵⁷ “Levante: parte ocidental do Médio Oriente, englobando a Síria, o Líbano, Israel, a Jordânia e a Península do Sinai. É limitada a Norte pelas montanhas do Tauro e a Leste pelo Deserto Árábico e a alta Mesopotâmia.” Idem, p. 532.

¹⁵⁸ “O Médio Oriente, por sua vez, é uma encruzilhada de caminhos, de impérios, suscitando invasões tanto do Leste (Turcos, Mongóis), como do Sul (Árabes), ou do Oeste (Europeus no tempo das cruzadas e mais tarde no da colonização).” DEFARGES, Philippe Moreau, *Op. Cit*, nota 142, p. 57.

¹⁵⁹ Idem, p. 63.

¹⁶⁰ Veja-se a este propósito: DEUS, Ruth Elisa Correia da Fonseca da Costa, *Op. Cit*, nota 142, p. 30.

¹⁶¹ “As regiões geopolíticas são subdivisões das regiões geoestratégicas e expressam a unidade da caracterização geográfica, porque resulta, directamente das Regiões Geográficas, esta unidade confere uma base sólida para acções políticas e económicas comuns, tipificando-se, para além do seu significado regional, pela contiguidade da localização e pela complementaridade de recursos, constituindo-se como bases para o surgimento de nódulos de poder no interior das regiões geoestratégicas.” DIAS, Carlos Manuel Mendes, *Op. Cit*, nota 143, p. 205.

¹⁶² “Para Cohen, na região geoestratégica Mundo Marítimo Dependente do Comércio, incluem-se as seguintes regiões geopolíticas, tais como: América de Expressão Inglesa e Caraíbas; Ilhas Asiáticas e Oceânia; América do Sul e Europa Marítima e Magrebe.” Idem.

¹⁶³ “Um shatterbelt é aqui definido como uma grande região geoestrategicamente localizada, constituída por um certo número de Estados desarticulados no seu alinhamento político, e que está presa entre o conflito de interesses das grandes potências.” Idem, p. 209.

desfasada em termos políticos. É pois incontornável, a importância geoestratégica da região do Mediterrâneo.

Integração Económica:

A integração económica poderá ser considerada uma alternativa, em ordem a alcançar formas de integração de nível superior¹⁶⁴. As riquezas petrolíferas e minerais por parte do mundo árabe repercutem-se no mundo ocidental e no seu respectivo desenvolvimento, daí o interesse destas potências nesses recursos. Para Felipe Marini “ a experiência integracionista europeia, não serve para ser aplicada como exemplo para as nações subdesenvolvidas.”¹⁶⁵

Recursos Energéticos:

a) Hidropolítica/Hidrologia¹⁶⁶:

Actualmente é reconhecida a pressão humana vulgarmente exercida em volta da água doce a nível global, entendida por diversos autores¹⁶⁷ por ter alcançado elevado nível, o qual assume um papel central em alguns conflitos da actualidade e confrontos por posições estratégicas.

Como recurso assume uma posição crucial, pois dele dependem:

- a) A subsistência humana mediante água potável;

¹⁶⁴ **MARINI**, José Felipe, *Geopolítica en el Medio Oriente*, Círculo Militar, Buenos Aires, 1988, p. 202.

¹⁶⁵ Idem.

¹⁶⁶ “Ao longo da história, a rede hidrográfica tem desempenho sempre, conforme a situação, funções de ligação entre povos e culturas (berço de civilizações importantes), de via de penetração e de escoamento comercial, de obstáculo do ponto de vista militar (no âmbito das acções militares também tem servido como via de acesso a áreas “interiores”). No território do Estado pode distinguir-se, portanto: a) o domínio terrestre; b) o domínio fluvial; c) o domínio marítimo; d) o domínio aéreo (Cunha e Pereira, 2004, p. 588).” **DIAS**, Carlos Manuel Mendes, *Op. Cit.*, nota 143, p. 230. Veja-se também, **RODRIGUES**, Castro, “A Segurança na região Euro-Mediterrânica-Implicações para Portugal”, Curso de Estado-Maior, IAEM, Lisboa, 1999-2001, p. 22.

¹⁶⁷ **NAIDOO**, Anil & **DAVIDSON-HARDEN**, Adam (2005). *Water as a strategic International resource: The new water wars*”, p.1.

- b) a agricultura;
- c) a indústria de desenvolvimento em todos os sectores.

Se por um lado em muitos pontos do Globo a busca de água suplanta a oferta ou a existente seja de qualidade inferior, por outro a pressão exercida sobre as bacias hidrográficas aumentará, em virtude dos países entendidos em vias de desenvolvimento aumentarem paulatinamente o seu grau industrial, e os ditos desenvolvidos utilizarem os recursos hídricos abusivamente.

Torna-se cada vez maior a preocupação e consciência geoestratégica, no tocante ao acesso aos recursos energéticos e hídricos e a água, particularmente, adquire um papel vital e primordial em inúmeros aspectos, sendo erróneo considerá-la apenas como um “recurso hídrico.”¹⁶⁸

Socorrendo-nos da história, os conflitos que proliferam ao longo dos cursos da água têm assumido uma tendência do comportamento humano. Em especial, no século XX, o acesso/ controlo à água, tem sido o motivo fulcral de diversos conflitos¹⁶⁹.

Passamos a tecer algumas considerações, em ordem a compreender esta temática da água¹⁷⁰. São as seguintes:

- Em pleno século XX, constatamos um acréscimo da intensificação da utilização de água doce, atingindo o dobro da captação hídrica (a água cobre aproximadamente dois terços do planeta, do abastecido apenas 3% é água fresca, o restante encontra-se congelada nos glaciares polares).¹⁷¹
- Procede-se a uma amostragem de água colhida nos inúmeros pontos do Globo, que demonstram que as águas dos oceanos estão cobertos por uma fina película de petróleo ou seus derivados. Contudo, esta película dificulta a evaporação da água

¹⁶⁸ **SOROMENHO-MARQUES**, Viriato, *O desafio da água no século XXI*, Lisboa, 2003, pp. 29, 30.

¹⁶⁹ **GLEICK**, Peter, *Cronologia do conflito de água*, Oakland, CA: Instituto de Pacífico de estudos em desenvolvimento, ambiente e da segurança, 2006.

¹⁷⁰ **SOROMENHO-MARQUES**, *Op. Cit*, nota 168, pp. 29, 30.

¹⁷¹ Comissão das NU sobre desenvolvimento sustentável (UNCSD), da avaliação global dos recursos de água fresca do mundo, relatório do Secretário-geral, das NU, E/CN.17/1997/9, 4 de Fevereiro de 1997, pp. 8, 9.

da vasta superfície dos oceanos, transtornando o decurso do ciclo da água, assim como a oxigenação da mesma e a vida dos recursos biológicos que contém.

- Actualmente, 2 mil milhões de pessoas não possuem água suficiente para abastecer as suas necessidades mais básicas, isto é, aproximadamente um terço da população mundial, tornando-se cada vez mais num flagelo em inúmeras regiões do Globo.
- A utilização da água traduz-se na irracionalidade e no desperdício – em especial no sector agrícola, 70% do seu consumo. Frank Rijsberman¹⁷² advoga que “o uso global da água aumentou seis vezes nos passados 100 anos e duplicará novamente até 2050, impulsionada pela irrigação e exigências agrícolas”.
- A poluição existente nos recursos hídricos conduz ao acréscimo dos custos e à respectiva degradação acelerada de ecossistemas.

Para Yves Lacoste, os Golan são sem dúvida “um importante elemento hidrogeopolítico.”¹⁷³ Constatamos que a escassez hídrica reveste-se, cada vez mais, de delicados problemas estratégicos e de segurança.¹⁷⁴

Resenha Histórica:

Socorrendo-nos de uma breve resenha histórica, é importante salientar a primeira maquete hidrológica no Jordão ocorreu em 1919, assente na agricultura e indústria, aquando do mandato inglês. Estabeleceram-se fronteiras hidrológicas que separavam ingleses e franceses.

Posteriormente, as Nações Unidas atribuíram a Israel o domínio do Jordão e do Lago Tiberíades. Marco histórico a frisar foi a proclamação do Estado de Israel em 1948, que revolucionou a conjuntura política, demográfica, geopolítica, e em consequência os recursos hidrológicos. Em 1967 foi determinante para Israel resolver os seus contratemplos, em ordem a não ficar submisso aos seus opositores, que o poderiam impedir no acesso à

¹⁷² Director do Instituto Internacional de Gestão da Água.

¹⁷³ LACOSTE, Yves, *Op. Cit*, nota 70, p. 433.

¹⁷⁴ SCHMITZ, (1992); The World Bank, (1993); CLARKE, (1993); CARIUS e LIETZSMANN, (1998); VLACHOS e CORREIA, (2000); LACOSTE, (2001); WARD, (2002); ROSEGRANT, (2003).

água doce. Os Montes Golan vieram solucionar esta questão, pois permitiu controlar o Baniyas desde a fonte até à ligação com o Jordão. ”O que ficaria fora do controlo de Israel seriam os rios a norte dos Golan, o Hasbani e o Wazzani.”¹⁷⁵

Com a Conferência de Paz de Madrid em 1991, progrediram as negociações entre Israel e os países árabes vizinhos, em que o bem essencial água foi palco de conversações, a fim de se encontrar soluções de conexão e satisfação dos propósitos das partes intervenientes. “Até ao momento, só Israel e a Jordânia tiveram uma solução para a utilização das águas do Jordão (art VI, Anexo II do Tratado de 26 de Outubro de 1994).”¹⁷⁶

A maior parte da população israelita lutou pela sobrevivência, numa área caracterizada por ser árida ou semiárida, combatendo a recessão de água potável.¹⁷⁷

Daí o motivo da sua luta pelo controlo do Jordão¹⁷⁸ e água oriunda do Lago Tiberíades, de onde provém a água que abastece todo o país, irrigando os terrenos agrícolas e contribuindo para o crescimento industrial.

A ligação Montes Golan-Hermon consiste no abastecedor de água consumida em Israel.

Atendendo ao cenário geopolítico, os palestinianos, em particular os agricultores são abastecidos por água de custo mais elevado e de qualidade inferior em relação a Israel.

“O consumo de água é muito discrepante: Israel consome 348 litros de água/ por pessoa/ por dia, enquanto que os palestinianos em Gaza e na Margem Ocidental apenas gastam 70 litros de água/ por pessoa/ por dia, bastante abaixo do recomendado pela OMS (100 litros de água/por pessoa/por dia).”¹⁷⁹

No decénio de 70, o Egipto apresentou uma proposta atendendo à redução do caudal do rio Jordão, proposta efectuada pelo presidente Anwar el-Sadat,

¹⁷⁵ SARAIVA, Maria Francisca, “Geopolítica e Geoestratégia dos Montes Golan” in **Revista Geopolítica**, nº 1, Lisboa, Setembro 2007, p. 277.

¹⁷⁶ SARAIVA, Maria Francisca, *Op. Cit*, **nota 175**, p. 275.

¹⁷⁷ Idem, p. 266.

¹⁷⁸ “O rio Jordão nasce no Líbano, nas encostas do Monte Hermon (que atinge os 2800 metros de altitude), recolhe boa parte da evaporação que vem do Mediterrâneo e redistribui a água através de numerosos cursos de água e aquíferos. Três rios se juntam para formar o Jordão: o rio Hasbani, que nasce no Jabal el Cheikh, na encosta ocidental do Monte Hermon, no Líbano. O Dan, na zona mais setentrional de Israel e o rio Baniyas, que nasce no Hermon, do lado sírio.” SARAIVA, Maria Francisca, *Op. Cit*, **nota 175**, p. 267.

¹⁷⁹ Idem, p. 270.

tendo em vista a edificação de um pipeline de água desde o rio Nilo ao deserto de Neguev. Esta atitude foi olhada com desconfiança, por parte da elite política do Estado de Israel.

Actualidade:

Na actualidade, o caudal do Rio Jordão está a escassear. Nesta medida, o rio Litano urge como uma alternativa, estando localizado “a cerca de 10km da zona a montante do rio Jordão, dominada por Israel.”¹⁸⁰ Esta acção estratégica israelita, assenta nas tentativas de conciliação duráveis há anos e baseadas na cooperação militar.

A humanidade no terceiro milénio que se avizinha poderá certamente assistir a uma nova modalidade de guerra: a guerra pela água. Em 1995, um relatório do Banco Mundial evidenciava que as guerras do próximo século seriam motivadas pela conquista/ confronto de água, divergindo dos conflitos do século XX, motivados por móveis políticos ou pela conquista do petróleo.

Enquadrando-se nas designadas actuais novas ameaças, o Embaixador Francisco Seixas da Costa¹⁸¹, afirma que a degradação ambiental, a excessiva exploração e a má gestão dos recursos naturais têm cada vez mais repercussões em matérias de segurança. Admite que a água, embora sendo um recurso menos mediático que o petróleo e a confirmar-se a sua escassez, virá a tornar-se imprescindível numa perspectiva futurista em certas partes do globo.

Se este recurso vier a escassear, a carência de políticas de aproveitamento regional integrado elevam a sua preocupação, podendo esta situação ser facilmente aproveitada por grupos de criminalidade organizada, onde o lucro é o seu principal móbil, assim como agravar o flagelo, já com expressão mundial, de movimentos migratórios para zonas onde os recursos e as condições são mais favoráveis, criando-se aqui também o risco de grupos dedicados ao tráfico de humanos, em ordem a aproveitar as debilidades das populações.

¹⁸⁰ Idem, *ibidem*, p. 277.

¹⁸¹ COSTA, Francisco Seixas, *As novas ameaças à Segurança*, Lisboa, 2008, p. 6.

A priori podemos constatar que o que irá ocorrer num futuro próximo, sucedeu em 1967, quando o controle da água despoletou uma guerra no Médio Oriente. Nesse mesmo ano, os árabes edificaram infra-estruturas em ordem a afastar o curso do rio Jordão e seus respectivos afluentes. O rio Jordão é considerado o principal rio da região, que nasce ao sul do Líbano e banha Israel e Jordânia. Com o novo percurso, Israel perderia boa parte da sua capacidade hídrica. Sendo assim, o governo israelita deliberou o bombardeamento da infra-estrutura, proliferando a rivalidade com os países vizinhos.

Juntando Israel, Jordânia e Palestina comprova-se que cerca de 5% da população do mundo sobrevive com 1% da água disponível no Médio Oriente, e nesta conjuntura é inevitável a guerra entre árabes e israelitas. Enquanto o aquecimento global mantém o seu avanço, Israel, os palestinianos e a Jordânia dependem das águas do Rio Jordão, contudo Israel controla-o, mediante a restrição da sua passagem nas épocas de escassez (fontes de água para a Faixa de Gaza e Cisjordânia desde a ocupação de 1967).¹⁸² Ainda assim, Israel afirma que os palestinianos desviam água das suas condutas e que construíram milhares de poços ilegais. Por outro lado, a Palestina atribui culpas a Israel de se apropriar da sua água subterrânea mediante bombas progressistas.

A Professora Maria Francisca Saraiva considera que Israel vive um dilema de segurança: deseja a paz com os seus vizinhos, mas também teme perder o acesso aos recursos hidrológicos.¹⁸³

No sentido de ser materializado o projecto de construção dos 4 oleodutos submarinos anunciados em Abril 2006 por Israel e a Turquia, estando situados ao largo dos territórios Sírio e Libanês podendo intermediar os fornecimentos de petróleo à Índia e Extremo Oriente, isolando com este movimento táctico a Rússia, a Síria e o Irão. O mais importante em torno da água, será a construção de uma conduta paralela ao oleoduto Baku-Tiblisi-Ceyhan (BTC), que traria água da Anatólia para Israel e consubstanciar-se-ia num objectivo geopolítico de elevada relevância, pois seria o garante da sustentação hidrológica de Israel, assim como o poderia colocar como principal *pivot* da região, numa zona onde a

¹⁸² TAGUCHI, Clarissa, “Water wars”, 2006, panoramaecologia.blogspot.com

¹⁸³ SARAIVA, Maria Francisca, *Op. Cit.*, nota 175, pp. 259-290.

escassez de água assume em variados aspectos assunto de Estado vital para a sobrevivência.

Tendo este cenário novamente a escassez de água como pano de fundo, este aliado natural dos EUA prepara a sua orientação, por forma a assumir um papel de relevância ainda superior na zona. Os seus planos com recurso aos oleodutos recebendo a energia mas também a água, terão certamente um papel impulsionador nesse sentido, uma vez que além de resolver os seus problemas de dependência, também lhe atribuíam um papel de distribuição/ controlo para a região. Os israelitas tiram a água aos Palestínianos e depois vendem-na aos Palestínianos.

Israel assistiu ao longo da história a vários conflitos armados, no entanto, o ónus da sua necessidade permanece activo, em virtude da água ser necessária e vital.¹⁸⁴

Em suma, as grandes oposições no palco do século XXI serão certamente a propósito da água¹⁸⁵, destronando o petróleo do século XX.

Breve síntese conclusiva:

No quadro geopolítico, quer a hidrografia quer a posição estratégica e geográfica dos Montes Golan são imprescindíveis na compreensão do Estado de Israel, inserido na região do Mediterrâneo. Os Montes Golan podem assim servir de motor, para o estabelecimento das relações Israel e Síria no enquadramento regional.

¹⁸⁴ “Hoje em dia, Israel retira mais de 40% da sua água subterrânea e mais de um quarto da água fluvial da faixa Ocidental do Jordão. O conflito entre Israelitas e Palestínianos não tem só como origem a terra, mas também a água. É por isso que o actual roteiro para a paz contempla uma gestão conjunta da água.” DIAS, Carlos Manuel Mendes, *Op. Cit*, nota 143, p. 231.

¹⁸⁵ Veja-se a este propósito: NETANYAHU, Benjamin, *A Durable Peace- Israel and its place among the Nations*, Warner Books, New York, 2000, p. 328. Veja-se também, http://www.mfa.gov.il/MFA/MFA+events/Conferences/World_Water_Day_and_World_Bank_Development_Report, consultado em 17 de Junho de 2012, 17:30.

b) Pipelines de Petróleo e Gás¹⁸⁶:

A nível geopolítico e estratégico os gasodutos e oleodutos têm aumentado em termos de primazia. A nível mundial, o segundo maior pipeline com cerca de 1760 km é o importante oleoduto BTC¹⁸⁷.

Em Abril de 2006 Israel e Turquia divulgaram uma proposta para construir quatro oleodutos submarinos ao longo da Síria e Líbano, para fornecer petróleo à Índia e Extremo Oriente. Tal situação permitiu a Israel ocupar a posição de grande protagonista no consumo/ exportação do petróleo do Cáspio. “O trajecto é pelo Mar Cáspio, Mar Negro, Turquia, Israel (Ashkton, porto no Mediterrâneo) até chegar a Eilat (porto do Mar Vermelho). Utilizou o pipeline Tipline, Trans-Israel Pipeline ou Eliat-Ashkelon, através do projecto Reverse Flow, que é bidireccional, porque permite que a direcção original de transporte do petróleo (sul-norte) seja complementada com a rota inversa (Ashkton-Eilat), o que é importante para diversificar as linhas de abastecimento mundiais- a rota do Cabo é muito longa e o Canal do Suez tem limitações em relação aos superpetroleiros.”¹⁸⁸

É uma referência estratégica importante o procedimento da edificação de uma conduta de água, extraíndo água de Anatólia para Israel, posterior à saída da Síria do Líbano em 2005.

Podemos ainda concluir, que a região do Mediterrâneo possui a maior rede petrolífera do mundo, denominada por alguns de “dádivas de Deus”.¹⁸⁹

Em suma, para Felipe Marini, “os recursos económicos nos estados árabes são bastante desiguais, daí que alguns estados mais que integração necessitam de assistência; a sua

¹⁸⁶ “Israel encontrou gás natural e muito.” **STILWELL**, Alice, “Israel e os recursos naturais: a todo o gás!” in **Expresso**, Exclusivo Expresso “The Economist”, Lisboa, 20 de Novembro de 2010, p. 37. “Outrora um deserto, a Terra Prometida floresceu. O gás descoberto reforçará o sucesso económico de Israel.” **MOTA**, Margarida, “Milagre em terra e no mar” in **Expresso**, Lisboa, 20 de Novembro de 2010, p.36.

¹⁸⁷ “O BTC atravessa a Geórgia e o Azerbaijão, ambos protectorados americanos com alianças militares firmada com a NATO e com acordos de cooperação militar com Israel.” **SARAIVA**, Maria Francisca, *Op. Cit*, **nota 175**, p. 283.

¹⁸⁸ **SARAIVA**, Maria Francisca, *Op. Cit*, **nota 175**, p. 284. Veja-se também: www.eapc.co.il.

¹⁸⁹ “As receitas das companhias petrolíferas ocidentais provêm das suas actividades de prospecção e de extracção (facturadas aos países com recursos petrolíferos), de refinação e de distribuição em todo o mundo.” **LACOSTE**, Yves, *Op. Cit*, **nota 70**, p. 29.

dependência económica e tecnológica com o exterior, unidas às guerras de libertação da Palestina têm acentuado as suas diferenças.”¹⁹⁰

Integração Cultural-Religiosa:

Para Felipe Marini os árabes distanciam-se quanto aos seus interesses políticos, económicos e formas de encarar o destino dos povos e seus respectivos modelos de inserção no mundo, contudo a maioria são muçulmanos, crentes no islamismo.¹⁹¹

Em termos religiosos, o sul do Mediterrâneo é composto por países muçulmanos e o norte por países cristãos

1) Fundamentalismo Islâmico:

“O mundo árabe está desiludido com o Ocidente, quando deveria estar desiludido com os seus líderes (...). Se há uma grande causa para a ascensão do fundamentalismo islâmico, trata-se do falhanço total das instituições políticas do mundo árabe.”

SANTOS, Eduardo Eugénio Silvestre dos Santos,
“A Geopolítica do Médio Oriente,
in Revista Militar, Pró Pátria, Defesa,
p. 552
in ZAKARIA, Fareed- *O futuro da liberdade-
A democracia iliberal nos Estados Unidos e no mundo*,
Gradiva, Lisboa, 2004, pp. 135-139.

Primeiramente temos que começar por definir fundamentalismo que consiste na ideologia¹⁹² que acredita nos fundamentos da religião, como base para a organização da

¹⁹⁰ MARINI, José Felipe, *Op. Cit*, nota 164, p. 215.

¹⁹¹ Idem, p. 199.

¹⁹² “O termo ideologia que surgiu, como se sabe, com Destutt de Tracy significaria, para Gonzalo Fernandez de la Mora, a ciência das ideias. As ideologias mudaram qualitativamente; surgiram novas ideologias como o fundamentalismo. O Professor Sousa Lara fala em microciclos das ideologias que são “revoltas menores em termos de efeitos concretos, contra o sentido dominante do macrociclo definido; como por exemplo ocorre com o processo ideológico no mundo islâmico.” LARA, António de Sousa, *Op. Cit*, nota 30, pp. 66,73,80.“(...) aqueles Estados do mundo islâmico que adoptaram como ideologia determinante das referidas

vida em sociedade. Ao contrário do que muitos pensam, o fundamentalismo não é exclusividade dos islâmicos. A expressão surgiu no início do século XX, com algumas seitas protestantes norte-americanas que pretendiam balizar as suas vidas numa interpretação literal da Bíblia¹⁹³. Também são encontrados grupos fundamentalistas em religiões como hinduísmo e judaísmo.

Já o fundamentalismo islâmico¹⁹⁴ consiste na ideologia de movimentos empenhados em criar uma sociedade guiada pelos fundamentos do Corão e contrários aos modelos filosóficos e políticos do Ocidente. O fundamentalismo espalhou-se entre alguns grupos islâmicos após a Revolução Islâmica no Irão, que instaurou um Estado teocrático controlado pelo líder xiita Ayatola Khomeini.

Relativamente ao conflito israelo-palestiniano além de estar relacionado com o renascer do Islão, fez também crescer o fundamentalismo islâmico.

Podemos constatar que o mundo islâmico não detém o conhecimento profundo da democracia nem da tecnologia moderna, e conseqüentemente ressentir-se a nível social, político e económico o seu atraso na maratona do progresso. Se nos assegurarmos de forma

‘superestruturas’ jurídico-políticas certas formulações da religião corânica enquadráveis no universo que é comumente referenciado como ‘fundamentalismo islâmico’.” **LARA**, António de Sousa, *Da História das Ideias Políticas à Teoria das Ideologias*, Volume I, Lisboa, 1994, p. 55. “É um conjunto de reflexões, mais ou menos consistentes, que fundamenta uma doutrina política, uma estrutura macroeconómica ou um sistema socioeducativo, transformando-se, assim, em sistemas de coerência para uns, padrões de comportamento e seguidismo para outros, pretensos objectivos de realização para muitos e de rejeição ou oposição para uns tantos.” **FERNANDES**, Evaristo, “ideologia”, in **POLIS**, Enciclopédia VERBO da Sociedade e do Estado, 3º Volume, Lisboa, 1995, p. 364.

¹⁹³ **SILVA**, Teresa Almeida e, *Sociedade e Cultura na Área Islâmica*, ISCSP, Coleção Manuais Pedagógicos, Lisboa, Novembro de 2010, p. 237. Veja-se, também a este propósito **SILVA**, Teresa Almeida e, *Wahhabismo: Contribuições para a Análise do Fundamentalismo Saudita*, Dissertação de doutoramento em ciências sociais, na especialidade de relações internacionais, ISCSP, Lisboa, 2008, pp. 24-29.

¹⁹⁴ “ No Islão moderno, o fundamentalismo é uma reacção contra o compromisso estabelecido com a sociedade secular moderna, bem como uma expressão do desejo de manter ou redescobrir os valores essenciais da fé. Desde o primeiro cisma, aquando da sucessão de Maomé, até à submissão do Dar al-Islam (mundo do Islão) ao Ocidente materialista no século XX, os muçulmanos têm sido sujeitos à divisão, ao descrédito, ao imperialismo, ao colonialismo, à tirania, à corrupção e, mais recentemente, à reocupação, tanto económica como militar. O fundamentalismo islâmico parece querer afastar esta história desfeada e restabelecer a submissão à palavra de Deus, seguindo os princípios mais puros recônditos no Alcorão. No fundo, o fundamentalismo islâmico apresenta-se como um arquétipo político e não apenas como uma simples visão integrista da religião.” **SILVA**, Teresa Almeida e, *Op. Cit*, **nota 193**, p. 240. Sobre as causas e características do fundamentalismo islâmico, veja-se: **SILVA**, Teresa Almeida e, *Wahhabismo: Contribuições para a Análise do Fundamentalismo Saudita*, *Op. Cit*, **nota 193**, pp. 29-34, 92-98, 99-126. **LARA**, António de Sousa, *Op. Cit*, **nota 30**, p. 633.

muito breve sobre as bases, nas quais se apoia o renascimento actual do mundo islâmico, saltam à vista duas causas. Em primeiro lugar, encontramos o fortalecimento económico e, com este, também o político e militar do mundo islâmico, a partir do significado que o petróleo adquiriu na política internacional. Mas enquanto no Ocidente o impulso económico conduziu à debilidade da substância religiosa, no mundo islâmico vincula-se ao novo impulso económico uma nova consciência religiosa, na qual conjugam-se numa indissolúvel unidade a religião islâmica, a cultura e a política. Esta nova consciência religiosa e as posturas que se desprendem dela qualificam-se hoje no Ocidente como fundamentalismo. Transpõe-se um conceito do protestantismo norte-americano, de forma inadequada, a um mundo conformado de modo completamente diferente e isto não contribui ao verdadeiro conhecimento das circunstâncias. Em segundo, o fundamentalismo é, no seu sentido original, uma corrente surgida contra o evolucionismo e a crítica bíblica que, junto com a defesa da absoluta infalibilidade da Escritura, tentou proporcionar um sólido fundamento cristão contra ambos.

Sem dúvida, existem analogias a respeito desta posição noutros universos espirituais, mas converte-se em identidade a analogia e incorre-se numa simplificação errónea. De tal fórmula extraiu-se uma chave demasiadamente simplificada, através da qual se pretende dividir o mundo. A linha do pretendido fundamentalismo estende-se, então, desde o protestante e o católico até ao fundamentalismo islâmico e ao marxista. Fundamentalista é aquele que sempre tem convicções firmes, por isso actua como factor criador de conflitos e como inimigo do progresso.

Deveria ser deixada de lado a expressão "fundamentalismo islâmico", porque oculta, sob uma mesma etiqueta, processos muito diferentes em lugar de esclarecê-los. Deveria ser diferenciado o ponto de partida do novo despertar islâmico e as suas diversas formas.

O mundo cristão tinha gerado, nos momentos da sua maior realização de poder, um sentimento negativo em torno do próprio subdesenvolvimento e dúvidas sobre a própria identidade, ao menos nos círculos cultos do mundo islâmico. Deste modo, cresceu o desprezo frente ao confinamento do moral e do religioso no âmbito puramente privado,

frente a uma configuração da vida pública, na qual só seria válido o agnosticismo religioso e moral.

O poder com o qual esse estilo de vida foi imposto formalmente, sobretudo mediante a exportação da cultura norte-americana, um estilo de vida que devia aparecer como o único normal, foi percebido cada vez mais como um ataque contra o mais profundo da própria essência. O facto de que a ex-União Soviética não ser ateísta, mas os Estados Unidos da América, tolerantes em matéria religiosa e ao mesmo tempo fortemente marcados pela religião, os que são combatidos e atacados, depende desse choque entre uma cultura moralmente agnóstica e um sistema de vida, choque no qual a nação, a cultura, a moral e a religião apareciam como uma totalidade indivisível.

As configurações concretas dessa nova autoconsciência são muito variadas. Aferrar-se freneticamente às tradições religiosas, vincula-se em muitos sentidos ao fanatismo político-militar, no qual a religião é considerada de forma directa como um caminho de poder terreno. A instrumentalização das energias religiosas em função da política é algo, sem dúvida, muito próximo à tradição islâmica.

Em consonância com isto, desenvolveu-se, em relação ao fenómeno da resistência palestina, uma interpretação revolucionária do Islão que esbarra na teologia cristã da libertação, e que fez com facilidade uma mistura de terrorismo ocidental, inspirado pelo marxismo e o islâmico. O que de maneira superficial se denomina "fundamentalismo islâmico" se poderia vincular com facilidade às ideias socialistas sobre a libertação: o Islão é apresentado como o verdadeiro exemplo, encontrou Roger Garaudy o seu caminho do marxismo ao islão. Vê nesse último o portador das forças revolucionárias contra o capitalismo dominante.

Em contraposição a isto, um mandatário fortemente marcado pela religião como é o rei Hassam do Marrocos expressou a sua profunda preocupação pelo futuro do Islão: uma interpretação do Islão que considere como seu núcleo a entrega a Deus e está repreendida com uma interpretação político-revolucionária, na qual a questão religiosa se converte em parte de um chauvinismo cultural e com isso se subordina ao político. Não nos deveríamos dispor com tanta rapidez à análise de um fenómeno tão complexo como este. O Islão, tão

seguro de si mesmo, actua há muito tempo sobre o Terceiro Mundo como algo mais fascinante que um cristianismo dividido em si mesmo.

A título conclusivo, recentemente com a publicação do livro intitulado *Rua Árabe* de Nuno Rogeiro, concluiu que o islamismo característico dos povos islâmicos, “marginalizados e humilhados, não poucas vezes pelos ocidentais, por Israel e pelos seus próprios governantes, é necessária uma atitude radicalmente nova que nos encaminhe para uma aliança de civilizações com esse intrigante e difícil mundo árabe, evitando o choque de civilizações de Huntington que pode levar ao fim da civilização.”¹⁹⁵

2) Sionismo¹⁹⁶:

“Judaísmo é o barómetro da norma moral no mundo político.”

EINSTEIN, Albert in
WICKERT, Johannes, *Albert Einstein*,
Colecção A minha vida deu um livro,
Expresso, 2011, p. 111.

O sionismo¹⁹⁷ é caracterizado por um movimento que converge num território o povo judeu¹⁹⁸, extinguindo a discriminação em ordem a constituir uma nação independente. Eis aqui o movimento sionista como criador do Estado de Israel.

Para Yves Lacoste, o sionismo é um movimento nacional inovador em termos geopolíticos. “Por um lado, os membros deste povo estavam dispersos sobre vastos territórios europeus, em vários Estados e nações; por outro, os membros deste povo judeu

¹⁹⁵ **PINTO**, Jaime Nogueira, “As ruas árabes” in *Sol*, Lisboa, 14 de Outubro de 2011, p. 25.

¹⁹⁶ “Os judeus dispõem de um Estado desde 1948, mas são quatro vezes mais numerosos fora de Israel (...)” **DIAS**, Carlos Manuel Mendes, *Op. Cit*, **nota 143**, p. 244.

¹⁹⁷ Fala-se de sionismo como fundamentalismo judaico e a este propósito “o judaísmo integra três componentes históricas que funcionam, de forma ideal, como suporte de uma atitude de natureza fundamentalista. A primeira é a da matriz objectiva da nação hebraica. Não é judeu quem quer, nem quem pratica a religião judaica, mas sim o que nasce de mãe judia. A segunda é a da predestinação da nação judaica como povo eleito por Deus para continuar o Seu projecto na Terra. A terceira resulta da promessa feita por Javé a Abraão 4000 anos antes de Cristo e que se prende com a adjudicação àquele povo da terra de Israel.” **LARA**, António de Sousa, *Op. Cit*, **nota 30**, p. 631.

¹⁹⁸ “Distinguem-se três conjuntos de judeus: os judeus orientais, de Bagdad, que falavam o árabe e que desapareceram recentemente (devido à emigração e, depois, aos massacres); os sefarditas (que significa os de Espanha), que falavam ladino, o antigo espanhol; e os judeus asquenazes (os da Alemanha), que falavam o ídiche (judeu), uma língua muito próxima do antigo alemão.” **LACOSTE**, Yves, *Op. Cit*, **nota 70**, p. 419.

falavam línguas diferentes e participavam activamente no desenvolvimento cultural das várias nações onde estavam dispersos; a grande maioria deste povo judeu não se interessava por este projecto, uma vez que era reprovado pela maioria dos rabinos, base do judaísmo; por último, o território escolhido pelos promotores do sionismo para se tornar no seu Estado não era aquele onde se encontrava então a maioria dos judeus.”¹⁹⁹

O movimento sionista inicia-se no século XIX, em Jerusalém, por motivos históricos e baseado na sede de vingança quanto à expulsão dos judeus da Palestina e a sua ambição de independência.²⁰⁰ Os judeus ocuparam o Mediterrâneo e Bagdad, e posteriormente propagaram-se pelos diversos países que ocuparam, imiscuindo-se nas suas culturas. No que respeita às actividades por eles exercidas, destacamos as actividades agrícolas, daí a ligação com o vocábulo colono (do verbo colere, cultivar), isto é, cultivar a terra. Os palestinianos cultivavam a terra em organizações conhecidas por *Kibbutz*, tendentes a garantir a segurança dos habitantes das aldeias.

A expressão “sionismo igual a racismo”, foi extinta em 1990 e apenas serviu para fortalecer o sentimento de isolamento de Israel. Chaim Herzog publicamente rasgou o pedaço de papel em que a resolução foi impressa, demonstrando assim “o seu desprezo por uma comunidade internacional que não reconhecesse as características de formação nobre e estado de sionismo, em comparação com as características coloniais enfatizadas por seus detractores.”²⁰¹

Breve Síntese Conclusiva:

Podemos concluir, a propósito da integração cultural e tendo em vista a unidade política, que deve incluir:

“ –um modelo político para emergir com personalidade própria, cuja filosofia proponha os grandes princípios éticos-políticos inspirados no Corão;

¹⁹⁹ LACOSTE, Yves, *Op. Cit*, nota 70, p. 419.

²⁰⁰ “O movimento sionista internacional surge no século XIX e congrega três tendências políticas fundamentais que prosseguem um objectivo comum: os socialistas marxistas, apostados nas experiências do kibbutzim, dos Moshavim, bem como no sindicalismo.” LARA, António de Sousa, *Op. Cit*, nota 30, p. 631.

²⁰¹ ATKINSON, David e DODDS, Klaus, “Geopolitical Traditions. A, Century of Geopolitical Thought”, London, Routledge, 2000, p. 310.

- uma convicção de que a vigência do Islamismo, o desenvolvimento cultural árabe e o futuro dos povos, dependem do desprendimento das tutelas e pressões da luta bipolar e das multinacionais;
- um esforço íntimo para superar no seio da sociedade árabe, as contradições do subdesenvolvimento que os separa da modernidade.”²⁰²

²⁰² **MARINI**, José Felipe, *Op. Cit*, nota **164**, p. 202.

ANEXO 6:

Knesset-Funções e Estrutura²⁰³:

O *knesset*, parlamento unicameral israelita, é o órgão legislativo do país. Teve o seu nome *Knesset Hagedolah* (Grande Assembleia), o representante judeu conselho convocado em Jerusalém por Esdras e Neemias no século V a.c.

Um novo *knesset* começa a funcionar após as eleições gerais, que determinam a sua composição. Na primeira sessão, os membros do *knesset* declaram a sua lealdade.

O *knesset* funciona em sessões plenárias e através de quinze Comissões Permanentes. Em sessões plenárias, são realizados debates gerais sobre a legislação apresentada pelo Governo, ou por membros do *knesset* individual, bem como sobre a política e actividade do Governo. Os debates são realizados em hebraico, contudo os membros podem falar em árabe, pois ambas são línguas oficiais.

Em ordem a se tornar lei, uma lei estadual regular deve passar por três leituras no *knesset*. Na primeira leitura, o projecto é apresentado ao plenário, seguido de um breve debate sobre o seu conteúdo, após o qual é remetido à comissão *knesset*, para discussão detalhada e reformulação, se necessário. Quando a comissão conclui o seu trabalho, o projecto é devolvido ao plenário para segunda leitura, em que os membros da comissão podem apresentá-los ao plenário.

Após um debate geral, cada artigo do projecto-lei é submetido a votação e, a menos que seja necessário voltar novamente à comissão, a terceira leitura tem lugar imediatamente, e uma votação sobre o projecto como um todo. Se o projecto for aprovado, é assinado pelo orador que preside e é mais tarde publicado no Diário Oficial, com as assinaturas do Presidente, Primeiro-Ministro, orador do *knesset* e do ministro responsável pela implementação da lei. Finalmente, o selo do Estado está afixado a ele pelo Ministro da Justiça e o projecto-lei torna-se lei.

²⁰³ <http://www.mfa.gov.il>, consultado em 18 de Agosto de 2011,17:00.

Os membros do gabinete como um todo devem ser aprovados pelo *knesset*.

O *knesset* é composto por 120 parlamentares, membros da legislatura de Israel. Os membros do *knesset* são eleitos por um mandato de quatro anos no âmbito dos partidos, que competem por votos do eleitorado. Cada partido, escolhe os seus candidatos próprios *knesset* como lhe aprouver. A principal função do *knesset*, é legislar leis e revisá-las quando necessário. Os direitos adicionais incluem o estabelecimento de um governo, tomar decisões políticas, revendo as actividades do governo e eleger o Presidente do Estado.

Contudo, o *knesset* pode dissolver-se ou ser dissolvido pelo Primeiro-Ministro a qualquer momento durante o seu mandato. Até que um novo *knesset* é formalmente constituído, na sequência de eleições.

Apesar de o *knesset* ter poderes para convocar novas eleições antes do fim do período, as votações são conduzidas utilizando fórmulas de representatividade proporcional de listas partidárias, incluindo o chamado método de Hondt. As eleições gerais são em listas fechadas, ou seja, os eleitores votam apenas nos partidos e não conseguem mudar a ordem dos candidatos dentro das listas previamente elaboradas. Não há voto distrital: todos os eleitores votam exactamente nas mesmas listas partidárias. O sufrágio é universal para os cidadãos israelitas com 18 anos ou mais. Os locais de votação funcionam em Israel e nos demais territórios. Os votos para os ausentes do país, limitam-se ao pessoal diplomático e membros da marinha mercante.

O *knesset* funciona em sessões plenárias e Comissões Permanentes. No Plenário, a “suprema autoridade da casa”, são realizados debates gerais sobre a legislação apresentada pelo Governo ou por membros do *knesset* individual, bem como sobre a política do Governo. Os debates são realizados em hebraico, contudo os membros podem falar árabe, pois são ambas línguas oficiais. Além disso, tem duas sessões anuais com duração de pelo menos oito meses. As duas sessões, juntas, formam uma sessão. O *knesset* pode ser convocado durante intercepções, se trinta membros solicitarem por escrito ou se o Governo assim o solicitar. As resoluções do plenário são tomadas por maioria dos membros participantes, excepto para casos em que uma maioria especial é necessária.

O plenário elege o Presidente do *knesset* e um ou mais “vice-oradores” (a lei especifica o número). As deliberações no plenário, presididas pelo Presidente ou vice-presidente, estão abertas aos *mass media* e ao público. A agenda de reuniões *knesset* é definida pelo Presidente, em conformidade com as propostas do Governo. Uma reunião por semana é reservada para a apreciação dos projectos privados. A cada dia que o *knesset* está em sessão, o tempo é reservado para os ministros para responderem às perguntas.

Os debates no *knesset* assumem a forma de debates gerais, propostas, perguntas parlamentares e moções de confiança. Um debate geral é realizado sobre questões gerais de natureza política ou de outra. Os debates sobre as contas são concluídos com um voto; debates sobre assuntos gerais podem acabar sem votar. Uma moção para a agenda é um debate preliminar sobre a inclusão de uma questão, levantada por um membro na agenda *Knesset*. Perguntas parlamentares são apresentadas por escrito, e o ministro deve responder no plenário do *knesset*, dentro de um período de tempo definido pelo regimento interno do *knesset*.

Desde 1984, foram autorizadas perguntas parlamentares, as quais deverão ser respondidas no prazo de dois dias, tempo em que os membros de facções do *knesset* e outros podem fazer perguntas adicionais. Qualquer facção do *knesset* pode apresentar uma moção de confiança no Governo e o *Knesset* deve votar a proposta na sua primeira reunião, durante a semana após a apresentação do movimento. Se a moção de confiança obtiver a maioria dos membros presentes e votantes, as funções de Governo derrotam a título interino, até que um novo governo seja estabelecido.

A principal função do *knesset*, no entanto, é legislativa. Enquanto o Governo é o patrocinador de maior parte da legislação, qualquer membro pode apresentar um projecto-lei.

Passam por três etapas, começando com uma primeira leitura, isto é, um debate geral no plenário. Nesta fase, pode ser aceite e que se refere à comissão competente, removida do *knesset*, ou devolvidos ao Governo. Se o projecto for aceite, ele vai à Comissão para a resolução de detalhes. A comissão poderá propor com as alterações que quiser, contando que o tema geral do projecto-lei não seja prejudicado. O Comité, em seguida, retorna o

projecto-lei alterado para o plenário para uma segunda leitura, onde as deliberações e votações ocorrem em cada secção separadamente.

Na terceira e última leitura, o projecto é apresentado na sua forma final, tal como adoptadas na segunda leitura. Enquanto a maioria dos votos no *knesset* são por braços erguidos, em certos casos são resolvidos por voto secreto ou por votação nominal.

O *knesset* tem os seguintes 12 comissões permanentes (em ordem alfabética):

- o Comité para o Avanço do Status da Mulher, a Constituição, Lei e Justiça Comissão;
- o Comité de Economia;
- a Comissão de Educação e Cultura;
- a Comissão de Finanças;
- os Negócios Estrangeiros e Comité de Segurança;
- o Comité da Câmara;
- de Imigração e Absorção Comité;
- do Interior e da Comissão do Ambiente;
- a Comissão de Trabalho e Previdência Social;
- da Comissão da Investigação Científica e Tecnológica e Desenvolvimento;
- e do Comité de Controle do Estado.

Há também Comissões de assuntos específicos, que funcionam de forma semelhante às Comissões permanentes, contudo com um prazo limitado.

Hoje, existem três comissões funcionais: o Comité Anti-Abuso de Drogas, o Comité de Trabalhadores Estrangeiros e da Comissão para o Avanço do Status da Criança.

Os presidentes de Comissão são escolhidos pelos seus membros, por recomendação do Comité da Câmara e a sua composição assemelha-se entre as facções do *knesset* em si. As Comissões poderão eleger subcomissões e delegar poderes a eles. Eles também podem criar comissões mistas, para as questões relativas a mais de um comité. Além da sua função legislativa, as comissões podem discutir regulamentos governamentais ou qualquer assunto a eles pelo plenário. Para continuar as suas deliberações eles convidam ministros,

altos funcionários e especialistas nas matérias em discussão. Os Comités podem exigir explicações e informações de ministros relevantes em qualquer assunto da sua competência, e os ministros, ou pessoas por eles designadas, devem fornecer a explicação ou informação solicitada.

Por lei, gozam de imunidades, tais como: certos actos cometidos ou opiniões expressas no decorrer do dever. Durante o seu mandato, eles também são imunes de busca de suas casas ou organismos (excepto para os controlos aduaneiros) e não estão sujeitos a prisão, a menos que seja na prática de um crime violento, perturbação da paz, ou de traição. Esta imunidade pode ser levantada, se o plenário do *knesset* assim o resolver. Finalmente, o acesso à actividade no *knesset* requer permissão do Presidente do *knesset*.

Membros do Knesset:

ACTUALIDADE:
Mohammad Barakeh (desde 1999)
Hana Sweid (desde 2006)
Dov Khenin (desde 2006)
Afu Agbaria (desde 2009)
ANTERIORMENTE:
Charlie Biton (1977-1990)
Tamar Gojanski (1990-2003)
Avraham Levenbraun (1977-1981)
Hashem Mahameed (1990-2003)
Issam Makhoul (1999-2006)
Hana Mwais (1977-1981)
Mohamed Nafa (1990-1992)
Ahmad Sa'd (1996-1999)

Saleh Saleem (1994-1999)
Tawfik Toubi (1977-1990)
Muhammed Wattad (1988)
Meir Vilner (1977-1990)
Tawfiq Ziad (1977-1990; 1992-1994)

Fonte: <http://www.mfa.gov.il>, consultado em 18 de Agosto de 2011, 17:20.

Nas eleições de Maio de 1996, os israelitas pela primeira vez escolheram o seu Primeiro-Ministro por voto directo, mas desde então a sua eleição directa não ocorreu mais.

Ministros e Altos Funcionários do 30º Governo de Israel:

Primeiro-Ministro: Benjamin Netanyahu

MINISTROS DE ESTADO:	VICE-MINISTROS:
<p><u>Ehud Olmert</u> - Agir primeiro-ministro desde 04 de janeiro de 2006.</p> <p>Ministro da Indústria, Comércio e Trabalho, o Ministro das Finanças, o Ministro do Interior, o Ministro da Previdência Social</p> <p><u>Ronnie Bar-On</u> - O Ministro das Infra-estruturas Nacionais, o ministro da Ciência e Tecnologia</p> <p><u>Ehud Barak</u>- Ministro da Defesa</p> <p><u>Ze'ev Boim</u> - ministro da Habitação e Construção, o ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural</p> <p><u>Ya'akov Edery</u> - Ministro da Saúde, Ministro do Desenvolvimento do Negev e da Galileia</p> <p><u>Gideon Ezra</u> - O Ministro de Segurança Pública, o</p>	<p><u>Eli Aflalo</u> - Vice-Ministro da Indústria e Comércio (Kadima)</p> <p><u>Ruhama Avraham</u> - Vice-Ministro do Interior (Kadima)</p> <p><u>Shmuel Halpert</u> - Vice-Ministro dos Transportes (Agudat Israel)</p> <p><u>Avraham Ravitz</u> - Vice-Ministro da Previdência Social (Degel Hatorah)</p> <p><u>Marina Solodkin</u> - Vice-Ministro da Absorção de Imigrantes (Kadima)</p> <p><u>Majalli Whbee</u> - Vice-Ministro da Educação, Cultura e Desporto (Kadima)</p>

Ministro do Meio Ambiente

Tzachi Hanegbi - Ministro no Gabinete do Primeiro-Ministro

Abraham Hirschson - Ministro do Turismo; Ministro das Comunicações

Tzipi Livni - Ministra das Relações Exteriores, Ministra da Absorção de Imigrantes, Ministra da Justiça

Shaul Mofaz - Ministro da Defesa

Meir Sheetrit - Ministro dos Transportes e Segurança Rodoviária, o Ministro da Educação, Cultura e Desporto

Fonte: <http://www.mfa.gov.pt>, consultado em 18 de Agosto de 2011, 17:30.

ALTOS FUNCIONÁRIOS DO GOVERNO:

Reuven Rivlin, MK - Presidente do Knesset

Aharon Barak - O presidente do Supremo Tribunal

Micha Lindenstrauss - Controladoria e Ouvidoria do Estado

Stanley Fischer - Governador do Banco de Israel

Tenente-general Dan Halutz - FDI Chefe do Estado Maior General

Moshe Karadi - Comissário de Polícia

Menachem Mazuz - Procuradoria-Geral

O rabino Shlomo Amar - Rabino-Chefe sefardita

Rabbi Yona Metzger - Rabino chefe ashkenazi

Fonte: <http://www.mfa.gov.il>, consultado em 18 de Agosto de 2011,17:30.

Presidente do Estado de Israel:

O Presidente, o designado chefe de Estado, é eleito pelo *knesset* para um mandato de sete anos. Desde Julho de 2007, esta posição é detida por Shimon Peres.

O Primeiro-Ministro, chefe de Governo, exerce o poder executivo e é escolhido pelo Presidente como líder do partido político que estiver mais apto a formar um governo, normalmente de colisão com outros. Após a escolha presidencial, o Primeiro-Ministro escolhido tem 45 dias para formar um governo.

O Presidente tem o título antigo do chefe do Sinédrio, o denominado supremo órgão legislativo e judiciário do povo judeu na Terra de Israel nos tempos remotos. O Presidente é o chefe de Estado, com a presidência, simbolizando a unidade da nação, “supra e trans” partidos políticos. O Presidente é eleito por maioria simples do *knesset* entre os candidatos propostos assentes na sua postura pessoal e contribuição para o Estado ao longo da vida. A legislação revista (1998), prevê a eleição do Presidente para um mandato único de sete anos.

No que concerne às funções presidenciais são essencialmente cerimoniais e formais, definidas por lei. Passamos a elencá-las:

- a) abertura da primeira sessão de um novo *knesset*;
- b) dirigindo um membro do *knesset* para formar um novo governo;
- c) aceitar as credenciais de embaixadores estrangeiros;
- d) promulgação (assinatura) de tratados e leis aprovadas pelo *knesset*;
- e) nomeação, por recomendação de organismos adequados, os chefes de Israel em missões diplomáticas no estrangeiro, os juízes e o Governador do Banco de Israel e os prisioneiros que perdoa por recomendação do Ministro da Justiça.

Além disso, o presidente desempenha funções públicas e tarefas informais, tais como ouvir apelos dos cidadãos, conferindo prestígio para organizações comunitárias e fortalecer as campanhas, para melhorar a qualidade de vida na sociedade em geral.

Listagem dos Presidentes de Israel:

Chaim Weizmann (1949-1952), líder sionista, proeminente cientista.

Itzhak Ben-Zvi (1952-1963), chefe da Agência Judaica, o historiador.

Zalman Shazar (1963-1973), político, historiador erudito, autor e poeta.

Ephraim Katzir (1973-1978), bioquímico de renome.

Yitzhak Navon (1978-1983), político, educador e autor.

Chaim Herzog (1983-1993), advogado, general, diplomata e autor.

Ezer Weizman (1993-2000), General da força aérea, político e empresário.

Moshe Katsav (2000-2007), líder social e político.

Shimon Peres (2007-até à actualidade), o servo de estadista, pública e parlamentar.

Poder Executivo: O Governo

O Governo consiste na autoridade executiva do Estado, o denominado Gabinete de Ministros, cuja função se cinge ao administrar assuntos internos e externos, considerando temáticas de segurança. As suas decisões políticas permitem-lhe tomar medidas concernentes a qualquer assunto, desde que não se refira juridicamente a outra autoridade.

O Gabinete determina uma listagem de ministros para aprovação no *knesset*, juntamente com um resumo das directrizes propostas pelo Governo. Todos os ministros devem ser cidadãos e residentes em Israel e todos devem ser membros do *knesset*.

Uma vez aprovados, os Ministros são responsáveis perante o Primeiro-Ministro no cumprimento de seus deveres e responsáveis perante o *knesset* pelas suas acções. A cada Ministro é atribuída uma pasta e um Ministério. Pode ocorrer Ministros sem pasta assumirem a responsabilidade por projectos especiais. O próprio Primeiro-Ministro, pode também servir como um Ministro com um portfólio específico. Os Ministros, com a aprovação do Primeiro-Ministro e do Governo, podem nomear um vice-ministro no seu Ministério e todos devem ser membros do *knesset*.

Tal como o *knesset*, o Governo geralmente tem um mandato com a duração de quatro anos, contudo pode ser encurtado em situações de renúncia, incapacidade ou morte do Primeiro-Ministro, ou um voto de confiança por parte do *knesset*. Nestas últimas situações excepcionais, o Governo nomeia um dos seus membros. Geralmente, as reuniões ocorrem uma vez por semana e os encontros adicionais podem ocorrer conforme necessário. Ele pode também actuar por meio de Comitês Ministeriais. No tocante à formação de um Governo, todos os Governos até agora têm sido baseados em confrontos de vários partidos, dado que nenhum partido recebeu assentos do *knesset* suficientes, para constituir um Governo por si só.

O Presidente apresenta um membro do *knesset* com a responsabilidade de formar um Governo. Para isso, este membro do *knesset* tem de apresentar, no prazo de 28 dias de ser atribuída a responsabilidade, deve ser um membro do *knesset*. Na situação de um voto de confiança, o Governo e o Primeiro-Ministro permanecerão nos seus cargos até que um novo Governo seja formado.

Listagem dos Primeiro-Ministros de Israel:

David Ben-Gurion (1948-1953; 1955-1963).

Moshe Sharett (1954-1955).

Levi Eshkol (1963-1969).

Golda Meir (1969-1974).

Yitzhak Rabin (1974-1977; 1992-1995).

Menachem Begin (1977-1983).

Yitzhak Shamir (1983-1984; 1986-1992).

Shimon Peres (1984-1986; 1995-1996).

Benjamin Netanyahu (1996-1999).

Ehud Barak (1999-2001).

Ariel Sharon²⁰⁴ (2001-2006).

Ehud Olmert (2006-2009).

Benjamin Netanyahu (2009-até à actualidade).

Principais Partidos Políticos:

De acordo com as eleições de 2009, consideram-se como partidos políticos²⁰⁵ com representação no *knesset*, os seguintes:

²⁰⁴Veja-se para uma análise mais aprofundada: **MUCZNIK**, Esther, “Eleições em Israel” in **Público**, Lisboa, 24 de Janeiro de 2003, p. 6. **HENRIQUES**, Francisca Gorjão, “Israelitas fazem amanhã uma escolha ‘entre dois caminhos’.” in **Público**, Lisboa, 27 de Janeiro de 2003, p. 12. **CARBALLO**, Luís, “Precisamos de outro Yitzhak Rabin.” in **Público**, Lisboa, 28 de Janeiro de 2003, p.19. **USHER**, Graham, “Os árabes que votam ‘contra a parede’.” in **Público**, Lisboa, 28 de Janeiro de 2003, p.18. **RAPOSO**, Lumena, “Ariel Sharon prepara o discurso da vitória.” in **Diário de Notícias**, Secção Internacional, Lisboa, 28 de Janeiro de 2003, p. 5. **RAPOSO**, Lumena, “A voz dos laicos num estado confessional” in **Diário de Notícias**- Internacional, Lisboa, 28 de Janeiro de 2003, p. 5. **RAPOSO**, Lumena, “Árabes israelitas votam mas mantêm-se divididos.” in **Diário de Notícias**, Lisboa, 28 de Janeiro de 2003, p. 5. “Trabalhistas têm a maior derrota eleitoral desde 1948” in **RAPOSO**, Lumena, “Sharon ganha em toda a linha” in **Diário de Notícias**, Secção Internacional, Lisboa, 29 de Janeiro de 2003, p. 3. “Taxa de participação foi da ordem dos 63,5 por cento, uma das mais baixas da história de Israel.” **RAPOSO**, Lumena, “Cansaço e desencanto fazem aumentar taxa de abstenção” in **Diário de Notícias**- Internacional, Lisboa, 29 de Janeiro de 2003, p. 4. “Líder do Likud insiste em formar Governo de unidade nacional com trabalhistas. E está disposto a forçar novo acto eleitoral para não se tornar refém dos partidos religiosos radicais.” **RAPOSO**, Lumena, “Ariel Sharon procura escapar à pressão da extrema-direita” in **Diário de Notícias**- Internacional, Lisboa, 30 de Janeiro de 2003, p. 5.

Kadima (centro);

Likud (centro-direita);

Yisrael Beitenu (direita);

Ayoda (centro-esquerda);

Shas (ultra-religioso);

Shinui (centro laico);

Mafdal (religioso);

União Nacional (centro);

Meretz (esquerda);

Balac (árabe);

e Hadash (esquerda).

Kadima (Centro): em hebraico “avante”, é um partido político israelita de ideologia centrista. Foi fundado pelo ex-Primeiro-Ministro Ariel Sharon²⁰⁶ e integrantes moderados do Likud, após abandonar o partido de direita Likud em 21 de Novembro de 2005 e por integrantes do Partido Trabalhista. Actualmente é liderado por Tzipi Livni, que sucedeu a Ehud Olmert em 17 de Setembro de 2008. Antes de enfrentar as suas primeiras eleições, em 2006, o kadima sofreu com a saída de cena do seu fundador, Ariel Sharon, que venceu as eleições, conquistando 29 dos 120 assentos no referido ano. Em 2009 o partido conquistou 28 lugares.

²⁰⁵ “Em sentido amplo, o partido vem a ser qualquer agrupamento de indivíduos destinado a conquistar, exercer ou conservar o poder político; em sentido restrito pode definir-se como a associação de carácter permanente organizada para a intervenção no exercício do poder político, procurando, com o apoio popular, a realização de um programa de fins gerais.” MIRANDA, Jorge, *Ciência Política-Formas de Governo*, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1992, p. 272.

²⁰⁶ “Líder do Likud (direita), o então primeiro-ministro não hesitou em abandonar o partido e criar um outro-Kadima- para poder avançar com a concretização do seu plano de retirada do referido território palestiniano.” RAPOSO, Lumena, “Guerra faz recordar Sharon” in *Diário de Notícias*, Lisboa, 5 de Janeiro de 2009, p. 3.

Protagonistas conhecidos do Partido:

Ariel Sharon (seu fundador em 2002).

Ehud Olmert (2005).

Shimon Peres (2005).

Tzipi Livni (2007).

Likud²⁰⁷(centro-direita): significa união em hebraico, é um partido político de Israel, que congrega a direita liberal nacionalista e conservadora. Foi criado em 1973, como uma coligação liderada pelo partido Herut, de Menachem Begin, que representa os sionistas conservadores. Entre os Primeiro-Ministros do Likud encontra-se Ariel Sharon²⁰⁸, que em 2005 o abandonou para fundar o Kadima. Actualmente o partido lidera o Governo, com o Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu (desde 1992, veio substituir Yitzhak Shamir) e com 27 assentos no Parlamento, dentro de uma coligação de 66 lugares. O Partido que ficou em segundo lugar nas eleições de 2009, sofreu em 2005 uma dissidência liderada pelo então Primeiro-Ministro Ariel Sharon (2001-2006), que provocou a saída de vários dos seus líderes mais dispostos a negociar com os palestinianos.

O Likud esteve pela primeira vez à frente do Governo em 1977 e liderava o país em 1979, quando foi assinado o histórico acordo de paz entre Israel e o Egipto. Os dois países enfrentaram-se dez anos antes na Guerra dos Seis Dias e, desde então, mantêm uma relação de reconhecimento mútuo única entre países árabes e o Estado judeu.

Este partido de direita, no tocante ao contexto externo e temática de segurança, defende que Israel está preparado para proceder à assinatura de tratados de paz com a Jordânia, a Síria e o Líbano. Advoga que o Estado deve prosseguir as negociações com os palestinianos da Judeia, Samaria e do Distrito de Gaza, assentes nas premissas dos Acordos

²⁰⁷ **KIEVAL**, Gershon R., Bernard Reich, *Israeli Politics in the 1990s*, Greenwood Press, USA, 1991, p. 1.

²⁰⁸ “O referendo do Likud foi um bumerangue para Ariel Sharon. O ‘pai da colonização’ foi derrotado no seu próprio partido graças à pressão dos colonos. Criou uma situação paradoxal, em que tem o apoio da maioria do eleitorado mas ‘perdeu o partido’.” **FERNANDES**, Jorge Almeida, “Sharon ‘perde o partido’, não se demite e quer salvar a retirada de Gaza” in **Público**, Lisboa, 4 de Maio de 2004, p. 2.

de Camp David²⁰⁹. O partido é contrário ao estabelecimento de um Estado Palestino, que incluía a Cisjordânia, sem negociações de paz directas.

Líderes do Likud:

Menachem Begin (1973-1983).

Yitzhak Shamir (1983-1993).

Benjamin Netanyahu (1993-1999 e 2005-Actualidade).

Ariel Sharon (1999-2005).

Outros Políticos de Destaque do Likud:

Moshe Ya'alon

Benny Begin

Silvan Shalom

Yuval Steinitz

Moshe Feiglin

Reuven Rivlin

Yisrael Beiteinu:

Em hebraico significa “Israel é o nosso lar”. É um partido político ultranacionalista de Israel, situado na ala direita. O seu eleitorado é constituído, essencialmente por imigrantes oriundos da antiga União Soviética. O actual líder do partido é Avigdor Lieberman.

²⁰⁹ **SILVA**, Helena Santos Neves, *Nascidos na Terra Prometida-Uma Análise sócio-política do Conflito israelo-árabe*, Dissertação de Mestrado de Relações Internacionais, variante de Estudos do Sistema Internacional, ISCSP, Lisboa, 1998, p. 176.

O partido Yisrael Beiteinu foi fundado em 1999 por Avigdor Lieberman, natural da Moldávia e residente em Israel desde 1978. Lieberman foi militante e director-geral do partido Likud, que abandonou por entender que Benjamin Netanyahu, então líder deste partido e Primeiro-Ministro de Israel, tinha feito demasiadas concessões à Autoridade Palestiniana. Em particular Lieberman opôs-se a planos que previam a divisão da cidade de Hebron na Cisjordânia. Neste mesmo ano, o partido concorreu às eleições e conquistou quatro lugares no *knesset* (Parlamento) de Israel. No decurso da legislatura, o partido juntou-se ao partido Ichud Haleumi (União Nacional). Nas eleições de 2003, o partido concorreu integrado nessa lista.

Nas eleições legislativas de 2006, o Yisrael Beiteinu conquistou 12 lugares no *knesset*, sendo o 4º partido mais votado. Nas eleições legislativas em Israel em 2009, o partido logrou 15 assentos, sendo o 3º mais votado. O Partido deseja estimular a criação de um ambiente sócio-económico, favorável aos judeus que desejem realizar a emigração para Israel. Defende uma linha dura ao nível das negociações com os palestinianos e os estados árabes. Para além disso, defende uma transferência da população árabe de Israel para a Cisjordânia, como forma de evitar no futuro uma maioria árabe no estado israelita. Por causa desta proposta política, o partido tem sido apelidado de racista e de extrema-direita. O Yisrael Beiteinu defende igualmente um sistema presidencialista para Israel e o casamento civil.

Avoda (Centro-esquerda):

O Partido Trabalhista de Israel, conhecido em Israel como Avoda, é um dos dois grandes partidos em Israel. De centro-esquerda, é um partido social-democrata e sionista, membro da Internacional Socialista. O seu actual chefe (desde Novembro de 2005) é Amir Peretz. O seu presidente é Ehud Barak. Membros célebres na história do partido são David Ben-Gurion, Yitzhak Rabin, Shimon Peres, Golda Meir e Ezer Weizman.

Desde 1999, no 16º Knesset, o partido absorveu o pequeno partido de esquerda Am Ehad e aliou-se ao Meimad, também um pequeno partido de esquerda, religioso e sionista.

Em 2005, o partido sofreu com a saída de um dos seus líderes históricos, Shimon Peres, que se juntou ao Kadima e actualmente é Presidente de Israel. Numa tentativa de renovação

interna, os trabalhistas elegeram como líder o sindicalista Amir Peretz, reforçando a agenda social e económica, com a defesa do aumento do salário mínimo e dos benefícios concedidos pela previdência social. Nas eleições legislativas de Israel em 2009, o Avoda ganhou 13 assentos no knesset, ficando assim como a 4ª maior bancada.

Líderes do Partido desde 1948:

David Ben-Gurion (1948-1953).

Moshe Sharett (1953-1955).

David Ben-Gurion (1955-1963).

Levi Eshkol (1963-1969).

Golda Meir (1969-1974).

Yitzhak Rabin (1974-1977).

Shimon Peres (1977-1992).

Yitzhak Rabin (1992-1995).

Shimon Peres (1995-1997).

Ehud Barak (1997-2001).

Benjamin Ben-Eliezer (2001-2002).

Amram Mitzna (2002-2003).

Shimon Peres (2003-2005).

Amir Peretz (2005-2007).

Ehud Barak (2007-Actualidade).

Shinui (Centro laico): Significa mudança em hebraico. É um partido israelita e foi representado no parlamento (Knesset) entre 1999 até 2006. O partido, dirigido pelo jornalista Yoset Lapid e depois por Ron Levental, pertence ao centro do mapa político israelita em assuntos de segurança e política externa, e ao centro-direita em assuntos de economia. O partido também favorece a separação entre judaísmo e assuntos do Estado. Nas eleições em Março de 2006, perdeu o partido todas os lugares no Parlamento.

Mafdal²¹⁰ (Religioso):

Em 1956, formou-se o partido político Hamafdal (sigla em hebraico que significa partido nacional religioso) com a união do Mizrahi e do Hapoel Mizrahi, juntando então todos os sionistas religiosos num só partido, que foi de grande influência política até ao final do decénio de 70, obtendo entre 10 e 12 mandatos no *knesset* (Parlamento de Israel).

A partir do decénio de 80, o número de mandatos baixou para seis em média, devido à criação de outros partidos concorrentes como o Shas e o Ichud Haleumi (União Nacional). Antes das eleições de 2009, houve a tentativa de junção do Mafdal e do Ichud Haleumi num único partido chamado Habaith Hayehudi (a casa judaica), que contudo não deu certo e acabou por mudar o nome do partido. Hoje, o partido tem três mandatos no knesset.

Tsomet²¹¹:

É considerado o país mais radical de direita, cujo fundador foi Rafael Eitan. Considera que “a Terra de Israel é a terra do povo judeu. Por conseguinte, o Estado de Israel deverá aplicar a lei israelita às regiões da Judeia, Samaria e Faixa de Gaza.”²¹² Admite que é possível recorrer à força por parte das FDI, no intuito de impor ordem na defesa e salvaguarda do território. Considera possíveis as negociações com os Estados árabes, com vista a atingir a paz e não permite um território controlado pelo Estado judaico.²¹³

²¹⁰ Idem.

²¹¹ **KIEVAL**, Gershon R., *Op. Cit*, nota 207, p. 19. Veja-se também a este propósito **SILVA**, Helena Santos Neves, *Op. Cit*, nota 209, p. 177.

²¹² **SILVA**, Helena Santos Neves, *Op. Cit*, nota 209, p. 177.

²¹³ Idem.

Tehiya:

Este partido afirma que às áreas da Terra de Israel, tais como a Judeia, a Samaria e Gaza, se deve aplicar a soberania de Israel. Sendo um partido extremista, impede toda e qualquer autonomia para os palestinianos. Em termos económicos e sociais, o principal papel do Estado de Israel é o de “construir uma economia sólida, que absorva a imigração judaica (que afirma ser a *raison d’être* do Estado hebraico).”²¹⁴

Shas²¹⁵ (ultra-religioso):

Associação dos judeus sefarditas conservadores da *Tora*. É um partido religioso ultra-ortodoxo israelita que representa a comunidade sefardita, isto é, judeus oriundos da Península Ibérica e do Médio Oriente. É um partido israelita de direita criado em 1984. No *knesset* eleito em Março de 2009, o Shas ganhou onze assentos e é o quinto maior partido do parlamento. É um partido religioso, ortodoxo que representa a comunidade sefardita (judeus de origem espanhola). Os princípios do partido são a conservação da ortodoxia ibero-judaica e a melhoria do sistema social do país. O partido não é democrático e as decisões políticas são tomadas pelo rabino Ovadia Yosef, o “pai espiritual” do partido. A gestão do partido está a cargo do seu chefe político, Eli Yishai.

É-nos possível afirmar que cerca de metade dos judeus de Israel são sefarditas, com ligações tradicionais à prática religiosa do judaísmo. Desde a independência de Israel, uma parte desse eleitorado contestou a dominação dos aparelhos políticos pelos ashkenazes, prestando apoio à Associação Yemenita, à União Sefardita ou ao Partido Tami marroquino. Os candidatos sefarditas eram muito raros no conjunto dos partidos políticos. Contudo, estes partidos foram efémeros e não duravam mais que uma legislatura. Uma parte dos imigrantes sefarditas matriculava os seus filhos em escolas ultraortodoxas, o que originou uma população sefardita ultra-ortodoxa, que em geral votava no Agudat Israel, partido ultra-ortodoxo de origem europeia. A recusa por parte desse partido em apresentar

²¹⁴ Idem, *ibidem*, p. 178.

²¹⁵ **KIEVAL**, Gershon R., *Op. Cit*, nota 207, p. 20.

candidatos sefarditas, levou à criação do SHAS em 1984, mediante o apoio dos rabinos mitnagdim mais influentes da época, o rabi Shach.

O Partido Shas centra-se no princípio segundo o qual o Estado de Israel é considerado o Estado do Povo Judeu. Sendo assim, o Shas compromete-se a zelar pelo respeito à identidade judia em todas as suas decisões. As suas ligações com o sionismo, com quem manteve sempre algumas reservas, tal como todos os haredim, têm-se afunilado e em 2010, o partido anunciou o seu intuito em aderir à causa sionista mundial. Foi declarado inclusive por um representante do Shas, Yaakov Margi: “Nós nos definimos como um partido sionista, como judeus praticantes que amam Israel.”²¹⁶ É um partido opositor da retirada unilateral dos territórios palestinianos, que luta pelo fortalecimento dos assentamentos, até que um acordo permanente seja alcançado. O partido é identificado com políticas entendidas de direita em Israel, contudo é constituído por governos liderados, tanto pelo conservador Likud como pelo Partido Trabalhista de centro-esquerda. O Shas opõe-se vincadamente a intuitos de diminuição dos aspectos religiosos judaicos de Israel, como sejam as propostas de casamento civil e adesão ao serviço militar obrigatório para religiosos ortodoxos-bandeiras do Yisrael Beitenu.

Unidade Nacional (Centro):

É considerado um partido israelita de direita. O chefe do partido é Yaakov Katz. O partido formou-se nas eleições de 1999, da junção dos partidos Moledet Herut e Tekuma e juntou-se ao partido Mafdal nas eleições de 2006, em ordem a criar uma lista de candidatos ao *knesset*, lista essa que ganhou 9 assentos. Contudo, as eleições de 2009 culminaram com a separação e a lista apenas recebeu 4 assentos no *knesset*.

Meretz (esquerda):

É um partido político israelita do lado esquerdo do mapa político. Foi fundado em 1996 como uma união dos partidos Mapam, Ratz e Shinui. O chefe do partido é Yossi Beilin.

²¹⁶ <http://www.mfa.gov.il>, consultado em 18 de Agosto de 2011, 18:00.

Os partidos políticos de Israel estão submetidos ao sistema político do país, que estabelece um sistema eleitoral proporcional com uma cláusula de barreira de 2% para ter representação no *knesset*. Normalmente nenhum partido consegue uma maioria absoluta, estando obrigados a formar governos de oposição. Actualmente o *knesset* possui membros de 14 partidos.

Balad:

Consiste em Assembleia Nacional Democrática em hebraico. Em árabe, Balad significa país.

É um partido político de Israel que representa a minoria árabe. O actual líder do partido é Azmi Bishara²¹⁷.

Em termos históricos, o partido Balad foi fundado em 1995 por um grupo de intelectuais árabes israelitas, liderados por Azmi Bishara. Em 1996, o partido concorreu às eleições legislativas em lista conjunta com o Hadash, tendo a lista conquistado dois lugares no Parlamento (no *Knesset*). Em 1999, o Balad apresentou-se nas eleições coligado com o Ta'al (Movimento de Renovação Árabe), tendo conquistado dois lugares. Nestas eleições, Bishara foi o primeiro árabe a candidatar-se a Primeiro-Ministro de Israel. Em virtude das divergências entre Bishara e Ahmed Tibi (líder do Ta'al), a coligação terminou no mesmo ano. Em 2003, o Balad elegeu três deputados na *Knesset*.

Em termos ideológicos, o Balad assume-se como um partido anti-sionista contra o carácter judaico do Estado de Israel. Defende a retirada israelita da Cisjordânia, a formação de um estado palestino na Faixa de Gaza e Cisjordânia e o direito dos refugiados palestinos regressarem aos seus lares. Propõe igualmente que os árabes e os druzos sejam reconhecidos como minorias nacionais em Israel, com direito à sua autonomia cultural. Desde a sua fundação, o Balad tem expressado a sua oposição ao orçamento de Estado, por considerar que discrimina a minoria árabe. Defende a separação entre religião e estado.

²¹⁷ **CARBALLO**, Luís, “Israel é uma democracia à medida dos judeus e não para todos os seus cidadãos” in **Público**, Mundo, Lisboa, 28 de Janeiro de 2003, p.19.

Hadash:

Em hebraico significa novo, literalmente Frente Democrática de paz e igualdade. Consiste num partido político judeu-árabe de orientação socialista fundado em 1977. Actualmente ocupa quatro assentos no *knesset*, o Parlamento israelita.

Em 15 de Março de 1977, o Hadash foi formado por parlamentares independentes e com ligações ao Partido Comunista de Israel (Rakah), nas vésperas da eleição daquele mesmo ano. Paralelamente à formação do Hadash, o Partido Comunista de Israel reorganizou-se ao redor de um novo partido, o Maki, partido comunista israelita em hebraico, em 1989, mantendo o seu status independente. Em 1977, o Hadash adquiriu cinco assentos no *knesset*, um aumento de um assento em relação ao que o Rakah possuía até então. Em 1981, o partido viu-se reduzido a quatro assentos. Em 1984 o partido manteve os quatro assentos, ganhando mais um com a saída de Mohammed Wattad do Mapam em 1988. Nas eleições de 1988, o Hadash mais uma vez conquistou quatro assentos, contudo perdeu um com a saída de Charlie Biton. Em 1992 o partido conquistou apenas três assentos.

Nas eleições de 1996, o Hadash unificou a sua lista com a do Balad. Com esta assunção, adquiriram cinco assentos, contudo romperam durante o mandato, o que limitou para três o número de assentos do Hadash. Em 1999, o partido manteve três assentos. Nas eleições de 2003, o Hadash unificou-se com o Ta'al de Ahmed Tibi. Unidos, conquistaram três assentos, contudo o rompimento deixou o Hadash com apenas duas cadeiras, a menor representatividade do partido na sua história. Em 2006, o Hadash conseguiu três assentos e em 2009 adquiriu outra.

Em termos ideológicos, o Hadash apoia a retirada da Cisjordânia, assim como a retirada completa de Israel dos territórios ocupados na Guerra dos Seis Dias e a fundação de um Estado Palestino. Apoia também a indemnização para refugiados palestinos. Além disso, o Hadash é também conhecido pelo seu activismo ambiental. O partido recusa nesta medida o sionismo, de maneira a manter-se fiel às doutrinas marxistas tradicionais que rejeitam o nacionalismo. O Hadash tem como bandeira, o reconhecimento dos árabes palestinos como minoria nacional dentro do Estado de Israel.

Israel Beitenu (direita)

Eleições em Israel:

A democracia considera as eleições como o “remédio” para o dilema social. O processo eleitoral de regimes democráticos, conduz a eleições também democráticas e tem um impacto nas respectivas elites. Promovem um modo operacional de mudar a elite governante, têm alguns intervalos regulares e uma tendência geral de ligação entre o eleitorado e os resultados.

As eleições incluem as três soluções do dilema social: coerção, repetição e altruísmo.²¹⁸

No tocante aos eleitores, na decisão de pertencer a um partido incluímos o sentimento de pertença a um grupo.²¹⁹ O facto dos eleitores serem primariamente influenciados por emoções, não significa que não são movidos também por ideologia, política, os acontecimentos políticos e actividade²²⁰.

As eleições em Israel limitam-se, a nível nacional, a eleições do *knesset*, o denominado Parlamento israelita. São consideradas “eleições gerais, nacionais, directas, iguais, secretas e proporcionais.”²²¹ Todo o país constitui um círculo eleitoral único e todos os cidadãos têm o direito a voto a partir dos 18 anos. No dia da eleição, os eleitores votam por um partido único, em ordem a representá-los no *knesset*. O dia de eleições é considerado feriado nacional e o transporte é gratuito. A Comissão Eleitoral Central é chefiada por um juiz da Suprema Corte e inclui representantes dos partidos, que detêm assentos no *knesset* e é responsável pelo decorrer das eleições. As Comissões eleitorais regionais desempenham a função de supervisionar o bom funcionamento dos Comités de pesquisa local, os quais incluem representantes de pelo menos três partidos no *knesset*²²².

²¹⁸ DISKIN, Abraham, *Elections and Voters in Israel*, Praeger, London, 1991, p. 8.

²¹⁹ Idem, p. 11

²²⁰ Idem, *ibidem*.

²²¹ <http://www.mfa.gov.il>, consultado em 18 de Agosto de 2011,18:17.

²²² “Em cada eleição entre 77 e 90% de todos os eleitores que têm os seus votos registados, expressam o grande interesse tomado pela maioria dos israelitas na sua política nacional e local.” In <http://www.mfa.gov.il>, consultado em 18 de Agosto de 2011,18:17.

As eleições no *knesset* são baseadas num voto para um partido e não para indivíduos, e os diversos partidos políticos que vão para o *knesset* reflectem uma ampla gama de visões e crenças. O *knesset* possui 120 membros eleitos em cada 4 anos por um sistema proporcional integral de um turno. Entretanto, a maioria das eleições na história do país não foram realizadas no espaço de tempo marcado, mas sim precipitadamente (somente 1 das 8 legislaturas do *knesset* conseguiu terminar o mandato). Eleições antecipadas podem ser convocadas pelo *knesset*, ou por um decreto do presidente, o que normalmente ocorre em ocasiões de impasse político e de incapacidade do Executivo em obter o apoio do parlamento para governar. Dificuldades na aprovação do orçamento anual do governo pelo *knesset* até 31 de Março (três meses depois do início do ano fiscal), também levam automaticamente a convocação de eleições antecipadas.

O sistema eleitoral israelita possui uma cláusula de barreira de 2%, na qual favorece os partidos pequenos e evita grandes maiorias. Depois do resultado das eleições, o Presidente de Israel terá uma semana para realizar reuniões e escolher o cabeça de lista que tiver, em sua opinião, mais possibilidades de formar uma, não obstante não ter necessariamente obtido o maior número de deputados. O candidato designado dispõe de um prazo de 28 dias para apresentar o seu governo ao *knesset*, que pode ser prolongado por mais 14 dias. Se não o fizer, o presidente escolhe outro candidato, que também contará com um prazo de 28 dias.

Em três ocasiões o Primeiro-Ministro foi eleito numa eleição directa, em vez de ser nomeado pelo Presidente. Houve eleições em 1996, 1999 e 2001, contudo o sistema foi abandonado por não formar governos estáveis, pela falta de maioria no Parlamento. Por outro lado, Israel também tem um Presidente que é uma figura simbólica eleita pelo Parlamento, para servir por um período de 7 anos, sem se poder reeleger.

Poder Judiciário-O Sistema do Tribunal:

O poder judicial consiste num poder que prima pela independência que é garantida por lei. Deste modo, os juízes são nomeados pelo Presidente, por recomendação de uma

Comissão constituída por indicações de juizes do Supremo Tribunal. As nomeações são permanentes, com aposentadoria compulsória aos 70 anos.

No que concerne ao Sistema do Tribunal, este é composto por:

- 1) “Juizados especiais” (1 juiz)- de trabalho, tráfego, tribunais de menores, militares e municipais, com jurisdição claramente definidos; tribunais administrativos.
- 2) Tribunais religiosos (1 a 3 juizes)- com competência em matéria de estatuto pessoal (casamento, divórcio, manutenção, guarda, adopção), investido em instituições judiciais das respectivas comunidades religiosas: tribunais judaicos, tribunais muçulmanos sharia, tribunais religiosos drusos, tribunais eclesiásticos.
- 3) Tribunal de Magistrados (1 juiz)- civil e pequenas infracções penais; jurisdição em processos civis e criminais.
- 4) Tribunal Distrital (1 a 3 juizes)- Jurisdição sobre os tribunais de apelação magistrados; jurisdição original em mais importantes casos civis e criminais.
- 5) Supremo Tribunal de Justiça (1, 3, 5 ou um maior número ímpar de juizes).

Destacamos algumas competências. A saber:

- 1) a jurisdição de apelação final de âmbito nacional;
- 2) direito de abordar as questões quando necessário, para intervir em prol da justiça; autoridade para libertar pessoas ilegalmente detidas ou presas, perante o Tribunal Superior de Justiça;
- 3) ouvir petições contra qualquer órgão do governo ou agente e é o Tribunal de 1ª e última instância quem decide.

ANEXO 7:

ISRAEL:

Moshé Dayan:

Responsável pelas importantes vitórias de Israel nas guerras de invasão dos seus vizinhos árabes, Dayan foi também um dos principais arquitectos dos acordos de paz de Camp David, os primeiros que se firmaram entre o governo israelita e um país árabe.

Moshé Dayan nasceu em 20 de Maio de 1915, em Deganya- Israel, ainda na época denominada de Palestina, por ser do domínio Britânico.

Iniciou a carreira militar na guerrilha judaica, que combatia os ataques árabes contra os judeus que habitavam Israel. Preso durante dois anos pelas autoridades britânicas, liderou depois as forças judaicas da Palestina, que combateram a França na Síria. Perdeu, então, o olho esquerdo e passou a usar um tapa- olho.

Em 1948, na luta pela independência, comandou a região militar de Jerusalém.

Na chefia das Forças armadas desde 1953 por cinco anos, planeou e liderou a invasão da península do Sinai, em 1956, o que lhe valeu a reputação de grande comandante militar. Dayan foi eleito para o *Knesset* (Parlamento) em 1959 e designado Ministro da Agricultura.

Em Junho de 1967, como Ministro da Defesa, comandou a Guerra dos Seis Dias, que recebeu esta denominação devido ao efectivo contra-ataque israelita à ofensiva árabe, promovido pelo Egipto. O presidente Nasser, procurando fortalecer o mundo árabe, tomou medidas importantes: Nasser deslocou forças árabes para a fronteira com Israel, exigiu a retirada de representantes militares da ONU, mantidos na região desde 1956, e ameaçou fechar a navegabilidade do Estreito de Tiran aos israelitas.

No entanto, a reacção israelita a essas medidas foi rápida e decisiva: atacou o Egipto, a Jordânia e a Síria, encerrando o conflito num curto espaço de tempo: 5 a 10 de Junho (6 dias) de 1967. Israel dominava as forças aéreas e, por terra, contava com forças blindadas comandadas pelo General israelita, Moshé Dayan. O resultado da guerra aumentou consideravelmente o estado de Israel com as conquistas das áreas do Egipto, Faixa de Gaza, Península de Sinai, região da Jordânia, a Cisjordânia, o sector oriental de Jerusalém, partes pertencentes à Síria e às colónias de Golan.

A Guerra dos Seis Dias fortaleceu o Estado de Israel, e Dayan passou a exercer crescente influência na política externa. O acordo militar dos árabes com os soviéticos garantia ao presidente do Egito, Anuar Sadat, um imenso suprimento de armas, com destaque para os mísseis. Discretamente, Sadat cuidava de obter apoio da Arábia Saudita.

Esses movimentos não escapavam ao serviço secreto israelita. O exército foi colocado de prontidão total. Os relatórios que chegavam da região do Sinai, davam conta dos preparativos militares do Egito para cruzar o canal do Suez. Sabia-se que um satélite soviético lançado há pouco, orbitava sobre o Sinai e que mandava informações ao Egito e à Síria. O próprio rei Hussein, da Jordânia, fez uma viagem secreta a Telavive e alertou o comando militar israelita, de que o Egito e a Síria tinham feito um acordo e o ataque a Israel aconteceria em poucos dias. Moshé Dayan, no entanto, não acreditou nos avisos e não autorizou nenhum ataque surpresa, apesar do novo comandante das Forças Armadas israelitas, David Elazar, ter pedido a Moshé Dayan, então ministro da Defesa, autorização para lançar um ataque surpresa contra os egípcios.

Nesse meio tempo, guerrilheiros palestinos sequestraram um comboio, que levava emigrantes judeus soviéticos para um campo de trânsito na Áustria e exigiram o encerramento desse campo.

O seu prestígio declinou em Outubro de 1973, quando o Egito e a Síria atacaram Israel de surpresa e desencadearam a guerra de Yom Kippur.

A Comissão Agranat foi estabelecida em Novembro de 1973, por determinação governamental, para investigar os acontecimentos que antecederam a Guerra de Yom Kippur e a falta de preparo do país, diante de um conflito eminente com os seus vizinhos árabes.

Depois de 140 sessões e 58 depoimentos, a Comissão concluiu que as Forças de Defesa de Israel (FDI), sob o comando do então Chefe do Estado-Maior, David Elazar, foram responsáveis pelas falhas que permitiram o ataque surpresa contra Israel, pelas forças do Egito e da Síria, no dia 6 de Outubro.

O relatório interino, de 1 de Abril de 1974, concluiu que as FDI, através de Elazar e os comandantes, falharam na elaboração de um plano detalhado de defesa; na elaboração de instruções claras para os comandos da Região Sul; e que o Chefe do Estado-Maior não avaliara de forma adequada o quadro pré- guerra e recomendações incisivas, em tempo

hábil, para a mobilização dos reservistas. A Comissão determinou, portanto, que Elazar deixasse o cargo imediatamente, e foi o que sucedeu.

O relatório da Comissão Agranat acusou também o Serviço de Inteligência Nacional de não prever o ataque surpresa, afirmando que o então chefe da Inteligência militar, Eliyahu Zeira (Eli), falhara em sua missão. Zeira e seus assessores, também foram afastados de seus cargos. O relatório responsabilizou, ainda, o chefe do Comando do Sul, Shmuel Gonen, pela deslocação inadequada das divisões de blindados nesse frente.

Para finalizar, o documento afirmou que tanto a Primeira- Ministra Golda Meir quanto o ministro da Defesa, Moshé Dayan, não poderiam tomar outras medidas de prevenção além daquelas que foram tomadas pelas FDI.

Em 1978, como Ministro do Exterior do governo Menachem Begin, tornou-se um dos arquitectos dos acordos de Camp David, assinados no ano seguinte pelo Egipto e Israel.

Moshé Dayan morreu em Telavive, em 16 de Outubro de 1981.

A sua filha é uma das mais conhecidas pacifistas de Israel e parlamentar trabalhista.

YITZHAK RABIN:

1922 (Março): Yitzhak Rabin nasceu em Jerusalém.

O seu pai, Nechemia, imigrara dos EUA para Israel, tendo servido como voluntário na Legião Judaica durante a Primeira Guerra Mundial.

A sua mãe, Rosa, fora um dos primeiros membros do Haganah. Yitzhak Rabin frequentou a escola primária em Telavive e foi aluno do Colégio Agrícola Kaduri, na Baixa Galileia, tendo-se graduado com distinção.

1941: Após completar os seus estudos, serviu no Palmach.

1948: Serviu nas Forças de Defesa de Israel (FDI) durante 27 anos.

1964-68: Foi Chefe do Estado-Maior, posto que ocupava durante a Guerra dos Seis Dias (Junho de 1967).

1949: Rabin foi membro da delegação israelita, durante as primeiras negociações com o Egípto.

ENCARGOS MILITARES:

1941-1947: Membro do Palmach.

1947: Oficial de Operações do Palmach.

1948: Comandante da Brigada Harel.

1953-1956: Comandante do Centro de Treinamento das Forças de Defesa de Israel.

1956-1959: Comandante Chefe da Região Norte.

1959-1963: Vice-Comandante do Estado-Maior.

1964-1968: Comandante Chefe do Estado-Maior.

1968-73: Embaixador de Israel nos EUA.

1973: Retorna a Jerusalém e torna-se activo no Partido Trabalhista. É eleito para o 8º *Knesset*.

1974: Chefe do Governo que tomou posse em 2 de Junho de 1974, após a queda do governo de Golda Meir.

1975: Como Primeiro-Ministro conduz as negociações que, por intermédio de mediação americana, resultam no acordo interino entre Israel e o Egípto.

1976 (Junho): O Governo chefiado por Yitzhak Rabin ordena a execução da Operação Entebbe, que liberta no Uganda os reféns judeus do sequestro do avião da Air France.

1977-84: Yitzhak Rabin é membro da oposição na *Knesset*.

1985-90: Rabin torna-se membro do Governo de Unidade Nacional, no período da 10º *Knesset*, ocupando o posto de Ministro da Defesa até Março de 1990.

1989 (Maio): O Governo israelita adopta um plano para um arranjo com os palestinianos, em etapas, que serve de base aos subsequentes esforços pela consecução da paz.

1992: Após ser escolhido como líder do Partido Trabalhista de Israel em Março, Yitzhak Rabin conduz o partido à vitória nas eleições de Junho de 1992.

1993: No seu papel de Primeiro-Ministro, assina a Declaração de Princípios entre Israel e os Palestinos, em 13 de Setembro de 1993.

1994: O Acordo do Cairo com os palestinos em Maio de 1994 e a declaração do fim do estado de guerra com a Jordânia em 24 de Julho de 1994.

1994: Yitzhak Rabin foi um dos três laureados com a suprema honra do Prémio Nobel da Paz, em 10 de Dezembro de 1994.

1995: Acordo interino com os palestinos, em 28 de Setembro de 1995.

4 de Novembro de 1995, 21h 40m: Yitzhak Rabin foi assassinado.

PALESTINA:

Yasser Arafat

Mohammed Abd al- Rahman Abd Ar-Ra' uf Al- Qudwah, vulgo Yasser Arafat, nasceu a 24 de Agosto de 1929, no Cairo, a única cidade onde, a nível mundial, coexistem as três religiões semitas (Islamismo, Judaísmo e Cristianismo).

Foi um dos sete filhos de um comerciante bem sucedido, cuja mulher era parente de um grande Mufti anti-sionista de Jerusalém: Amin al- Husayni (falecido em 1974). O nome que recebeu ao nascer foi Mohammed, mas depressa recebeu a alcunha de Yasser, que significa “afável”. A mãe de Arafat morreu quando este tinha apenas 4 anos, e o pai enviou-o para casa de um tio casado em Jerusalém.

Desde 1969, tornou-se dirigente máximo da Organização de Libertação da Palestina (OLP) e líder do al- Fatah (um dos grupos maioritários que integram a OLP).

Após ter concluído os estudos secundários em Gaza, tomou parte nas lutas palestinas de 1948, tendo-se refugiado na Faixa de Gaza.

Mais tarde, ingressou na Universidade do Cairo, onde se diplomou em Engenharia Civil. Durante a sua permanência na capital egípcia, ingressou na Irmandade Muçulmana e na

União dos Estudantes Palestínianos, da qual também foi Presidente durante o período de 1952 a 1956. Prestou serviço militar no Exército egípcio e, no ano de 1956, participou numa Campanha no Suez, como 2º Tenente. Na sequência de diversas prisões, em virtude do seu activismo político no Egipto, foi para o Kuwait, onde trabalhou para o governo como engenheiro, para depois montar a sua própria empresa. Em simultâneo, em 1959, tornou-se um dos co-fundadores do Al-Fatah - que se tornaria o principal braço armado da OLP- na companhia de outros notáveis, tais como Salah Khalaf (Abu Iyad), Khalil al-Wazir (Abu Jihad), Mahmoud Abbas (Abu Mazen) e Faruq Qaddumi (Abu Lutof). Em 1971, já após ter assumido a liderança desta Organização (1969), Arafat tornou-se o Comandante- Chefe das Forças Revolucionárias Palestínianas. Em 1973, foi escolhido para dirigente do seu Departamento Político. A partir de então, passou a direccionar os seus esforços para uma crescente persuasão política, de modo a evitar qualquer tipo de confrontação física ou de actos terroristas.

Em Novembro de 1974, tornou-se o primeiro representante de uma Organização Não Governamental a participar numa sessão plenária da Assembleia Geral da ONU. Desde então, passou a empreender várias visitas a países do Bloco Leste (Pacto de Varsóvia). As suas conversações com os líderes do Ocidente, a favor da causa palestíniana tiveram um carácter mais informal, em virtude da sensibilidade e do melindre que o tema do reconhecimento da OLP poderia despertar nalguns países do Velho Continente.

A partir de 1982, Arafat tornou-se alvo do criticismo mais acérrimo por parte das facções da OLP (nomeadamente as suportadas pela Síria), que deixaram de ver nele a figura do líder incontestado da corrente de luta pela causa palestíniana. As críticas tornaram-se iam mais contundentes, após a invasão israelita do Líbano. Perante o desenrolar dos acontecimentos, Arafat resolveu abandonar o seu Quartel- General de Beirute para se fixar em Tunes (Tunísia).

Após o seu retorno à capital libanesa, em 1983, foi objecto de um atentado perpetrado contra si e os seus seguidores por forças da facção pró-síria da OLP. Na sequência deste facto, teve de regressar à Tunísia.

Em Dezembro de 1987, iniciou-se a Intifada, em primeiro lugar na Faixa de Gaza, depois tornou-se extensível à Cisjordânia. Em Novembro de 1988, Yasser Arafat, proclamou o Estado Independente da Palestina e foi eleito seu primeiro Presidente pelo

Conselho Nacional da Palestina. Veio a perder alguma credibilidade no plano internacional, quando, no decurso da Crise do Golfo de 1990, decidiu aparecer ao lado de Saddam Hussein, assumindo uma posição de claro e inequívoco apoio ao líder iraquiano.

Após a Conferência de Paz no Médio Oriente realizada em Madrid, Arafat manteve, desde 1992, negociações secretas com Israel que conduziram à assinatura da Declaração de Princípios entre OLP e Israel de Setembro de 1993 (Processo de Paz de Oslo).

Em Dezembro de 1993, Arafat foi recebido pelo Parlamento Europeu (em Outubro de 1988 já lá tinha estado, mas sem ser recebido oficialmente).

Em Julho de 1994, na sequência dos Acordos de Oslo, regressou a Gaza onde estabeleceu a Autoridade Nacional Palestiniana. Em Dezembro de 1994, Yasser Arafat, Yitzhak Rabin e Shimon Peres foram galardoados com o Prémio Nobel da Paz.

Após as primeiras eleições de Janeiro de 1996, não obstante ter sido muito criticado pelas suas tendências aristocráticas, obteve 87% dos votos, o que lhe valeu ter sido eleito Presidente da Autoridade Palestiniana.

A 14 de Fevereiro de 2003, Yasser Arafat afirmou que aceitaria as exigências de um quarteto composto pelos EUA, União Europeia, Nações Unidas e Rússia, o qual tem insistido na necessidade de reformar a Autoridade Palestiniana, como solução para terminar com o derramamento de sangue que já dura há dois anos e meio. Para Yasser Arafat, a aceitação da designação de um Primeiro Ministro foi condicionada pela introdução de alterações a proceder na constituição da Palestina pelo Parlamento Palestino e pelo Comité Central da OLP (o primeiro, representante da Faixa de Gaza e da Margem Ocidental; o segundo, representante da totalidade dos palestinianos).

Contudo, como também refere Arafat, ambos os órgãos foram impedidos, pelos israelitas, de se reunirem.

A 7 de Março, o líder palestiniano propôs o nome de Mahmoud Abbas (Abu Mazen) de 68 anos de idade para o cargo de Primeiro Ministro. Abu Mazen, foi um dos fundadores da Fatah e um dos arquitectos dos Acordos de Oslo assinados em 1993. Desempenhava o cargo de Secretário- Geral do Comité Executivo da OLP, sendo apontado como o braço direito de Arafat. A sua tendência para a resolução pacífica do conflito israelo-árabe, desde logo fez dele um interlocutor válido para as autoridades israelitas, o que o tornou *persona non grata* aos olhos dos movimentos radicais palestinianos.

Profecia ou não, Arafat foi enterrado como um mártir.

Morto no dia 11 de Novembro de 2004 num hospital militar em Paris, aos 75 anos de idade, o homem que lutou a vida toda por uma causa e uniu os palestinianos em torno dela, será lembrado como aquele que soube, com habilidade e autoridade, tomar importantes decisões sobre a guerra e a paz no Médio Oriente.

A criação da Organização para a Libertação da Palestina (OLP)

O conflito Israelo-Palestiniano piorou com a criação da Organização para a Libertação da Palestina²²³ (OLP), liderada por Yasser Arafat, em 1964.

Com o objectivo de fundar um Estado Palestino, a OLP iniciou uma acção de guerrilha contra Israel, para retomar os seus territórios ocupados.

Em 1967, com a retirada das tropas da ONU da fronteira Egipto/ Israel, teve início a Terceira Guerra Israelo-Árabe, conhecida como Guerra dos Seis Dias.

Mais uma vez, o Estado de Israel saiu vitorioso sobre os países árabes (Egipto, Síria e Jordânia) e ocupou a Faixa de Gaza, a península do Sinai (do Egipto), as planícies de Golan (da Síria) e a Cisjordânia (da Jordânia).

O êxodo palestiniano aumentou com mais essa conquista de Israel e alcançou, em 1968, 1 milhão e 600 mil refugiados. Em 1973, o Egipto e a Síria realizaram um ataque simultâneo contra Israel na data religiosa conhecida como Dia do Perdão (Yom Kippur para os judeus e Ramadão para os árabes). Os árabes reconquistaram a margem oriental do Canal do Suez. A Guerra do Yom Kippur, como ficou conhecida a Quarta Guerra Israelo-Palestiniano, terminou com uma intervenção dos Estados Unidos.

Em 1979, Egipto e Israel estabeleceram um acordo de paz. Contudo, a violência na área seguiu entre OLP e Israel. Vários grupos israelitas e palestinianos praticaram atentados contra os seus “inimigos”. Muita gente inocente morreu.

²²³ “Os focos de terrorismo são de motivação essencialmente nacional ou interna, como por exemplo a OLP, na Palestina.” **LARA**, António de Sousa, *Op. Cit.*, **nota 30**, p. 552 . Veja-se também a este propósito, **ALEM**, Jean-Pierre, *A Espionagem e a Contra-espionagem*, Publicações Europa-América, Coleção Saber, Mem Martins, 1980, pp. 130, 131.

Em 1993, após seis meses de negociações, Israel e a OLP chegaram a um primeiro acordo, a princípio sobre uma autonomia palestina transitória. Foi nos EUA que ocorreu o histórico aperto de mãos entre o Primeiro- Ministro israelita, Yitzhak Rabin e o chefe da OLP, Yasser Arafat.

Em 1995, Yitzhak Rabin foi assassinado por um direitoista judeu, indignado com o acordo com os palestinianos. Com a posse de Benjamin Netanyahu como líder de Israel, as negociações esfriaram e a violência retornou com mais força.

No dia 12 de Julho de 2000 iniciou-se, em Camp David (o mesmo lugar do acordo de 1979 entre Israel e Egipto), nos EUA, mais uma série de negociações entre o Primeiro- Ministro israelita, Ehud Barak e o líder palestiniano, Yasser Arafat.

O HAMAS²²⁴

O Hamas é uma organização, movimento radical islâmico ou movimento islâmico da resistência, que tem estado activo desde as primeiras fases da Intifada em 1987, operando numa fase inicial na Faixa de Gaza e também na Cisjordânia²²⁵. Significa espírito guerreiro e consiste numa organização independentista, que actua na frente sul de Israel. O Hamas jogou uma maior intervenção na violenta subversão fundamentalista, e operações terroristas radicais contra israelitas e árabes. Apela à "Guerra Santa para a libertação da Palestina e o estabelecimento de um estado islâmico do Mediterrâneo até ao Rio Jordão". Pela sua participação na violência de rua e assassínio, tem sido olhado com desconfiança

²²⁴ “Hamas é o acrónimo para ‘Harakat al-Muqawama al-Islamiya’ ou Movimento de Resistência Islâmica e surgiu na sequência da 1ª Intifada, em Dezembro de 1987. O Hamas representa uma metamorfose da Irmandade Muçulmana Palestiniana que teve lugar no decénio de 80. O braço palestiniano da Irmandade Muçulmana foi oficialmente criado em 1946, em Jerusalém, embora a sua presença e actividade na Palestina datassem já de 1943/1944.” **SILVA**, Teresa Almeida e, *Op. Cit*, **nota 193**, p. 227. “Os focos de terrorismo são de motivação essencialmente nacional ou interna, como por exemplo o Hamas na Palestina.” **LARA**, António de Sousa, *Op. Cit*, **nota 30**, p. 552. Veja-se também a este propósito **DEUS**, Ruth Costa, *Op. Cit*, **nota 142**, pp. 171,172. “É o principal grupo islâmico do terrorismo palestiniano. Nasceu pouco depois da explosão da Intifada em 1987; o principal objectivo do Hamas (que, em árabe, quer dizer ardor ou zelo) é o desaparecimento de Israel e a remoção dos hebreus da região, com o fim de ser criado um Estado islâmico; o fundador, chefe espiritual e líder do movimento radical Hamas é o xeque Ahmad Yassin, de 65 anos, paraplégico.” **BARROSO**, José Manuel, “Um desafio a Abbas” in **Diário de Notícias**, Lisboa, 9 de Junho de 2003, p. 12.

²²⁵ Actualmente “a Autoridade Palestiniana (AP) governa a Cisjordânia e o Hamas controla Gaza.” **EIDEM**, Ashild, “Já há quem peça mais raptos” in **Expresso**, Lisboa, 22 de Outubro de 2011, p.31. Veja-se também a este propósito, **SILVA**, Teresa Almeida e, *Op. Cit*, **nota 193**, p. 227

aos olhos dos palestinianos, apesar de jogarem um papel central na Intifada. Como resultado da sua actividade terrorista, o Hamas foi banido em Setembro de 1989. Depois da Guerra do Golfo, tornou-se numa organização terrorista nos territórios ocupados, assim como no interior de Israel. Em Janeiro de 2005, “as eleições legislativas para a Autoridade Palestiniana, consideradas livres e justas pela comunidade internacional, resultaram na vitória do Hamas, um dos movimentos terroristas, assim definido por Israel, Estados Unidos e União Europeia, responsável por diversos atentados perpetrados contra cidadãos israelitas.”²²⁶

As ofensivas entre Israel e Hamas prosseguiram. “Israel manteve a pressão sobre o Hamas, prosseguindo os bombardeamentos no pequeno território palestiniano. A macabra contabilidade da operação militar foi de 285 mortos e centenas de feridos. Entretanto, os israelitas concentraram carros de combate e mobilizaram reservas, sugerindo um possível ataque terrestre.”²²⁷

O Hamas e a Autoridade Palestiniana (AP) algumas vezes cooperam, algumas vezes competem, e algumas vezes lutam. O Hamas tem recusado acordos com a AP, e acusa o regime de Arafat de ser corrupto e de se vender a Israel e aos EUA, pela sua participação no processo de paz. Os Estados Unidos anunciaram a Arafat, que o Hamas era uma ameaça maior para ele do que Israel. O governo israelita acredita que o nível de cooperação entre a Autoridade Palestiniana e o Hamas foi incrementado durante o ano passado. Todavia, as actividades terroristas do Hamas continuam a frustrar qualquer esforço no sentido da paz, chegando a utilizar os palestinianos como escudos humanos.

“Para os radicais, que observam a *Tora* e cultivam o *Talmude*²²⁸, os ocupantes de Terra Prometida são os palestinianos.”²²⁹

²²⁶ PINTO, Ana Santos, “Carta de Telavive- A Herança de Sharon” in **Relações Internacionais**, nº 10, Lisboa, Junho de 2006, p.139.

²²⁷ NAVES, Luís, “Apelos à trégua não desarmam Israel e Hamas” in **Diário de Notícias**, Secção Actual 1, Lisboa, 29 de Dezembro de 2008, p. 2. Veja-se também NAVES, Luís, “Nenhum edifício do Hamas ficará de pé” in **Diário de Notícias**, Secção Mundo, Lisboa, 30 de Dezembro de 2008, p. 23. GUIMARÃES, Maria João, “Israel promete ‘guerra sem quartel’ contra o Hamas” in **Público**, Destaque, Lisboa, 30 de Dezembro de 2008, p. 2. LOPES, Margarida Santos, “Uma guerra para mudar as regras do jogo” in **Público**, Destaque, Lisboa, 30 de Dezembro de 2008, p. 4.

²²⁸ O Talmude é o livro sagrado dos judeus.

²²⁹ MADAIL, Elmano, “Crise no Médio Oriente-Reportagem Especial” in **Jornal de Notícias**, Lisboa, 12 de Janeiro de 2009, p. 22.

HEZBOLLAH²³⁰

Hezbollah é um grupo libanês de militantes xiitas²³¹, que estão envolvidos na sociedade e na política do Líbano. Consiste numa organização independentista a actuar na frente Norte. Eles opõem-se ao Ocidente e pretendem criar um estado fundamentalista à imagem do Irão. O nome do grupo significa, "Partido de Deus". De acordo com o Departamento de Estado Americano, o grupo recebe apoio financeiro, treino, armas, explosivos, político, diplomático e organizacional do Irão e Síria. O Hezbollah joga também um papel importante na política libanesa, como veículo dos xiitas libaneses, e apoia socialmente milhares de libaneses xiitas. O grupo foi responsável por uma série de raptos de ocidentais, incluindo norte americanos, em 1980; um camião com um suicida matou mais de 200 marines americanos nas suas casernas em Beirute, Líbano, em 1983; em 1985 ocorreu o desvio do avião da TWA voo 847, e dois ataques em 1990 contra interesses judaicos na embaixada de Israel na Argentina em 1992, assassinando 29 pessoas e em 1994 um ataque à bomba de um centro comunitário judaico, dizimando 95.

²³⁰ A doutrina diverge quanto à data de fundação do hezbollah, não havendo consenso por parte dos autores, como por exemplo, Teresa Almeida e Silva e Tiago Carrasco. "O Partido de Deus foi fundado em 1973 pelo Ayatollah Mahmoud Ghaffari na Cidade Santa de Qom (a sul de Teerão)." **SILVA**, Teresa Almeida e, *Op. Cit*, **nota 193**, pp. 223-226. "Os focos de terrorismo são de motivação essencialmente nacional ou interna, como por exemplo o Hezbollah, no Líbano." **LARA**, António de Sousa, *Op. Cit*, **nota 30**, p. 552. Veja-se também a este propósito: **RIBEIRO**, António Silva, "A Estratégia do Irão" in **Segurança e Defesa**, Lisboa, Novembro 2006, pp. 48, 49. Veja-se também sobre esta temática: **MARQUES**, Bruno Almeida, "A Ameaça terrorista do Hezbollah", in **GRAÇA**, Pedro Borges (coord.), **Estudos de Intelligence**, ISCSPP, CAPP, Lisboa, 2011, pp. 62-63. "O hezbollah nasceu em 1982 e é reconhecido como associação terrorista pelos EUA, Israel e mais alguns países ocidentais. No Líbano, é um partido com 12 deputados no Parlamento e o seu braço armado é reconhecido por toda a população como o único garante de resistência contra Israel." **CARRASCO**, Tiago, **Tabu**, nº 291, 30 de Março de 2012, p. 51.

²³¹ A este propósito, há que estabelecer uma distinção entre shiismo e sunismo. "Ser shiita equivale a ser partidário de Ali ibn Abu-Talib, primo e genro do Profeta. Desposou Fátima, filha de Maomé e de Khadijah. Ali e Fátima tiveram dois filhos: al-Hasan (primogénito) e al-Husain (o filho mais novo). Este grupo de cinco personalidades. O Profeta, Fátima, Ali, al-Hasan e al-Husain constituem o círculo interno da Família do Profeta, os Ahl ul-Bait ou 'Gente da Casa do Profeta'. Os shiitas são, pois, os membros do Shiat Ali, ou seja, o Partido de Ali. Acreditam que Ali ibn Abu Talib, primo e genro de Maomé, é o seu legítimo sucessor. O sunismo preocupa-se com a unidade comunitária e respeita a ordem estabelecida. As suas opções, teológicas ou políticas, traduzem uma instintiva desconfiança em relação aos excessos cometidos pelos extremistas de todas as tendências. Os sunitas são conhecidos por várias nomenclaturas: Gentes do Livro e das Tradições; Gentes do Reagrupamento; Gentes do *Hadith*. Um dos mais elevados valores sunitas é manter a unidade transnacional da Umma. Um dos mais elevados valores sunitas é manter a unidade transnacional da Umma. Ao invés dos shiitas, os sunitas rejeitam a tradição cultural e popular de adorar a sepultura de santos, visto que a consideram uma prática não islâmica." **SILVA**, Teresa Almeida e, *Op. Cit*, **nota 193**, pp. 111, 112, 128, 129.

Em suma, analisando as organizações terroristas, consideramos em termos geopolíticos duas frentes: a frente sul (onde actua o Hamas), na qual persiste o receio de invasão das forças do sul, e a frente norte (onde actua o Hezbollah).

ANEXO 8:

AS RESPOSTAS ISRAELITAS:

Há todo um manancial de respostas, que possibilitaram a configuração de um pensamento estratégico por parte dos estrategos israelitas.

Deste modo, tomamos em consideração as soluções por parte do Exército israelita, assim como do respectivo Governo, para ultrapassar a situação de Israel²³².

Dissuasão em Israel:

A dissuasão²³³ é considerada um conceito essencial na Estratégia de Segurança Israelita, como forma de evitar qualquer conflito entre Israel e os seus inimigos. A sua estratégia baseia-se assim, fundamentalmente, na dissuasão.

²³² **PIELLA**, Guillem Colom, “La evolución de la Estrategia Nacional de Seguridad Israelí” in **Boletín de Información**, número 309, Ministerio de Defensa, Centro Superior de Estudios de la Defensa Nacional, Madrid, año 2009, p. 71.

²³³ “ (...) A dissuasão tem um objectivo de negação (...) visa alcançar a não guerra.” **SACCHETTI**, António Emílio, *Temas de Política e Estratégia*, ISCSP-UTL, Lisboa, 1986, p. 176. “O conceito de dissuasão é posterior ao aparecimento da arma nuclear, e destacou-se apenas a partir dos anos 50. Pensa-se que a amplitude das destruições que a utilização de armas nucleares teria provocado, dissuadiria qualquer país de entrar em guerra com um Estado que as possuísse. A dissuasão é, segundo a fórmula de Henry Kissinger, a tentativa feita para impedir a adopção de uma certa linha de acção, opondo-lhe riscos que lhe pareçam não ter comparação com nenhum dos ganhos usufruídos.” **BONIFACE**, Pascal, *Op. Cit*, nota 31, p. 231. “A dissuasão assenta, em primeiro lugar, num factor militar: é preciso ter um grande poder de destruição, uma boa precisão e uma boa capacidade de penetração.” **BEAUFRE**, André, *Introdução à Estratégia*, 1ª Edição, Edições Sílabo, Lisboa, 2004, p. 92. “A dissuasão em sentido lato, visa impedir uma potência adversa de, numa situação dada, recorrer a determinados meios de coacção em virtude da existência de um conjunto de meios e de disposições capazes de constituírem uma ameaça suficientemente desencorajadora; a dissuasão é, essencialmente, um resultado de natureza psicológica: traduz-se por uma inibição ou paralisia perante uma ameaça que se receia e que é de concretização possível e plausível; deriva de um cálculo desfavorável entre as potenciais vantagens ou benefícios que se podem colher no caso de se levar a efeito uma determinada acção e os riscos ou custos inerentes a essa acção, dadas as possibilidades do adversário.” **COUTO**, Abel Cabral, *Elementos da Estratégia- Apontamentos para um Curso*, Volume II, Instituto de Altos Estudos Militares, Lisboa, 1989, p. 59. Dissuadir é impedir um poder adverso de usar a coacção, exercendo sobre ele uma ameaça que o desencoraje de a utilizar. Ou seja, função dessa ameaça o poder adverso deve reconsiderar o uso da coacção, quer a fizesse por sua própria iniciativa, ou em resposta a uma acção feita sobre ele; se o medo é o fundamento da dissuasão, a incerteza a garantia, a capacidade de represálias a chave, as doutrinas

Israel não obteve reconhecimento durante muito tempo pelos estados circundantes, sendo inclusive apelidado de “ilegítimo” no cenário internacional. Tal constatação levou Israel a zelar pela sua característica de integridade mediante: meios pacíficos, através da dissuasão²³⁴ aos seus opositores, ou meios militares, com atitudes preventivas constatando o seu poder perante qualquer inimigo.²³⁵

Procedeu-se também à análise da ligação de Israel aos seus opositores, em tempo de guerra e em tempo de paz, no momento em que o Estado de Israel fez uso do seu poderio militar, para almejar os objectivos políticos de segurança.

A dissuasão²³⁶, é assim utilizada por Israel como prevenção aos atacantes, daí a sua preponderância em termos de força face aos seus adversários.

Na linha de pensamento de Rodman, a dissuasão convencional é subdividida em geral e específica do seguinte modo: “A dissuasão geral, baseia-se na situação dos Estados Árabes poderem iniciar uma guerra e Israel acabará determinando o seu alcance e intensidade; a

de emprego das armas nucleares são aquilo que dá credibilidade à dissuasão nuclear.” **BARRENTO**, António, *Op. Cit*, **nota 4**, pp. 229-238.

²³⁴ “Em sentido lato, visa impedir uma potência adversa de, numa situação dada, recorrer a determinados meios de coacção em virtude da existência de um conjunto de meios e de disposições capazes de constituírem uma ameaça suficientemente desencorajadora; a dissuasão é, essencialmente, um resultado de natureza psicológica: traduz-se por uma inibição ou paralisia perante uma ameaça que se receia e que é de concretização possível e plausível. Deriva de um cálculo desfavorável entre as potenciais vantagens ou benefícios que se podem colher no caso de se levar a efeito uma determinada acção, dadas as possibilidades do adversário. Quanto às vantagens ou benefícios a colher, dependem do valor do que está em jogo e das probabilidades de sucesso; os riscos ou custos podem ser de natureza variada, desde riscos materiais à perda de prestígio perante a opinião pública, e a forma como são avaliados e interpretados depende, por um lado, da representação que se fizer da ameaça e, por outro lado, da incerteza atribuída à determinação dos riscos. A avaliação da ameaça é, por seu turno, função da capacidade material do adversário e da plausibilidade ou credibilidade dessa ameaça, isto é, para dissuadir é preciso dispor de meios capazes de produzirem um efeito desencorajador, mas é necessário, também, que o emprego desses meios seja plausível, no caso de o adversário realizar a acção que se pretende dissuadir; “A manobra de dissuasão é o produto de cariz psicológico, conduzindo o adversário à não intervenção, ou em última instância ao receio, descrença e até incerteza. A nível da incerteza destaca-se as acções punitivas de demonstração, localizadas e simbólicas, análogas às demonstrações navais do século passado, destinadas a mostrar que se está disposto a ir mais longe, se necessário (caso de Israel); de medidas em grande escala relativas à protecção de populações civis, etc.” **COUTO**, Abel Cabral, *Op. Cit*, **nota 233**, pp. 59,60.

²³⁵ **PIELLA**, Guillem Colom, *Op. Cit*, **nota 232**, p. 71.

²³⁶ “Se o medo é o fundamento da dissuasão, a incerteza a garantia, a capacidade de represálias a chave, as doutrinas de emprego das armas nucleares são aquilo que dá credibilidade à dissuasão nuclear.” **BARRENTO**, António, *Op. Cit*, **nota 4**, p. 238.

específica, construiu-se em torno do conceito de linhas vermelhas específicas, que no caso de serem ultrapassadas, terão uma resposta militar. A dissuasão por negação pode definir-se, como a capacidade de evitar que um oponente inicie uma acção, porque esta será facilmente repelida; a dissuasão por castigo leva a capacidade de evitar que qualquer inimigo ataque Israel, porque sozinho poderá defender-se, se não também atacá-lo em represália e impor-lhe uns custos inaceitáveis.”²³⁷ Esta classificação contribuiu para um acréscimo da capacidade militar israelita.

Israel tem adoptado uma posição em relação às ameaças não convencionais e poderá enveredar pelo caminho de represálias massivas. Contudo, sempre tomou uma “postura desproporcionada.”²³⁸ Constatámos, que Israel não tem prioridade na introdução de armas não convencionais na região. Tendo na sua posse um manancial de armamento de destruição massiva, não obstante negá-lo, possibilitou-lhe beneficiar de ser considerado um Estado com armamento nuclear, atendendo à dissuasão e capacidade de reacção, não sendo contagiado pelas consequências internacionais decorrentes do conhecimento deste armamento. Ou seja, “Israel passa a dispor de armamento nuclear, que inviabiliza as pretensões dos estados árabes vizinhos, de efectuarem qualquer tipo de ataque convencional.”²³⁹

Através da “Doutrina Begin”, Israel não deixou que lhe fosse retirado o prestígio no desenvolvimento do armamento nuclear pelos seus adversários, constatado pelo ataque nuclear iraquiano de Osirak em 1981.²⁴⁰

Desde 1973, data da elaboração do nuclear em Israel, este Estado engloba a utilização de engenhos nucleares em todos os âmbitos, tais como: a nível tático para diminuir exército oponente, a nível estratégico para usufruir de aviões, mísseis de longo alcance

²³⁷ **PIELLA**, Guillem Colom, *Op. Cit*, **nota 232**, p. 72.

²³⁸ *Idem*, p. 71.

²³⁹ **LEITE**, Abel José Santos, *Op. Cit*, **nota 73**.

²⁴⁰ **PIELLA**, Guillem Colom, *Op. Cit*, **nota 232**, p. 72. Veja-se também a este propósito que “os analistas israelitas e não-israelitas debruçam-se sobre o cenário de um ataque de Israel às instalações nucleares iranianas, à semelhança do que o Estado judaico fez em 1981, destruindo o reactor nuclear iraquiano de Osirak.” **COELHO**, Alexandra Prado, “Neoconservadores americanos julgam inevitável nova guerra” in **Público**, Lisboa, 13 de Outubro de 2004, p. 3.

para atacar os centros de gravidade²⁴¹ dos invasores. “Os elementos de dissuasão estratégica israelita compõem-se de aviões de combate, capazes de transportar armamento convencional ou nuclear; mísseis balísticos, de curto e médio alcance que projectam o poder israelita mais além do seu espaço estratégico e mísseis de cruzeiro lançáveis desde submarinos, base de resposta e represália convencional, ou nuclear do país.”²⁴²

Em última instância, Israel podia optar pela denominada “Samson Option”, datada de 1966, ou seja, se Israel estivesse numa situação de perigo, o procedimento consistia num ataque nuclear contra o inimigo²⁴³. Ou seja, consistia numa retaliação com arsenal nuclear. “Esta opção consistia no seguinte: se os exércitos árabes penetravam dentro das fronteiras de 1949 e ameaçavam os centros da população; se as Forças Aéreas israelitas eram destruídas; se as cidades israelitas se expunham a ataques aéreos massivos com armamento convencional, químico e biológico e finalmente se utilizavam armas nucleares contra o território israelita.”²⁴⁴

Em suma, com o passar do tempo a capacidade de dissuasão²⁴⁵ israelita face aos seus opositores tem estabilizado.

Na linha de raciocínio de Rodman o começo de uma guerra convencional é hipotética, uma vez que há uma discrepância muito acentuada entre Israel e os seus inimigos, provocando dissuasão no ataque a Israel pelos exércitos árabes. Segundo Heller “a política nacional de segurança israelita serve ao objectivo político da paz, somente se existir uma

²⁴¹ “Centro de gravidade: a essência da arte operacional é a identificação atempada do que é decisivo, a perceber que acções são necessárias para preparar o adversário para a execução de uma operação decisiva, ou seja, o Centro de gravidade é a aquilo que causa a culminação do adversário que neutraliza ou destrói enquanto sistema organizado.” Manual de Arte Operacional do Instituto de Estudos Superiores Militares, IESM.

²⁴² **PIELLA**, Guillem Colom, *Op. Cit*, **nota 232**, p. 72.

²⁴³ *Idem*, p. 73.

²⁴⁴ *Idem*, *ibidem*.

²⁴⁵ “Mas sendo a dissuasão um resultado psicológico, ela depende, frequentemente, também de uma assimilação correcta da “mensagem” (expressa por uma “ameaça de sanções”) que a Potência dissuasora pretende ou deve transmitir. Quer dizer, a dissuasão é favorecida pela “fidelidade da comunicação emissor-receptor”: caso contrário, pode não se verificar a dissuasão, por erro de entendimento. Podemos assim dizer que a dissuasão é, essencialmente, o produto de dois factores: capacidade material e plausibilidade (ou credibilidade); mas que depende, também, da fidelidade de comunicação e da incerteza relativamente a determinadas incógnitas.” **COUTO**, Abel Cabral, *Op. Cit*, **nota 233**, p. 60.

superioridade militar real, capaz de dissuadir aos adversários árabes de iniciar uma guerra, obrigando-os a renunciar a ela como opção política. Sem embargo, também afirma que Israel nunca terá, nem os recursos nem a liberdade de acção para conseguir uma vitória estratégica, a capacidade de impor a sua paz nos termos de um adversário vencido, porque os objectivos políticos de Israel não podem ser trasladados do campo militar.”²⁴⁶

PROLIFERAÇÃO DE ARMAMENTO NÃO-CONVENCIONAL:

Podemos afirmar que, a proliferação de Estados detentores de armas de destruição massiva constitui uma das maiores ameaças, quer à paz quer à segurança na cena internacional no período pós-Guerra Fria. Analisando os problemas da actualidade, a proliferação de armamento apresenta-se como o elemento mais perturbante.²⁴⁷

Em zonas com potencial gerador de conflitos, a proliferação de armas de destruição maciça pode transtornar os equilíbrios regionais. Ocorre um acréscimo, em consequência da proliferação do armamento²⁴⁸, das alternativas acessíveis aos líderes dos Estados nas zonas de conflito e os mecanismos de destruição são analisados como processos de coacção, e não tanto de dissuasão. “O efeito multiplicador da proliferação nos quadros regionais, como consequência imediata da necessidade de restabelecer equilíbrios, postos em causa pela emergência de novos actores com armas de destruição maciça. A

²⁴⁶ **PIELLA**, Guillem Colom, *Op. Cit*, **nota 232**, p. 73.

²⁴⁷ **VIANA**, Victor Daniel Rodrigues, “A Proliferação de Potências com Armas de Destruição Maciça” in **Boletim do Instituto de Altos Estudos Militares**- Formação, Investigação, Doutrina, nº 36, Lisboa, 21 de Novembro de 1995, p. 85.

²⁴⁸ “Por desarmamento entende-se a redução ou abolição de armamentos; por controlo de armamentos entende-se qualquer restrição ou regulamentação relativamente à concepção, produção, dispositivo, protecção, controlo, transferência, emprego ou ameaça de emprego de armas; embora haja relações entre os dois termos, trata-se de conceitos distintos. Embora, dum modo geral, todas as medidas de desarmamento caibam no controlo de armamentos, a inversa não é verdadeira. O controlo de armamentos pode abranger um conjunto de medidas mais variadas, embora talvez menos ambiciosas, que o desarmamento.” **COUTO**, Abel Cabral, *Op. Cit*, **nota 233**, p. 161. “O desarmamento pode definir-se como a redução dos arsenais estabelecida por um texto internacional e cuja observância é obrigatória. As reduções das forças militares efectuadas por razões internas, particularmente orçamentais, não dependem em sentido estrito do desarmamento porque são actos unilaterais, não respondendo a nenhuma obrigação jurídica, podendo, portanto, ser postas em causa a qualquer momento.” **BONIFACE**, Pascal, *Op. Cit*, **nota 31**, p. 89.

insegurança e a instabilidade que poderá determinar nos vizinhos, é susceptível de conduzir à adopção de acções preventivas e, conseqüentemente, a um aumento de conflitualidade regional.”²⁴⁹

Regiões caracterizadas por instabilidade política, militar, religiosa são uma constante, e por isso, são geradoras de conflitos. Nesta situação, destacamos o nosso objecto de estudo, Israel.²⁵⁰

TIPOLOGIA DAS NOVAS FORÇAS NUCLEARES:

Na perspectiva de Victor Viana, “existem diferenças importantes, relativamente ao grau de desenvolvimento dos respectivos programas. As forças nucleares que essas potências poderão desenvolver no presente decénio, apresentarão também diferenças substanciais.”²⁵¹

As opções:

Seguindo o raciocínio de Victor Viana, podemos obter armas nucleares de fissão de urânio enriquecido ou de plutónio. Na perspectiva da não proliferação, a questão fulcral prende-se com a produção do plutónio por qualquer reactor nuclear. “Ao fim de um certo período de tempo, um país que disponha de meios para produção para fins pacíficos de energia nuclear, que inclua capacidade de reprocessamento, poderá obter uma quantidade significativa de plutónio que pode ser utilizado, se assim entender, na produção de armas nucleares. O problema central para uma potência que pretenda tornar-se nuclear, está em obter uma adequada quantidade de urânio ou plutónio e o equipamento e tecnologia, necessários para o enriquecimento ou separação química.”²⁵²

²⁴⁹ **VIANA**, Victor Daniel Rodrigues, *Op. Cit*, nota 247, p. 107.

²⁵⁰ *Idem*, p. 87.

²⁵¹ *Idem*, *ibidem*, p. 93.

²⁵² *Ibidem*, pp. 93, 94.

Os tipos de Ogivas:

No que concerne aos tipos de ogivas “presume-se que as possibilidades das novas potências nucleares se confinem inicialmente às armas de primeira geração, ou seja, às armas nucleares de cisão (com a excepção, por exemplo de Israel). O número de ogivas passível de ser alcançado no presente decénio, também deverá variar consoante o país, desde um reduzido número até a um nível que se poderá situar na ordem da centena ou mais (situação de Israel). No entanto, “tendo em conta as declarações de um antigo técnico nuclear, Mordechai Vanunu, que trabalhou no centro de pesquisa de Dimona (acusado de traição pelas suas revelações), suspeita-se que Israel possa possuir armas de cisão mais avançadas ou mesmo armas termonucleares.”²⁵³

Em plenos anos oitenta, mais propriamente em 1986, Mordechai Vanunu, antigo colaborador nuclear do reactor de Dimona, considerado o “arquitecto do programa”²⁵⁴, anunciou num jornal britânico e procedeu a uma revisão do número de ogivas, que Israel poderia deter, ogivas essas lançadas via aérea, terrestre ou marítima.

As armas químicas e biológicas:

Alguns autores consideram as “armas químicas e biológicas mais como ‘armas de terror’, do que verdadeiras armas de destruição maciça.”²⁵⁵ As armas químicas são “portanto, adequadas para a execução de ataques maciços e associadas a vectores de grande capacidade de penetração, como sejam os mísseis balísticos, podem provocar efeitos devastadores contra centros populacionais a longas distâncias. No que concerne às armas biológicas, a sua produção constitui uma via eficaz e menos dispendiosa para obtenção de armas de destruição maciça. Com efeito, as armas biológicas são de fácil

²⁵³ *Ibidem*, p. 95.

²⁵⁴ **REBOLLEDO**, Vicente Garrido, “The Future of the Nuclear Non-Proliferation Regime: The 2010 NPT Review Conference” in **Strategic Panorama 2009/2010**, Spanish Institute for Strategic Studies, Ministerio de Defensa, 2009/2010, p.194.

²⁵⁵ **VIANA**, Victor Daniel Rodrigues, *Op. Cit*, nota 247, p. 98.

produção e um país que disponha de infraestruturas de pesquisa biológica ou fundamentos de produção simples, tais como indústrias farmacêuticas ou de fermentação, pode produzir agentes biológicos em quantidades maciças.”²⁵⁶

O PROGRAMA NUCLEAR DE ISRAEL²⁵⁷:

O programa de armamento nuclear israelita proliferou graças à persistência de que o holocausto assumiu as medidas tomadas por Israel, em ordem a garantir a sua permanência.

No decénio de cinquenta, Israel “inicia o seu programa nuclear, considerando as armas nucleares como um ‘último recurso’, para fazer face a uma eventual súbita alteração da balança de poderes na região ou uma derrota militar.”²⁵⁸ Ou seja, foi iniciada uma pesquisa/ estudos geológicos no deserto de Neguev, com o intuito de encontrar reservas de urânio. Contudo, nenhuma fonte significativa foi encontrada. Os esforços nucleares dos Estados árabes, foram uma reacção ao programa nuclear israelita.

Em 1952, a criação da AICE (Comissão de Energia Atómica de Israel) constituiu um passo significativo, cujo presidente Ernst David Bergmann, foi um defensor acérrimo da bomba israelita. Foi também chefe da Divisão de Infraestrutura do Ministério da Defesa (EMET).

Em 1953, não só ocorreu um aperfeiçoamento do método de extracção de urânio descoberto no Neguev, como também se procedeu ao desenvolvimento de um novo processo de produção de água pesada (para resfriar o reactor), permitindo Israel primar pela auto-suficiência no que concerne à capacidade produtiva nuclear. Israel, contou assim com a ajuda da França para a construção do projecto do reactor. Esta cooperação nuclear data do início de 1950. Foi favorável, quer a Israel quer à França, já que adoptaram uma

²⁵⁶ Idem, p. 99.

²⁵⁷ Veja-se a este propósito: **GUPTA**, Amit, *Building an Arsenal, The Evolution of Regional Power Force Structures*, Westport, Connecticut London, Praeger, 1997, pp. 121-125.

²⁵⁸ **VIANA**, Victor Daniel Rodrigues, *Op. Cit*, nota 247, p. 88.

posição independente perante a opção nuclear, mantendo uma posição autónoma no cenário bipolar da Guerra Fria.

Em 1956, em pleno Outono, a França forneceu a Israel o reactor de pesquisa. Contudo, iniciou-se a crise do Suez. Este episódio permitiu a Israel adquirir uma capacidade nuclear independente, necessária para evitar dependência de aliados potencialmente não confiáveis. Em 3 de Outubro de 1957, França e Israel assinaram um acordo mediante o qual a França construiu um reactor MWt24. Foi construído um complexo em Dimona, em segredo, fora do regime de inspecções da AIEA, por técnicos israelitas e franceses, no deserto de Neguev.²⁵⁹ Os funcionários franceses obtiveram informações, para manter o carácter confidencial.

Remonta aos anos sessenta o reactor nuclear de Dimona, sediado no deserto de Neguev, cujas dúvidas quanto à capacidade nuclear efectiva do Estado de Israel se mantêm ainda acesas. O Primeiro-Ministro, Ben-Gurion, admitiu que se tratava de um centro de pesquisa nuclear com finalidades civis. Este complexo de Dimona foi caracterizado como uma fábrica de têxteis, e também um centro de pesquisa metalúrgica. Foi visitado nos anos sessenta por inspectores oriundos dos Estados Unidos, que admitiram não deterem uma análise precisa das actividades desenvolvidas no reactor, nem provas evidentes quanto às armas nucleares.

Israel acredita que teve um desenvolvimento da arma nuclear em 1960, contudo oficiais israelitas mantêm a posição de ambiguidade estratégica²⁶⁰ e reivindicam que Israel não será a primeira potência a introduzir armas nucleares na região do Médio Oriente. Ou seja, as dúvidas e incertezas quanto à real capacidade nuclear de Israel têm fundamento, aumentando a sua capacidade de dissuasão. Israel adopta uma posição de, não negar nem confirmar a existência de arsenal nuclear, que se traduz num duplo benefício:

²⁵⁹ Veja-se a este propósito, **GUPTA**, Amit, *Op. Cit*, nota 257, pp. 100-103.

²⁶⁰ “Israel é o único Estado não declarado nuclear, já que a sua política nuclear é baseada na negação e não confirmação de arsenal nuclear, não obstante desenvolver armas nucleares e ter um programa de armas nucleares.” **REBOLLEDO**, Vicente Garrido, *Op. Cit*, nota 254, p. 194. “Por norma Israel não possui armas nucleares. Mas Olmert teve um deslize em 2006, classificando Israel como uma potência nuclear.” **GORENBERG**, Gershom, “Um Irão nuclear destruiria Israel” in **Foreign Policy**, número 4, Junho/Julho 2008, p. 23.

por um lado, tem capacidade de dissuasão na medida em que é uma potência nuclear, e por outro ao não assumir, não está sujeita a sanções na cena internacional. Oficialmente, o Estado de Israel não admite nem nega possuir armas nucleares.

É perceptível o seu desafio de superioridade nuclear pelo programa iraniano. Israel pode ter acção preemptiva ou preventiva, contra líderes na comunidade nuclear iraniana como o sucedido em 1950, assassinando cientistas germânicos que se encontravam a trabalhar no programa de mísseis egípcios. Na hipótese de ter procedido com discrição suficiente, não seria certamente para obter nenhum impacto regional.

Todavia, mantêm-se as suspeitas iranianas de que a morte do cientista nuclear iraniano, Ardeshir Hassanpour, por intoxicação com gás foi um assassinato. Foram tomadas inclusivé, posições para isolar Israel internacionalmente.²⁶¹

Em Maio de 1960, a França iniciou pressões sobre Israel, ameaçando retirar o combustível do reactor, efectuando deste modo inspecções internacionais. Posteriormente, Israel preparou um compromisso, em que a França iria fornecer o urânio e os componentes colocados no final e não insistiu em inspecções internacionais. Em troca, Israel garantia que a França não tinha o objectivo de fabricar armas atómicas, não efectuar nenhum reprocessamento de plutónio e procedia à revelação do reactor, concluído sem o auxílio francês. Em 1968, a CIA concluiu que o Estado de Israel tinha iniciado a produção de armas nucleares.

A terceira opção de um golpe nuclear israelita dependia de muitos factores, incluindo a exequibilidade da acção militar e a severidade do Tratado. Os “decision makers” israelitas estão capacitados para tornar claro o *status* armado do país, se acreditarem que é a única maneira de deter o Irão, sendo mais o que estão a tentar clarificar para a comunidade internacional, do que o golpe nuclear iraniano irá conduzir à retaliação nuclear israelita. Esta opção só será defendida, se o Irão estiver no limite do cessar no nuclear, possivelmente seguindo um teste. Na situação infeliz de Israel seguir “o passo em

²⁶¹ “Nuclear Insecurity or should the world learn to stop worrying and love the bomb?” in **Jane’s Intelligence Review**, Volume 19, number 07, July 2007, p. 15.

frente”, sofreria uma retaliação convencional massiva de Estados não nucleares, despoletando um conflito regional.

Para explanar o cenário nuclear, considerámos como um marco histórico o Tratado de Não Proliferação Nuclear de potências nucleares (NPT) assinado em 1968, entre EUA e ex-URSS e que constituiu o regime fundamental para contenção da proliferação nuclear. Este tratado “impedia aos Estados dotados de armas nucleares, a ajuda aos países não nucleares que as quisessem adquirir, proibindo estes países de se procurarem dotar de tais armas.”²⁶² Entrou em vigor em 1970, mantendo-se de fora deste regime países como a Argélia, Argentina, Israel, Índia, Paquistão, África do Sul, Brasil.”²⁶³

De acordo com elementos reunidos num dos fascículos de Dezembro de 1983 do semanário “Neesweek”, Israel destacou-se por ser um Estado detentor de capacidade imediata, contando com o apoio dos EUA em termos de equipamento, tecnologia e materiais. Os dirigentes israelitas afirmaram que o Estado de Israel, não signatário do Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), “não será mais o primeiro a introduzir um armamento nuclear no Próximo Oriente.”²⁶⁴

No que concerne ao programa nuclear iraniano, motivo de grande preocupação para o Estado de Israel, o mesmo deverá ser desenvolvido e pode agir como um balanço para o programa israelita corrente. Contudo, a constatação do seu sucesso encorajará a um “armamento nuclear regional.”²⁶⁵ O programa nuclear do Irão ainda não está completamente desenvolvido, permitindo um aumento da possibilidade de um golpe preemptivo israelita, um claro exemplo do estado do impacto do programa nuclear perante os seus efeitos na estabilidade regional.²⁶⁶ O Irão é nesta medida, considerado uma ameaça

²⁶² **BONIFACE**, Pascal, *Op. Cit*, **nota 31**, p. 91.

²⁶³ **VIANA**, Victor Daniel Rodrigues, *Op. Cit*, **nota 247**, p. 113. “Até princípios de 1973, o Tratado tinha sido assinado por 103 Estados. Não o tinham assinado os seguintes países: Argentina, Brasil, China, França, Índia, Israel, Paquistão, República da África do Sul e Espanha.” **COUTO**, Abel Cabral, *Op. Cit*, **nota 233**, p. 159.

²⁶⁴ **EMERY**, Peter, “La Prolifération nucléaire”, Assemble de l’ Atlantique Nord, Commission Scientifique et Technique, Rapports 1993, Octobre 1993, p. 2.

²⁶⁵ **GORENBERG**, Gershom, *Op. Cit*, **nota 260**, p. 23.

²⁶⁶ “Nuclear Insecurity or should the world learn to stop worrying and love the bomb?” in **Jane’s Intelligence Review**, Volume 19, number 07, July 2007, p. 15.

nuclear e os actores na cena internacional não se sentem confiantes com um Irão nuclear.²⁶⁷

No cenário internacional, à medida que se voltam atenções para o programa nuclear iraniano, também o Estado de Israel é forçado a admitir a existência ou não e a capacidade do seu armamento nuclear.

No que concerne ao enquadramento estratégico do Médio Oriente, em pleno decénio de oitenta passam a possuir mísseis balísticos, conduzindo a um visível quadro de vulnerabilidade.

Israel é “uma potência nuclear que poderá possuir 60 a 100 bombas nucleares, se nos referirmos ao seu provável potencial de produção de plutónio e urânio enriquecido.”²⁶⁸ “Israel possui os mísseis balísticos de maior alcance, até 4500 quilómetros, ainda que o Irão disponha de mísseis de médio alcance Shehab III, com 1300 quilómetros de autonomia e está a desenvolver com tecnologia nortecoriana vectores com alcance de 4500 quilómetros. Pela parte da Síria, esta possui mísseis com alcances compreendidos entre 300 a 500 quilómetros e o Iraque possui mísseis Scud-de 300 a 500 quilómetros, Al-Hussein de 650 quilómetros e Al-Abbas de 950 quilómetros.”²⁶⁹ Houve um incremento de Estados com capacidade não convencional (química, biológica e também nuclear²⁷⁰) e com

²⁶⁷ “Os EUA parecem dispostos a aceitar um pacote de medidas proposto pelos europeus oferecendo incentivos para o Irão suspender o enriquecimento de urânio, considerado um passo importante no seu programa nuclear. A confirmar-se esta notícia, avançada pelo ‘New York Times’, ela significaria uma mudança de estratégia da parte da Administração Bush face a um dos três países do ‘Eixo do Mal’.” **COELHO**, Alexandra Prado, “EUA e Europa prontos a dar ao Irão ‘última oportunidade’” in **Público**, Lisboa, p. 2. “Leden defende que não se devia ter começado com o Iraque mas com o Irão, a mãe do moderno terrorismo islâmico, criador do Hezbollah, aliado da Al-Qaeda, financiador de Zarqawi, há muito financiador da Fatah e espinha dorsal do Hamas”; “O cenário de um derrube do regime iraniano está na ordem do dia.” **COELHO**, Alexandra Prado, “Neoconservadores americanos julgam inevitável nova guerra” in **Público**, Lisboa, 13 de Outubro de 2004, p. 3.

²⁶⁸ **EMERY**, Peter, *Op. Cit*, nota 264, p. 2.

²⁶⁹ **PIELLA**, Guillem Colom, *Op. Cit*, nota 232, p. 76.

²⁷⁰ “Antes do aparecimento da arma nuclear, em 1945, poucas armas haviam tido tanto impacto no destino do mundo. Nunca uma delas havia suscitado tantas polémicas. Arma da paz para uns, da destruição do planeta para outros, estruturou as relações internacionais e modificou completamente a maneira de colocar os problemas da guerra e da paz”; *Negócios Estrangeiros*, Outubro 2008, número 13, João Serra Pereira, publicação semestral do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pág 70: No que respeita ao nuclear, “quantos mais Estados se dotarem de armamento nuclear, menor número de guerras de grandes dimensões haverá. Por cada novo país nuclear, uma série de guerras deixam de ser prováveis ou,

“capacidade projectil” além fronteiras, permitindo ligações regionais assentes na denominada “dissuasão multipolar” (Heller 2000, pp.32-34).

Israel não se encontrava adaptado a esta situação e nesta medida teve que: fazer-se valer da sua capacidade de dissuasão e encarnar a postura de, mediante engenhos nucleares face a qualquer ataque dar uma resposta rápida. Contudo, tal ocultou uma posição nuclear caracterizada pela ambiguidade.²⁷¹ Não obstante o Estado de Israel não admitir ser detentor de armamento nuclear, entre a comunidade internacional crescem dúvidas quanto à sua existência. Uma vez que Israel não assinou o Tratado de Não

numa formulação matemática, se GP= guerras possíveis, X= número de países e N= número de países nucleares, as guerras possíveis para o nosso país nuclear (Y) seria assim expresso. Antes de ser nuclear $GPY = X-1$; Depois de ser nuclear: $GPY = X-N$. Sempre que “N” aumentar, o número possível de guerras, naturalmente, diminui. Esta consequência decorre directamente da lógica da teoria clássica da dissuasão.” **BONIFACE**, Pascal, *Op. Cit*, nota 31, p. 228. “Não se afirma que estados não nucleares não se possam envolver em guerras de alta intensidade com estados nucleares, o que aliás, seria desmentido pela guerra do Yom Kippur. Refere-se, sobretudo, a redução de probabilidades. Estas guerras demonstram a aplicação dos princípios da prudência, da ultima ratio e da credibilidade. Ao não ter estado em causa (mesmo na guerra do Yom Kippur) a sobrevivência do estado, as potências nucleares não se socorreram do argumento último, ou se o fizeram, não mereceram credibilidade” **PEREIRA**, João Serra, **Negócios Estrangeiros**, número 13, Instituto Diplomático, Lisboa, 2008, pp. 71,72.

²⁷¹ “A política de Israel a este respeito é a de ambiguidade estratégica. Até aos dias de hoje, Israel enquanto estado não admitiu possuir ou negar armamento nuclear. No entanto, temos conhecimento de que Israel é o único país d Médio Oriente que não se encontra incluído no Tratado de Não-Proliferação Nuclear. Em Abril foi libertado Mordechai Vanunu, após ter cumprido 18 anos de prisão por revelar informações sobre o programa nuclear israelita, tidas como confidenciais e atentatórias para a segurança do Estado. Toda a informação relativa ao assunto é rigorosamente restrita e baseada sobretudo em especulações, já que este é um dos segredos mais bem guardados de sempre. Mohamed El-Baradei, chefe da Agência Internacional de Energia Atómica, sugeriu a 13 de Julho de 2004, em Moscovo, que Israel deveria considerar discutir a possibilidade de um Médio Oriente sem armas nucleares. Se pouco ou nada se sabe ao certo sobre esta questão, só se pode conjecturar acerca da data em que, efectivamente, Israel teria obtido armas nucleares. Para a maioria dos analistas Israel terá cerca de 200 ogivas nucleares e já teria cerca de doze em 1973, aquando da guerra do Yom Kippur. Contudo, apesar do peso dissuasor deste tipo de armamento, há que considerar dois aspectos: o anúncio da sua posse poderia ter levado os soviéticos a disponibilizarem este tipo de armamento aos árabes, forçando a uma escalada muito grave do conflito e, por outro lado, o fanatismo religioso árabe subverte todos os cálculos, já que estes pressupõem que o inimigo não queira morrer, o que como sabemos, e os homens-bomba são prova disso, não só não acontece, como muitos desejam morrer na luta como mártires de Deus. Crê-se também que Israel terá hoje em dia a possibilidade de lançar ogivas nucleares por meios terra-terra, ar-terra e mar-terra, para o que disporá de três submarinos preparados para o efeito. Questionado sobre o assunto, Ariel Sharon na rádio militar israelita considerou que Israel é obrigado a ter todos os componentes de força necessários à sua defesa.” **LEITE**, Abel José Santos, *Op. Cit*, nota 73, p. 11.

Proliferação de Armamento Nuclear (TNP)²⁷², não é alvo de inspeções por parte da Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA).

Para Victor Daniel Rodrigues Viana, “a sua opção por nunca ter declarado o seu programa nuclear, teria como objectivo o evitar uma confrontação política com os Estados Unidos e preservar o seu monopólio nuclear (a declaração poderia motivar a entrada do Egipto na corrida ao nuclear).”²⁷³ A possibilidade de alterar a actual situação nuclear no Médio Oriente, “poderia determinar que Israel viesse a optar por acções de demonstração dos seus sistemas nucleares (posicionamento dos sistemas), com o objectivo de evidenciar a sua superioridade nuclear, melhorar a capacidade de sobrevivência da sua força nuclear, demonstrar determinação perante a sua opinião pública e, eventualmente, permitir até testar armas termonucleares.”²⁷⁴ “Israel não só possui um nível de reacção superior ao dos seus inimigos, porque dispõe de um número superior de armas nucleares de maior potência que os seus inimigos, como os seus sistemas de defesa activos e passivos o dotam de uma maior capacidade de detecção e resposta frente a qualquer ataque não convencional.”²⁷⁵

Na linha de pensamento de Beres, é imperativo que “Israel proceda a uma manifestação da sua força para dar veracidade à ameaça de resposta face a ataques químico, biológico e nuclear. O ataque que mereceu especial destaque foi o ataque químico, porque ainda que estas armas tenham um valor estratégico similar à das nucleares, o seu poder destrutivo é mais limitado; de maneira que não seria lógico que Israel utilizasse armas nucleares como resposta, sendo mais provável que utilizasse armas químicas. Israel não ratificou a Convenção para a Proibição de Armas Químicas (1995). A dissuasão e a resposta frente a ataques biológicos foi mais fácil, já que a sua letalidade foi similar ao armamento nuclear, sendo credível responder com armas nucleares.”²⁷⁶

Em 1992, foram estabelecidas negociações entre Israel e os EUA ao nível do arsenal nuclear israelita, em ordem a travar a “produção de plutónio à Central atómica

²⁷² **REBOLLEDO**, Vicente Garrido, *Op. Cit*, nota 254, p. 202.

²⁷³ **VIANA**, Victor Daniel Rodrigues, *Op. Cit*, nota 247, p. 88.

²⁷⁴ *Idem*, pp. 88-89.

²⁷⁵ **PIELLA**, Guillem Colom, *Op. Cit*, nota 232, p. 76.

²⁷⁶ *Idem*.

de Dimona.²⁷⁷ Em 4 de Agosto de 2005, foi revelado pela BBC a venda por parte do Reino Unido de água pesada a Israel. Esta água pesada, o excedente de um carregamento comprado pelo Reino Unido da Noruega em 1956, serviu para utilização do reactor Dimona. Os EUA consciencializaram-se da existência de Dimona. Este complexo foi considerado uma fábrica têxtil, uma estação agrícola e um centro de pesquisa metalúrgica, até que David Ben-Gurion declarou em Dezembro de 1960 o complexo de Dimona como um centro de pesquisa nuclear construído para fins pacíficos.

Passaram dois decénios em que os EUA não conseguiram discernir os detalhes iniciais do programa nuclear de Israel. Em 8 de Dezembro de 1960, a CIA publicou um relatório com implicações de Dimona na proliferação nuclear, sendo uma constatação o programa de armamento nuclear israelita. Contudo, os EUA visitaram Dimona e não obtiveram qualquer informação quanto às suas actividades. Os inspectores informaram, que não havia nenhuma pesquisa científica clara ou programa civil de energia nuclear que justificasse tal reactor, não encontrando evidências de actividades ligadas a armas. Só no início de 1968 a CIA publica um relatório, que conclui que Israel iniciara a produção de armamento nuclear com sucesso.

Actualidade:

Em Maio de 2008, o presidente James Carter declarou que Israel possui 150 ou mais armas nucleares.²⁷⁸ O Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu, a 24 de Maio de 2011, num Congresso nos EUA, proferiu as consequências do Irão desenvolver armas nucleares. Abordou a questão do perigo de um mundo islâmico detentor de armas nucleares. “Um Irão com armas nucleares seria provocar uma corrida armamentista nuclear no Médio Oriente. Poderiam colocar uma bomba em qualquer

²⁷⁷ EMERY, Peter, *Op. Cit*, nota 264, p. 3.

²⁷⁸ REBOLLEDO, Vicente Garrido, *Op. Cit*, nota 254, p. 194.

lado. Não tenho dúvidas que acabará por ser derrotado. Acabará por sucumbir às forças da liberdade e do progresso. Enquanto esperamos e trabalhamos para o melhor, devemos também reconhecer que forças poderosas se opõem a este futuro. Eles opõem-se à modernidade. Eles opõem-se à democracia. Eles opõem-se à paz e patrocinam o terror em todo o mundo.”²⁷⁹

Menos de sete decénios depois de seis milhões de judeus terem sido chacinados, os líderes iranianos negam o holocausto do povo judeu, ao chamarem a atenção para a aniquilação do Estado judaico.

O presidente Obama afirmou, que os EUA estavam determinados a impedir o Irão de desenvolver armas nucleares. Ele conduziu com sucesso o Conselho de Segurança a adoptar sanções contra o Irão. No entanto, o regime dos ayatollah suspendeu o seu programa nuclear em 2003, quando se temia a possibilidade de acção militar. Nesse mesmo ano, Kadhafi deu a conhecer o seu programa de armas nucleares e é por esse mesmo motivo que os EUA nunca permitirão que o Irão desenvolva armas nucleares.

A 14 de Junho de 2011 Benjamin Netanyahu num encontro com o Primeiro Ministro italiano, Sílvio Berlusconi, declarou que conversaram sobre a busca continuada do Irão de armamento nuclear e afirmou que esse tipo de armas nas mãos do Irão, representava uma ameaça para a paz em Israel e em todo o mundo.²⁸⁰

Em 7 de Julho de 2011, numa conferência presidida pelo Presidente da Autoridade de Segurança israelita, Shmuel Hauser, o Comissário do Mercado de Capitais, de Seguros, Poupança e no Ministério das Finanças, Oded Sarig e o Supervisor de Bancos no Banco de Israel, David Zaken, publicaram as propostas de directiva sobre os riscos

²⁷⁹ “Estamos perante líderes que expelem um tal veneno, que deveriam ser banidos de todas as negociações respeitáveis do planeta. Mas há algo que faz com que a indignação seja ainda maior: A falta de indignação. Em grande parte da comunidade internacional, as chamadas para a nossa destruição são atendidas com o silêncio absoluto. É ainda pior, porque há muitos que se apressam a condenar Israel por defender-se contra aliados do terror do Irão.” In <http://www.mfa.gov.il/MFA>, consultado em 19 de Agosto de 2011,19:00.

²⁸⁰ “Agora há uma grande batalha no Médio Oriente e no Norte de África entre medievalismo e modernidade, entre tirania e liberdade. Fala do Hezbollah como um movimento medieval. A primavera árabe vai, se o Irão desenvolver armas nucleares, pode muito bem transformar-se num inverno iraniano. É nosso interesse comum e na defesa dos nossos valores comuns certificar-mo-nos de que isso não suceda.” In <http://www.mfa.gov.il/MFA>, consultado em 19 de Agosto de 2011,19:00.

inerentes de lidar com entidades designadas nas listas internacionais, como auxiliar o programa nuclear iraniano e programas relacionados com o mesmo. Foram tomadas medidas por parte do Estado de Israel, inseridas no contexto da luta contra o programa nuclear iraniano, mediante a decisão do governo sobre o assunto em 17 de Abril de 2011²⁸¹. Tratou-se de uma intensificação da luta contra as entidades de ajudar o programa nuclear iraniano. A 26 de Julho de 2011, Shimon Peres em honra ao Ramadão, presidiu uma conferência com os media árabes, na qual defendeu as pretensões do Irão quanto aos mísseis.²⁸²

Breve síntese conclusiva:

Para Nuno Monteiro²⁸³, o programa nuclear iraniano tem consistentemente sido uma das principais preocupações das administrações dos EUA, durante o último decénio.

²⁸¹ “As directivas alertam as instituições financeiras regulamentadas, entidades institucionais, bancos e empresas de cartão de crédito, a mudança recente na legislação sobre o assunto, e as listas que têm sido publicadas por entidades internacionais. As listas incluem os nomes de entidades que tenham sido designadas como manter ligações proibidas com o Irão. Além disso, as directivas estabelecem que cada entidade regulamentada examina o nível de exposição a esses riscos existentes. O objectivo das directivas é aumentar a consciencialização das entidades regulamentadas das consequências de manter contacto com entidades, cujos nomes estão incluídos nas listas, o qual o projecto dos reguladores das directivas referem-se devido ao seu envolvimento com, ou seu auxiliar o avanço da, o programa nuclear do Irão, e para garantir que eles vão adoptar políticas adequadas para lidar com os riscos inerentes a isso.” In <http://www.mfa.gov.il/MFA>, consultado em 19 de Agosto de 2011,19:00.

²⁸² “O Irão não quer calma no Médio Oriente. Eles querem dominar a região através da instabilidade e enviando os seus satélites para influenciar os acontecimentos, o Hezbollah no Líbano e o Hamas em Gaza. O Irão promove o desespero entre os libaneses e os palestinianos em Gaza. Eles querem dominar a região.” In <http://www.mfa.gov.il/MFA>, consultado em 19 de Agosto de 2011,19:00.

²⁸³ MONTEIRO, Nuno e DEBS, Alexandre, “Deterring Nuclear Proliferation:Polarity, Credibility, and Preventive War”, 26 de Setembro de 2010, p. 31. Veja-se também, http://government.arts.cornell.edu/assets/psac/fa10/DebsMonteiro_PSAC_Oct1.pdf, consultado em 19 de Agosto de 2011,19:00.

À medida que progride, é provável que o debate sobre a forma de impedir o Irão de adquirir armas nucleares se intensifique²⁸⁴. Contudo, as próprias contenções e sanções podem inclusivé, ter efeitos contraproducentes.

Consideramos de extrema importância cinco vectores, tais como: a teoria da dissuasão nuclear, a proliferação, o equilíbrio do poder, a guerra preventiva e as explicações racionalistas para a guerra. Por fim, constatámos que a guerra preventiva, além de apresentar dilemas morais, pode falhar para resolver o problema de forma conclusiva, apenas adiando o seu desenlace.

MECANISMOS INTERNACIONAIS DE CONTROLO:

Tratado da Antártica:

É o Tratado mais remoto quanto às armas nucleares e levou à desnuclearização da Antártica. Foi assinado em 1959, “congelou” as reivindicações territoriais dos Estados sobre esse continente, doravante desmilitarizado.

Partial Test Ban Treaty (PTBT) ou Tratado de Moscovo em 1963:

Em 5 de Agosto de 1963 foi assinado este Tratado, o qual proíbe experiências nucleares na atmosfera, no espaço extra-atmosférico e submarino. Os Estados que assinaram este Tratado, assumem a posição de apenas os executarem em solo subterrâneo.

²⁸⁴ “Um ataque preventivo contra o Irão pelos EUA ou um de seus clientes estados, por exemplo Israel, não está fora de questão. Enquanto os EUA continuam a ser o poder preponderante no sistema internacional, os custos de acção militar preventiva contra a proliferação nuclear será menor do que mudança potencial no equilíbrio de poder que se seguiria a aquisição nuclear por um Estado não alinhado com Washington. Tais são as restrições estruturais de ligação da proliferação nuclear com a guerra preventiva. A teoria 34Our não significa que os políticos devam parar de se preocupar com a proliferação nuclear.” Idem.

Outer Space Treaty:

Em 27 de Janeiro de 1967 este Tratado foi assinado, o qual proíbe a instalação em órbita de armas nucleares, na Lua ou estacionados no espaço exterior. A utilização lunar é limitada, assim como de outros corpos celestes para fins pacíficos.

Tratado de Tlatelolco:

Este Tratado foi concluído em reacção à crise de Cuba, datada de Outubro de 1962.

Deste modo, em Fevereiro de 1967 assinam o Tratado que interdita os Estados latino-americanos de fabricar, possuir ou aceitar armas nucleares a nível territorial. São assinantes deste Tratado 26 países da América Latina, excepto a Argentina, o Brasil, o Chile e Cuba. Acrescem dois protocolos associados a este Tratado, um que concerne a Estados com espaços territoriais na América Latina (França, Holanda, Grã-Bretanha e EUA), em ordem ao respeito pela desnuclearização e outro no que respeita aos países ditos nucleares (China, França, ex-URSS, Grã-Bretanha e EUA), com o objectivo de não os comprometer na utilização de armas nucleares contra os países assinantes do Tratado. Este Tratado não proíbe os testes nucleares.

Non Proliferation Treaty ou Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (NPT):

O NPT é o principal processo de controlo da proliferação nuclear. Em 1 de Julho de 1968 é assinado pelos EUA, ex-URSS, Grã-Bretanha e 59 Estados, obtendo reconhecimento actual por 170 Estados. O NPT possui um mecanismo de obrigações e “reverso da medalha”, no qual o Estado detentor de armamento nuclear assume a promessa de não permitir, directa ou indirectamente, que um Estado não nuclear possa vir a adquirir tais armas e os Estados não nucleares comprometem-se a não as adquirir.

O Instituto de Armamento e Energia Atómica (IAEA) tem a primazia da inspecção e verificação das instalações nucleares. Este tratado impedia aos Estados dotados de armas nucleares a ajuda aos países não nucleares que as quisessem adquirir, proibindo estes países de se procurarem dotar de tais armas. O Tratado entrou em vigor a partir de 5

de Março de 1975, com a validade de 25 anos e cuja prorrogação por igual período, eliminação ou validade permanente é alvo de discussão na Conferência de Nova Iorque. Angola, Argélia, Argentina, Brasil, Índia, Paquistão e **Israel** são Estados não assinantes do NPT.

Seabed Arms Control Treaty:

Em 11 de Fevereiro de 1971 foi assinado este tratado, o qual proibiu o posicionamento de armamento nuclear ou outro tipo de armas de destruição maciça, em plataformas continentais, além das 12 milhas da costa. Em 18 de Maio de 1972, o Tratado entrou em vigor.

Strategic Arms Limitation Talks I (SALT I):

Concretizaram durante o desanuviamento os esforços conjugados dos soviéticos e dos americanos, para dominar o crescimento perigoso e ruinoso de seus arsenais nucleares.

Iniciadas em 1969 as negociações, culminaram num primeiro acordo, em 1972.

O Tratado SALT I comportava duas partes: por um lado, limitou o número de mísseis antimísseis a 100 por cada superpotência, agrupados num único local; por outro estabeleceu, para cada potência, um limite para o número dos mísseis ofensivos.

Em 26 de Maio de 1972 os EUA e a ex-URSS, assinam um acordo quanto às limitações de armas ofensivas estratégicas, nomeadamente mísseis nucleares estratégicos e submarinos nucleares. Em 3 de Outubro de 1972, entrou em vigor.

Anti-Ballistic Missile Treaty (ABM):

Os EUA e a ex-URSS assinaram em 26 de Maio de 1972 em Moscovo, com três anos de negociações, um Tratado que impede o desenvolvimento dos sistemas anti-balísticos, o qual conserva o direito de dissuasão e de vulnerabilidade mútua. Este Tratado segue lado a lado o acordo SALT I, quanto à limitação parcial de armamentos e em 3 de Outubro de 1972 entrou em vigor.

Os sistemas ABM englobam interceptores e radares de aquisição e de tiro, com um máximo de 100 lançadores de cada parte e pretendiam proteger localizações de mísseis, lançadores e radares, quer nas imediações das capitais, quer nos silos ICBM.

O presidente Reagan em 1983 colocou em prática um projecto que engloba dois aspectos: um sistema de alerta longínquo e um centro anti-míssil, para ser utilizado com posição de comando aos mísseis interceptores, designado por Iniciativa de Defesa Estratégica (IDE) ou “Guerra das Estrelas”.

As conversações START (Strategic Arms Reductions Talks) iniciaram-se em 1982, com o propósito de diminuir para metade os arsenais nucleares estratégicos, que foram impedidos em virtude da instalação dos mísseis Pershing na Europa em 1983, e em 1985 foram iniciados de novo com o propósito dos EUA abandonarem o projecto IDS.

Em 1993, inserido na nova conjuntura internacional, Clinton pôs termo ao projecto da “Guerra das Estrelas”, mediante um sistema de protecção contra um ataque limitado de mísseis balísticos, através de um sistema de protecção face a um ataque limitado de mísseis balísticos, em ordem à protecção contra “Estados terroristas” possuidores de armamento nuclear. O Tratado entrou em vigor a partir de 24 de Maio de 1976.

Threshold Test Ban Treaty (TTBT):

A 3 de Julho de 1974 os EUA e a ex-URSS assinaram um tratado, reduzindo os testes nucleares em solo subterrâneo até à potência de 150 kt. Em 11 de Dezembro de 1990, o Tratado passou a vigorar.

Peaceful Nuclear Explosions Treaty (PNET):

Os EUA e a ex-URSS em 28 de Maio de 1976 assinaram este tratado, o qual impedia toda e qualquer explosão nuclear que seja exterior ao território americano e soviético até à potência de 150kt. Este Tratado acrescentou o PNET e passou a vigorar a partir de 11 de Dezembro de 1990.

Strategic Arms Limitation Treaty II (SALT II Treaty):

Os EUA e a ex-URSS em 18 de Junho de 1979 assinaram este Tratado, que sobrepõe-se ao acordo SALT I. Este Tratado não chegou a vigorar, dando lugar ao acordo START em 1991. Os acordos SALT II, assinados em 1979 (mas não ratificados pelo Senado americano), fixaram em 2250 o número de mísseis pertença de cada um dos signatários.

Tratado de Rarotonga:

A utilização do Pacífico para testes nucleares ou mísseis balísticos, era executada por parte de todos os Estados nucleares. Daí a acção por parte da Austrália, em ordem à desnuclearização do Pacífico-Sul, mediante este tratado, assinado em 1985 e em vigência a partir de Dezembro de 1986. Dos 13 Estados que constituíam o “Clube” do Pacífico, apenas 10 assinaram-no e os seus assinantes assumiram a responsabilidade de não produzir ou deter armas nucleares, havendo a interdição dos testes nucleares na zona delimitada. Excluiu os ensaios no Pacífico Sul, mas a França recusou assiná-lo.

Missile Technology Control Regime (MTCR):

Há toda uma instabilidade em torno da proliferação de mísseis balísticos que conduzam ogivas convencionais ou nucleares, o que permite o estabelecimento do Tratado MTCR, em 1983 sigiloso e de conhecimento público em 1987. Os assinantes propunham diminuir os riscos da proliferação de tecnologia, elementos e sistemas de mísseis de alcance superior a 300 km e dotados de capacidade para proceder ao transporte de cargas superiores a 500 kg. A não adesão da ex-URSS e da China ao Tratado, impôs limites à sua eficiência.

Intermediate Nuclear Forces Treaty (INF Treaty) ou Tratado sobre as Forças Nucleares Intermédias:

Assinado em Washington a 8 de Dezembro de 1987 entre os EUA e a ex-URSS , pôs fim à batalha dos euromísseis, eliminando todas as armas nucleares terrestres

soviético-americanas de um alcance compreendido entre 500 e 5000 km (SS-20, Pershing II, mísseis de cruzeiro). Pela primeira vez, as superpotências eliminavam uma categoria inteira de armas nucleares e, além disso, permitiam o controlo desse desarmamento sobre o seu território, o que provava a vontade de transparência da URSS.

A 1 de Junho de 1988 entrou em vigência e foi instaurado em 1 de Junho de 1991.

Tratado sobre as Forças Convencionais na Europa:

Em 1990 foi assinado em Paris e estabeleceu um equilíbrio militar relativo às armas convencionais terrestres e aéreas, entre os países do Pacto de Varsóvia e os da Aliança Atlântica: 20 000 carros, 16 500 peças de artilharia, 28 000 veículos blindados de transporte de tropas, 6200 aviões de combate e 1900 helicópteros de combate. O objectivo dos Ocidentais, desde 1945, era assim atingido, enquanto o Pacto de Varsóvia estava em vias de desaparecer e a Alemanha de se reunificar, o que tornava o tratado estrategicamente menos útil.

Strategic Arms Reductions Talks Treaty I (START I):

As negociações START sucederam aos acordos SALT, assegurando a passagem do simples controlo dos armamentos à redução pura e simples dos arsenais americanos e soviéticos.

As negociações começaram em Junho de 1982, culminando num acordo de princípio em 1985 (redução de 50% dos arsenais estratégicos). Os acordos START I foram assinados em 31 de Julho de 1991, entre a ex-URSS e os EUA, programando uma redução de 30% dos arsenais e eliminação de armas estratégicas ofensivas, fiscalizada de maneira muito embaraçosa pelos dois signatários. Em termos quantitativos de mísseis balísticos intercontinentais, mísseis balísticos lançados por submarinos e mísseis de cruzeiro, permitiu o estabelecimento de restrições a estes níveis.

Em 23 de Maio de 1992, atendendo ao novo cenário internacional, foi assinado em Lisboa um protocolo que conduziu ao alargamento do Tratado às repúblicas herdeiras

da ex-URSS, as quais ficaram à mercê dos propósitos do Tratado. A Bielorrússia, o Cazaquistão e a Ucrânia, demonstraram o intuito em aderir ao TNP num espaço curto de tempo, e eliminar o armamento nuclear em termos territoriais em sete anos.

Strategic Arms Reduction Treaty II (START II)

A derrocada da ex-URSS acelerou a conclusão de um segundo tratado. O START II, foi assinado em 3 de Janeiro de 1993 pelos EUA e a Rússia. Os arsenais estratégicos foram reduzidos de dois terços. Os EUA conservavam 3500 ogivas nucleares, contra 3000 da Rússia (os dois signatários dispunham, respectivamente, de mais de 10 000 ogivas em 1991). Teve como propósito, expandir a restrição do armamento estratégico iniciado pelo START I. Com este Tratado foram eliminados os mísseis ICBM com ogivas múltiplas (MIRV) e diminuiu-se a quantidade de ogivas dos EUA e a ex-URSS para valores entre 3000 e 3500 para cada país. A vigência é posterior à aprovação pelos assinantes, e também depois do START I.

Tratado de Moscovo (Acordo Nuclear Trilateral):

Em Moscovo é assinado um tratado entre os EUA, a Rússia e a Ucrânia a 14 de Janeiro de 1994, escalpelizando os processos a adoptar para a transferência das ogivas nucleares dos mísseis SS-19 e SS-24 da Ucrânia para a Rússia, para serem desmantelados.

A Rússia declara as fronteiras da Ucrânia, que acresce em termos económicos. Para além disso passa a deter segurança, a partir do momento em que o START I passa a vigorar e a Ucrânia ligou-se ao TNP.

Em 1995, o TNP foi renovado com uma duração ilimitada. Apenas Israel, a Índia e o Paquistão, detentores officiosos de armas nucleares, permaneceram de fora do tratado.

ANEXO 9²⁸⁵:

²⁸⁵ <http://www.israellawresourcecenter.org/israellaws/israellawamendm.htm>, consultado em 18 de Janeiro de 2012, 20:00.

DOCUMENTO 1:

Defence Army of Israel Ordinance (published 31 May, 1948)

DEFENCE ARMY OF ISRAEL ORDINANCE No. 4 of 5708-1948

<p>An Ordinance establishing a Defence Army of the State of Israel.</p>	<p>By VIRTUE of section 18 of the Law and Administration Ordinance, 5708-1948, the following Ordinance is hereby enacted:-</p>
<p>Establishment of a Defence Army.</p>	<p>1. There is hereby established a Defence Army of Israel, consisting of land forces, a navy and an air force.</p>
<p>Compulsory enlistment.</p>	<p>2. In a state of emergency, there shall be introduced compulsory enlistment for all the services of the Defence Army of Israel. The age of those liable to enlistment shall be as prescribed by the Provisional Government.</p>
<p>Duty to take oath of allegiance.</p>	<p>3. Every person serving in the Defence Army of Israel shall take an oath of allegiance to the State of Israel, its Constitution and its competent authorities.</p>
<p>Prohibitions.</p>	<p>4. It is forbidden to establish or maintain any armed force outside the Defence Army of Israel.</p>
<p>Validation.</p>	<p>5. Orders, declarations, regulations and any other directions concerning matters of the national service which were published by the Jewish Agency for Palestine, the General Council (Vaad Leumi) of the Jewish Community in Palestine, the People's Administration, the Provisional Government or any of their departments between the 16th Kislev, 5708 (29th November, 1947) and the date of publication of this Ordinance, shall remain in force so long as they</p>

	have not been varied, amended or revoked.
Acts in accordance with the law.	6. Any act done in accordance with the provisions of this Ordinance shall be legal, even if it is repugnant to any other provision in the existing law.
Person charged with implementation of Ordinance.	7. The Minister of Defence is charged with the implementation of this Ordinance.
Title.	8. This Ordinance may be cited as the Defence Army of Israel Ordinance, 5708-1948.
	17th Iyar, 5708 (26th May, 1948) THE PROVISIONAL GOVERNMENT DAVID BEN-GURION <i>Prime Minister</i>
	* Published in the <i>Official Gazette</i> , No.3 of the 22nd Iyar, 5708 (31st May, 1948).

Fonte: <http://www.geocities.com/savepalestinenow/israellaws/israellawalpha.htm>, consultado em 25 de Março de 2012, 17:00.

DOCUMENTO 2:

Defence Service Law (passed by the Knesset 8 September, 1949)

DEFENCE SERVICE LAW, 5709-1949

<p>Interpretation.</p>	<p>1. In this Law -</p> <ul style="list-style-type: none"> • "defence service" means - <ul style="list-style-type: none"> ○ (a) service in the Regular Forces of the Defence Army of Israel (hereinafter: "regular service"); ○ (b) service in the Reserve Forces of the Defence Army of Israel (hereinafter: "reserve service"); • "ordinary resident" means a person whose ordinary place of residence is within the territory in which the law of the State of Israel applies; • "person of military age" means an ordinary resident of an age as specified hereunder: <ul style="list-style-type: none"> ○ (a) in the case of a male person -- any age from eighteen to forty-nine years inclusive; ○ (b) in the case of a female person -- any age from eighteen to thirty-four years inclusive.
<p>Calculation of age.</p>	<p>2. For the purposes of this Law, a person attaining a particular age in a particular year of the Hebrew calendar shall be deemed to attain such age on the 1st of Nisan of such year.</p>
<p>Calling-up officers.</p>	<p>3.</p> <ul style="list-style-type: none"> • (a) The Minister of Defence may appoint a calling-up officer or calling-up officers for the purpose of this Law. • (b) The appointment of a calling-up officer may be either general or restricted. • (c) Notice of the appointment of a calling-up officer shall be published in <i>Reshumot</i>.
<p>Registration.</p>	<p>4.</p> <ul style="list-style-type: none"> • (a) A calling-up officer may, by order, call upon any person of military age to report for registration at such place and time as shall be fixed

	<p>in the order.</p> <ul style="list-style-type: none"> • (b) A person of military age who has been called upon to report as aforesaid shall report at the place and time fixed in the order and give the calling-up officer, or a person appointed by him in that behalf, such particulars relating to himself as shall be determined by regulations. • (c) Where a person of military age is called upon to report as aforesaid and, after he has fulfilled his obligations under subsection (b), a change occurs in one of the particulars referred to in subsection (b), such particular having been defined by regulations as a material particular, such person shall notify the calling-up officer of such change within thirty days of the day on which it occurred. • (d) A calling-up officer may, by order, call upon an ordinary resident of seventeen years of age to report for registration at such place and time as shall be fixed in the order. Upon such order being issued, subsections (b) and (c) shall apply to such ordinary resident as though he were a person of military age.
<p>Medical fitness.</p>	<p>5.</p> <ul style="list-style-type: none"> • (a) A calling-up officer may, by order, call upon any person of military age to report, at such place and time as shall be fixed in the order, for medical examination with a view to ascertaining his medical fitness for defence service. • (b) A person of military age who has been called upon to report as aforesaid shall report at the place and time fixed in the order and be subjected by a medical board to any examination which, in the opinion of the board, is necessary to ascertain his medical fitness for defence service. The tests for the various grades of medical fitness shall be prescribed by regulations. • (c) When a medical board has completed the examination of a person of military age, it shall state whether it finds such person medically fit for defence service (hereinafter: "fit for service") or medically unfit for defence service (hereinafter: "unfit for service"). • (d) A person of military age whom a medical board has found fit for service or unfit for service, as the case may be, may, on such conditions as may be prescribed by regulations, request that a higher medical board subject him to a further medical examination and state whether it finds him fit for service or unfit for service. • (e) The mode of constitution and rules of procedure of a medical board and higher medical board shall be prescribed by regulations.
<p>Regular</p>	<p>6.</p>

service.

- (a) A calling-up officer may, by order, call upon -
 - (1) a male of military age who has been found fit for service and is of any age from eighteen years to twenty-nine years inclusive, and
 - (2) a female person of military age who has been found fit for service and who is of any age from eighteen years to twenty-six years inclusive.

to report, within the periods specified in subsection (d) and at such place and time as shall be fixed in the order, for regular service, and such person shall report accordingly.
- (b) A male person of military age who has been called upon to report for regular service under subsection (a), shall be liable to regular service -
 - (1) if he was called upon to report for regular service while being of any age from eighteen years to twenty-six years inclusive -- for a period of twenty-four months;
 - (2) if he was called upon to report for regular service while being of any age from twenty-seven years to twenty-nine years inclusive - for a period of eighteen months.
- (c) A female person of military age who has been called upon to report for regular service under subsection (a) shall be liable to regular service for a period of twelve months.
- (d) A person of military age shall not be called upon to report for regular service unless the time fixed for such reporting is within a period as specified hereunder:
 - (1) if on the date of the coming into force of this Law such person is of any age from eighteen years to twenty-five years inclusive - within twenty-four months of the date of the coming into force of this Law;
 - (2) if on the date of the coming into force of this Law such person is of any age from twenty-six years to twenty-nine years inclusive - within twelve months of the date of the coming into force of this Law;
 - (3) if such person attains the age of eighteen years after the coming into force of this Law - within twenty-four months after his attaining the age of eighteen years;
 - (4) if such person arrives in the country as an immigrant (*oleh*) after the coming into force of this Law - within such period as shall be fixed by regulations.
- (e) Notwithstanding anything contained in subsection (d), a person of military age whose regular service has been postponed upon his application in accordance with section 12 may be called upon to report for regular service if the time fixed for such reporting is within twelve months of the date of expiration of the period of postponement.
- (f) The first twelve months of the regular service of a male person and the twelve months of the regular service of a female person shall, after basic military training, be devoted mainly to agricultural training, as shall be

	<p>prescribed by regulations; provided that the Minister of Defence may, in respect of a person of military age who has stated his desire to serve, and has been accepted for service, in the Air Force or the Navy, direct that the period of service of such person assigned for agricultural training shall be devoted, wholly or in part, to service in the Air Force or the Navy, as the case may be. The branches of farming the training in which shall be considered as agricultural training, and the order and regime of agricultural training, shall be prescribed by regulations.</p> <ul style="list-style-type: none"> • (g) The Minister of Defence shall make regulations with a view to guarding, in carrying into effect the provisions of this section, the integrity of settlement nuclei. • (h) The Minister of Defence shall make regulations with a view to regulating the fulfilment of the obligation of regular service by persons of military age who arrive in the country as immigrants (<i>olim</i>) after the coming into force of this Law; • (i) Notwithstanding anything contained in this section - <ul style="list-style-type: none"> ○ (1) any person of military age who, immediately before the coming into force of this law, was serving on full-time service in the Defence Army of Israel, shall be liable to regular service for a period of twenty-four months or such shorter period as the Minister of Defence may direct; ○ (2) a person of military age who, before the coming into force of this Law, was discharged from full-time service in the Defence Army of Israel after military service of one year or over, shall not be called upon to report for regular service under this section. • (j) Where a person of military age liable to regular service has served on military service during the period from the 19th Tevet, 5708 (1st January, 1948) to the date of the coming into force of this Law, the period of his military service shall be deducted from the period of regular service to which he is liable. • (k) In this section "military service" means - <ul style="list-style-type: none"> ○ (1) in respect of the period from the 19th Tevet, 5708 (1st January, 1948) to the 21st Iyar, 5708 (30th May, 1948) - any service which the Minister of Defence may, by declaration published in <i>Reshumot</i>, declare to be military service for the purpose of this section; ○ (2) in respect of the period 'from the 22nd Iyar, 5708 (31st May, 1948) to the date of the coming into force of this Law - full-time service in the Defence Army of Israel.
Reserve service.	<p>7.</p> <ul style="list-style-type: none"> • (a) A person of military age who has been found fit for service and who is not serving on regular service, shall belong to the Reserve Forces of the Defence Army of Israel and shall be liable to reserve service as specified hereunder: <ul style="list-style-type: none"> ○ (1) in the case of a male person of any age from eighteen

	<p>years to thirty-nine years inclusive, and in the case of a female person of any age from eighteen years to thirty-four years inclusive - for a period not exceeding thirty-one consecutive days of service each year plus one day of service each month; provided that such day shall not fall on a Sabbath or Jewish religious holiday;</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ (2) in the case of a male person of any age from forty years to forty-nine years inclusive - for a period not exceeding fourteen consecutive days of service each year plus one day of service each month; provided that such day shall not fall on a Sabbath or Jewish religious holiday; ○ (3) in the case of a commander - for a period not exceeding seven consecutive days of service in addition to the consecutive days of service referred to in paragraphs (1) and (2); in this paragraph, "commander" means any person of military age, whether male or female, of or above the rank of full corporal in the Land Forces or of or above the corresponding rank in the Air Force or the Navy. <ul style="list-style-type: none"> • (b) A calling-up officer may, by order, call upon a person of military age liable to reserve service as aforesaid to report for reserve service at such place and time as shall be fixed in the order, and such person of military age shall report accordingly.
Special service.	<p>8.</p> <ul style="list-style-type: none"> • (a) The Minister of Defence may, if he is satisfied that the security of the State so requires, call, by order, upon any person of military age who belongs to the Reserve Forces of the Defence Army of Israel to report for regular service or reserve service, as shall be specified in the order, at such place and time as shall be fixed therein, and to serve so long as the order shall be in force; and such person of military age shall report and serve accordingly. • (b) An order issued under subsection (a) shall, as soon as possible after it is issued, be brought by the Minister of Defence to the notice of the Knesset Committee on Security and Foreign Affairs. The Committee may confirm the order, with or without modifications, or refuse to confirm it or place it before the Knesset. The order shall expire fourteen after the date of its issue, except if and as confirmed by the Committee or the Knesset prior to the termination of the said period.
Procedure of reporting.	<p>9. Rules to be followed by calling-up officers when issuing orders calling upon persons of military age to report under this Law, and rules as to the procedure for such reporting, shall be prescribed by regulations.</p>
Application of military law.	<p>10.</p> <ul style="list-style-type: none"> • (a) A person of military age liable to report for regular service shall

	<p>belong to the Regular Forces of the Defence Army of Israel from the time fixed by order for his so reporting; if he fails to report without sufficient excuse, he shall be deemed to have left the service without permission at such time.</p> <ul style="list-style-type: none"> • (b) A person of military age liable to report for reserve service shall be deemed to be on service from the time fixed by order for his so reporting; if he fails to report, without sufficient excuse, he shall be deemed to have left the service without permission at such time.
Exemption.	<p>11.</p> <ul style="list-style-type: none"> • (a) Where the Minister of Defence is satisfied that a particular ordinary resident does not intend to settle within the territory in which the law of the State of Israel applies, he may, by certificate under his hand, exempt such person from the obligations imposed by this Law upon an ordinary resident. • (b) The following persons shall be exempt from the obligations of defence service: <ul style="list-style-type: none"> ○ (1) the mother of a child; ○ (2) a pregnant woman. • (c) A married woman shall be exempt from the obligations of regular service. • (d) A female person of military age who has declared that reasons of conscience or religious conviction prevent her from serving on defence service, shall, in such manner as shall be prescribed by regulations, be exempted from the obligations of defence service.
Release from obligation and postponement of service.	<p>12. If the Minister of Defence considers that reasons connected with the size of the Regular Forces or the Reserve Forces of the Defence Army of Israel or with the requirements of education, settlement or the national economy, or family reasons, or other similar reasons, so require, he may by order direct --</p> <ul style="list-style-type: none"> • (a) that a person of military age shall be released from the obligation of regular service or that the period of regular service of such a person shall be reduced; • (b) that the regular service of a person of military age shall be postponed for a specific period upon his application; • (c) that a person of military age liable to reserve service shall be released, for a specific period or entirely, from the obligation of reserve service.
Leaving the country.	<p>13.</p>

	<ul style="list-style-type: none"> • (a) A person of military age shall not leave the country during the period in which he is liable to be called up for regular service as provided in section 6(d) and (e), save under a permit from the Minister of Defence. • (b) A person of military age whose regular service has been postponed upon his application, in accordance with section 12, shall not leave the country during the period of postponement, save under a permit from the Minister of Defence.
Supply of information.	<p>14. The Minister of Defence may, by regulations, require any class of persons to supply the calling-up officer, at the latter's demand, with such particulars relating to a person of military age as may be determined by regulations, to the full extent of their knowledge of such particulars.</p>
Orders -- general provision.	<p>15.</p> <ul style="list-style-type: none"> • (a) An order under section 12 may be either personal or to a particular class of persons. Any other order under this Law may be either general or to a particular class of persons. • (b) It shall not be necessary for an order under this Law to be published in <i>Reshumot</i>. • (c) An order shall be binding upon the person to whom it applies from the time at which it comes to his notice. • (d) An order published in <i>Reshumot</i> shall be deemed to have come to the notice of the person to whom it applies at noon on the day following the day of its publication. • (e) An order which has not been published in <i>Reshumot</i> shall be deemed to have come to the notice of the person to whom it applies - <ul style="list-style-type: none"> ○ (1) if delivered to such person or to a member of his family living with him and not being under eighteen years of age - at the time of delivery; ○ (2) if sent by registered post to such person at the address of his ordinary place of residence - upon the expiration of seventy-two hours from the time at which it was delivered to the post office for despatch.
Offences and penalties.	<p>16.</p> <ul style="list-style-type: none"> • (a) A person who commits any of the following offences: <ul style="list-style-type: none"> ○ (1) fails to fulfil an obligation imposed on him by this Law; ○ (2) knowingly supplies to the authority to which he is bound to supply particulars under this Law, false information as to any particular as aforesaid; ○ (3) contravenes section 13, <p>shall be liable to imprisonment for a term not exceeding two years or to a</p>

	<p>fine not exceeding six hundred pounds or to both such penalties.</p> <ul style="list-style-type: none"> • (b) A person who commits any of the following offences: <ul style="list-style-type: none"> ○ (1) does any of the acts specified in subsection (a) with the intention of evading defence service; ○ (2) injures or maims, or suffers any other person to injure or maim, his body with the intention of thereby impairing his medical fitness for defence service, <p>shall be liable to imprisonment for a term not exceeding five years.</p> <ul style="list-style-type: none"> • (c) In any criminal proceedings for failure to fulfil an obligation to report under section 4(b) or section 5(b), the prosecutor need prove only that the accused is under such obligation, and upon his having proved this, the onus shall be upon the accused to prove that he fulfilled the obligation. • (d) Where an order has been issued under this Law requiring a person to fulfil some obligation at a time fixed in such order and such person has not fulfilled such obligation at such time, the order shall remain in force, in respect of such person, until he has fulfilled the obligation. Nothing contained herein shall affect the criminal liability of a person for failure to fulfil an obligation at a time fixed in an order, and his conviction for such failure to fulfil an obligation imposed on him shall not relieve from such obligation.
<p>Persons of military age abroad.</p>	<p>17.</p> <ul style="list-style-type: none"> • (a) A person of military age who commits an offence under this Law shall be answerable for such offence whether he committed it within the State or abroad. • (b) The manner of carrying this Law into effect in respect of persons of military age being abroad shall be prescribed by regulations.
<p>Advisory boards.</p>	<p>18. The Minister of Defence may appoint advisory boards for the purpose of implementing this Law.</p>
<p>Delegation of powers.</p>	<p>19.</p> <ul style="list-style-type: none"> • (a) The Minister of Defence may delegate to any other person all or any of the powers conferred upon him by this Law, with the exception of the following: <ul style="list-style-type: none"> ○ (1) the power to make regulations; ○ (2) the power to appoint calling-up officers under section 3; ○ (3) the power to issue orders under section 8; ○ (4) the power to appoint advisory boards under section 19. • (b) A notice of any delegation of powers under this section shall be

	published in <i>Reshumot</i> .
Implementa- tion and regulations.	20. The Minister of Defence is charged with the implementation of this Law and may make regulations as to any matter relating to its implementation.
Revocation and saving.	21. <ul style="list-style-type: none"> • (a) Any order, declaration, regulation and direction validated by section 5 of the Defence Army of Israel Ordinance, 5708-1948(1) and any order made under that Ordinance, are hereby revoked. • (b) Save as provided in subsection (a), this Law shall not derogate from the provisions of the Defence Army of Israel Ordinance, 5708-1948.
Transitional provisions.	22. A person of military age who immediately before the coming into force of this Law was serving on full-time service in the Defence Army of Israel and who before the coming into force of this Law was medically examined upon enlistment for military service within the meaning of section 6 and found fit for military service as aforesaid, shall be deemed -- <ul style="list-style-type: none"> • (a) to have been examined by a medical board and found fit for service in accordance with section 5, and • (b) to have reported for regular service in compliance with an order under section 6(a), on the date of the coming into force of this Law,
Commence- ment.	23. This Law shall come into force on the 8th Tishri, 5710 (1st October, 1949).
	<p>DAVID BEN-GURION <i>Prime Minister</i> <i>Minister of Defence</i></p> <p>YOSEF SPRINZAK <i>Chairman of the Knesset</i> <i>Acting President of the State</i></p>
	<p>* Passed by the Knesset on the 14th Elul, 5709 (8th September, 1949) and published in <i>Sefer Ha-Chukkim</i> No. 25 of the 21st Elul, 5709 (15th September, 1949), p. 271; the Bill was published in <i>Hatza'ot Chok</i> No. 21 of the 21st Av, 5709 (16th August, 1949), p. 185.</p> <p>(1) <i>Iton Rishmi</i> No. 3, of the 22nd Iyar, 5708 (31st May, 1948), Supplement</p>

	1, p. 9.
--	----------

Fonte: <http://www.geocities.com/savepalestinenow/israelaws/fulltext/defenceservicelaw.htm>, consultado em 25 de Março de 2012, 17:00.

DOCUMENTO 3:

Discharged Soldiers (Return to Work) Law (passed by the Knesset 25 April, 1949)

DISCHARGED SOLDIERS REINSTATEMENT IN EMPLOYMENT LAW, 5709-1949

PART ONE: INTERPRETATION	
<p>Military service and part-time service.</p>	<p>1.</p> <ul style="list-style-type: none"> • For the purposes of this Law, "military service" means: <ul style="list-style-type: none"> ○ (1) full-time service in the Defence Army of Israel; ○ (2) any other service which the Minister of Defence, by declaration published in <i>Reshumot</i>, declares to be military service. • (b) "Part-time service", for the purposes of this Law, means service which the Minister of Defence, by declaration in <i>Reshumot</i>, declares to be part-time service. • (c) Service which the Minister of Defence has declared as aforesaid to be military service or part-time service shall be deemed to be such service as from the 17th Kislev, 5708 (30th November, 1947), unless the Minister of Defence, in his declaration, has prescribed a later date.
<p>Soldier, discharged soldier and war invalid.</p>	<p>2.</p> <ul style="list-style-type: none"> • (a) "Soldier", for the purposes of this Law, means a person on military service who was on military service on the 17th Kislev, 5708 (30th November, 1947), or enlisted thereafter. • (b) A soldier who was on military service on the 17th Kislev, 5708 (30th November, 1947) shall be deemed to have enlisted on that day. • (c) "Discharged soldier", for the purposes of this Law, means a person who has been a soldier and has been discharged from the service. • (d) "War invalid", for the purposes of this Law, means a discharged soldier, or a person who has been on part-time service, whose state of health was affected by illness or injury during his military service or part-time service, as the case may be, with the result that his capacity for work which he would otherwise be capable of doing is materially impaired.

<p>Undertaking and owner of undertaking.</p>	<p>3.</p> <ul style="list-style-type: none"> • (a) "Undertaking", for the purposes of this Law, means any place of employment in which at least one person is employed, whether it is maintained for purposes of profit or for other purposes, and whether it belongs to the State, a local authority, a public institution or a corporate body or is privately owned; • (b) "Owner of the undertaking" in relation to a soldier or discharged soldier, means the owner of the undertaking in which the soldier or the discharged soldier was employed immediately before his enlistment ; and if the undertaking has changed hands or has been amalgamated with or become part of another undertaking, the owner for the time being or the owner after the amalgamation or the owner of the other undertaking, as the case may be, shall be regarded as the owner of the undertaking. • (c) "Owner of the undertaking", in relation to a person on part-time service, means the owner of the undertaking in which he was employed at the time of his part-time service.
<p>Permanent employee.</p>	<p>4.</p> <ul style="list-style-type: none"> • (a) For the purposes of this Law, "permanent employee in an undertaking" means : <ul style="list-style-type: none"> ○ (1) an employee who has been employed in that undertaking for at least six consecutive months; or ○ (2) an employee who, by the custom prevailing in the undertaking or branch of employment in which he is employed or by the terms of the collective or other contract of employment, is regarded as a permanent employee or regular seasonal employee, even if he has been employed in the undertaking for less than six consecutive months. • (b) Continuity of employment shall not be deemed to have been broken by absence owing to maternity leave, annual leave, festival leave or any other leave, vacation or rest granted with the consent of the employer, or owing to the First of May, a strike, lock-out or labour accident or any temporary or accidental break for reasons beyond the employee's control.
<p>Labour exchange.</p>	<p>5. "Labour exchange", in relation to any undertaking, means the General Labour Exchange supervised by the Minister of Labour and Social Insurance within whose area of operation the undertaking is situated.</p>
	<p>PART TWO : REINSTATEMENT IN EMPLOYMENT</p>

<p>Duty of reinstatement.</p>	<p>6.</p> <ul style="list-style-type: none"> • (a) Where, immediately before his enlistment, a discharged soldier was a permanent employee in any undertaking, the owner of the undertaking shall, in accordance with the provisions of this Part -- <ul style="list-style-type: none"> ○ (1) re-employ him in the work in which he was employed immediately before his enlistment, on terms not inferior to those on which he would have been employed in such work had he not enlisted; or -- ○ (2) if it is impracticable to employ him in such work and on such terms as aforesaid - employ him in the best work and on the best terms practicable. • (b) This section shall not apply to a discharged soldier who before his enlistment received compensation for dismissal from the owner of the undertaking or who received such compensation after his enlistment under a bona-fide agreement with the owner of the undertaking.
<p>Application for reinstatement.</p>	<p>7.</p> <ul style="list-style-type: none"> • (a) An application for reinstatement shall be made to the owner of the undertaking in writing either by the discharged soldier or by the employees' organization to which he belongs or by the employees' organization to which the largest number of employees in the undertaking belong, within fifteen days before or thirty days after the day of the discharge of the discharged soldier; but no such application shall be invalidated by reason only that it was not made within the prescribed time owing to illness of the discharged soldier or any other sufficient cause, provided that it was made within thirty days after the hindrance ceased. • (b) The application shall specify a day, within thirty days of the day on which it is made, on which the discharged soldier is prepared to start work. • (c) A copy of the application shall be forwarded to the labour exchange and to the committee, if any, of the employees in the undertaking.
<p>Date of reinstatement.</p>	<p>8.</p> <ul style="list-style-type: none"> • (a) The owner of the undertaking shall reinstate the discharged soldier, as provided in section 6, on the day specified in the application as the day on which the discharged soldier is prepared to start work, or - where reinstatement of the discharged soldier on such day is impracticable - on a later date within one year from the day of the

	<p>submission of the application, as soon as reinstatement of the discharged soldier as aforesaid is practicable.</p> <ul style="list-style-type: none"> • (b) If, upon expiration of one year from the day of the submission of the application, a proceeding with regard to such application is pending before an employment committee or appeal committee, the duty of the owner of the undertaking to reinstate the discharged soldier as aforesaid shall continue for thirty days from the day on which the proceeding is concluded ; a proceeding before an employment committee shall be regarded as pending until the period of appeal has elapsed or, where an appeal has been lodged, until a decision is given thereon or until the appellant withdraws his appeal. • (c) Where the owner of the undertaking has notified the discharged soldier in writing that he may start work on the day specified in the application as the day on which he is prepared to start work, or on a later day as provided in sub-section (a), and the discharged soldier does not start work within thirty days from that day, the right of the discharged soldier to be reinstated under section 6 shall cease; provided that it shall not cease if illness or any other sufficient cause prevented him from starting work within the prescribed time and he is prepared to start work within thirty days from the day on which the hindrance ceased.
<p>Duty of employment.</p>	<p>9.</p> <ul style="list-style-type: none"> • (a) Where a discharged soldier has been reinstated under section 6, the owner of the undertaking shall employ him for six months from the day of his reinstatement or for a shorter period, as long as practicable -- <ul style="list-style-type: none"> ○ (1) in work and on terms not inferior, in relation to the discharged soldier, to the work and terms in or on which he was first re-employed ; or ○ (2) where employment in such work and on such terms is impracticable - in the best work and on the best terms in or on which it is practicable to employ him. • (b) Where a discharged soldier is employed under section 6 in work other than that in which he was employed immediately before his enlistment, and within six months from the day of his reinstatement it becomes practicable to employ him in work in which he was employed as aforesaid, the owner of the undertaking shall so employ him. • (c) So long as the owner of the undertaking is bound to employ a discharged soldier as aforesaid, he shall not dismiss him save on grounds of gross misconduct. • (d) Upon expiration of six months from the day on which a discharged soldier was reinstated, such law, custom and terms of a collective or other contract of employment as apply to the dismissal of

	employees in the undertaking shall apply also to him.
Priority reinstatement.	<p>10.</p> <ul style="list-style-type: none"> • (a) Where several applications for reinstatement have been made to the owner of one undertaking and it is impracticable to reinstate all the applicants at the same time, the labour exchange shall fix priorities for their reinstatement. • (b) Within three days from the day on which the decision of the labour exchange comes to his notice, the owner of the undertaking may appeal against it to an employment committee on the ground that economic necessity calls for a revision of the decision. The decision of the employment committee shall be final.
Practicability.	<p>11.</p> <ul style="list-style-type: none"> • (a) In determining whether anything is or is not practicable, the following factors only shall be taken into account : <ul style="list-style-type: none"> ○ (1) radical changes which have occurred in the undertaking, since the enlistment of the discharged soldier, as a result of damage to buildings or equipment or of qualitative alterations in production processes or of a considerable reduction, other than a seasonal or occasional one, of the scope of the work ; ○ (2) an illness or disability contracted by the discharged soldier since his enlistment and materially reducing his working capacity. • (b) The reinstatement or employment of a discharged soldier shall be considered practicable even where it is possible only if an employee who started work in the undertaking after the enlistment of the discharged soldier or - where the scope of the work has been reduced since the enlistment of the discharged soldier - whose rights under the priority regulations of the labour exchange are lesser than those of the discharged soldier, cedes his place to him. • (c) Whenever the question arises whether anything is practicable, the owner of the undertaking shall have to prove that it is not practicable.
Seniority rights.	<p>12. Where a discharged soldier is reinstated under section 6 in an undertaking in which an employee or former employee is granted rights dependent on length of service - whether by law, custom or terms of a collective or other contract of employment or in any other manner - the period between his enlistment and his reinstatement as aforesaid shall, for the purpose of calculating length of service, be deemed to be a period of employment in the undertaking.</p>

<p>Discharged soldier re-instated otherwise than on application.</p>	<p>13. Where immediately before his enlistment, a discharged soldier was a permanent employee in an undertaking, and after his discharge he starts working there again otherwise than on application under section 7, he shall be deemed to be a discharged soldier reinstated on application as aforesaid.</p>
	<p>PART THREE : RIGHT OF RELATIVES OF DECEASED SOLDIERS AND WAR INVALIDS TO EMPLOYMENT</p>
<p>Interpretation.</p>	<p>14.</p> <ul style="list-style-type: none"> • (a) For the purposes of this Part, the relatives of a person are the following : <ul style="list-style-type: none"> ○ (1) his spouse ; ○ (2) children, including step-children, who at the qualifying date were dependent on him ; ○ (3) parents who at the qualifying date were dependent on him to the extent of at least fifty per cent or who immigrated into Israel after the qualifying date. • (b) "Persons who died on service", within the meaning of this Part, are the following : <ul style="list-style-type: none"> ○ (1) a soldier who died in the period of his military service; ○ (2) a discharged soldier who died within one year from the day of his discharge as a result of illness contracted or aggravated, or injury sustained, in the period of military service; ○ (3) a person who died while on part-time service; ○ (4) a person who died within one year from the day of his part-time service as a result of illness contracted or aggravated, or injury sustained, during his part-time service. • (c) "Qualifying date" means -- <ul style="list-style-type: none"> ○ (1) in the case of a soldier or discharged soldier - the time immediately preceding his enlistment; ○ (2) in the case of a person on part-time service - the time of his part-time service.
<p>Duty employ relative.</p>	<p>15.</p> <ul style="list-style-type: none"> • (a) Where a person who at the qualifying date was a permanent employee in an undertaking died on service or has become a war invalid, the owner of the undertaking shall, in accordance with the provisions of this Part, employ one relative of that person if such relative is suitable for the work in which that person was employed at

	<p>the qualifying date or for any other employment available in the undertaking.</p> <ul style="list-style-type: none"> • (b) This section shall not apply where, at the qualifying date, the person who died on service or has become a war invalid received compensation for dismissal from the owner of the undertaking or where, after the qualifying date, that person or his successors received compensation for dismissal under a bona-fide agreement with the owner of the undertaking.
Application.	<p>16.</p> <ul style="list-style-type: none"> • (a) A relative claiming the right to employment in an undertaking under section 15 shall make an application to the owner of the undertaking through the labour exchange. • (b) The application shall be made -- <ul style="list-style-type: none"> ○ (1) In the case of a relative of a soldier who died during the period of his military service or of a person who died while on part-time service - within three months from the day on which the news of the death was received ; ○ (2) in the case of a relative of any other person who died on service - within three months from the day of the death ; ○ (3) in the case of a relative of a war invalid who is a discharged soldier - within three months from the day of the discharge ; ○ (4) in the case of a relative of a war invalid who was on part-time service - within three months from the day on which the medical treatment of the war invalid was completed. • (c) An application shall not be invalidated by reason only that it was not made within the prescribed time if the delay was due to a sufficient cause and the application was made within thirty days after the hindrance ceased. • (d) The application shall specify a day, within thirty days of the day on which it is made, on which the applicant is prepared to start work.
Power of labour exchange.	<p>17.</p> <ul style="list-style-type: none"> • (a) Where several relatives of the same person claim the right to be employed in an undertaking under section 15, the labour exchange shall determine to which of them such right shall be granted, and its decision shall not be disputed. • (b) In determining the relative to whom such right as aforesaid shall be granted, the labour exchange shall have regard to the economic position of all the relatives.

<p>Status relative.</p>	<p>of 18. Sections 8, 9, 10, 11 and 13 shall apply, <i>mutatis mutandis</i>, to a relative entitled to employment in an undertaking under section 15, as though he were a discharged soldier entitled to employment in that undertaking under section 6.</p>
	<p>PART FOUR : RIGHT OF A DISCHARGED SOLDIER WHO WAS A TEMPORARY EMPLOYEE</p>
<p>Priority right.</p>	<p>19.</p> <ul style="list-style-type: none"> • (a) A discharged soldier who immediately before his enlistment was a temporary employee in an undertaking shall, within one year from the day of his discharge, have priority of employment in that undertaking. • (b) "Temporary employee in an undertaking", for the purposes of this section, means a person, not being a permanent employee, who was employed therein for at least four consecutive weeks ; continuity of employment shall not be considered as broken by absence from work in any of the cases specified in section 4(b).
	<p>PART FIVE : PARTICULARS OF IMPLEMENTATION</p>
<p>Employment committees.</p>	<p>20.</p> <ul style="list-style-type: none"> • (a) The Minister of Defence shall appoint employment committees for the purposes of this Law. • (b) An employment committee may be appointed either generally or for a particular area or branch of employment. • (c) Every employment committee shall consist of three members, of whom one shall be appointed chairman ; another shall be appointed from among candidates proposed by the employees' organization representing the largest number of employees in the State, and the third from among candidates proposed by representative employers' organizations in the State. • (d) Notice of the appointment and address of an employment committee shall be published in <i>Reshumot</i>.
<p>Powers of employment committee.</p>	<p>21.</p> <ul style="list-style-type: none"> • (a) A person (thereinafter referred to as "the claimant"), who claims that this Law grants him rights and that these rights are prejudiced may, within a reasonable time, apply to an employment committee for a decision as to any matter relating to such rights.

	<ul style="list-style-type: none"> • (b) An employment committee shall, as far as possible, hear and determine an application within fifteen days from the day on which it is made. • (c) Where an employment committee finds that the owner of an undertaking has not fulfilled a duty imposed on him by this Law with regard to the claimant, it may issue against such owner (hereinafter referred to as "the defendant") one or both of the following orders, or one of them at the option of the defendant: <ul style="list-style-type: none"> ○ (1) an order to employ the claimant on such terms, from such time and in such place as the employment committee may prescribe ; ○ (2) on order to pay to the claimant an amount specified in the order as compensation for loss caused to the claimant by the defendant's failure to fulfil a duty imposed on him by this Law with regard to the claimant ; the amount of the compensation shall be equal to the amount of pay which, in the opinion of the employment committee, the claimant would have received if the defendant had fulfilled his duty and employed the claimant throughout the period during which he was bound to employ him.
<p>Appeal committees.</p>	<p>22.</p> <ul style="list-style-type: none"> • (a) Appeal committees, appointed by the Minister of Defence, shall be established for the purpose of hearing appeals from decisions and orders of employment committees. • (b) An appeal committee may be appointed either generally or for a particular area or branch of employment. • (c) Every appeal committee shall consist of three members appointed in like manner as the members of the employment committees, except that the chairman of an appeal committee shall be a District Court Judge appointed on the recommendation of the Minister of Justice. • (d) Notice of the appointment and address of an appeal committee shall be published in <i>Reshumot</i>.
<p>Right of appeal.</p>	<p>23.</p> <ul style="list-style-type: none"> • (a) Any decision or order of an employment committee may be appealed to an appeal committee within ten days from the day on which notice of the decision or order is served on the claimant and the defendant. • (b) The right of appeal is granted -- <ul style="list-style-type: none"> ○ (1) to the claimant ; ○ (2) to the defendant ; ○ (3) to the employees' organization which the claimant

	<p>belongs ;</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ (4) to the employees' organization to which the largest number of employees in the defendant's undertaking belongs ; ○ (5) to the employers' organization to which the defendant belongs. <ul style="list-style-type: none"> • (c) A hearing before an appeal committee shall not begin before the expiration of the period of appeal, and where more than one appeal has been filed in the same matter, all the appeals relating to the matter shall be joined and be heard together. • (d) An appeal committee shall, as far as possible, hear and determine any appeal within fifteen days from the expiration of the period of appeal.
<p>Powers of appeal committee.</p>	<p>24. An appeal committee may dismiss the appeal or annul the decision or order appealed against and make any decision or order which an employment committee is competent to make.</p>
<p>Advisers.</p>	<p>25.</p> <ul style="list-style-type: none"> • (a) The Minister of Labour and Social Insurance may appoint an advisor to every employment committee and appeal committee. • (b) Notice of any appointment under this section shall be published in Reshumot. • (c) Where an adviser has been appointed to an employment committee or appeal committee, the chairman of such committee shall notify the adviser in time of the date of any hearing before the committee. • (d) The adviser may take part in all the proceedings of the committee in an advisory capacity.
<p>Auxiliary powers.</p>	<p>26.</p> <ul style="list-style-type: none"> • (a) An employment committee or appeal committee shall have the like powers as a commission of enquiry appointed under the Commissions of Enquiry Ordinance(1) and which has been granted all the powers that such a commission of enquiry may be granted under section 5 of that Ordinance. • (b) Employment committees and appeal committees shall not be bound by niceties of procedure or rules of evidence, but shall act in such a manner as seems to them most expedient for clarifying the points at issue. • (c) Every employment committee or appeal committee shall take its decision by majority vote. • (d) Every employment committee or appeal committee shall

	<p>itself preserve its rules of procedure and order of business in so far as these are not prescribed by this Law or by regulations made thereunder.</p>
<p>Non-compliance order employment.</p> <p>with of</p>	<p>27.</p> <ul style="list-style-type: none"> • (a) Where a person (hereafter in this section referred to as "the employer") has been ordered by an employment committee or appeal committee to employ a person (hereafter in this section referred to as "the employee") from a specific date, on specific terms and in specific work, and he has failed to comply with such order, he shall -- <ul style="list-style-type: none"> ○ (1) pay the employee compensation for the loss caused to him by such non-compliance ; the amount of the compensation shall be equal to the amount of pay which the employee would have received if the employer had complied with the order and employed the employee throughout the period during which he was bound to employ him ; and ○ (2) be guilty of an offence and liable to a fine not exceeding two hundred and fifty Israel pounds. • (b) Compensation under subsection (a) (1) may be claimed by the employee from the employer by way of an ordinary civil claim. • (c) In an action for an offence under subsection (a) (2), the employee has the right to plead and to call and examine witnesses, and in the event of a conviction the Court may, on the application of the employee, order the accused, in addition to such fine as may be imposed on him, to pay the employee the compensation due to him under subsection (a) (1), and such order shall, with regard to any matter relating to its execution, be treated like a final judgment of a competent court. • (d) No civil or criminal action shall be brought under this section for non-compliance with an order of an employment committee until the period of appeal against the order has elapsed or, where an appeal has been filed, until a decision has been given on the appeal or the appeal has been withdrawn.
<p>Execution order payment.</p> <p>of of</p>	<p>28.</p> <ul style="list-style-type: none"> • (a) Where an employment committee or appeal committee has made an order requiring a person to pay another person an amount as compensation, such order shall be final immediately upon being registered by the Minister of Defence in a register kept specially for this purpose and, with regard to any matter relating to its execution, shall be treated like a final judgment of a competent court. • (b) Notice of the registration of an order as aforesaid shall be served on the parties. • (c) The Minister of Defence shall not register an order of an

	employment committee in a register as aforesaid until the period of appeal against the order has elapsed or, where an appeal has been filed, until a decision has been given on the appeal or the appeal has been withdrawn.
Status of person reinstated under order.	29. A claimant employed by virtue of an order of an employment committee or appeal committee shall be deemed to be employed in accordance with the provisions of this Law applying to him.
Competence of Court.	30. No action, whether civil or criminal, shall be brought against a person in any court in connection with any duty imposed on him by this Law, save where such action is expressly authorized by this Law or by regulations made thereunder.
	PART SIX : WAR INVALIDS AND PRIORITY RIGHTS TO EMPLOYMENT
Regulations as to war invalids.	31. The Minister of Defence, with the consent of the Minister of Labour and Social Insurance, may make regulations -- <ul style="list-style-type: none"> • (a) requiring employers or particular classes of employers to employ war invalids in such proportion or numbers as prescribed in the regulations ; • (b) reserving specific kinds of work in undertakings, or specific occupations, for war invalids ; • (c) prescribing rules for the acceptance of war invalids for employment and the conditions of their employment ; • (d) prescribing the procedure and conditions of the registration of war invalids and the modes of determining their aptitude for work ; • (e) establishing competent authorities to deal with matters relating to the employment of war invalids, and defining the powers thereof.
Orders relating to war invalids.	32. The Minister of Defence may from time to time, by general or specific order, call upon employers or particular classes of employers to employ war invalids in such proportion or numbers as prescribed in the order.
Regulations as to priority right to employment.	33. The Minister of Defence, with the consent of the Minister of Labour and Social Insurance and after consultation with the Central Board of the General Labour Exchanges, may make regulations -- <ul style="list-style-type: none"> • (a) prescribing that during the period of the military service of a

	<p>soldier one relative of such soldier shall have priority of employment in the undertaking in which the soldier was employed immediately before his enlistment ;</p> <ul style="list-style-type: none"> • (b) prescribing that discharged soldiers shall have priority of employment ; • (c) providing for the enforcement of the said priority rights.
<p>Application of certain Parts.</p>	<p>34. The provisions of Parts Two, Three, Four and Five shall not apply to regulations and orders made under this Part ; but the term "relative" shall have the same meaning in this Part as is assigned to it in section 14.</p>
	<p>PART SEVEN : MISCELLANEOUS PROVISIONS</p>
<p>Priority of claim in case of bankruptcy.</p>	<p>35.</p> <ul style="list-style-type: none"> • (a) Among the debts which, under section 33 of the Bankruptcy Ordinance, 1936(2), must be paid in priority to all other debts of a bankrupt, there shall be included any amount which the bankrupt has been ordered to pay under this Law as compensation for an act or omission which occurred before a receiving order was made against him, even if the order of payment was made after the receiving order. • (b) Among the debts which, in the winding-up of a company, cooperative society or other juristic person, are required by law to be paid in priority to all other debts, there shall be included any amount which the company, cooperative society or other juristic body has been ordered to pay under this Law as compensation for an act or omission which occurred before the commencement of the winding-up, even if the order of payment was made after such commencement. • (c) Where a receiver has been appointed on behalf of the holders of debentures of a company secured by a floating charge, or where the holders of such debentures, or their attorneys, have taken possession of property of the company subject to the charge, any amount which the company has been ordered to pay under this Law as compensation for an act or omission which occurred before the date of the appointment of a receiver or the taking possession of property, as aforesaid, shall be included among the debts which under section 134 of the Companies Ordinance(3) have priority over any claim for principal or interest in respect of the debentures, even if the order of payment was made after the said date.
<p>Contributions to provident funds, etc.</p>	<p>36.</p> <ul style="list-style-type: none"> • (a) Where a soldier, immediately before his enlistment, was employed in an undertaking, and the owner of the undertaking and his

	<p>employees, or only the owner, were or was accustomed to pay contributions to a provident fund, pensions fund or other similar fund (hereinafter referred to as "the fund"), the owner and the soldier, or only the owner, as the case may be, shall, during the period from the day of the enlistment of the soldier to the day of his reinstatement in the undertaking under this Law or, where he is not reinstated under this Law, to the day of his discharge, pay contributions to the fund at the rates at which they or he were or was accustomed to pay before the enlistment of the soldier : but nothing in this section shall affect the provisions of section 12.</p> <ul style="list-style-type: none"> • (b) Where a soldier did not pay his contributions during the period mentioned in subsection (a), such fact shall not derogate from the duty of the owner of the undertaking to pay the contributions due from him, but the soldier shall pay his contributions, or such balance thereof as has not been paid, after his discharge, within a period three times as long as the period of his military service, and the owner of the undertaking may make his parallel payments simultaneously with the payments of the soldier. • (c) Any amount which the owner of the undertaking or the soldier is bound to pay to the fund shall in all respects be regarded as a payment legally due to the fund. • (d) If the owner of an undertaking enlists for military service and the undertaking ceases to operate for the whole or a part of the period of his service, this section shall not apply to such owner and his employees in respect of the period for which the undertaking ceases to operate as aforesaid.
<p>Evasion of duties imposed by this Law.</p>	<p>37.</p> <ul style="list-style-type: none"> • (a) Where an employer, with intent to evade any of the duties imposed on him by this Law, dismisses an employee liable to enlistment for military service, or due to be so liable in the near future, and after his dismissal the employee enlists, such dismissal shall have no legal effect with regard to rights and duties under this Law, and all the rights of the employee thereunder shall subsist as though he had not been dismissed, but had continued to be employed by that employer until immediately before his enlistment. • (b) The onus of proving that the dismissal was not effected with intent to evade any duties imposed on the employer by this Law shall be on the employer.
<p>Retroactive application.</p>	<p>38.</p> <ul style="list-style-type: none"> • (a) This Law shall apply to a discharged soldier discharged before the day of the coming into force of this Law as though he had

	<p>been discharged on that day ; but where, immediately before his enlistment, such a discharged soldier was a permanent employee in an undertaking, and on the day of the coming into force of this Law he is employed in that undertaking, he shall, for the purposes of this Law, be deemed to have been reinstated on that day under section 6.</p> <ul style="list-style-type: none"> • (b) This Law shall apply to a person who became a war invalid before the day of the coming into force of this Law as though his medical treatment had been completed on that day. • (c) This Law shall apply to relatives of a person who died on service, as specified in section 14, before the day of the coming into force of this Law as though he had died on service on that day.
Re-enlistment.	<p>39. Where a discharged soldier re-enlists within three months from the day of his discharge, his earlier period of service shall be deemed to continue without a break until the termination of his second period of service.</p>
Various facilities.	<p>40.</p> <ul style="list-style-type: none"> • (a) The Minister charged with the implementation of any law may, after consultation with the Minister of Defence and the Minister of Labour and Social Insurance, make regulations -- <ul style="list-style-type: none"> ○ (1) with the object of exempting discharged soldiers or war invalids or a particular class thereof, wholly or in part, from the requirements of such law or from any duties, conditions or restrictions imposed thereunder ; ○ (2) granting discharged soldiers or war invalids or a particular class thereof priority in obtaining licences to engage in any profession, industry, craft or trade. • (b) For the purposes of this section, a Minister is considered as charged with the implementation of a law if he is expressly designated therein as the Minister charged with its implementation or, in the case of any Ordinance or regulations in force on the 5th Iyar, 5708 (14th May, 1948), if he is vested with the powers previously vested in the High Commissioner or the High Commissioner in Council by such Ordinance or regulations. • (c) Regulations made by a Minister under this section shall prevail over any other law. • (d) "Minister", in this section, includes the Prime Minister.
Right of permanent employee part-time service.	<p>41.</p> <ul style="list-style-type: none"> • (a) Where a permanent employee in an undertaking is absent from work by reason of part-time service and receives no pay for his part-time service, or the pay for his part-time service is less than his

	<p>normal wages, he is entitled to receive from the owner of the undertaking, in respect of the days of his absence, his normal wages or the difference between his normal wages and the pay for his part-time service, as the case may be : provided that the owner of an undertaking shall not have to pay an employee wages or a balance of wages for more than twelve days in three months.</p> <ul style="list-style-type: none"> • (b) "Normal wages" means the wages payable to an employee for a normal working day, without overtime. • (c) Wages due to an employee under section (a) shall, as to any matter relating to a legal action, be considered as a civil debt. • (d) Absence of a permanent employee from work in an undertaking by reason of part-time service shall not be considered as breaking the continuity of his employment in the undertaking even if the period of such absence exceeds twelve days in three months. • (e) If an employer dismisses an employee with intent to evade any of the duties imposed on him by this section, such dismissal shall be considered unlawful.
Evidence.	<p>42.</p> <ul style="list-style-type: none"> • (a) A certificate signed by a competent military authority attesting that a person has served on military service or part-time service, and specifying the dates of such service, shall, in any proceeding under this Law, be conclusive proof of its content. • (b) A certificate signed by two medical officers attesting that a person died on service or is a war invalid shall, in any proceeding under this Law, be evidence of such fact so long as the contrary is not proved. • (c) <ul style="list-style-type: none"> ○ (1) "Competent military authority" means the Chief of the General Staff and any person appointed by him to be a competent military authority for the purposes of this section. ○ (2) "Medical officer" means an officer of the Defence Army of Israel authorised to practice medicine under the Medical Practitioners Ordinance, 1947(4), and appointed by the Chief of the General Staff to be a medical officer for the purposes of this section. • (d) A document purporting to be a certificate as mentioned in subsection (a) or (b) shall be considered as such a certificate so long as the contrary is not proved. • (e) A document purporting to be a copy of a decision or order of an employment committee or appeal committee, certified as a true copy by the Minister of Defence or a person authorised by him in that behalf, shall, in any proceeding, be evidence of such decision or order so long as the contrary is not proved.

	<ul style="list-style-type: none"> • (f) Where, in a civil or criminal action arising from non-compliance with an order of an employment committee or appeal committee, it is proved that an order as aforesaid was made against a person of a name like that of the defendant or accused, such order shall, so long as the contrary is not proved, be considered to have been made against the defendant or accused.
<p>Saving rights. of</p>	<p>43.</p> <ul style="list-style-type: none"> • (a) This Law - <ul style="list-style-type: none"> ○ (1) shall not affect any law, custom or contract of employment, collective or otherwise, relating to the conditions of the dismissal and resignation of employees and their rights in connection therewith ; ○ (2) shall add to any rights connected with employment, and shall not be construed to affect any law, custom or contract of employment, collective or otherwise, or to derogate therefrom ; • (b) The following shall be regarded as dismissed employees for the purpose of establishing their rights in connection with dismissal : <ul style="list-style-type: none"> ○ (1) a discharged soldier entitled to reinstatement under section 6 who has made an application under section 7 but has not been reinstated ; ○ (2) a war invalid who at the qualifying date was an employee in an undertaking and has not returned to work therein ; ○ (3) a person who died on service, as specified in section 14, and who at the qualifying date had been a permanent employee in an undertaking.
<p>Implementa- tion and regulations.</p>	<p>44.</p> <ul style="list-style-type: none"> • (a) The Minister of Defence is charged with the implementation of this Law. • (b) The Minister of Defence, with the consent of the Minister of Labour and Social Insurance, may make regulations as to any matter relating to the implementation of this Law ; but this provision shall not affect the provisions of sections 31 and 33.
<p>Commissioner for the Employment of Discharged Soldiers.</p>	<p>45.</p> <ul style="list-style-type: none"> • (a) The Minister of Defence may appoint a person to be Commissioner for the Employment of Discharged Soldiers. • (b) The Minister of Defence may delegate to the Commissioner for the Employment of Discharged Soldiers all or any of the powers conferred on him by this Law, except those conferred by sections 22,

	<p>31, 33 and 44.</p> <ul style="list-style-type: none"> (c) Any appointment or delegation of powers under this section shall be published in Reshumot and shall take effect on the day of publication unless its terms fix a later date for this purpose.
Commence- ment.	<p>46. This Law shall come into force on the 16th Iyar, 5709 (15th May, 1949).</p>
	<p>-----</p> <p>* Passed by the Knesset on the 26th Nisan, 5709 (25th April, 1949) and published in <i>Sefer Ha-Chukkim</i> No. 6 of the 27th Nisan, 5709 (26th April, 1949), p. 13; the Bill and an Explanatory Note were published in <i>Hatza'ot Chok</i> No. 3, of the 21st Adar, 5709 (22nd March, 1949), p. 7.</p> <p>(1) <i>Laws of Palestine</i> vol. I, cap. 21, p. 157 (English Edition).</p> <p>(2) <i>P.G.</i> No. 566 of the 24th January, 1936, Suppl. I, p. 21 (English Edition).</p> <p>(3) <i>Laws of Palestine</i> vol. I, cap. 22, p. 166 (English Edition).</p> <p>(4) <i>P.G.</i> No. 1637 of the 30th December, 1947, Suppl. I, P. 322 (English Edition).</p>

Fonte: <http://www.geocities.com/savepalestinenow/israellaws/fulltext/dischargedsoldiersadjlaw.htm>, consultado em 25 de Março de 2012, 17:00.

DOCUMENTO 4:

BASIC LAW: THE ISRAEL DEFENSE FORCES (PASSED BY THE KNESSET, MARCH 31, 1976)

Basic Law- The Army 31 March 1976

<i>Defence Army of Israel</i>	1. The Defence Army of Israel is the army of the State.
<i>Subordination to civil authority</i>	2. (a) The Army is subject to the authority of the Government. (b) The Minister in charge of the Army on behalf of the Government is the Minister of Defence.
<i>Chief of the General Staff</i>	3. (a) The supreme command level in the Army is the Chief of the General Staff. (b) The Chief of the General Staff is subject to the authority of the Government and subordinate to the Minister of Defence. (c) The Chief of the General Staff shall be appointed by the Government upon the recommendation of the Minister of Defence.
<i>Duty to serve and recruitment</i>	4. The duty of serving in the Army and recruitment for the Army shall be as prescribed by or by virtue of Law.
<i>Instructions and orders in the Army</i>	5. The power to issue instructions and orders binding in the Army shall be prescribed by or by virtue of Law.
<i>??armed??</i>	6. No armed force other than the Defence Army of Israel shall be established or maintained except under Law.

YITZCHAK
Prime Minister

RABIN

EFRAYIM
President of the State

KATZIR

* Passed by the Knesset on the 29th Adar Bet, 5736 (31st March, 1976) and published in Sefer Ha-Chukkim No. 806 of the 9th Nisan, 5736 (9th April, 1976), p. 154; the Bill and an Explanatory Note were published in Hatz'a'ot Chok No. 1197 of 5735, p. 418.

Fonte: http://www.mfa.gov.il/MFA/MFAArchive/1970_1979/Basic%20Law-%20The%20Army, consultado em 25 de Março de 2012, 17:20.

DOCUMENTO 5:

**DEFENCE ARMY OF ISRAEL (PERMANENT SERVICE) (BENEFITS)
ORDINANCE 5741-1980 (5 NOVEMBER 1980)**

Amendment of section 4.

1. In Section 4 (a) of the Defence Army of Israel (Benefits) Law, 5714-1954 (hereinafter referred to as “the principal law”), paragraph (3) shall be replaced by the following paragraph: “(3) his or her not self-supporting child, stepchild or adopted child, and a not self-supporting grandchild who was wholly dependent on him or her (hereinafter: “orphan”)

Amendment of section 13 A

2. Section 13 A of the principal law shall be remarked as section 13 A (a) and the following subsection shall be added thereafter:

“ (b) Notwithstanding anything contained in subsection (a), where in a period of absence referred to in subsection (a) a soldier was employed in the State service, the period of such employment shall be included in the calculation of the period of service if he proves to the satisfaction of the officer-in-charge that he has not received severance pay or other retirement grants and that he is not and will not be entitled to any benefit whatsoever in respect of his said period of employment other than the benefit he will receive under the provisions of this law”.

Amendment of section 14

3. In section 14 (2) of the principal law, the words “before the expiration of five years of permanent service” shall be deleted.

Amendment of section 21

4. In section 21 (b) of the principal law, the following shall be added at the end of paragraph (5):

“Where the determining salary according to which the soldier’s pension was calculated at the time of his first retirement was higher than the determining salary at the time of his

retirement from the new service, the pension shall be calculated according to the higher determining salary”.

Amendment of section 29

5. In section 29 of the principal law-

- (1) The following subsection shall be inserted after subsection (b):
“ (C) Subsection (b) shall, in respect of the following be read as if the expression “70 per cent” were, in the two places in which it occurs, replaced by the expression “90 per cent”:
(1) A spouse entitled to a double benefit, one benefit being a survivor’s pension, in consequence of the death of the other spouse, and the other a retirement pension;
(2) A person entitled to a double benefit, one benefit being a retirement pension as a surviving spouse’s pension and the other an employment injury pension under the National Insurance Law (consolidated version), 5728-1968”;
- (2) The old subsection (c) shall be re-marked as subsection (d) (1); the words “ (in this section referred to as “the pension under the other law”) shall be inserted after the words” by reason of a pension reduced under some other law”, appearing therein, and the following paragraph shall be added thereafter:
(3) Where the pension under the other law is a pension under the state service (benefits) law (consolidated version). 5730-1970, and is payable out of the treasury, the following special provisions shall apply:
(a) Paragraph (1), and section 32 of that law, shall not apply;
(b) The pension under that law shall not exceed the amount by which the total amount which would be payable to a person entitled under subsections (b) and (c) but for the provisions of this paragraph exceeds the pension under this law;
- (3)The old subsection (d) shall be re-marked as subsection (e)

Amendment of section 31

6. In section 31 (b) of the principal law-

- (1) Paragraph (2) shall be re-marked as paragraph (3) and the following paragraph shall be inserted before it:
“ (2) Notwithstanding anything contained in paragraph (1)

(a) A person entitled to a retirement pension who is an employee in the service of the Defence Army of Israel and has reached the age of fifty-five years shall be paid a pension under paragraph (3);

(b) Where a person entitled to a retirement pension who is as employee in the Defence Army of Israel has not reached the age of fifty-five years, his pension shall not be less than one third of the pension to which he would be entitled but for the provisions of paragraph (1), provided that a waiting-period has passed beginning with the date of his retirement on pension, being two years if he retires on pension before reaching the age of fifty years, and one year in every other case”.

- (2) paragraph (5) is repealed

Amendment of section 32

7. In section 32 of the principal law, the following paragraph shall be added after paragraph (2): “ (3) a child of the deceased and his spouse born after his father’s death shall, for the purposes of the rights of the spouse under this section, be deemed to have been alive at the time of such death”.

Replacement of section 33C

8. Section 33 C of the principal law shall be replaced by the following section:

“Gratuity instead of other benefits” (a) when a soldier dies after five years of permanent service, his survivors may, if the officer-in-charge is satisfied that it is to their advantage, instead of all the other benefits due to them under this law, opt for the greater of the following two:

- (1) A gratuity under section 24, as if the soldier had served for less than five years;
- (2) A discharge gratuity in respect of the whole period of the soldier’s service.

(b) Subsection (a) (2) shall not apply to a survivor who, under section 30 (b), has opted for a benefit under the rehabilitation laws”.

Commencement 9. Section 4 shall have effect from the 21st tevet, 5737 (1st January, 1977)

Transitional provision 10. This law shall, in respect of the period from the date from which it has effect, apply also to a person who retired from the service before such date and to his survivor.

Yitzchak Navon

President of the State

Yigael Yadin

Deputy Prime Minister

Acting Prime Minister

Fonte: <http://www.israellawresourcecenter.org/israellaws/israellawamendm.htm>, consultado em 18 de Janeiro de 2012, 20:00.

DOCUMENTO 6:

DEFENCE SERVICE LAW 5743-1983

Addition of section 18

1. In the Defence Service Law (consolidated version) 5719-1959, the following section shall be inserted after section 17:

“Assurance of elementary education”

18. Where a soldier’s educational level falls short of an elementary educational level defined by regulations, three months of his regular service shall be allotted to the importment of education in the manner and on conditidions prescribed by regulations.

Regulations under this section shall be made with the consent of the Minister of Education and Culture after consultation with the Foreign Affairs and Security Committee of the kneset”.

Menahem Begin

Prime Minister

Moshe Arens

Minister of Defence

Fonte: <http://www.israellawresourcecenter.org/israellaws/israellawamendm.htm>, consultado em 18 de Janeiro de 2012, 20:00.

DOCUMENTO 7:

DISCHARGED SOLDIERS LAW, 5744-1984* (passed by the Knesset 2 July, 1984)

Definitions.	<p>1. In this Law --</p> <ul style="list-style-type: none"> • "the Defence Service Law" means the Defence Service Law (Consolidated Version), 5719-1959⁽¹⁾; • "discharged soldier" means a person discharged after serving in regular service in the Israel Defence Forces or the Border Police under the Defence Service Law for a period of at least two years in the case of a man and for a period of at least a year-and-a-half in the case of a woman, as well as a person discharged before the expiration of the said period by reason of invalidity within the meaning of the Invalids (Pensions and Rehabilitation) Law (Consolidated Version), 5719-1959⁽²⁾; • "preferred employment" means employment in a place or type of employment designated by the Minister of Labour and Social Affairs with the consent of the Minister of Finance and in consultation with the Labour and Social Affairs Committee of the Knesset; • "vocational training" means vocational training for the purposes of preferred employment, provided within the framework of an institution recognised for that purpose by the Minister of Labour and Social Affairs with the consent of the Minister of Finance.
Other military service.	<p>2. The Minister of Defence may prescribe that for the purposes of this Law or of part thereof there shall also be regarded as a discharged soldier -</p> <ul style="list-style-type: none"> • (1) a person who volunteered for the Israel Defence Forces and served therein for a prescribed time; • (2) a person discharged from regular service in the Israel Defence Forces or the Border Police under the Defence Service Law who does not meet the requirements of the definition of "discharged soldier" in section 1, all subject to the conditions and restrictions prescribed by the Minister of Defence with the consent of the Minister of Finance.
National service.	<p>3. A woman who terminates a period of service of at least two years in national service as referred to in paragraph (2) of the definition of "child" in section 5 of the National Insurance Law (Consolidated Version), 5728-1968⁽³⁾, shall, for the purposes of this Law, be regarded as a discharged soldier.</p>
Permanent	<p>4. Where after the period of service required of him under the Defence</p>

service in the IDF.	Service Law a person continues in permanent service in the Israel Defence Forces, the date of termination of his first period of service shall be regarded as the day on which he becomes a discharged soldier: Provided that for the purposes of sections 9 and 11 the date of his discharge from permanent service shall be regarded as the day on which he became a discharged soldier.
Duration of entitlement.	5. The rights of a discharged soldier under this Law shall vest in him for three years from the day on which he becomes a discharged soldier.
Precedence as to assignment to preferred employment.	6. A discharged soldier shall, as regards assignment by employment bureaux under the Employment Service Law, 5719-1959 ⁽⁴⁾ , to any preferred employment requiring resort to employment service bureaux under the said Law, take precedence over a person who is not a discharged soldier. Precedence under this Law shall prevail over any priority right under the said Law or any other enactment.
Priority as to acceptance for employment.	7. In a tender competition for employment held under any enactment, priority shall be given to a discharged soldier taking part in the competition over a person who is not a discharged soldier, provided that he possesses all the qualifications specified in the conditions of the competition and that his relevant data are not less favourable than those of the other participants.
Vocational training.	<p>8.</p> <ul style="list-style-type: none"> • (a) A discharged soldier shall take precedence over a person who is not a discharged soldier as regards admission to vocational training provided by or on behalf of the State, so long as he meets the requirements for admission to such training. • (b) A discharged soldier shall be entitled to partial exemption from tuition fee for vocational training, on conditions prescribed by the Minister of Labour and Social Affairs with the consent of the Minister of Finance. Where vocational training is provided otherwise than by or on behalf of the State, the Treasury shall contribute to the tuition fees to the extent of the amount of the exemption to which the discharged soldier is entitled. The exemption and the Treasury's contribution shall be within the limits of the amount prescribed for this purpose in the Budget Law for the financial year in question. • (c) The provisions of this section shall be in addition to, and not in derogation of, the provisions of sections 127K, 127M and 127P of the National Insurance Law (Consolidated Version), 5728-1968.
Completion of secondary education.	9. Where a discharged soldier completes his secondary education at an educational institution managed under the supervision or with the approval of the Ministry of Education and Culture, the Treasury shall bear 75 per cent of the tuition fees approved by the Minister of Education and

	Culture by rules with the consent of the Minister of Finance.
Admission to institution of higher education.	10. A discharged soldier shall, as regards admission to a particular course of study and to students' hostels at an institution for higher education, within the meaning of the Council for Higher Education Law, 5718-1958 ⁽⁵⁾ , take precedence over a person who is not a discharged soldier, provided that he possesses the qualifications required at the institution in respect of that course and those hostels.
Loan for post-secondary studies.	11. <ul style="list-style-type: none"> • (a) A discharged soldier admitted to studies at an institution of higher education within the meaning of the studies. Council for Higher Education Law, 5718-1958, or at some other post-secondary institution recognised for that purpose by the Minister of Education and Culture shall be entitled to a loan to help him finance the tuition fee, in accordance with criteria and rules prescribed by the Minister of Education and Culture with the consent of the Minister of Finance. • (b) The Minister of Finance shall prescribe the conditions of repayment of a loan as aforesaid.
Housing loan.	12. Where a discharged soldier is entitled, under rules and procedures applying thereto, to a loan by or on behalf of the State for the purpose of housing, the amount of the loan shall be increased at such rates and on such conditions as the Minister of Construction and Housing shall prescribe with the consent of the Minister of Finance.
Amendment of the Income Tax (Concessions to Discharged Soldiers) (Temporary Provisions) Law.	13. In the Income Tax (Concessions to Discharged Soldiers) (Temporary Ac provisions) Law, 5741-1981 ⁽⁶⁾ - <ul style="list-style-type: none"> • (1) in section 1(1), in the definition "entitled employee", the figure "1983" shall be replaced by the figure "1984"; • (2) in section 2- <ul style="list-style-type: none"> ○ (a) in paragraph (1), the figure "5/12" shall be replaced by the figure "6/12"; ○ (b) in paragraph (2), the figure "5/24" shall be replaced by the figure "4/12"; ○ (c) the following paragraph shall be added at the end: <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin: 5px 0;"> <p>"(3) 2/12 of a credit point in respect of every whole month out of the next twelve months of his work in employment as aforesaid."</p> </div>
Implementation and regulations.	14. The Government is charged with the implementation of this Law and may make regulations for its implementation.

	<p style="text-align: center;">YITZCHAK SHAMIR <i>Prime Minister</i></p> <p>CHAIM HERZOG <i>President of the State</i></p>
	<p>* Passed by the Knesset on the 2nd Tammuz, 5744 (2nd July, 1984) and published in <i>Sefer Ha-Chukkim</i> No. 1121 of the 11th Tammuz, 5744 (11th July, 1984), p. 188; the Bill and an Explanatory Note were published in <i>Hatza'ot Chok</i> No. 1687 of 5744, p. 278.</p> <p>(1) <i>Sefer Ha-Chukkim</i> of 5719, p. 286; <i>LSI</i> vol. XIII, p. 328.</p> <p>(2) <i>Sefer Ha-Chukkim</i> of 5719, p. 276; <i>LSI</i> vol. XIII, p. 315.</p> <p>(3) <i>Sefer Ha-Chukkim</i> of 5728, p. 108; <i>LSI</i> vol. XXII, p. 114.</p> <p>(4) <i>Sefer Ha-Chukkim</i> of 5719, p. 32; <i>LSI</i> vol. XVII, p. 29.</p> <p>(5) <i>Sefer Ha-Chukkim</i> of 5718, p. 191; <i>LSI</i> vol. XII, p. 222.</p> <p>(6) <i>Sefer Ha-Chukkim</i> of 5741, p. 145; <i>LSI</i> vol. XXXV, p. 157; <i>Sefer Ha-Chukkim</i> of 5743, p. 59; <i>LSI</i> vol. XXXVII, p. 61.</p>

Fonte: <http://www.geocities.com/savepalestinenow/israellaws/fulltext/dischargedsoldierslaw.htm>, consultado em 25 de Março de 2012, 17:20.

DOCUMENTO 8:

Defence Service Law -Consolidated Version 5746-1986

30 Jan 1986

Defence Service Law (Consolidated Version), 5746-1986

Note: For reference only; does not include changes to the law since 1986.

Chapter One: Interpretation	
<i>Definition</i>	<p>1. In this Law</p> <p>"medical board" and "higher medical board" means a medical board, and a higher medical board, constituted by virtue of section 51;</p> <p>"time", for the purposes of the duty of reporting under this Law, includes a period of time beginning on a particular day or upon the doing of a particular thing or upon the occurrence of a particular event;</p> <p>"the Rehabilitation Laws" means the Invalids (Pensions and Rehabilitation) Law (Consolidated Version) 5719-1959[1],the Fallen Soldiers Families (Pensions and Rehabilitation) Law, 5710-1950[2], the Discharged Soldiers (Reinstatement in Employment) Law, 5709-1949[3] and any such other Law as the Minister of Defence may declare to be a Rehabilitation Law;</p> <p>"person of military age" means an Israel national, or a permanent resident, of an age as specified hereunder:</p> <p>(1) in the case of a male person - any age from eighteen to fifty-four years;</p> <p>(2) in the case of a female person - any age from eighteen</p>

	<p>to thirty-eight years.</p> <p>"person designated for defence service" means an Israel national, or a permanent resident, who has not yet reported for defence service and is of an age as specified hereunder:</p> <p>(1) in the case of a male person - any age from eighteen to fifty-four years;</p> <p>(2) in the case of a female person - any age from eighteen to fifty-four years.</p> <p>"calling-up officer" means a person appointed under section 50 to be a calling-up officer;</p> <p>"physician" means a person authorized or entitled to be authorized to practice medicine under the Physicians Ordinance (New Version), 5737-1976 [4];</p> <p>"dentist" means a person authorized or entitled to be authorized to practice dentistry and the Dentists Ordinance (New Version), 5739-1979[5];</p> <p>"defence service" means regular service or reserve service;</p> <p>"regular service" means service in the Regular Forces of the Israel Defence Forces;</p> <p>"reserve service" means service in the Reserve Forces of the Israel Defence Forces; "permanent resident" means a person whose permanent place of residence is in the area to which the law of the State of Israel applies or whose stay is deemed by virtue of section 45 to be permanent residence.</p>
<p><i>Calculation of age</i></p>	<p>2. For the purposes of this Law - (1) the calculation of age shall be in accordance with the Jewish calendar;</p> <p>(2) a person who attains a particular age in a particular year of the Jewish calendar shall be regarded</p> <p>(a) if he attains that age after the 1st Tishrei and before the 1st of Nisan of that year - as having attained that age</p>

	<p>on the 1st of Tishrei of that year;</p> <p>(b) if he attains that age after the 1st of Nisan of that year - as having attained that age on the 1st of Nisan of that year;</p> <p>(c) the determination of age shall be governed by the provisions set out in the schedule.</p>
<p>Chapter Two: Reporting for Registration and Examination</p>	
<p><i>Reporting for registration</i></p>	<p>3. (a) The calling-up officer may, by order, call upon any person designated for defence service or person of military age to report for registration at such place and time as the calling-up officer or a person empowered by him in that behalf has prescribed by order.</p> <p>(b) A person called upon to report as aforesaid shall report at the place and time prescribed as aforesaid and shall give to the calling-up officer or a person appointed by him in that behalf such particulars relating to himself as have been determined by regulations.</p> <p>(c) Where a person has been called upon to report as aforesaid and, after he has fulfilled his obligations under subsection (b), a change occurs in any of the particulars therein referred to, such particular having been referred to by regulations as a material particular, such person shall notify the calling-up officer of such change within fourteen days from the day on which it occurs.</p> <p>(d) A person designated for defence service, or a person of military age, who has reported for registration by virtue of this section shall always carry with him a certificate attesting his reporting, as provided by regulations, and shall produce it on demand to a police officer and also to a calling-up officer or a person empowered by him in that behalf.</p>
<p><i>Preliminary examination</i></p>	<p>4. (a) Where a person designated for defence service, having been called upon to report for registration under section 3, has not yet reported for examination under section 5, a calling-up officer may, by order, call upon him to report for a preliminary examination to be carried out in conduction with the registration, if the calling-up officer is of the opinion that such an examination is required in order to effect the registration or to expedite</p>

	<p>the examination proceedings under section 5.</p> <p>(b) A person designated for defence service who is called upon to report as aforesaid shall report at the place and time prescribed in the order of the calling-up officer or a person empowered by him in that behalf and undergo any of the types of examination designated by the Minister of Defence for this purpose by regulations.</p>
<p><i>Reporting for fitness examination</i></p>	<p>5. (a) A calling-up officer may, by order, call upon any person of military age to report, at the place and time prescribed in the order, with a view to determining his fitness for defence service.</p> <p>(b) A person of military age who has been called upon to report as aforesaid shall report at the place and time prescribed in the order of the calling-up officer or a person empowered by him in that behalf and shall undergo any examination which in the opinion of a medical board is necessary in order to determine his medical fitness for defence service and shall also undergo, in accordance with instructions of the calling-up officer or a person empowered by him in that behalf, any other examination for the purpose of determining his general fitness for defence service, including an examination for the purpose of determining the measure of his suitability for a particular assignment in the defence service. The tests for the various degrees of medical fitness shall be prescribed by regulations.</p> <p>(c) When a medical board has completed the examination of a person of military age, it shall state whether it finds such person medically fit for defence service.(hereinafter: "fit for service") or temporarily unfit for service in medical respect (hereinafter: "temporarily unfit for service").</p>
<p><i>Reexamination</i></p>	<p>6. (a) Where a person of military age has been found unfit for service or C, temporarily unfit for service, the calling-up officer may call upon him, by order, to report for reexamination for the purpose of determining his fitness for service (hereinafter referred to as "reexamination"), and he shall report at the place and time prescribed in the order of the calling-up officer or a person empowered by him in that behalf.</p> <p>(b) The power vested in the calling-up officer by</p>

	<p>subsection (a) is also vested in him in respect of a person of military age who, having served in regular service or belonged to the Reserve Forces, has been exempted from regular service or reserve service by reason that he has been found unfit for service or temporarily unfit for service.</p> <p>(c) Where a person, having been found unfit for service, is found fit for service upon reexamination, then, whether he has not yet been called up for regular service or whether he has already been called up for regular service but has not yet completed the period of service to which he is liable under this law, a calling-up officer may call upon him by order</p> <p>(1) if he has not yet completed his 23rd year - to report for regular service or the completion of his regular service;</p> <p>(2) if he has completed his 23rd year - to report for regular service or the completion of his regular service for a period not exceeding six months or not exceeding the balance of the period of service to which he is liable under this Law, whichever is less;</p> <p>(3) whether or not he has completed his 23rd year - to report for regular service or the completion of his regular service for a period as provided in section 15 or 16, according to his age, if he is a physician or dentist, and a person so called upon shall report as aforesaid.</p> <p>(d) Where a person, having been found temporarily unfit for service, is found fit for service upon reexamination, then, even if he has already been called up for regular service, he may, so long as he has not completed the period of service to which he is liable under this Law, be called upon by a calling-up officer, by order, to report for the completion of the period of service to which he is liable under this Law, and a person so called upon shall report as aforesaid.</p> <p>(e) The medical board shall at every reexamination apply the tests in force at the time of the reexamination.</p>
<p><i>Further exam</i></p>	<p>7. Where a medical board has found a person of military age fit for service, unfit for service or temporarily unfit</p>

	<p>for service, the board shall notify its decision, in writing, to the person of military age and to the calling-up officer, and they may, on conditions prescribed by regulation, request that the medical board or the higher medical board, as the case may be, subject the person of military age to a further examination and determine his fitness for service.</p>
<p><i>Medical exams of 17 year olds</i></p>	<p>8. A calling-up officer may, by order, call upon an Israel national or permanent resident who has completed his seventeenth year to report for medical examination, at the place and time prescribed in the order, for the purpose of determining his fitness for defence service, and section 2(2) shall not apply to the calculation of his age; where such an order has been made, the provisions of sections 5(b) and (c), 6 and 7 shall apply to the Israel national or permanent national as if he were a person of military age.</p>
<p><i>Immunization measures</i></p>	<p>9. A calling-up officer may, by order, with the approval of two physicians, direct that a person designated for defence service shall, at the place and time specified in the order, be immunized by inoculations and vaccinations (both hereinafter referred to as "immunization measures") against a particular disease, and the person in respect of whom the order is made shall report, and enable the immunization measures to be taken, as set out in the order.</p>
<p><i>Application of Rehabilitation Law to person harmed by exam or immunization</i></p>	<p>10. (a) Where a person designated for defence service, or a person of military age not serving in defence service, suffers any harm in consequence of an examination or immunization measure under this chapter, the Rehabilitation Laws shall apply to him and the members of his family as if when suffering the harm he had been in defence service and the harm had occurred in the period and in consequence of his service; and if he does not serve in defence service after the harm occurred he shall, for the purposes of the Invalids (Pensions and Rehabilitation) Law (Consolidated Version), 5719-1959, be deemed to have been discharged from the service on the date when he was found under this Law to be unfit for service or was exempted therefrom. For the purposes of this section, "harm" means illness, aggravation of illness or injury.</p> <p>(b) Wherever in any enactment reference is made to the <u>Rehabilitation Laws</u>, such reference shall be deemed to</p>

	include subsection (a) unless the context otherwise requires.
<i>Order to provision of means of identification</i>	11. A calling-up officer may, by order, call upon any male person designated for defence service or of military age to report, at the place and time prescribed in the order of the calling-up, officer or a person empowered by him in that behalf, for the purpose of providing such means of identification as the Minister of Defence may have prescribed by regulations. The person to whom the order applies shall report at the place and time prescribed as aforesaid for the purpose of providing means of identification.
<i>Non-reporting for examination not to relieve from duty of reporting for defence service</i>	12. (a) Where a person designated for defence service has been called upon to report for determination of his fitness for defence service and has not so reported, or reported has refused to be examined or to complete the examinations, a calling-up officer may call upon him to report for defence service, under section 13 or 27, as the case may be, if he is at the time of military age, even though his fitness for defence service has not yet been determined; but he shall not begin military training so long as he has not been medically examined for the purpose of determining his medical fitness for defence service and been found fit for service; and the provisions of sections 5 to 8 shall apply to the examination mutatis mutandis; the examination shall take place within one month of his reporting, and if he refuses to be examined, he shall be treated as a person who has contravened section 122 of the Military Justice Law, 5714-1955[6]. (b) Subsection (a) shall apply mutatis mutandis, to a person of military age found temporarily unfit for service who has been called upon to report for reexamination under section 6 and does not report or, having reported, refuses to be examined or to complete the examinations.
Chapter Three: Regular Service	
<i>Reporting for regular service</i>	13. A calling-up officer may, by order, call upon (1) a male person of military age found fit for service who is of any age from eighteen to twenty-nine years or, being a physician or dentist, is of any age from thirty to thirty-eight years; and (2) female person of military age found fit for service

	<p>who is of any age from eighteen to twenty-six years or, being a physician or dentist, is of any age from twenty-seven to thirty eight years to report, within the periods mentioned in section 20, for regular service at the place and time prescribed in the order by the calling-up officer or a person empowered by him in that behalf, and such person of military age shall report as aforesaid.</p>
<p><i>Reporting for service upon application</i></p>	<p>14. (a) Where an Israel national or permanent resident who has not yet attained the age of eighteen years is found fit for service, a calling-up officer may, by order, call upon him to report for regular service if he applies therefor in writing and his parents or guardian give or gives their or his consent and he has completed his seventeenth year.</p> <p>(b) Where an order under this section is made, the provisions of this Law shall apply to the person in respect of whom the order is made as if he were a person of military age who has attained the age of eighteen years and been called upon to report for regular service under section 13.</p> <p>(c) Section 2(2) shall not apply in calculating whether or not a person has completed his seventeenth year.</p>
<p><i>Time of service of male person</i></p>	<p>15. A male person of military age who is called upon to report for regular service under section 13 or 14 shall be liable to regular service</p> <p>(1) if he is called upon to report for regular service while being of any age from eighteen to twenty-six years - for a period of thirty months;</p> <p>(2) if he is called upon to report for regular service while being of any age from twenty-six to twenty-nine years or while being a physician or dentist and being of any age from twenty to thirty-four years - for a period of twenty-four months; but if he came to Israel as an <i>oleh</i> after attaining the age of twenty-seven years he shall be liable to regular service for a period of eighteen months only;</p> <p>(3) if he is called upon to report for regular service while being a physician or dentist and being of any age from twenty-five to thirty-eight years - for a period of twelve months.</p>

<p><i>Time of service of female person</i></p>	<p>16. A female person of military age who is called upon to report for regular service under section 13 or 14 shall be liable for regular service</p> <p>(1) if she is called upon to report for regular service while being of any age from eighteen to twenty-six years or while being a physician or dentist and being of any age from twenty-seven to thirty-four years, for a period of twenty-four months; but if she came to Israel as an olah after attaining the age of twenty-seven years she shall be liable to regular service for a period of eighteen months only;</p> <p>(2) if she is called upon to report for regular service while being a physician or dentist and being of any age from thirty-five to thirty-eight years - for a period of twelve months.</p>
<p><i>Volunteering for defence service</i></p>	<p>17. (a) A person not liable for regular service may volunteer for service in the regular forces of the Israel Defence Forces, and a person not liable for reserve service may volunteer for service in the reserve forces of the Israel Defence Forces, on condition that he has attained at least the age at which a person may be called up for service under section 14.</p> <p>(b) A person liable for regular service under this Law may volunteer for a period of regular service additional to that for which he is liable, whether he has et begun to serve in regular service or is so serving at the time, or has been discharged from the service; and a person liable for reserve service under this Law may volunteer for a period of reserve service additional to that for which he is liable.</p> <p>(c) Volunteering under this section shall be by declaration signed by the volunteer and shall require the approval of the Minister of Defence. The declaration shall specify the period of volunteering.</p> <p>(d) A person serving, with the approval of the Minister of Defence, as volunteer under this section shall, for the purposes of his rights and duties under any enactment, be located as a person serving in regular service or reserve service, as the case may be, by virtue of this Law.</p>

	<p>(e) A person who volunteers for regular service or an additional period regular service or for reserve service or an additional period of reserve be liable to service until the expiration of the period specified in the volunteering declaration unless the Minister of Defence directs that he shall be discharged at an earlier date: Provided that a person who volunteers for reserve service or a additional period of reserve service shall be discharged before the expiration of the period specified in the declaration if at a date prescribed by regulations he give advance notice in writing of his desire to be discharged.</p> <p>(f) The Minister of Defence may prescribe by regulations period of volunteering for service and rules as to the admission of volunteers to the service an their discharge therefrom.</p> <p>(g) The period for which a person has served in regular service as a volunteer shall be deducted from the period of regular service to which he is liable.</p> <p>(h) This section shall not apply to admission to, or discharge from, permanent service.</p>
<p><i>Time of service of absentee from service</i></p>	<p>18. Where a person, during the period of his regular service, is imprisoned for an offence under a judgment of a court martial or any other court or under a judgment of a senior disciplinary officer, or is absent from the service unlawfully or by permission obtained under false pretences and is convicted thereof in accordance with law and, if he has a right of appeal, does not appeal against the conviction, or has his appeal against the conviction dismissed, then, unless the court martial, other court or senior disciplinary officer directs otherwise, the period of his imprisonment or absence shall not, for the purpose of calculating the time of service, be regarded as a period during which he fulfilled his duty of regular service.</p>
<p><i>Penalty imposed after discharge from service</i></p>	<p>19. Where after discharge from regular service a person is convicted in accordance with law of unlawful absence from the service or of absence with permission obtained under false pretences and, if he has a right of appeal, he does not appeal against the conviction or has his appeal against the conviction dismissed, and the court martial or senior disciplinary officer does not direct that for the purpose of calculating the time for service the period of</p>

	<p>absence shall be regarded as a period in which he fulfilled his duty of regular service, the calling-up officer may call upon him to report for completion of the period of regular service to which he would have been liable had he not been discharged.</p>
<p><i>Period of call to report for regular service</i></p>	<p>20. (a) A person of military age shall not be called upon to report for regular service unless the time specified for reporting is within a period specified hereunder:</p> <p>(1) in the case of a person who was an Israel national or permanent resident resident on attaining the age of eighteen years - within twenty-four months of his attaining such age;</p> <p>(2) in the case of a person who became an Israel national or permanent resident after attaining the age of eighteen years - within twenty-four months from the day on which he became a national or resident as aforesaid, but not without his consent within six months from that day.</p> <p>(b) A person of military age whose regular service has been deferred, upon his application, under section 36 may be called upon to report for regular service if the time prescribed for his reporting is within twelve months from the expiration of the period of deferment or within the period prescribed by subsection (a), whichever time ends later;</p> <p>(c) Where a person designated for defence service is found temporarily unfit for service, a period prescribed for this purpose by regulations in respect of the test by which he has been found temporarily unfit for service shall not be included in computing the period under subsection (a) or (b); the period not to be so included shall begin again after each reexamination if the person is again found temporarily unfit for service.</p> <p>(d) Subsection (a) shall not apply to a person called upon to report for regular service under section 6(c) or (d) or section 19.</p>
<p><i>Duty of agricultural training</i></p>	<p>21. (a) The first twelve months of the regular service of a person of military age shall, after basic military training, be devoted mainly to agricultural training, as shall be prescribed by regulations: provided that in the case of a person of military age tested for service in the Air Force</p>

	<p>or the Navy the Minister of Defence may direct that his period of service assigned for agricultural training shall be devoted, wholly or partly, to service in the Air Force or the Navy, as the case may be.</p> <p>(b) The period of regular service of a female person shall, after the period of agricultural training, be devoted to duties which shall be prescribed by regulations.</p> <p>(c) The branches of farming the training in which shall be considered an agricultural training, and the order and regime of agricultural training, shall be prescribed by regulations.</p> <p>(d) Until the 1st Tishrei, 5746 (16th September, 1985), the Minister of Defence may direct, in respect of a person of military age, that, notwithstanding the provisions of subsection (a), his period of regular service assigned for agricultural training shall, wholly or in part, be deferred or be devoted to regular service other than agricultural training.</p>
<p><i>Preservation of settlement nuclei</i></p>	<p>22. (a) The Minister of Defence shall make regulations with a view to safeguarding, in carrying into effect the provisions of this chapter, the integrity of settlement nuclei.</p> <p>(b) The provisions of section 21(d) shall be of no effect in respect of members of a settlement nucleus to which regulations made under subsection (a) apply, except regarding members of such a nucleus who are sent, for training or service, to defence service command duties: Provided that the members of the latter, in relation to the number of the other members of the other members of the nucleus, shall not exceed a percentage prescribed by regulations.</p>
<p><i>Assurance of elementary education</i></p>	<p>23. Where the education of a soldier serving in the defence service falls short of a level of elementary education determined by regulations, three months of his regular service shall be allotted to the provision of an education, in the manner and under conditions prescribed by regulations. The regulations shall be made with the consent of the Minister of Education and Culture after consultation with the Foreign Affairs and Security Committee of the Knesset.</p>

<p><i>Service in the Border Police</i></p>	<p>24. (a) The Minister of Defence, in consultation with the Minister of Police or a person empowered by him in that behalf, may, by order, direct that a male person of military age who has been found fit for service and who is of any age from eighteen to twenty-nine years serve in the Border Police, which forms part of the Israel Police and is hereinafter referred to as "the Border Police", during the whole or any part - as may be specified in the order - of the period of the regular service to which he is liable, whether or not he has already commenced that service, and such person shall thereupon report for service in the Border Police in accordance with the order.</p> <p>(b) Unless otherwise expressly provided in this Law, service in the Border Police under this Law shall, for the purposes of this Law and of the Rehabilitation Laws, be deemed to be regular service.</p>
<p><i>Power and duties of person serving in the Border Police</i></p>	<p>25. (a) So long as a person of military age is serving in accordance with an order under section 24(a), he shall not, for the purposes of the Military Justice Law, 5715-1955, and the regulations thereunder, be regarded as a soldier within the meaning of section I of that Law.</p> <p>(b) A person of military age serving as aforesaid shall be treated as a police officer as to everything relating to his powers and duties, including disciplinary rules:</p> <p>Provided that -</p> <p>(1) the provisions of section 2 of the Police Ordinance (New Version), 5731-1971[8], concerning the power to discharge or dismiss a police officer and the provisions of section II, 12, 13 and 18 to 20 and Chapter Four of that Ordinance shall not apply to him;</p> <p>(2) his pay shall be the same as that of a person of military age serving in regular service.</p>
<p><i>Continuance of regular service after termination of service in Border Police</i></p>	<p>26. Where the service of a person of military age in the Border Police has ended in accordance with an order under section 24(a) or through the cancellation of the order, and the period of regular service to which he would have been liable but for the order has not yet elapsed, that person shall be liable to regular service until the expiration of that period.</p>

Chapter Four: Reserve Service	
<i>Duty of reserve service</i>	<p>27. (a) A person of military service found fit for service an not being on regular service shall belong to the reserve forces of the Israel Defence Forces and shall be liable to annual reserve service and monthly reserve service for the periods specified in this chapter.</p> <p>(b) A person of military age liable for reserve service as aforesaid may b called upon by a calling-up officer, by order, to report for reserve service at the place and time prescribed in the order and, if so called upon, shall report accordingly.</p> <p>(c) A person of military age liable to reserve service as aforesaid an belonging to a unit of the reserve forces of the Israel Defence Forces may be called upon by any of his commanders of the rank of segen mishne[9] or over, in such manner as the commander may think fit, to report for reserve service with his unit a the place and time prescribed by the commander and, if so called upon, shall report accordingly. For the purposes of section 55(b) to (f), a call-up for reserve service under this subsection shall be regarded as an order.</p>
<i>Monthly reserve service</i>	<p>27. (a) A person of military service found fit for 28. The period of monthly reserve service is one day every month or two consecutive days every two months or three consecutive days every three months of twelve hours in installments every month, as the calling-up officer or commands may in each case prescribe in accordance with section 27: Provided that</p> <p>(1) save with the consent of the person of military age, days of monthly service shall not, by having one monthly service period follow immediately upon another, be combined into a total period exceeding three days and</p> <p>(2) such days or hours shall not fall on a Sabbath or Jewish religion holiday.</p>
<i>Annual reserve service</i>	<p>29. (a) The period of annual reserve service is - (1) in the case of a man of any age from eighteen to thirty-nine years or a woman of any age from eighteen to thirty-four years - up to thirty-one days of service every year;</p>

	<p>(2) in the case of a man of any age from thirty-nine to fifty-four years up to fourteen days of service every year;</p> <p>(3) in the case of a man or woman of the rank of rav turai[10] or over - up to seven days service every year in addition to the days of service mentioned in paragraph (1) or (2).</p> <p>(b) Annual reserve service shall be continuous, but a commander as referred to in section 27(c) may direct that the period of service of a person of military age in a particular year shall be divided</p> <p>(1) into two spells if the Chief of the General Staff of the Israel Defence Forces or a commander of the rank of aluf[11] empowered by him in that person of military age or in respect of the category of ray age persons of military age to which he belongs;</p> <p>(2) into two or more spells if the person of military age has consented thereto in writing.</p>
<p><i>Reserve service in HAGA</i></p>	<p>30. A male person of military age, being of any age from forty-five to fifty-four years, shall not be called upon to serve in reserve service except in HAGA, within the meaning of the Civil Defence Law, 5711-1951[12] This restriction shall not apply to a person of military age of or over the rank of segen mishne or who is skilled in an occupation which the Minister of Defence, by regulations, has designated as a required occupation for the purpose of this section.</p>
<p><i>Time of reserve service of absentee</i></p>	<p>31. Where a person of military age, while in reserve service, is imprisoned for an offence under a judgment of a court martial or any other court or under a judgment of a senior disciplinary officer, or is absent from the service unlawfully or by permission obtained under false pretences and is convicted thereof in accordance with law and, if he has a right of appeal, does not appeal against the conviction or has his appeal against the conviction dismissed, then, unless the court martial, other court or senior disciplinary officer otherwise directs, the period of his imprisonment or absence shall not, for the purpose of calculating the time of service, be regarded as a time during which he fulfilled his duty of reserve service.</p>

<p><i>Regulation for calculation of time</i></p>	<p>32. The Minister of Defence may prescribe by regulations (1) the mode of calculating the year for the purposes of sections 27 to 31;</p> <p>(2) the scope of the application of the provisions of sections 27 to 31, in respect of any particular year, to a person who completes his regular service in that year;</p> <p>(3) the way of dealing with a period of annual reserve service which begins towards the end of one year and continues without a break into the following year.</p>
<p><i>Imposition of duties otherwise than during time of service</i></p>	<p>33. The Minister of Defence may, with the approval of the Foreign Affairs and Security Committee of the Knesset, by regulations, impose duties on persons of military age belonging to the reserve forces of the Israel Defence Forces at a time when such person are not in service, and prescribe that non-fulfilment of such duties shall be an offence under regulations as aforesaid, if the purpose thereof is to ensure the proper functioning of the Israel Defence Forces and to safeguard the property entrusted to persons of military age as aforesaid.</p>
<p><i>Service under order of Minister of Defence</i></p>	<p>34. (a) The Minister of Defence may, if he is satisfied that the security of the State so requires - (1) call upon any person of military age who belongs to the reserve forces of the Israel Defence Forces, by order to report for regular service or reserve service, as specified in the order, at the place and time prescribed therein, and to serve as long as the order is in force;</p> <p>(2) empower a commander as referred to in section 27(c) or a calling-up officer, by order, to call upon a person of military age, by order, to report and serve as aforesaid, and such person of military age shall report and serve accordingly.</p> <p>(b) An order of the Minister of Defence, issued under subsection (a), to report for regular service or reserve service and an order of a commander or calling-up officer issued under subsection (a) for standby purposes shall, as soon as possible after they are issued, be brought by the Minister of Defence to the notice of the Foreign Affairs and Security Committee of the Knesset.</p> <p>(c) The Committee may confirm an order as referred to</p>

	<p>in subsection (b with or without modification, or refrain from confirming it or lay it before the Knesset. The order shall expire fourteen days from the date of its issue save if an as confirmed before then by the Committee or the Knesset.</p> <p>(d) The provisions of subsections (b) and (c) shall not apply to an order of calling-up officer or commander under subsection (a)(2) issued before the 11th Kislev, 5745 (5th December, 1985).</p>
<p><i>Application of military law</i></p>	<p>35. (a) A person of military age liable to report for regular service shall belong to the regular forces of the Israel Defence Forces from the time prescribed by word for his so reporting. If he fails to report without sufficient excuse, he shall be deemed to have left the service without permission at such time.</p> <p>(b) A person of military age liable to report for reserve service shall b deemed to be in service from the time prescribed by order or by call-up under section 27(c) for his so reporting. If he fails to report without sufficient excuse, h shall be deemed to have left the service without permission at such time.</p>
<p><i>Power to exempt from or defer service</i></p>	<p>36. The Minister of Defence may, by order, if he sees fit to do so for reasons connected with the size of the regular forces or reserve forces of the Israel Defence Forces or for reasons connected with the requirements of education, security settlement or the national economy or for family or other reasons</p> <p>(1) exempt a person of military age from the duty of regular service or reduce the period of his service;</p> <p>(2) exempt a person of military age from the duty of reserve service for a specific period or absolutely;</p> <p>(3) on the application of a person of military age or a person designated for defence service other than a person of military age, defer by order, for a period prescribed therein, the date of reporting prescribed for that person, under this Law or regulations thereunder, for registration, medical examination, defence service or, if he has already began to serve in defence service, the continuance thereof.</p>

<p><i>Conditions of deferment of service</i></p>	<p>37. (a) Deferment of service under section 36(3) may be conditional or unconditional. Where deferment is conditional, the person to whom the deferment order applies shall fulfill the condition, and if owing to a change in circumstances he is no longer able to fulfill it he shall, within seven days from the day on which the change occurred, report to the calling-up officer or a person empowered by him in that behalf and notify him of the circumstances because of which he is no longer able to fulfill the condition. (b) The calling-up officer or a person empowered by him in that behalf shall give the person to whom the deferment order applies, on his request, a certificate attesting to his reporting as aforesaid, and so long as the order has not been revoked the certificate shall serve as justification for the non-fulfillment of the condition.</p>
<p><i>Revocation of order of exemption from or deferment of service</i></p>	<p>38. (a) Where the Minister of Defence has made an order under section 36, he may revoke it if - (1) he has been asked in writing to do so by the person to whom the order applies or</p> <p>(2) the order was made owing to an error, in a material particular, of the person who was empowered to make it or</p> <p>(3) the reasons for which the order was made no longer exist or</p> <p>(4) any of the conditions prescribed by a deferment order under section 37(a) has not been fulfilled.</p> <p>(b) Revocation under subsection (a) shall be by order.</p> <p>(c) The Minister of Defence shall not exercise his power under subsection (a)(2) to (4) before he has given the person to whom the order applies an opportunity to contest its revocation.</p> <p>(d) Upon the expiration of the period of deferment granted under section 36(3), the person to whom the deferment order applies shall report for registration, medical examination, defence service or, if he had already begun to, serve, the continuance of service. If the order is revoked by virtue of subsection (a), he shall report for the fulfilment of his duty at the date prescribed</p>

	<p>in the notice of revocation or, if no time is so prescribed, within fourteen days from the day on which the revocation order comes to his knowledge.</p>
<p><i>Statutory exemption from service</i></p>	<p>39. (a) The following persons shall be exempt from the duty of defence service -</p> <p>(1) the mother of a child;</p> <p>(2) a pregnant woman.</p> <p>(b) A married woman shall be exempt from the duty of regular service.</p> <p>(c) A female person of military age who has proved, in such manner and to such authority as shall be prescribed by regulations, that reasons of conscience or reasons connected with her family's religious way of life prevent her from serving in defence service shall be exempt from the duty of that service.</p> <p>(d) A female person of military age who considers herself aggrieved by decision of an authority as referred to in subsection (c) may, on such conditions and in such manner as shall be prescribed by regulations, object thereto before an objection committee appointed by the Minister of Defence.</p> <p>(e) The objection committee shall not be bound by rules of procedure or rules of evidence but shall act as it deems most expedient for the clarification of the questions to be decided by it.</p>
<p><i>Exemption for reasons of religious conviction</i></p>	<p>40. A female person designated for defence service who declares in writing under section 15 of the Evidence Ordinance (New Version), 5731-1971[13], before a judge (shofet, i.e. a judge of a civil court - Tr.) or a judge of a rabbinical court (dayan)(1) that reasons of religious conviction prevent her from serving in defence service and</p> <p>(2) that she observes the dietary laws at home and away from home and</p> <p>(3) that she does not ride on the Sabbath</p>

	<p>shall be exempt from defence service after delivering the affidavit, in the manner and at the time prescribed by regulations, to a calling-up office empowered in that behalf.</p>
<p><i>Voidance of exemption under section 40</i></p>	<p>41. (a) Where a person designated for defence service is convicted by final judgment of a (civil) court of an offence under section 46 or of an offence under section 293 of the Penal Law, 5737-1977[14] , in respect of an affidavit under section 40, the exemption under section 40 shall be void ab initio.</p> <p>(b) The time elapsed from the date of the exemption until the date of the conviction referred to in subsection (a) shall not be included in computing the periods referred to in section 20.</p>
<p><i>Reconsideration</i></p>	<p>42. (a) Where a calling-up officer has reasonable grounds for believing that an exemption, a deferment, or any determination of unfitness, in respect of a particular person was the result of the giving of false information or other fraudulent or misleading acts, whether by that person or by another, he may direct that the matter be reconsidered by the person competent in the case in question.</p> <p>(b) The person who reconsiders the matter shall give the person concerned an opportunity to be heard, and if he is satisfied that the exemption or deferment or determination of unfitness was the result of the giving of such information, or of such acts, as aforesaid, he may cancel it on the evidence before him.</p> <p>(c) For the purpose of the fulfillment of a duty under this Law, a cancellation decision upon reconsideration shall have retroactive effect as from the day on which the exemption of deferment was granted or the determination of unfitness made, and the person concerned shall comply with the provisions of this Law and of any order, direction or other regulation thereunder as if the exemption or deferment had not been granted, or the determination of unfitness not been made, as the case may be; the calculation of the periods referred to in section 20 shall not include the time elapsed from the grant of the exemption or deferment, or from the making of the determination, as the case may be, until the</p>

	<p>cancellation thereof.</p> <p>(d) The provisions of this section shall, not derogate from the criminal responsibility of any person, or from any powers, under this Law or any other law.</p> <p>(e) The provisions of this section shall not apply to an exemption under section 40.</p>
<p><i>Going Abroad</i></p>	<p>43. (a) A person designated for defence service and a person of military age who belongs to the regular forces of the Israel Defence Forces shall not go abroad save under a permit from the Minister of Defence.</p> <p>(b) A person of military age the continuance of whose regular service has been deferred for any reason shall not go abroad during the period of deferment save under a permit from the Minister of Defence.</p> <p>(c) A permit under this section, may be unconditional or subject to conditions, including a condition relating to the holder's stay abroad. If the permit is subject to conditions, the holder shall fulfil the conditions, and if owing to a change in circumstances he is no longer able to fulfil one of them he shall, within thirty days from the day on which the change occurred give such person as the Minister of Defence has directed written notification of the circumstances because of which he is no longer able to fulfil the condition.</p> <p>(d) A person to whom notification has been given under subsection (c) shall give to the holder of the permit, at his request, a certificate attesting to the giving of notification, and so long as the permit has not been cancelled, or the holder ordered to return to Israel under this section, the certificate shall serve as justification or a non-fulfillment of the condition.</p> <p>(e) Where any of the conditions of the permit is not fulfilled, the Minister of Defence may revoke the permit, and if the condition is not fulfilled after the holder of the permit has gone abroad, the Minister may direct him, by order, to return to Israel within the time prescribed in the order, and the holder of a permit who has been ordered as aforesaid shall return to Israel not later than the time</p>

	<p>prescribed in the order.</p> <p>(f) The Minister of Defence shall not exercise his power under subsection (e) before he has given the holder of the permit an opportunity to state his case to him.</p>
<p><i>Demand for information</i></p>	<p>44. (a) The Minister of Defence may, by regulations, require persons of classes designated therein to supply a calling-up officer, upon his demand, with particulars prescribed by regulations, as far as such particulars are known to them, concerning a person designated for defence service or a person of military age who has been found fit for service or concerning of class of persons as aforesaid.</p> <p>(b) A demand under subsection (a) for medical particulars shall only be addressed to an authorized physician, shall only relate to particulars necessary for determining fitness for service and shall only require the supply of particulars to a calling-up officer who is a soldier, within the meaning of the Military Justice Law, 5715-1955[15], and an authorized physician.</p> <p>(c) The supply of particulars concerning a mental illness shall only be required under this section if the illness has been designated by regulations made by the Minister of Defence in consultation with the Minister of Health.</p> <p>(d) A person whom any information concerning an illness reaches under this section shall keep it secret and shall only disclose it to the extent necessary for the implementation of this Law and the regulations made thereunder or if authorized to do so by a court (beit mishpat, i.e. ordinary court - Tr.) or by virtue of the duty to answer questions put to him by a person competent to conduct examination as to the commission of offences.</p> <p>(e) Section 28 of the Treatment of Mentally Sick Persons Law, 5715-1955 [16] shall not apply to a person required to supply information under subsection (a).</p>
<p>Chapter Six: Offences and Procedure</p>	
<p><i>Penalties</i></p>	<p>46. (a) A person who - (1) fails to fulfil a duty imposed on him by or under this Law or</p> <p>(2) knowingly supplies to an authority acting under this</p>

	<p>Law false information as to a particular which he is bound to supply thereunder or</p> <p>(3) by knowingly supplying to an authority acting under this Law false information as to a material particular, obtains an order of exemption from service, or of deferment of service, under section 36, or an exemption under section 40, an exit permit under section 43 or any other relaxation under this Law or</p> <p>(4) commits an offence under section 43 shall be liable to imprisonment for a term of two years.</p> <p>(b) A person who</p> <p>(1) does one of the things specified in subsection (a) with intent to evade defence service or</p> <p>(2) injures or maims, or allows another person to injure or maim, his body with intent thereby to impair his medical fitness for defence service shall be liable to imprisonment for five years.</p> <p>Offence 47. The courts in Israel shall be competent to try a committed abroad person who while abroad commits an offence under section 46.</p>
<p><i>Onus of proof</i></p>	<p>48. In a criminal proceeding for non-fulfillment of a duty of reporting under this Law -</p> <p>(1) the accused shall have to prove that at the time set for reporting he was not a permanent resident or was not of an age at which he was bound to fulfil the said duty: provided that the court may, if it deems it necessary so to do in the interest of justice, impose the onus of proof in the said matters upon the prosecutor;</p> <p>(2) subject to the provisions of paragraph (1) - the prosecutor need prove only that the accused was under that duty, and upon his having proved this, the accused shall have to prove that he fulfilled that duty.</p>
<p><i>Order not to expire until compiled with</i></p>	<p>49. Where an order has been issued under this Law requiring a person to fulfil some duty at a time prescribed in such order and such person has not fulfilled such order at such time, the order shall remain in force, in respect of</p>

	such person, until he has fulfilled the duty. This provision shall not affect the criminal liability of a person for failure to fulfil a duty at a time prescribed in an order, and his conviction for failure to fulfil a duty imposed on him shall not relieve him from such duty.
Chapter Seven: Implementation Procedure	
<i>Calling-up officers</i>	<p>50. (a) The Minister of Defence may appoint calling-up officers for the purposes of this Law.</p> <p>(b) The appointment of a calling-up officer may be general or restricted.</p> <p>(c) Notice of the appointment of a calling-up officer shall be published in Reshumot</p>
<i>Medical Boards</i>	<p>51. The mode of constitution and rules of procedure of a medical board and a higher medical board shall be prescribed by regulations.</p> <p>Auxiliary Powers 52. (a) A calling-up officer may, by certificate under his hand, certify that a particular person is required to fulfil a duty under this Law and that he has not fulfilled it at the time required for its fulfillment. Every police officer in possession of such a certificate may arrest that person and keep him under arrest until he is brought to another place designated for his reporting and until he fulfills the duty imposed on him: Provided that the period of arrest under this section shall not exceed forty-eight hours.</p> <p>(b) For the purposes of section 28(b) of the Commissions of Inquiry Law, 5729-19691, a calling-up officer, a medical board and a higher medical board, an authority designated under section 39(c), an objection committee appointed under section 39(d) and an advisory committee under section 53 shall, in addition to their other powers by or under this Law, have every power to collect evidence for the purpose of exercising their powers.</p>
<i>Advisory Committees</i>	53. The Minister of Defence may appoint advisory committees the purpose of implementing this Law.
<i>Delegation of Powers</i>	54. (a) The Minister of Defence may delegate to another person all or part of the power vested in him by this Law, with the exception of:-

	<p>(1) the power to make regulations;</p> <p>(2) the power to appoint calling-up officers under section 50;</p> <p>(3) the power to make orders under section 34(a)(1);</p> <p>(4) the power to appoint advisory committees under section 53.</p> <p>(b) Notice of any delegation of powers under this section shall be published in Reshumot.</p>
<p><i>Provision as to orders</i></p>	<p>55. (a) An order under section 14, 24, 36, 39 or 43(e) may be personal or to a particular class of persons; any other order under this Law may be general or to a particular class of persons or personal; personal orders under section 38(a)(2), (3) or (4) or 43(e) and a direction under section 42 shall be reasoned; provided that it shall not be necessary to assign reasons where the security of the State requires that the reasons for the order not be disclosed.</p> <p>(b) An order under this Law need not be published in Reshumot.</p> <p>(c) An order shall be binding upon the person to whom it applies from the time at which it comes to his knowledge.</p> <p>I Sefer Ha-Chukkim of 5729, p. 28; LSI vol. 23, p. 32</p> <p>(d) An order published in Reshumot shall be deemed to have come to the knowledge of the person to whom it applies at noon on the day following the day of its publication.</p> <p>(e) An order which has not been published in Reshumot shall be deemed to have come to the knowledge of the person to whom it applies</p> <p>(1) if delivered to that person or to a member of his family living with him and not under eighteen years of age - at the time of delivery;</p>

	<p>(2) if sent by registered post to such person at the address of his permanent place of residence - upon the expiration of seventy-two hours from the time at which it was delivered to the post office for dispatch;</p> <p>(3) if published by radio or television or on the notice-boards of a local authority - upon the expiration of four hours from the time publication;</p> <p>(4) if published in at least two daily newspapers - upon the expiration of four hours from the time of the distribution of the papers, at the place where that person is.</p> <p>(f) An order delivered or sent to the person to whom it applies, or published, in the manner specified in subsection (e) shall be deemed to have come to the knowledge of that person at the time mentioned in that subsection even though it may subsequently have been published in Reshumot.</p>
<i>Filing of applications</i>	56. The Minister of Defence may, by regulations, prescribe a time for the filing of applications under this Law, the mode of filing thereof and other similar particulars.
<i>Implementations and regulations</i>	57. The Minister of Defence is charged with the implementation of this Law and may make regulations as to any matter relating to its implementation, including regulations as to the implementation of this Law in respect of a person designated for defence service, or a person of military age not designated for defence service, who is staying abroad.
SCHEDULE (Section 2(3))	
<i>Definition</i>	<p>1. In this Schedule</p> <p>"personal document" means a birth certificate, a passport, a travel document, an identity certificate and the like, and any document in which a public servant, in the exercise of his functions, has recorded the age of a person; "public servant" has the same meaning as in the Penal Law, 5737-1977.</p>
<i>Order to produce evidence as to age</i>	2. (a) The date, if any, recorded in the Population Registry shall be regarded as a person's date of birth for

	<p>the purposes of this Law.</p> <p>(b) Where it appears to a calling-up officer that the entry in the Population Registry is not sufficiently clear or is incomplete or that the Population Registry contains no record of the date of birth of a particular person, and he has reasonable grounds for assuming that such person has been or is likely to be called upon for registration under section 3 of this Law, -he may order him, by personal order, to furnish a calling-up officer with evidence as to his age.</p>
<p><i>Powers of calling up officer for determination of age</i></p>	<p>3. (a) A calling-up officer may determine a person's age under this Law according to evidence produced to him as provided in section 2(b). Where no evidence has been produced as aforesaid or the calling-up officer is not satisfied as to the correctness of the evidence or finds that a person's date of birth is different from the date recorded in the Population Registry, the calling-up officer may apply for a declaration of age under the Determination of Age Law, 5724-1963[19].</p> <p>(b) Where the entry concerning a person in the Population Registry does not indicate the month in which he was born, or where a person, being ordered under this Law to produce evidence as to his age, does not to the satisfaction of the calling-up officer prove the month in which he was born, the calling-up officer shall direct, in writing, that he be deemed to have been born in the first month of the year in which he was born.</p> <p>(c) Where the entry concerning a person in the Population Registry does not indicate the day of the month on which he was born, or where a person, being ordered under this Law to produce evidence as to his age, does not to the satisfaction of the calling-up officer prove the day on which he was born, the calling-up officer shall direct, in writing, that he be deemed to have been born on the first day of the month in which he was born.</p> <p>(d) Where a range of ages has been determined for a person under the Determination of Age Law, 5724-1963 [20], the calling up officer may direct, in writing, that he be deemed to have been born in the middle of the period of the range of ages.</p>

	<p>(e) A calling-up officer may, whenever he has reason to assume that a person has been or is likely to be called up for registration, under section 3 of this Law, order him, by personal order, to request to a medical board, at the time prescribed by him or the medical board, for the purpose of determining his age in the light of his physical, intellectual and Psychical development, and that person shall report to the medical board at the said time and place and be questioned by it and undergo any such medical or other examination as the board may deem necessary for the purpose of determining his age.</p> <p>(f) For the purposes of this section, "year" and "month" mean the year and month of the calendar used in proving the person's year of birth.</p>
<p><i>Change of determination of age on application</i></p>	<p>4. Where a person's age has been determined, or the determination changed, under the Determination of Age Law, 5724-1963, the calling-up officer may, if he had not been summoned to attend the hearing of the application under section 7 of that Law, apply to the Magistrate's Court to change the determination; he may do so even if he is not in possession of evidence additional to that which was before the court. At the hearing of this application, the calling-up officer may examine that person and witnesses who testified at the hearing of an earlier application for a determination of his age or for a change of such a determination.</p>
<p><i>Contradiction between personal documents and statements to public servant</i></p>	<p>5. Where a particular person, or a person having charge of a particular person, makes to a public servant acting in the exercise of his functions, a statement as to the age of such particular person, and such statement is inconsistent with the entries in the personal documents of such person, a calling officer may, after giving the person concerned an opportunity to be heard, and being satisfied that the statement was not made for the purpose of evading defence service and that there is no other reasonable ground for rejecting the statement, direct in writing that the statement shall be regarded as correct for the purposes of this Law.</p>
<p><i>Saving of powers of court</i></p>	<p>6. The provisions of this Schedule shall not derogate from the powers of the court under any other law.</p>
<p><i>Delivery of notices</i></p>	<p>7. Every direction under this Schedule shall be brought by the calling-up officer to the knowledge of the person</p>

concerned in a manner in which an order may be brought to the knowledge of a person under section 55(e) of this Law. The text of this Consolidated Version was determined by the Constitution, Legislation and Justice Committee of the Knesset on the 10th Shevat, 5746 (20th January, 1986) under section 16 of the Law and Administration Ordinance, 5708-1948. It was published in Sefer HaChukim No. 1170 of the 20th Shevat, 5746 (30th January, 1986), P. 107

References

Sefer Ha-Chukkim of 5719, p. 286 - LSI vol. XIII, P. 328; Sefer Ha-Chukkim of 572 1, p. 140 - LSI vol. XV, p. 150; Sefer Ha-Chukkim of 5723, p. 128 - LSI vol. XVII, p. 151 Sefer Ha-Chukkim of 5724, pp. 10 and 169 - LSI vol. XVIII, pp. 9 and 166; Sefer Ha-Chukkim of 5727, p. 113 - LSI vol. XXI, p. 112; Sefer Ha-Chukkim of 5730, p. 150 - LSI vol. XXIV, p. 158; Sefer Ha-Chukkim of 5731, p. 148 - LSI vol. XXV, p. 140; Sefer Ha-Chukkim of 5733, p. 201 - LSI vol. XXVII, p. 220; Sefer Ha-Chukkim of 5734, pp. 70 and 129 - LSI vol. XXVIII, pp. 72 and 138; Sefer Ha-Chukkim of 5735, p. 48 - LSI vol. XXIX, p. 96; Sefer Ha-Chukkim of 5736, p. 270 - LSI vol. XXX, p. 265; Sefer Ha-Chukkim of 5738, p. 176 - LSI vol. XXXII, p. 221; Sefer Ha-Chukkim of 5741 ,p. 26 - LSI vol. XXXV, p. 23; Sefer Ha-Chukkim of 5744, p. 84 - LSI vol. XXXVIII, p. 111 Sefer Ha-Chukkim of 5745, p. 12 - LSI vol. XXXIX, p. 15.

1. Sefer Ha-Chukkim of 5719, p. 286; LSI vol. XIII, p. 328.
2. Sefer Ha-Chukkim of 5710, p.162; LSI vol. IV, p. 115.
3. Sefer Ha-Chukkim of 5709, p. 13; LSI vol. III, p. 110.
4. Dinei Medinat Yisrael (Nusach Chadash) No. 30, p. 594; NV vo. 111, p. 80
5. Dinei Medinat Yisrael (Nusach Chadash) No. 32, p. 614; NV vol. 111, p. 101.
6. Dinei Medinat Yisrael (Nusach Chadash) No. 7, p. 390; NV vol. 11, p. 158.
7. Approximately: second lieutenant.
8. Dinei Medinat Yisrael (Nusach Chadash) No. 17, p. 390; Laws of the State of Israel, New Version No. 2, p. 158.
9. Approximately: lieutenant.

	<p>10. Approximately: corporal.</p> <p>11. Approximately: general.</p> <p>12. Sefer Ha-Chukkim of 5711, p.78; LSI vol. V, p.71.</p> <p>13. Dinei Medinat Yisrael (Nusach Chadash) No. 18, p. 421; NV vol. 11, p. 198,</p> <p>14. Sefer Ha-Chukkim of 5737, p. 226 - LSI Special Volume: Penal Law, 5737-1977</p> <p>15. Sefer Ha-Chukkim of 5715, p. 17 1; LSI vol. IX, p. 184</p> <p>16. Sefer Ha-Chukkim of 5715, p. 121; LSI vol. IX, p. 132.</p> <p>17. Sefer Ha-Chukkiin No. III of 345; LSI vol. VI, p. 159.</p> <p>18. Sefer Ka-Chukkim of 5729, p. 28; LSI vol. 23, p. 32.</p> <p>19. Sefer Ha-Chukkiin of 5729, p. 28; LS[vol. 23, p. 32.</p> <p>20. Sefer HaChukkim of 5724, p. 7; LSI vol. XVIII, p. 7.</p>

Fonte: http://www.mfa.gov.il/MFA/MFAArchive/1980_1989/Defence+Service+Law+-Consolidated+Version--+5746-1.htm, consultado em 25 de Março de 2012,17:20.

Documento 9:

DEFENCE SERVICE (AMENDMENT NO. 2) LAW 5747-1987

29 JUN 1987

Replacement of section 21

1. Section 21 of the Defence Service Law (consolidated version) 5746-1986, (hereinafter referred to as “the principal law”) shall be replaced by the following section:

“Duty of agricultural training” 21. (a) The Minister of Defence may, with the approval of the Foreign Affairs and Security Committee of the kneset, prescribe by regulations that a period not exceeding the first twelve months of the regular service of a person of military age shall, after basic militay training, be devoted to agricultural or some other pioneer (chalutzi) training.

(b)In regulations as aforesaid, the Minister of Defence may also prescribe the branches of the economy, training in which shall be regarde as agricultural or other pioneer training, as well as the rules and regime to be applied in training as aforesaid”.

Amendment of section 22

2. In section 22 (c) of the principal law, the expression “section 21 (d)” shall be replaced by the expression “section 21”.

Commencement

3. This law shall have effect form the 1st Tishrei, 57 (16th September, 1985) and for this purpose, the provisions of section 16 of the Defence Service Law (consolidated version), 5719-1959 shall be deemed replaced by the provisions of section 21 of the principal law, as enacted by this law.

Chaim Herzog

President of the State

Yitzchak Shamir

Prime Minister

Fonte: <http://www.israellawresourcecenter.org/israellaws/israellawamendm.htm>, consultado em 18 de Janeiro de 2012, 20:00.

DOCUMENTO 10:

DISCHARGED SOLDIERS (ADJUSTMENT GRANT) LAW 5748-1988

(passed by the Knesset 22 March 1988)

Entitlement.	<p>1. Every soldier discharged from regular service under the Defense Service Law [Consolidated Version] 5746-1986⁽¹⁾, for a period of more than six consecutive months, shall be entitled to a grant under this Law from the State: for this purpose regular service shall be considered as any service under terms of payment which are not those of permanent service, and the completion of service as stated shall be considered as discharge; for the purpose of this Law, a period which under section 18 of the said Law is not deemed as one in which the soldier has carried out his duties of regular service shall not be taken into account in calculation of his service, however, it shall not be seen as interrupting the consecutivity of his service.</p>
Amount	<p>2. The grant shall be paid in three equal sums of 900 New Shekels each -</p> <ul style="list-style-type: none"> • (1) On 1st October following the discharge; • (2) On 1st October of the next year; • (3) On 1st October of the next year: <p>provided that a soldier who served less than three years shall be entitled to one third of each of the installments of the grant for each period of a year which he served, and for this purpose a single period of six months or more shall be rounded off upwards.</p>
Linkage	<p>3. Each sum of the grant payable in accordance with section 2 shall be changed in accordance with the change of the Consumer Price Index from the index published by the Central Bureau for Statistics for the month of February 1988 to the index last published prior to the payment of that sum.</p>
Saving of Laws	<p>4. The grant under this Law shall be in addition to any other grant payable to a discharged soldier under the Law or under military orders.</p>
Implementation and Regulations	<p>5. The Minister of Finance is charged with the implementation of this Law and may make regulations in respect of any matter relating to its implementation.</p>
Application	<p>6. This Law shall apply to any person discharged after 13th Nissan 5748 (31st March 1988).</p>
Publication	<p>7. This Law shall be published in Reshumot within thirty days of the day it is passed.</p>

	<p>Chaim Herzog President of State</p> <p>Yitzchak Shamir Prime Minister</p> <p>Gideon Patt Minister of Science and Development Acting Minister of Finance</p>
	<p>* Passed by the Knesset on 4th Nisan 5748 (22rd March 1988) and published in <i>Sefer Ha-Chukkim</i> No. 1249 of 3rd lyar 5748 (20th April 1988) p. 80; the Bill and an Explanatory Note were published in <i>Hatza'ot Chok</i> 5747, p. 320; section 6 was replaced by section 9 of the Budget Law for fiscal Year 1988, 5748-1988.</p> <p>⁽¹⁾ <i>Sefer Ha-Chukkim</i> 5746, p. 107; <i>L.S.I.</i> vol. 40, p. 112.</p>

Fonte: <http://www.geocities.com/savepalestinenow/israellaws/fulltext/dischargedsoldiersadjlaw.htm>,
 consultado em 25 de Março de 2012, 17:20.

ANEXO 10:

DOCTRINA²⁸⁶:

A missão das FDI consiste em:

Defender a existência, a integridade territorial e a soberania do Estado de Israel. Para proteger os habitantes de Israel e combater todas as formas de terrorismo, que ameaçam a vida quotidiana.

O espírito das FDI:

As FDI são o estado da força militar de Israel. As FDI, estão subordinadas às orientações das autoridades democráticas civis e às leis do Estado.

O objectivo das FDI, é proteger a existência do Estado de Israel e a sua independência e para impedir o inimigo de todos os esforços, que perturbem o percurso normal do quotidiano em Israel. Os soldados das FDI são obrigados a lutar, para dedicar toda a sua força e até sacrificar as suas vidas para proteger o Estado de Israel, os seus cidadãos e residentes. Os seus soldados funcionam de acordo com os valores e ordens das FDI, ao aderirem às leis do Estado e às normas de dignidade humana e honrar os valores do Estado de Israel, como um Estado judeu e democrático.

Definição e Origens:

O espírito das FDI é o espelho dos seus valores, que devem assentar na fundação de todas as actividades de cada soldado israelita, em serviço ou na reserva. As directrizes da operação daí decorrente, são o código de ética das FDI. Será aplicado pelos seus soldados, os seus funcionários, as suas unidades e os corpos de soldados, para moldar o seu modo de acção.

Podemos constatar que, o espírito das FDI se baseia em quatro fontes. A saber:

- 1) A tradição das FDI e do seu património militar;
- 2) A tradição do Estado de Israel, os seus princípios democráticos, leis e instituições;
- 3) A tradição do povo judeu ao longo da sua história;
- 4) Os valores morais universais, com base no valor e dignidade da vida humana.

²⁸⁶ <http://www.idf.il>, consultado em 20 de Setembro de 2011,18:00.

Visão e Valores:

Carta da Mossad:

“Nós, que servimos na Mossad; compartilhamos a crença de que o serviço da Mossad é uma vocação nacional. O nosso serviço reflecte a identificação com os valores da nação e do Estado e com a missão da Mossad. Defendemos os valores da justiça, integridade, moralidade, humildade, responsabilidade pessoal, confiabilidade, disciplina e discrição. Nós mostraremos dedicação por excelência e determinação para as tarefas. Nós encorajamos a iniciativa, a desenvoltura, a criatividade e ousadia e estamos abertos a opiniões diferentes à crítica. Aqueles que servem a Mossad, são a fonte da sua força e a Mossad esforça-se para cultivá-las e desenvolver habilidades e espírito de equipa. A liderança da Mossad é dedicada a liderar e motivar, aceitar responsabilidade em pleno comando e implementá-lo de forma construtiva, dando apoio a delegação de autoridade e serviço, como um modelo e uma inspiração.”²⁸⁷

Valores essenciais:

- 1) Defesa do Estado, dos seus cidadãos e dos seus residentes - O objectivo das FDI consiste em defender a existência do Estado de Israel, a sua independência e a segurança dos cidadãos e residentes do estado;
- 2) O amor à Pátria e lealdade ao país - No núcleo de serviço nas FDI suportar o amor da pátria e do compromisso e devoção ao Estado de Israel, um Estado democrático que serve como um lar nacional para o povo judeu e os cidadãos e residentes;
- 3) Dignidade humana - As FDI e os seus soldados, são obrigados a proteger a dignidade humana. Todo o ser humano é de valor, independentemente da sua origem, religião, nacionalidade, sexo, status ou posição.

²⁸⁷ Idem.

Valores:

1) Tenacidade de propósito na execução de missões e unidade para a vitória – As FDI vão lutar com coragem diante de todos os perigos e obstáculos, pois eles vão perseverar nas suas missões, chegando a ser posta em perigo as suas vidas.

2) Responsabilidade – Os militares das FDI apresentam-se como que participantes activos na defesa do Estado, dos seus cidadãos e residentes. Eles vão desempenhar as suas funções em todos os momentos com a participação, iniciativa e diligência e com senso comum e no âmbito da sua autoridade, enquanto preparados para assumir a responsabilidade pela sua conduta.

3) Credibilidade - devem apresentar objectiva, completa e precisamente o planeamento, execução e elaboração de relatórios. Eles vão agir de tal maneira, que os seus superiores podem contar com eles no desempenho das suas tarefas.

4) Exemplo pessoal - comportam-se como é exigido deles e exigem a si próprios o que exigem dos outros, o reconhecimento da sua capacidade e responsabilidade dentro das Forças Armadas.

5) A vida humana - agem de forma criteriosa e segura em tudo o que eles desempenhem, o reconhecimento do valor supremo da vida humana. Durante o combate, que vai colocar em risco a si mesmos e aos seus companheiros, apenas na medida necessária para realizar a sua missão.

Pureza de Armas – As FDI vão utilizar as armas e a força com o propósito da sua missão, apenas na medida necessária, e manterão a sua humanidade mesmo durante o combate. Os soldados das FDI não vão utilizar as armas e força para prejudicar os seres humanos, que não são combatentes ou prisioneiros de guerra, e farão tudo ao seu alcance para evitar causar danos às suas vidas, corpos, dignidade e propriedade.

Profissionalismo - irão adquirir os conhecimentos profissionais e as habilidades necessárias para executar as suas tarefas e implementá-las, enquanto se esforçam continuamente para aperfeiçoar as suas conquistas pessoais e colectivas.

Disciplina - esforçam-se para o melhor da sua capacidade de concluir com sucesso total tudo o que é exigido deles, de acordo com as ordens e o seu espírito. São meticolosos em dar apenas ordens legais, e devem abster-se de obedecer a ordens ilegais.

Camaradagem - actuarão fora da fraternidade e devoção aos seus camaradas, e irão sempre em seu auxílio quando precisam da sua ajuda ou dependem deles, a respeito de qualquer perigo ou dificuldade, até mesmo ao ponto de arriscar as suas vidas.

Senso de Missão - encaram o seu serviço nas FDI como uma missão; eles estarão prontos a dar tudo para defender o Estado, os seus cidadãos e residentes. Isto é devido ao facto de que eles, por serem representantes das FDI, agem com base e no âmbito da autoridade, atribuída aos mesmos de acordo com ordens das FDI.

Doutrina principal:

Consideramos os seguintes pontos básicos:

- Israel não se pode dar ao luxo de perder uma única guerra;
- É defensiva no nível estratégico, sem nenhuma ambição territorial;
- Há um desejo de evitar a guerra por meios políticos e uma postura de dissuasão credível;
- Prevenção de escalada;
- Determina o resultado da guerra rápida e decisiva;
- Luta contra o terrorismo;
- Relação de acidentes muito reduzido.

Preparação para a Defesa:

- Um pequeno exército permanente com uma capacidade de alerta precoce, a força aérea e marinha regulares;
- Um eficiente sistema de reserva de mobilização e de transporte;

- Transferir a batalha para o território inimigo rapidamente;
- e obtenção rápida de objectivos de guerra.

Termos do Serviço das FDI²⁸⁸:

Consideramos três tipos de serviço:

1) O Serviço militar obrigatório: Todos os Homens e Mulheres com a idade de 18 anos são recrutados. Homens servem durante três anos; as Mulheres servem durante vinte e um meses. A título excepcional destacam-se: os estudantes qualificados, que podem adiar o serviço militar, desde que frequentem instituições do ensino superior. Aos novos imigrantes, dispensados por períodos mais curtos, consoante a idade ou estado civil ao darem entrada no país.

2) O Serviço militar de reserva: Ao terminar o serviço militar obrigatório, é atribuído a cada soldado uma unidade de reserva. Os homens até aos 51 anos de idade, servem até 39 dias por ano, período que pode ser ampliado em épocas de emergência. A política recente tem sido de reduzir o fardo do serviço de reserva sempre que possível, e reservistas que serviram em unidades combatentes podem agora ser dispensados aos 45 anos.

3) O Serviço de carreira militar: Os denominados veteranos do serviço militar obrigatório, seguem como oficiais de carreira ou como sargentos. O serviço de carreira constitui o núcleo duro do comando e administração das FDI. Nos serviços de carreira incluem-se, oficiais graduados ou pilotos, escolas especiais ou escolas técnicas militares especiais e devem obrigatoriamente se comprometer a servir durante períodos de carreira.

Estrutura Organizacional²⁸⁹:

Sistemas primários

²⁸⁸ <http://www.mfa.gov.il/MFAPR/Facts%20About%20Israel/O%20ESTADO%20As%20Foras%20de%20De%20de%20Israel%20-FDI->, consultado em 2 de Maio de 2012, 18:00.

²⁸⁹ <http://www.mfa.gov.il/MFA/Facts+About+Israel/State/THE+STATE+-+Israel+Defense+Forces+-IDF-.htm>, consultado em 20 de Setembro de 2011, 19:00.

Subordinado ao Chefe de Gabinete e ao Estado-Maior General (no seu papel como o quartel-general supremo das FDI) e as FDI estão organizadas, de acordo com dois sistemas funcionais e organizacionais:

1) Funcional: O Sistema Operacional - para a activação força.

2) Organizacional: Profissional / Institucional do Sistema.

O sistema deve preencher dois papéis: o de comandante de uma força operacional e do comandante de um corpo profissional.

São exemplos de sistemas, os seguintes:

- Força Aérea;
- Marinha;
- Comando de frente;
- Funções de um Sistema Operacional;
- Comandante das forças operacionais em tempo de guerra, bem como durante os períodos de acalmia em todas as suas formas (incluindo as operações de segurança de rotina);
- Melhorar a preparação e prontidão das forças operacionais;
- Elaboração de planeamento operacional (incluindo a definição de requisitos e elementos básicos para a acção e para a activação de forças);
- Implementação de formação profissional no âmbito das forças operacionais;
- A definição dos requisitos de todas as necessidades mencionadas acima, a partir de elementos no sistema profissional e da participação nas empresas do sistema profissional nas FDI;
- Função do Sistema Profissional / Institucional;
- Construção, formação e colocação de uma ordem de batalha nos serviços do sistema operacional, reforçando a ordem de batalha em caso de necessidade;
- Formular doutrinas de batalha, bem como técnicas e filosofias para a aplicação de forças e utilização de meios militares;

- Pesquisa, desenvolvimento, aquisição e armazenamento de equipamentos;
- Prestar apoio administrativo ao sistema operacional por construir e operar uma infra-estrutura militar estratégica e sectorial, instalações administrativas, todas com o objectivo de permitir o sistema operacional, para consagrar os seus recursos para atingir os seus objectivos únicos, sem privá-los da sua autoridade para definir as suas necessidades, os seus método de funcionamento, a sua utilização e a sua activação.

Comandos sectoriais:

Consiste num comando cujo reino da responsabilidade inclui um território fixo, que geograficamente serve de sede transformativa de um dos sectores operacionais das FDI. O comando é o escalão sénior operacional no alinhamento, subordinado terrestre operacional para o Estado-Maior Geral. O comando é acusado de assumir a responsabilidade para a preservação da segurança, para a preparação das forças e do sector em tempos de acalmia e durante situações de emergência, com o objectivo de alcançar os objectivos militares estratégicos da guerra. The Ground Comando de Forças é o órgão responsável para a força build-up do Comando Central, e as unidades subordinadas ao Comando Central.

Divisão:

O primeiro nível organizacional, cujas sub-unidades são eles próprios "formações" (brigadas). Uma formação que tem uma base fixa completa.

A estrutura organizacional ideal para extrair o máximo de activação de todos os alinhamentos e poder à disposição das forças no terreno, incluindo aquelas unidades manobráveis e todas as formas de combate e de assistência administrativa, na luta contra a tática em todas as suas formas.

- Independentemente, cumprir exigências da missão interorganizacionais;
- Fabricação e garantia da capacidade das unidades de campo, para:

- 1) Empregar métodos táticos de forma contínua, em todas as condições e para a maior duração na medida do necessário;
- 2) Envolver-se em batalhas terrestres, em conjunto com a Força Aérea.

O sistema militar, que constrói a sua força militar, em ordem a se preparar para as operações numa dimensão geográfica: terra, ar ou mar. Nas FDI, é costume rotular as estruturas organizacionais como serviços que constroem unidades e as formações aéreas e marítimas, bem como activar o ar e as forças de mar. O Estado-Maior é também terra de Comando das Forças nas FDI, no entanto a rede que se forma e unidades de suprimentos é separada do sistema operacional que activa dessas unidades.

O Corpo militar:

Um elemento secundário no serviço, cuja função é estabelecer, de abastecimento, e manter as unidades operacionais em uma das formações profissionais de terra, ar e as forças de mar. A cabeça do corpo militar é um oficial superior.

Funções do Corpo militar:

- Para representar uma autoridade no seu campo profissional.
- Desenvolver processos de combate exclusivo para o corpo, incluindo exercícios de treino e ordens de rotina para os soldados, e essas instruções para que eles se enraízem dentro do corpo militar.
- Formulação de regimes de treino para os soldados, bem como realizar, promover e alimentar a formação de pessoal.
- Gerir o pessoal sob seu comando, desenvolvimento e planeamento do curso do serviço e promoção na hierarquia.
- Lançamento de projectos de desenvolvimento de armas, instrumentos utilizados para auxiliar na guerra e as ferramentas utilizadas para a instrução; acompanhamento do desenvolvimento.
- Promover uma tradição de batalha, orgulho no corpo militar e tratar dos feridos.

- Aconselhamento profissional na sua área de especialidade.

Estado Maior General:

- De acordo com uma decisão do Governo, com a sua aprovação e, para implementar as suas decisões, para definir os objectivos militares estratégicos de guerra, em termos de necessários ganhos militares, para estabelecer o modo de operação das FDI para o objectivo de atingir as metas e para extrair destes objectivos missões específicas para os comandos sectoriais e serviços a executar.

- Para determinar o método de luta (luta de defesa, ataque em larga escala, a punição, coacção, agressão estratégica), bem como para determinar a ordem da localização dos recursos em terra, no ar e no mar.

- Para determinar e desenhar os limites sectoriais dos principais comandos.

- Para preparar e divulgar todos os planos e ordens operacionais emitidas pelo Estado-Maior General, ou qualquer um do ranking de um oficial de Estado Maior General.

- Para gerir as manobras no princípio da guerra por meio dos Comandos, os Serviços, e restantes órgãos operacionais do Estado-Maior General, bem como coordenar e preservar a supervisão sobre eles, proporcionando assistência máxima.

- Para planear, preparar e gerir as operações conjuntas e específicas executadas além dos limites sectoriais dos Comandos sectoriais.

- Para planear e gerir a campanha de relações públicas das FDI, de acordo com a instrução contínua do Chefe do Estado-Maior e ministro da Defesa, incluindo declarações e instruções sobre matérias da competência do Ministro da Defesa ou as FDI para o escalão de civis.

- Para verificar as realizações necessárias e prioridades para a força de construção, de acordo com as necessidades operacionais antecipadas e para decidir quais as necessidades das FDI que necessita de ajuda exterior, bem como da infra-estrutura nacional.

Vice-Chefe do Estado-Maior:

O vice-chefe do Estado-Maior serve como um chefe de pessoal do exército em todas as formas e funções.

- A missão primordial é coordenar as operações institucionais.

PROTAGONISTAS DA ORGANIZAÇÃO²⁹⁰:

Chefe do Estado Maior: Tenente-General Benny Gantz.

Vice-Chefe do Estado-Maior Geral: o Major-General Yair Naveh.

Comandante do Quartel do Exército FDI: o Major-General Sami Turgeman.

Director de Inteligência Militar: Major General Aviv Kochavi.

Chefe de Pessoal de Direcção: o Major-General Avi Zamir.

Chefe de Operações Direcção: Major-General Ya'akov Ayash.

Chefe da Direcção Política e Planos: o Major-General Amir Eshel.

Comandante da Air Israel Force: o Major-General Ido Nechushtan.

Comandante da Marinha Israel: Almirante Eliezer Marom.

GOC Northern Command: o Major-General Gadi Eizenkot.

GOC Central Command: Major-General Avi Mizrahi.

GOC Southern Command: Major-General Tal Russo.

GOC Homefront Comando: o Major-General Yair Golan.

Chefe da Direcção Tecnológica e Logística: o Major-General Dan Biton.

Comandante do Corpo do Norte e do Comandante dos Colégios Militares: Major-General Gershon Hacohen.

²⁹⁰ <http://dover.idf.il/IDF/English/about/staff/default.htm>, consultado em 20 de Setembro de 2011,20:00.

Coordenador das Atividades do Governo nos Territórios: o Major-General Eitan Dangot.

Presidente do Tribunal Militar de Apelações: Major-General Shai Yaniv.

Chefe de C4I: Major-General Ami Shafran.

Porta-voz da FDI: Brigadeiro General Avi Benayahu.

Director de Desenvolvimento de Infra-estrutura de Sistemas de Armas: Brigadeiro-General Shmuel Keren.

Defesa Controladoria Estabelecimento: Brigadeiro-General Yossi Beinhorn.

Militar advogado-geral: o Major-General Avichai Mendelblit.

Assessor Financeiro para o Chefe de Gabinete: Brigadeiro-General Maharan Prosenfer.

Comandante do Estado-Maior e comandante do Corpo de Treino e Cursos para o Ranking FDI Senior: Major-General Yishai Be'er.

DIRECTORES ANTERIORES:

Lt. Gen. Yaacov Dori (1947-49).

Lt. Gen. Yigal Yadin (1949-52).

Lt. Gen. Mordechai Maklef (1952-53).

Lt. Gen. Moshe Dayan (1953-58).

Lt. Gen. Chaim Laskov (1958-61).

Lt. Gen. Tzvi Tzur (1961-64).

Lt. Gen. Yitzhak Rabin (1964-68).

Lt. Gen. Chaim Bar Lev (1968-72).

-
- Lt. Gen. David Elazar (1972-74).
- Lt. Gen. Mordechai Gur (1974-78).
- Lt. Gen. Rafael Eitan (1978-83).
- Lt. Gen. Moshe Levi (1983-87).
- Lt. Gen. Dan Shomron (1987-91).
- Lt. Gen. Ehud Barak (1991-95).
- Lt. Gen. Amnon Lipkin-Shahak (1995-98).
- Lt. Gen. Shaul Mofaz (1998-2002).
- Lt. Gen. Moshe Ya'alon (2002-05).
- Lt. Gen. Dan Halutz (2005-07).
- Lt. Gen. Gabi Ashkenazi (2007-11).

A REVOLUÇÃO NOS ASSUNTOS MILITARES (RMA):

Segundo Cohen, Eisenstadt e Bacevich, as mutações internas no esqueleto das FDI e a sua ligação com a comunidade israelita, correspondem a uma revolução na Segurança Israelita, que tem vindo a conduzir à ruptura os alicerces sociais e militares da defesa israelita.²⁹¹ Temos assistido a uma reformulação e modernização das suas Forças Armadas, não descurando a hegemonia militar israelita. As tecnologias associadas à RMA,

²⁹¹ **PIELLA**, Guillem Colom, *Op. Cit*, nota 232, p. 78. **EISENENSTADT**, Michael and **BACEVICH**, Andrew: *Knives, Tanks, and Missiles: Israel's Security Revolution*, Washington Institute for Near East Policy, Washington D.C, 1998.

nomeadamente “Sistemas C4ISTAR, armamento inteligente e plataformas sofisticadas”²⁹², estão a permitir às Forças Armadas munirem-se de uma capacidade bélica impressionante, de modo a abater de forma precisa e efectiva qualquer alvo considerado inimigo.

Deste modo, constatamos as seguintes acções por parte das Forças Armadas:

- utilização de sistemas tecnológicos modernos em operações securitárias;
- utilização limitada de pessoal na reserva, e conseqüente abandono do serviço militar;
- reestruturação da força, com diminuição da mesma.

Analisando de perto esta realidade, é-nos possível afirmar que este sistema militar apresenta características peculiares, tais como: a renúncia do sistema militar universal, em simultâneo com a adopção de um sistema híbrido, que mantém o princípio da universalidade para homens e mulheres, ainda que estabelecendo diferentes métodos de recrutamento: recrutas com um serviço militar básico seguido por tarefas na reserva, voluntários com um período mais longo de serviço activo ou profissional de carreira. Tal conduz a um acréscimo na ligação da sociedade civil israelita e as suas respectivas Forças Armadas, aumentando demograficamente o país.

Israel “*americanizou* em grande medida a doutrina, organização, tática e tecnologia das FDI.”²⁹³ É bem patente uma distinção entre o campo civil e o campo militar, em virtude das FDI estarem numa “era posheroica.”²⁹⁴ Esta nova fase inicia o processo de modernização do papel das Forças Armadas e também da redesignação do conceito de Defesa Nacional, que passam a ter uma percepção negativa de situações de antiterrorismo, assassinatos e ocupação, para garantir a segurança em Israel diariamente. Contudo, transformam as directrizes das FDI como uma força convencional e destruindo o potencial operativo do seu Exército, ao distrair efectivos com propósitos de guerra irregular.

²⁹² **PIELLA**, Guillem Colom, *Op. Cit*, nota 232, p.78.

²⁹³ *Idem*.

²⁹⁴ *Idem*, *ibidem*. **LUTTWAK**, Edward, N: “A Post-Heroic Military Policy”, **Foreign Affairs**, volume 75, número 4, Julho-Agosto de 1996, pp. 33,44.

Constatamos ainda que na Guerra do Yom Kippur, temos estados não nucleares que se envolvem em guerras de alta intensidade com estados nucleares. Referem-se sobretudo à redução de probabilidades. Estas guerras demonstram a aplicação dos princípios da prudência, da última ratio e da credibilidade. Ao não ser posta em causa (mesmo na Guerra do Yom Kippur) a sobrevivência do Estado, as potências nucleares não se socorreram do argumento último, ou se o fizeram não mereceram credibilidade (recordemos algumas alusões de Nixon à ameaça nuclear).

Contudo, o Estado de Israel não ficará totalmente protegido por este Sistema de Defesa, e por isso o único processo para garantir a segurança estatal reside nas ligações externas com os Estados circundantes e contactar com forças de oposição, em ordem a modernizar o desenvolvimento de dissuasão e contra ataque. O programa nuclear de Israel é “a causa principal do lançamento pelos países vizinhos de programas clandestinos de armamento nuclear.”²⁹⁵ O grande paradoxo nesta medida mantém-se na questão da segurança de identidade, tendo de facto Israel uma poderosa força militar e óbvia superioridade e, simultaneamente, enfatiza a ameaça de segurança como parte de um discurso nacional, que implica acções e políticas, que normalmente não seriam apoiadas pela comunidade internacional.²⁹⁶

“O Estado de Israel encontra-se capacitado para criar um forte elemento dissuasor militar com a assistência directa da maioria da população, que se identificam com a necessidade de combater colectivamente as ameaças.”²⁹⁷ Assim, na medida em que o conceito e o entendimento de segurança são fundamentais, desempenham um papel importante na formação de identidades nacionais separadas.²⁹⁸

²⁹⁵ EMERY, Peter, *Op. Cit.*, nota 264, p. 3.

²⁹⁶ NEWMAN, David, “The Changing discourse of Israeli geopolitics” in **Geopolitical Traditions**, London, Routledge, 2000, p. 311.

²⁹⁷ Idem.

²⁹⁸ NEWMAN, David, *Op. Cit.*, nota 296, p. 314.

RESPOSTA ISRAEL:

Para Steinberg, “o poder israelita no Médio Oriente estava a diminuir a causa do impacto de um processo de paz incerto, o aumento da capacidade militar iraniana, a proliferação de armamento de destruição maciça e o gradual retorno às políticas de confrontação entre alguns países da região.”²⁹⁹

Actualmente, o Irão apresenta-se em expansão, o Líbano a deteriorar-se e o Hezbollah fortalecido, e Israel tendo como aliado os EUA, cujas ligações estratégicas são deveras importantes para a sua primazia no Médio Oriente, sobretudo pós 11 de Setembro (tendo na sua base, interesses estratégicos semelhantes), estabelecendo ligações *soft* com a Turquia e com a Jordânia, considerados os seus Estados circundantes.

Passamos deste modo a explicitar, as ligações dos diferentes Estados com Israel:

- 3) Israel-Turquia: sustentadas por uma aliança intacta, que lhes permite interesses estratégicos estabelecidos com os EUA;
- 4) Israel-Síria: visão semelhante, quanto ao armamento não convencional na região;
- 5) Israel-Jordânia: tendo subjacente a Palestina, os interesses securitários comuns.

Na perspectiva de Guillem Piella a solução passaria pela criação de um núcleo defensivo entre Israel, Jordânia e Turquia, ao qual poderia também incluir-se o Egipto, no caso de serem reapreciados os seus interesses estratégicos.³⁰⁰ Em virtude dos custos acrescidos, custos esses diplomáticos, políticos e militares israelitas, qualquer ligação diplomática entre Israel e os Estados circundantes está condenada à suspensão, em termos de número e alcance das intenções militares preventivas.

São uma evidência os instintos de sobrevivência israelitas e o perigo de armas nucleares nas mãos dos iranianos. Em termos de ambiente de segurança internacional, o corpo político israelita encontra-se numa incerteza, ao mesmo tempo que se depara com o projecto do Irão armado com armas nucleares.

²⁹⁹ **PIELLA**, Guillem Colom, *Op. Cit*, **nota 232**, p. 77. **STEINBERG**, Gerald: *Re-examining Israel's security doctrine*, Royal United Services Institute for Defence Analysis, Londres, 1999.

³⁰⁰ **PIELLA**, Guillem Colom, *Op. Cit*, **nota 232**, p. 77.

A *intelligence* americana, que sugeriu que o Irão parasse o programa nuclear de armamento em 2003, mantém o receio israelita.³⁰¹ Telavive provavelmente preocupou-se com a *intelligence* americana no programa de armamento nuclear iraniano, que hoje é considerada um engano, assim como as suspeitas do programa de armamento nuclear iraquiano. Há toda uma avaliação israelita de que Teerão está na linha da frente nos seus esforços, para adquirir armas nucleares, debaixo da “capa” de uma infraestrutura de poder nuclear civil. Os israelitas, por seu turno, atacam opções políticas, em ordem a lidar com a emergência do tratado iraniano.

Existe um hiato entre a declaração israelita de que não são permitidos estados hostis na região de adquirirem armamento nuclear e as capacidades militares dos mesmos.³⁰² Os israelitas estão preocupados com as suas capacidades para deter adversários regionais. Contudo, a sua formidável capacidade militar não assegurou a paz com o Hamas.³⁰³

Nesta decorrência, colocamos as seguintes questões:

- 1) Qual a imagem dos iranianos perante os israelitas?
- 2) Em que medida são perigosas as armas nucleares iranianas para o Estado de Israel?
- 3) O que estão os israelitas a desempenhar actualmente?
- 4) O que estarão a efectuar amanhã?
- 5) E quais serão as implicações e consequências das acções de segurança israelitas para a segurança nacional americana?³⁰⁴

³⁰¹ **RUSSELL**, Richard L., “Israel’s Survival Instincts and the Dangers of Nuclear Weapons in Iranian Hands” in **JFQ**- Focus on Naval Power, Issue 50, Joint Force Quarterly, 3 Quarter 2008, p. 85.

³⁰² *Idem*, p.86.

³⁰³ *Idem*, p. 85.

³⁰⁴ *Idem*, p.86.

ANEXO 11³⁰⁵

³⁰⁵ **OSTROVSKY**, Victor e **HOY**, Claire, *Mossad. Os Segredos da Espionagem Israelita*, Prefácio, Lisboa, 1990, pp. 391-400.

GLOSSÁRIO DA MOSSAD³⁰⁶:

ACADEMIA (Midrasha): oficialmente designada residência de Verão do Primeiro-Ministro, é a escola da Mossad, a norte de Telavive.

AGENTE: Termo que gera muita confusão. É um recruta, não um funcionário interno de uma agência de informações. A Mossad tem cerca de 35 mil em todo o mundo, 20 mil operacionais e 15 mil adormecidos. Os agentes negros são árabes, enquanto os brancos são não árabes. Os agentes avisadores são agentes estrategicamente usados para comunicarem preparativos de guerra, por exemplo, um médico árabe num hospital sírio que dá notícias da chegada dum grande fornecimento de medicamentos; um empregado portuário que detecta um aumento do movimento de navios de guerra.

AGENTE ANTIQUADO: Informador da Mossad que não é muito activo.

AGENTE MORTO: Agente que é fácil de descobrir e prender por levar uma cobertura difícil de manter.

AIN EFES: Operação em que não se admite o fracasso.

AL: unidade secreta de katsas experientes, actuando nos Estados Unidos sob profundo disfarce.

AMAN: *Agaf HaModi'in*. Serviços de informação militar. Ramo de Informações do Estado-Maior General.

APAM (Avtahat Paylut Modienit): Segurança operacional dos serviços secretos, ou seja, unidade encarregue da segurança das operações e da segurança interna da Mossad.

BABLAT: “Misturar as bolas”, ou *bilbul baitsin*, falar por disparates.

BALDAR: Correio.

³⁰⁶ **FRATTINI**, Eric, *Mossad- Os Carrascos do Kidon*, Bertrand Editora, 5ª edição, Lisboa, 2011, pp. 415-418. **OSTROVSKY**, Victor e **HOY**, Claire, *Op. Cit*, nota 305, pp. 22,211,214,238,257,271,273,296,297,358,367,371,413,416. **THOMAS**, Gordon, *Os Espiões de Gedeão- O Poder e o envolvimento da Mossad no mundo*, Prefácio, Lisboa, 1999, pp. 9,12,48,76,91,206,208,411. **NASCIMENTO**, Pedro, **SILVA**, Vítor e **SIMÕES**, Daniel, *Mossad. O seu papel estratégico na política externa israelita*, IESM, Lisboa, 2008, pp. 35, 36. **DIOGO**, José Manuel, *Colecção Agências Secretas*, Levoir, Oeiras, 2011, pp. 125,126.

BARULHO BRANCO: Informação distorcida que chega aos jornais, muita dela colocada pela própria Mossad para confundir a opinião pública.

BERMAN: Código encriptado, utilizado pelas estações da Mossad na transmissão de mensagens.

BODEL (Bodlim, no plural), ou lehavdil: mensageiro entre casas de segurança e embaixadas, ou entre várias casas de segurança. São normalmente homens jovens, com cerca de vinte e cinco anos, na sua maioria estudantes israelitas, que fazem esse trabalho durante um ano ou dois, mas que já estiveram numa unidade de combate, tendendo por isso a ser considerados de confiança.

CARROSSEL: Nome de código para os serviços secretos britânicos.

CASA DE SEGURANÇA: Denominados “apartamentos operacionais” pela Mossad; apartamentos ou casas comprados ou alugados para reuniões secretas e bases de operação.

CASE OFFICER: É o nome usado na maioria das agências de informações, em vez do *katsa* da Mossad. Na Mossad, os *case officers* são os funcionários do Metsada que dirigem os combatentes.

CAVALO (sus): uma pessoa de alta patente que ajuda um agente a subir na escada, de posto dentro da espionagem israelita.

CNT: Gabinete Central da Mossad na Europa. A sede é na Haia.

COLDAPPROACH: Aproximação fria, na linguagem esotérica da Mossad.

COMBATENTES: Os verdadeiros espões. Israelitas enviados para países árabes, onde trabalham sob disfarce.

COMITÉ X: Comité incumbido de julgar e condenar os supostos inimigos de Israel. A sentença costuma ser a execução através do envio de uma unidade do kidon. O Comité X foi um organismo secreto, até que em 1986, um jornalista do diário Haaretz o referiu numa reportagem.

DANÇAR: Seguir pessoas.

DARDASIM (Smerfs): Um subdepartamento do Kaisarut; operam na China, África e Extremo Oriente, estabelecendo relações.

DESENVOLVIMENTO: Ligado à unidade militar 8520; fabricam fechaduras especiais, malas com fundos falsos, etc.

DIAMANTE (yahalomim): Uma unidade da Mossad, que trata das comunicações com agentes em países-alvo.

DIP: Mala diplomática controlada pelo pessoal da Mossad.

DUVSHANIN: Geralmente tropas de manutenção da paz da ONU, pagas para transportar mensagens e encomendas de um lado para o outro das fronteiras israelo-árabes.

ELINT: Ou sinais, tarefa desempenhada pela Unidade 8200 do corpo de espionagem militar de Israel.

ERD: External Relations Department das Israel Defence Forces (IDF), uma das organizações mais poderosas e secretas da comunidade de *intelligence*.

ESTAÇÃO: Base estável da Mossad no estrangeiro.

ESTRUTURAS (Misgarot): Unidades judaicas de autoprotecção organizadas em todo o Mundo.

FALACH: Camponeses árabes no Líbano, recrutados muitas vezes pelo exército israelita como agentes de nível inferior.

FATAH: *Harakat al-Tahrir al-Watani al-Filastini*. Organização política e militar palestiniana.

FEDAYNS: Palavra árabe, que quer dizer combatente da guerrilha.

FIBERS: Descrições físicas exactas de pessoas que se encontram em algum lugar, onde opera um katsa.

FLOPS: Nome com que a Mossad conhece os membros da Frente Popular para a Libertação da Palestina.

GADNA: Brigadas paramilitares de jovens israelitas.

GEDEÃO: Herói do Velho Testamento que salvara Israel contra forças inimigas superiores, porque ele possuía uma inteligência superior (*intelligence*).

GIRASSOL: Insuflar uma determinada pressão de ar nos fatos de borracha, que incham, permitindo que os mergulhadores se limitem a flutuar, sem terem de fazer qualquer esforço para boiar.

GOVERNANTAS: Unidade encarregue da manutenção dos esconderijos da espionagem israelita. Dedicam-se a mudar os móveis com defeito, a pintá-los, limpá-los e a ter os frigoríficos com bebidas não alcoólicas e alimentos.

HAGANAH: Significa defesa em hebraico.

HALEMH: Palavra árabe que significa “confusão barulhenta”.

HETS VA-KESHET (“arco e flecha”): O emblema e os campos de treino em Gadria.

HUMANT: A reunião de informações sobre seres humanos, isto é, agentes de todos os tipos.

HUMINT: Informação de inteligência recolhida por indivíduos.

INFORMAÇÃO DIRECTA: Movimentos ou acções reais que podem ser observados; por exemplo, movimentos de armas ou de tropas, ou a prontidão dos hospitais ou portos para a guerra

INFORMAÇÕES FIBER: Observações que não são físicas, tais como indicadores económicos, boatos, moral, sentimentos gerais.

INSTITUTO: A designação foral da Mossad. Em hebraico, a Mossad é *Ha Mossad, le Modiyn ve le Tafkidim Mayuhadim*, e em português, Instituto para a Informação e Operações Especiais.

INTEL: *Intelligence* holandesa.

INTELLIGENCE DOZE: Uma secção do ERD, estabelecido para uma ligação com a Mossad.

JUMBO: Informação pessoal para além dos funcionários de informação, coligida pelos funcionários de ligação da Mossad, através dos funcionários de ligação de agências estrangeiras, por exemplo a CIA.

KAISARUT (originalmente Tevel): ligação nas embaixadas israelitas: conhecidos como funcionários de informações pelas autoridades locais.

KATSA: Oficial de recrutamento, ou case officer. Agente operacional da Mossad, com funções de comando, com uma arma pessoal Beretta calibre 22. A Mossad tem apenas cerca de 35 em operações, recrutando agentes inimigos em todo o Mundo, em comparação com os muitos milhares da KGB e da CIA.

KESHET (mais tarde *neviot*) (“arco”): Obtenção de informação através de objectos imóveis como, por exemplo, arrombamentos ou instalações de dispositivos de escuta.

KHT: Divisão de Inteligência Política da Mossad.

KIDON: “baioneta”. Força de elite da Mossad responsável por assassinatos. Braço operacional do Metsada responsável pelas execuções (eliminações físicas) e raptos. Os agentes ou operativos da unidade, também são denominados kidon.

KIRIA: Quartel-General das Forças de Defesa Israelitas (FDI) em Telavive.

KOMEMIUTE: ver *Metsada*.

KSHARIM: “knots”. Registos em computador sobre quem está ligado a quem.

LAKAM (*Lishka le Kishrei Mada*): Gabinete de assuntos científicos do Primeiro-Ministro israelita.

LAP (*Lohamah Pscichlogit*): Arsenal psicológico. Também são assim denominados os especialistas da Mossad em interrogatórios.

LEAD: Recrutamento de uma pessoa para chegar a outra.

LEKEM: *Ha-Lishka le-Kishrei Mada*. Gabinete de Relações Científicas.

LIGAÇÕES INTERNACIONAIS: Um departamento da ERD que se ocupava com os adidos militares israelitas e demais pessoal das FDI. O departamento controlava, igualmente, as actividades dos adidos militares estrangeiros em Israel.

LUZ DO DIA: O mais elevado estado de alerta numa estação da Mossad.

MABUAH: Alguém que faculta informação proveniente de uma fonte de informação e não directamente.

MALAT: Ramo de ligação que trata com a América do Sul.

MAOZ: Fortaleza. Esconderijo utilizado pelos katsa da Mossad ou pelos kidon da Metsada, como centro de operações no estrangeiro.

MARATS: Escutas. Encarregue de analisar os idiomas e dialectos dos que vigiam.

MASLUH: “Caminho”. Sistema utilizado para autoprotecção, para saber se se está a ser seguido ou não.

MAULTER: Palavra hebraica que significa simplesmente “não planeado”. Usada para descrever um caminho de segurança não planeado ou improvisado.

MELUCKHA: Originalmente Tsomet, que significa “reino”. Departamento de recrutamento que controla os *katsas*.

MEMUNEH: Traduzido do hebraico como “o primeiro entre iguais”. Nome com que se conhece o director da Mossad.

METSADA (mais tarde Komemiute): Altamente secreto, como uma mini-Mossad dentro da Mossad; opera combatentes. O departamento mais secreto da espionagem israelita.

MISGAROT: Ver Estruturas.

MISI-ILASIM (MISHLASHIM): Operações de troca de segredos “postais”.

MOLICH: “Guia”. Como um cão cego; uma pessoa recrutada para levar a outra.

MOSSAD (Le-Modiin ule-Tafkidim Meyuhadim): Instituto Central de Informações e de Missões Especiais- “O Instituto”.

MUCHBARAT: é um nome genérico, utilizado pelos árabes para descrever tudo o que é espionagem.

NAKA: Sistema de escrita uniforme da Mossad, para operação e relatórios de informação.

NATIV: Colige informações sobre a União Soviética; ajuda a criar vias de fuga para os judeus do Bloco de Leste.

NEVIOF: Sistemas para penetrar num quarto de hotel, um escritório ou qualquer outro local para colocar escutas.

NEVIOT: Ver *Keshet*.

NOKMIN: Vingadores. Primeira unidade da Metsada, estabelecida em finais dos anos quarenta, cuja única tarefa era a de matar um objectivo, assim que localizado e identificado.

ORA: Luz em hebraico.

OTER: Árabe pago para estabelecer contacto com outros árabes, frequentemente utilizados em processos de recrutamento, recebendo normalmente entre 3000 e 5000 dólares por mês, mais despesas.

PAHA (paylut hablanit oynet): Actividades de sabotagem hostil, por exemplo a OLP.

PAÍS-ALVO: Qualquer país árabe.

PAÍS-BASE: Europa Ocidental, Estados Unidos, Canadá: onde quer que a Mossad tenha bases.

PERITOS EM MANUSEAMENTO: Termo usado para descrever um profissional num campo fora de espionagem e/ou das informações, que é utilizado em missões de identificação de documentos ou equipamentos na área em que é perito. “Com manuseamento” é uma metáfora para uma encomenda, isto é, é levado pela equipa da Mossad.

PHOTINT: Informação de inteligência reunida através de fotografias.

RESH: Uma das secções da ERD, que tratava das relações com redes amigas de *intelligence*.

ROUTE: Ver *Masluh*.

SAIFANIM: “Peixe dourado”. O departamento dentro da Mossad que trata da OLP.

SALIA: Emissário.

SALTADORES: *Katsas* estacionados em Israel que saltam para diversos países, por pouco tempo, em oposição aos *Katsas* efectivamente estacionados no estrangeiro.

SAYAN (*sayanim*, no plural): Colaborador voluntário judeu, por motivos ideológicos, fora de Israel. A Mossad tem milhares deles distribuídos pelo mundo.

SETE ESTRELAS: Pequena agenda forrada a couro usada pelos *katsas*, contendo números de telefone e contactos em código.

SHABACK: O equivalente israelita do FBI; força de segurança interna.

SHAI: Acrónimo de *Sherut Yediot* ou Serviço de Informação.

SHICKLUT: O departamento que comanda o pessoal de escuta, ou seja, os *marats*.

SHIN BET: Nome original da Shaback. Agência Israelita de contra-inteligência e contra-terrorismo.

SIGINT: Informação de inteligência compilada por interferência de sinais.

SIM: Uma das secções da ERD, que fornecia “assistência especial” a um número crescente de “movimentos de libertação” no Irão, Iraque e, em menor escala, na Síria e Arábia Saudita.

SLICK: Esconderijo para documentos, armas, etc.

SODI BEYOTER: Classificação de “altamente confidencial” dada a um documento do serviço secreto israelita.

TACHLESS: Ir direito ao assunto. Atacar um objectivo, para conseguir que se converta em informador da Mossad.

TAYESET: Nome de código para o departamento de instrução.

TEUD: “Documentos”. Fabrico de documentos, por exemplo, passaportes.

TEVEL: Ver *Kaisarut*.

TIRA: Palácio. Esconderijo utilizado pelos agentes da Mossad, para albergar um sequestrado ou preso num país estrangeiro.

TSAFRIRIM: “Brisa da manhã” em português. Organiza as comunidades judaicas fora de Israel; ajuda a montar as estruturas.

TSIACH (Tsorech Yediot Hasuvof): Reunião anual das organizações secretas militares e civis israelitas; também é o nome do documento que descreve as necessidades de informações para o ano seguinte, listadas por ordem decrescente.

TSOMET: Ver *Meluckha*. Reino. Departamento de recrutamento que dirige os katsa.

TUGANIM: Ou “batatas fritas”, nome de código atribuído pela Mossad à Unidade de polícia especial antiterrorismo de Hamburgo.

UNIDADE AI: Unidade secreta formada por vinte e sete katsa da Mossad e que tratam das operações de espionagem, dentro de território norte-americano.

UNIDADE 131: Formada por agentes susceptíveis de serem introduzidos em países árabes.

UNIDADE 504: Uma mini-Mossad; unidade militar para a informação fronteiriça.

UNIDADE 8200: Uma unidade do exército que controla todas as intercepções para os serviços secretos israelitas; menos conhecida que a Mossad. Situa-se na cidade de Herzlyia, a norte de Telavive, sendo traduzidas e dadas a conhecer às restantes agências, tais como o Exército e a Mossad.

UNIDADE 8513: Um ramo dos serviços secretos do Exército, encarregue da fotografia.

VA’ADAT: Comissão dos Chefes dos Serviços, cujo presidente é o Director da Mossad.

VARASH (Va’adat Rashei há-Sherutim): Comité de Chefes dos Serviços Secretos.

YAHALOMIM: membro de uma unidade da Mossad, que se ocupa com a segurança das comunicações dos agentes.

YARID: Departamento responsável pela segurança de operações da Mossad na Europa.

YDDISH: Termo utilizado em Israel para referir um informador.

ZAHAV TAHOR (Ouro Puro): Assim se denominam as operações combinadas entre a Mossad e qualquer outra agência de inteligência israelita, unidade do exército ou polícia.

ANEXO 12:

ANÁLISE SWOT-PALESTINA

Figura 12: Análise SWOT da Palestina³⁰⁷

Potencialidades	Vulnerabilidades
<ul style="list-style-type: none"> – Falam árabe e são bilingues (falam também hebraico e inglês). – Clima mediterrânico. – República semipresidencialista e democracia parlamentar. 	<ul style="list-style-type: none"> – Conflitos histórico-religiosos. – Não tem um território próprio. – Posição geográfica não privilegiada (faz parte do corredor entre a África e a Ásia, e ao mesmo tempo fica às portas da Europa). – Povo de refugiados sem-Estado, desprovidos de cidadania em qualquer país. – Povo fragilizado. – População dispersa pelos países árabes, ou em campos de refugiados. – Elevada densidade populacional na Faixa de Gaza. – Incipiente infra-estrutura económica. – O Estado da Palestina não é reconhecido pela ONU. – Organização política reconhecida, parcialmente, como um estado soberano no Médio Oriente. – Só sob as potências estrangeiras obteve alguma unidade política. – Esteve sempre submetida a poderes estrangeiros. – Controlo de algumas funções da administração pública nos territórios palestinianos.

³⁰⁷ Adaptado a partir de: http://www.molg.pna.ps/studies/InterSector_plan_2010.pdf, consultado em 18 de Junho de 2011, 17:00.

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> – Reino Unido mantém relações com a Autoridade Nacional Palestiniana (ANP). – É reconhecido como um Estado soberano por 109 países. – Ambição pelo estabelecimento de um Estado da Palestina. 	<ul style="list-style-type: none"> – Heterogeneidade cultural, étnica, religiosa e social. – Conflitos religiosos (entre judeus e árabes). – Elevada desigualdade das forças. – São alvo de humilhação por parte dos israelitas (factor humano). – Palco de grande número de conquistas, pelos mais variados povos. – Nunca foi sede de um poder que se estendesse para além das suas fronteiras. – Excesso de população (em particular na Faixa de Gaza), em relação aos recursos disponíveis.

ANEXO 13:

ACONTECIMENTOS ACTUAIS:

Todas as negociações acabam por terminar num círculo vicioso de atrocidades: radicais de organizações terroristas islâmicas, inconformados com o facto de alguns dos seus líderes, como Arafat e Mahmed Abbas, terem “traído” a causa palestina e se “vendido” a Israel, tentando negociar a paz e enviando homens-bomba para explodir restaurantes, universidades ou autocarros israelitas.

Os israelitas, por sua vez, irados com o ataque, clamaram ao seu governo que enviasse tanques para invadirem a Cisjordânia e a Faixa de Gaza, com vista a prender e matar “terroristas” (ou seja, qualquer palestino que encontrassem pela frente) e helicópteros, para atacar com mísseis “sedes de organizações terroristas” (isto é, casas, escolas, hospitais, etc).

Com tudo isso à disposição, os israelitas obviamente se podem dar ao luxo de não utilizar suicidas nos seus ataques contra palestinos: utilizam tanques, helicópteros e mísseis. Mas o fim visado é o mesmo: as incursões israelitas em território palestino buscam espalhar o terror entre os muçulmanos, mostrar-lhes que não estão seguros em parte alguma e que podem ter as suas casas e cidades arrasadas, e serem mortos a qualquer momento. É o mesmo fim buscado pelos homens-bomba palestinos.

Um dos factores que tem gerado um desenvolvimento incessante do conflito israelo-palestino³⁰⁸, reside no facto de existir uma confrontação de povos, que reivindicam a posse de territórios: israelitas, palestinos, sírios, libaneses, que se têm oposto na defesa dos seus legítimos interesses.

Passamos deste modo, a considerar alguns acontecimentos relevantes:

- Em 10 de Novembro de 2001, Bush na AGONU anunciou que os EUA iriam trabalhar “para o dia em que os dois Estados, Israel e a Palestina, vivessem em

³⁰⁸ Veja-se a este propósito, **CARRASCO**, Tiago, “Pedras contra gás”, in **Tabu**, nº 287, Lisboa, 2 de Março de 2012, p. 52. “Quando se fala no conflito israelo-palestino, é por Hebron que tem de se começar” **CARRASCO**, Tiago, “O Centro do conflito” in **Tabu**, nº 288, Lisboa, 9 de Março de 2012, p. 48.

paz no âmbito de fronteiras seguras e reconhecidas, tal como prevêm as resoluções do Conselho de Segurança.”³⁰⁹

- A 4 de Abril de 2002, Bush declarou que “os contornos de uma solução justa são claros: dois Estados, Israel e Palestina, vivendo lado a lado, em paz e segurança.”³¹⁰ Adoptou uma postura crítica perante Arafat, no que concerne aos factos ocorridos em Israel, na medida em que não soube aproveitar as oportunidades, daí o governo israelita ter vindo a enfrentar as vagas de terrorismo que aniquilam o seu povo. Além disso, George Bush declarou veemente a Israel que “a resposta a estes ataques recentes, era só uma medida temporária.”³¹¹
- Em Junho de 2002 Bush anunciou aos Palestinos a solução e possibilidade, a alternativa de escolha de “novos líderes, líderes não comprometidos com o terror.”³¹² Considerava que as autoridades palestinas, estimulavam e incentivavam mais ondas de terrorismo.
- Em 2005 ocorreram eleições do Hamas e eis que surgiram obstáculos a estes confrontos. Israel e o leque de países com relevância para o Médio Oriente, tais como: EUA, ONU, EU e Rússia, pronunciaram exigências ao Hamas, tais como: “1) o reconhecimento de Israel; 2) aceitação dos acordos israelo-palestinos previamente assinados pela Autoridade Palestiniana; 3) a cessação da violência.”³¹³ A questão financeira estava subjacente a esta problemática. O Hamas opôs-se a estas condições, e neste entendimento EUA, EU e Israel impediram a ajuda internacional em termos financeiros. Todavia, o Hamas adoptou a postura de não reconhecer Israel.

É uma constatação o estado de guerra que se tem vivido em Israel. Prova disso é “a notícia de que Israel distribuía, gratuitamente, por toda a população máscaras de gás, e

³⁰⁹ U.S Department of State, *Middle East Peace Chronology-2000-2002* (<http://usinfo.state.gov/regional/nea/summit/chron.htm>) in PINTO, Maria do Céu, “Os interesses Geopolíticos dos Estados Unidos no Médio Oriente” in *Revista Geopolítica*, nº 1, Aveiro, Setembro 2007, p. 255.

³¹⁰ Apud., BENNIS, Phyllis, “Administration in Wonderland”, *Middle East International*, nº 674, 2 de Maio de 2002, p. 26 in PINTO, Maria do Céu, *Op. Cit*, nota 309, p. 255.

³¹¹ Idem, p. 256.

³¹² Idem, *ibidem*.

³¹³ Idem, p. 257.

que havia desenvolvido uma campanha de vacinação contra a varíola, em mais de quinze mil membros dos serviços de protecção civil (Teixeira, 2006).”³¹⁴

- No final de Fevereiro de 2007, Condoleezza Rice (secretária de Estado norte-americana) estabeleceu conversações com os líderes israelita e palestino. O intuito inicial seria a discussão quanto ao futuro da Palestina, contudo as discussões tiveram resultados pouco produtivos. O outro propósito da deslocação foi o demonstrar o apoio por parte dos EUA, concedido para solucionarem este conflito.

O caminho em ordem à paz estava estagnado, dado que não tinha sido institucionalizado o “Roteiro para a Paz.”³¹⁵ Foi delineado pela primeira vez, o esboço do futuro do Estado da Palestina nas conversações entre Ehud Olmert e Mahmoud Abbas.

- De 27 de Dezembro de 2008 a 18 de Janeiro de 2009, durante a operação militar Chumbo Endurecido³¹⁶, o exército israelita transformou palestinos da Faixa de Gaza em escudos humanos, não obstante em 2005 esta prática ter sido considerada ilegal pelo Supremo Tribunal de Israel. Um relatório da Amnistia Internacional acusou o exército israelita e o Hamas de terem cometido “crimes de guerra”.

Com o aumento das baixas civis, multiplicaram-se os apelos internacionais para um cessar-fogo³¹⁷, contudo Israel exigiu o desarmamento do Hamas e, por sua vez o Hamas

³¹⁴ **BALÃO**, Sandra Maria Rodrigues, *Op. Cit*, **nota 29**, p. 56.

³¹⁵ **PINTO**, Maria do Céu, *Op. Cit*, **nota 309**, p. 257.

³¹⁶ “Aparentemente, a estratégia de Israel nesta fase 2 da operação ‘Chumbo Pesado’ consiste em dividir o território palestino, isolando a Cidade de Gaza- onde reside cerca de meio milhão de pessoas e está, agora, praticamente deserta- do resto da Faixa- com cerca de 40 quilómetros de largura por 15 de comprimento- e controlando com maior eficácia as movimentações dos militantes do Hamas e de outros grupos armados.” **SILVA**, Paulo F., “Israelitas cercam Gaza” in **Jornal de Notícias**, Lisboa, 5 de Janeiro de 2009, p. 2.

³¹⁷ “Iniciam-se contactos diplomáticos no Médio Oriente para tentar um cessar-fogo entre Israel e o Hamas, um objectivo considerado praticamente impossível depois do início, no sábado, da ofensiva terrestre israelita na Faixa de Gaza.” **GASPAR**, Miguel, “Diplomacia Europeia no terreno sem solução para a crise” in **Público**, Lisboa, 5 de Janeiro de 2009, p. 3. Veja-se também a este propósito, **SILVA**, Paulo F., “Europa a duas vozes” in **Jornal de Notícias**, Lisboa, 5 de Janeiro de 2009, p. 3.

exigiu o fim do bloqueio à Faixa de Gaza, o que tornou remotas as hipóteses de um cessar-fogo³¹⁸.

O Primeiro-Ministro israelita, Benjamin Netanyahu, admitiu um Estado palestino desmilitarizado que reconhecesse Israel como Estado do povo judeu. Num discurso sobre política internacional, Netanyahu excluiu ainda um congelamento da colonização dos territórios palestinos. A Autoridade Palestina (AP) entendeu que o Primeiro Ministro israelita “torpedeou” os esforços de paz no Médio Oriente com o seu discurso. Por seu lado, o Hamas denunciou a “ideologia extremista e racista” de Netanyahu.

Benjamin Netanyahu, eleito novamente em 2009, admitiu a criação de um Estado Palestino dia 14 de Junho, tendo sido uma declaração histórica, desde que este fosse desarmado. Esta foi a grande novidade do Primeiro-Ministro israelita sobre as suas intenções para a paz no Médio Oriente. Mas Netanyahu fez mais exigências: a Palestina deveria reconhecer Israel como um Estado judeu, e o problema para os refugiados palestinos deveria ser resolvido “fora de Israel”. A proposta teve o apoio dos Estados Unidos, contudo foi rejeitada pelos palestinos.

Consequentemente, os acontecimentos ditaram que, para além da almejada declaração de independência da Palestina, outros factores persistiram no horizonte, tais como: a proliferação da violência em Gaza³¹⁹; os confrontos com a Turquia e com o Egipto; a

³¹⁸ Veja-se sobre esta temática: **GUIMARÃES**, Maria João, “Há uma enorme sensação de vulnerabilidade. Aqui não há um lugar seguro” in **Público**, Lisboa, 30 de Dezembro de 2008, p. 3. “O Exército de Israel tem quase cercada a Cidade de Gaza. Ontem, as tropas avançaram até ao antigo colonato de Netzarim, matando pelo caminho mais de 40 palestinos. Ao fim de nove dias de ofensiva morreu o primeiro soldado israelita.” **SILVA**, Paulo F., “Israelitas cercam Gaza” in **Jornal de Notícias**, Lisboa, 5 de Janeiro de 2009, p. 2. “Os sionistas enfrentaram a poderosa resistência dos fervorosos palestinos. Os sionistas deveriam saber que Gaza se tornará no seu cemitério.” **LARIJANI**, Ali, “Gaza tornar-se-á no seu cemitério”. **GUIMARÃES**, Maria João, “Ofensiva já ultrapassou as 500 mortes” in **Público**, Secção Destaque, Lisboa, 5 de Janeiro de 2009, p. 2.

³¹⁹ “A Faixa de Gaza é considerada pela ONU o território mais densamente povoado do mundo. Tem mais de 1,5 milhões de habitantes num rectângulo de cerca de 45 quilómetros por oito. Em Israel, diz-se ‘vai para Gaza’ e isso quer dizer ‘vai para o inferno’. Muitos dos seus habitantes chamam-lhe ‘a maior prisão do mundo’.” **GUIMARÃES**, Maria João, “Na ‘maior prisão do mundo’, quatro quintos da população depende da ajuda humanitária para comer” in **Público**, Secção Destaque, Lisboa, 5 de Janeiro de 2009, p. 4. Para uma análise mais pormenorizada veja-se também que “fazer da defesa de Israel a origem e a moral de uma semana de bombardeamentos da Faixa de Gaza me parece do domínio da obscenidade.” **COELHO**, Alexandra Lucas, “A defesa de Israel” in **Público**, Secção Destaque, Lisboa, 5 de Janeiro de 2009, p. 4. “Guerra em Gaza é a descrição que o canal de televisão Al-Jazira deu para a invasão terrestre que começou sábado, culminando oito dias de bombardeamentos que mataram centenas de palestinos.” **SHADID**, Anthony,

ocupação do Sinai por radicais; a primeira frota iraniana enviada para o Mar Vermelho; o confronto em termos sociais que ocorreram em Israel, anunciando um mês de Setembro crucial e perigoso para este Estado, mais propriamente para Telavive. Podemos mesmo afirmar que “Israel perdeu toda a legitimidade internacional.”³²⁰

- Em Junho de 2010 intensificaram-se os confrontos entre Israel e Turquia. Foi palco de um assalto por parte de israelitas, a uma frota de ajuda humanitária junto à Faixa de Gaza e que despoletou uma intensificação dos confrontos entre Israel e Turquia. A este propósito se concluiu que “o bloqueio a Gaza foi

“Ataque acentua divisão entre dirigentes e populações árabes” in **Público**, Secção Destaque, Lisboa, 5 de Janeiro de 2009, p. 3. **RAPOSO**, Lumena, “Faixa de Gaza dividida e sem recursos” in **Diário de Notícias**, Secção Actual 1, Lisboa, 5 de Janeiro de 2009, p. 2. **RAPOSO**, Lumena, “Hamás dá luz verde a suicidas” in **Diário de Notícias**, Reportagem, Lisboa, 6 de Janeiro de 2009, p. 28. **LUCAS**, Ângelo, “O medo à solta na terra do olho por olho” in **Diário de Notícias**, Lisboa, 6 de Janeiro de 2009, p. 29. **GUIMARÃES**, Maria João, “Israel aprova continuação da operação militar” in **Público**, Secção Mundo, Lisboa, 8 de Janeiro de 2009, p.12. **FERNANDES**, Jorge Almeida, “Uma noção assimétrica de vitória” in **Público**, Lisboa, 8 de Janeiro de 2009, p. 13. **GUIMARÃES**, Maria João, “ONU pára ajuda a Gaza, avança resolução para cessar-fogo” in **Público**, Secção Destaque, Lisboa, 9 de Janeiro de 2009, p. 2. **BRITO**, Luísa Castro, “Manifestações em frente à embaixada de Israel em Lisboa exigiu o fim das hostilidades” in **Público**, Lisboa, 9 de Janeiro de 2009, p. 4. “O Governo israelita está a aproveitar os últimos dias da Administração Bush para privilegiar o uso da força.” **VASCONCELOS**, Álvaro, “Os últimos dias de Bush em Gaza” in **Público**, Lisboa, 9 de Janeiro de 2009, p. 4. **LOPES**, Margarida Santos, “Erros e oportunidades perdidas” in **Público**, Lisboa, 9 de Janeiro de 2009, p. 3. “Combates de ontem aproximaram-se mais do interior das cidades e mataram pelo menos dez membros do Hamás.” **HENRIQUES**, Francisca Gorjão, “Operação em Gaza está quase a chegar ao fim, diz Israel” in **Público**, Secção Mundo, Lisboa, 12 de Janeiro de 2009, p. 12. **HENRIQUES**, Francisca Gorjão, “É evidente que Israel não está a respeitar o período de tréguas” in **Público**, Lisboa, 12 de Janeiro de 2009, p. 13. “Guerra na Faixa de Gaza continua e Israel diz que os seus objectivos estão quase atingidos; pela primeira vez Israel diz que o Hamás utilizou mísseis antiaéreos na Faixa de Gaza. Segundo Israel, os operacionais do Hamás esconderam alguns desses mísseis, introduzidos na Faixa de Gaza através dos túneis que ligam a região ao Egipto, em mesquitas de Gaza. Por outro lado, o Hamás garante que Israel usa bombas de fósforo branco em regiões ‘que sabe serem habitadas exclusivamente pela população civil’, violando ‘todas as regras da legislação internacional. Israel não confirma nem desmente o uso destas bombas.” **CASTRO**, Orlando, “Bombas de fósforo e mísseis antiaéreos” in **Jornal de Notícias**, Secção Mundo, Lisboa, 12 de Janeiro de 2009, p. 21. **RAPOSO**, Lumena, “Cruz Vermelha em Gaza quer médicos protegidos” in **Diário de Notícias**, Lisboa, 14 de Janeiro de 2009, p. 26. **GUIMARÃES**, Maria João, “Israel atacou quartel-general de agência da ONU” in **Público**, Lisboa, 16 de Janeiro de 2009, p. 16.

³²⁰ “O ministro turco dos Negócios Estrangeiros, Ahmet Davutoglu, reagiu à intervenção militar israelita contra uma frota pró-palestiniana, a 31 de Maio de 2010.” In <http://aeiou.expresso.pt/israel-perdeu-toda-a-legitimidade-internacional=f586024>, consultado em 20 de Dezembro de 2011, 20:00. Veja-se também que “em Janeiro de 2010, o think thank israelita Reut Institute mostrou-se preocupado com a ‘guerra de deslegitimação’ lançada contra Israel. O país está cada vez mais isolado. Israel ainda não soube reconhecer nestas evoluções a ameaça estratégica, potencialmente existencial, que elas constituem para o país. O governo e um grupo de organizações amigas lançaram um projecto de ‘contradeslegitimação’ em várias frentes. Trata-se de pôr fim à prática de certas ONG pretensamente humanitárias que visam explorar o rótulo dos valores universais dos direitos do homem para promover reivindicações hostis a Israel, motivadas por razões políticas e ideológicas.” **WEIZMAN**, Eyal e **KEENAN**, Thomas, “Israel e a terceira ameaça” in **Le Monde Diplomatique**, nº 45, II Série, Lisboa, Julho de 2010, p. 16.

justificado pela ameaça séria, que a liderança do Hamas no território representava para Israel, mas considerou também excessivo e não justificado o uso da força por parte de Telavive.”³²¹ Como processo de resolução do conflito, considerámos a divulgação de Israel “de uma declaração apropriada de arrependimento”³²², e que desta forma indemnizou as vítimas e respectivas famílias destes confrontos. Telavive argumentou com o facto, de que os activistas humanitários se encontravam artilhados com material bélico e que originou por parte do Primeiro-Ministro turco, Recep Erdogan, a declaração da rescisão do protocolo de cooperação militar entre Israel e a Turquia, e o estabelecimento de relações comerciais³²³.

Recentemente têm ocorrido factos pertinentes, tais como:

- A 26 de Abril de 2011, se celebrou um acordo entre a Fatah (“movimento político que apoiava Yasser Arafat, e mais recentemente Mahamoud Abbas”³²⁴) e o Hamas³²⁵. Outro acontecimento marcou o mês de Abril, o qual teve repercussões no seio do Hamas: o assassinato de Vittorio Arrigoni (“activista italiano pró-palestiniano”) em Gaza por parte de extremistas³²⁶.
- A 2 de Maio de 2011 com a morte de Bin Laden, houve uma viragem na cena internacional e teve repercussões na situação do Médio Oriente, repercutindo-se,

³²¹ **LIMA**, Nuno Escobar, “Turquia aperta o cerco a Israel” in **Sol**, Lisboa, 9 de Setembro de 2011, p. 22.

³²² **Idem**.

³²³ “Estamos completamente a suspendê-los, acrescentando que o processo será seguido por novas medidas. A partir de agora os navios de guerra turcos serão vistos mais vezes nessas águas, referindo-se ao Mediterrâneo Leste, controlado por Israel e palco do incidente com a frota turca em 2010.” **Idem**, *ibidem*.

³²⁴ **PINTO**, Ana Santos, *Op. Cit*, **nota 226**, p. 139.

³²⁵ “O acordo entre a Fatah e o Hamas surpreendeu os observadores que seguiam, há anos, as tortuosas negociações entre os dois partidos. As duas organizações foram confrontadas com o aumento de um movimento de contestação na Cisjordânia e até em Gaza. Milhares de jovens gritavam: O povo quer o fim da divisão. A Fatah e o Hamas foram obrigados a ter em conta esta reivindicação popular. Mais ainda porque ambas as organizações se encontram num impasse estratégico. O processo de paz em que a Fatah apostou tudo desde 1993 está enterrado há anos. Quanto ao Hamas, que reclama ser a resistência, mantém o cessar-fogo com Israel e impõe-no, pela força se necessário, às outras facções palestinianas. Enfrenta em Gaza grupos salafitas, que alguns pensam estar ligados à Al-Qaeda, que o acusam de não lutar militarmente contra o inimigo sionista e, no plano interno, de não expandir suficientemente a islamização da sociedade. Ambos os partidos estão a atravessar, na verdade, uma crise de legitimidade. Os seus comportamentos-autoritarismo, clientelismo, corrupção, etc-não são muito diferentes dos que prevalecem noutros espaços do mundo árabe.” **GRESH**, Alain, “A Palestina impulsionada pelas revoltas árabes” in **Le Monde Diplomatique**, edição portuguesa, nº 56, II Série, Lisboa, Junho 2011, p. 16.

³²⁶ **Idem**.

inclusivé, na situação de Israel como Estado em conflito, sendo difícil o restabelecimento do processo de paz.

- A 5 de Maio de 2011, Francis Fukuyama nas Conferências que decorreram no Estoril, referiu que a “Primavera árabe irá ser uma desilusão”.
- A 15 de Maio de 2011 comemorou-se o “63º aniversário da independência do Estado judaico e da Nakba (“catástrofe”), para os palestinianos expulsos às centenas de milhares das suas casas, os manifestantes, vindos da Síria, da Jordânia ou de Gaza, que convergem para a Terra Prometida.”³²⁷
- A 12 de Julho de 2011, ocorreu uma explosão de gasoduto junto à fronteira de Israel.
- A 19 de Julho de 2011, ocorreu o bloqueio marítimo em Gaza.
- A 25 de Agosto de 2011, o Hamas colocou fim de tréguas a Israel.

Em Agosto, os ataques ocorridos, nomeadamente numa estrada no deserto do Neguev, avivou os confrontos entre o Cairo (Egipto) e Telavive (Israel).

- A 2 de Setembro de 2011, houve o pedido de desculpas da parte de Israel à Turquia, que tinha lançado um ultimato, em virtude dos ataques datados de Maio de 2010 das Forças Especiais hebraicas, com vista ao navio Mavi Marmara³²⁸. Para o General Pezarat Correia, houve uma deteriorização das relações entre Israel e a Turquia³²⁹.

Destacamos também neste domínio, o carácter imprevisível das consequências históricas. No Estado de Israel, temos assistido ao treino/ preparação de civis judeus, para fazer frente a confrontos com a população palestiniana, por forma a estarem a postos no

³²⁷ **GRESH**, Alain, “A Palestina impulsionada pelas revoltas árabes” in **Le Monde Diplomatique**, edição portuguesa, nº 56, II Série, Lisboa, Junho 2011, p. 16.

³²⁸ “A 31 de Maio de 2010 a embarcação Mavi Marmara, com um contingente humanitário a bordo, procurava furar o bloqueio imposto pelas autoridades israelitas a Gaza desde 2006. Ainda em águas internacionais, a flotilha com ajuda humanitária foi interceptada na sua rota para a Faixa de Gaza por forças israelitas que impediriam a chegada ao porto através do uso da força. A operação resultou na morte de dez tripulantes (nove turcos e um turco-americano), tendo Telavive justificado a acção com agressões violentas de que terão sido alvo os primeiros militares israelitas envolvidos no assalto à embarcação.” In <http://www.rtp.pt/noticias/?t=Turquia-expulsa-embaxador-israelita-um-ano-apos-o-Mavi-Marmara.rtp&article=475134&visual=3&layout=10&tm=7>, consultado em 21 de Dezembro de 2011, 20:00.

³²⁹ Programa emitido na TVI 24 moderado pelo jornalista Carlos Gaspar, dia 20 de Outubro de 2011, 20:30.

momento da declaração da independência da Palestina, como Estado pela ONU. O desfecho desta votação causará, certamente, confrontos para ambas as facções.

“As Forças Armadas desmentiram uma primeira informação, que dava conta do fornecimento de *tasers*, granadas de atordoamento e gás lacrimogéneo e disseram querer apenas evitar a morte de civis.”³³⁰

Seguindo esta linha de raciocínio, o dilema israelita constituiu uma evidência: ou autorizava a reocupação das tropas egípcias no Sinai para defrontar belicamente as forças islâmicas que ocupavam a região; ou adoptavam a posição de defesa do Tratado de 1978, em ordem a restringir o acesso de governação de um Egipto pela Irmandade Muçulmana. Os confrontos entre egípcios e israelitas mantiveram-se. De acordo com o Irão, foram enviados vasos de Guerra para o Mar Vermelho, enviando uma mensagem de paz e amizade a todos os países.”³³¹

- A 3 de Setembro de 2011 estabeleceram-se relações bilaterais entre a Turquia e Israel- Processo de Paz no Médio Oriente.

As últimas circunstâncias vigentes em Israel, têm vindo a considerar imperiosa a questão da segurança do seu território. Há toda uma revolta no seio da população, que se assemelha ao movimento “geração à rasca.”³³²

Do ponto de vista diplomático, Benjamin Netanyahu e Avigdor Lieberman, Ministro dos Negócios Estrangeiros, não pediram desculpas humildemente à Turquia, único aliado na região, pelos atentados ocorridos em 31 de Maio de 2010 à flotilha Mavi Marmara³³³.

³³⁰ **GUERREIRO**, Pedro, “Setembro Escaldante em Israel” in **Sol**, Lisboa, 2 de Setembro de 2011, p. 19.

³³¹ **Idem**.

³³² **AVÓ**, César, “Nas Bocas do Mundo-Benjamin Netanyahu” in **Sol**, Lisboa, 9 de Setembro de 2011, p. 22. Veja-se também a este propósito, que o Médio Oriente é “terreno fértil para manifestações. Em Israel, no início do mês, cerca de 400 mil pessoas saíram à rua para reclamarem maior justiça social, e a diminuição do custo de vida.” **MAIA**, Vânia Fonseca, “Geografia da Revolta” in **Visão**, Lisboa, 15 de Setembro de 2011, p. 48.

³³³ “Os israelitas atacam frota naval de ajuda humanitária em Gaza; Israel perde legitimidade após ataque a barco pela violação de leis internacionais. Para o Embaixador de Israel em Portugal, Ehud Gol, o navio não era um navio oficial turco, já que havia turcos a bordo tal como muitos outros terroristas. O assalto da marinha israelita à flotilha humanitária que se dirigia a Gaza e a morte de nove passageiros originaram uma enorme condenação internacional. Este ataque está longe de ser um simples erro, confirmando a viragem radical da posição das autoridades israelitas face ao direito humanitário internacional e às organizações de

Deste ataque perderam a vida nove turcos, “activistas pró-gaza.”³³⁴ Robert Gates, ex-secretário de Estado da Defesa de Bush e Obama, acusou de ingratidão o chefe de Governo hebraico relativamente aos EUA. Afirmou inclusivé, que a postura da política externa de Netanyahu era considerada uma política isolacionista, já que tem vindo a figurar como um Estado isolado, em confronto com os seus estados vizinhos.

Outros acontecimentos têm vindo a ser considerados relevantes, tais como: a condenação de um cientista norte-americano, responsável pela fuga de informação aos serviços secretos israelitas, e a acusação sem prova, efectuada por um jornalista da Aljazeera.

Tem persistido um intuito da Palestina em ser declarada independente, como um Estado e em ser reconhecida formalmente. Estes intuitos diplomáticos, têm vindo a ser proferidos pelos EUA e pela EU³³⁵. Contudo, o líder da Autoridade Palestiniana (AP) respondeu contrariamente, impedindo tal situação, ponderando a hipótese de retirar o reconhecimento do Estado Palestino da 64ª Assembleia Geral das Nações Unidas. As negociações bilaterais em Israel têm prosseguido lentamente, em virtude principalmente do Governo de Benjamin Netanyahu, com alianças de direita israelita.

Deste modo, consideramos duas posições distintas: Por um lado, temos um líder palestino que se recusa a negociar com Netanyahu “enquanto não decretasse o fim da construção nos colonatos israelitas na Cisjordânia, algo que Telavive encara como

defesa dos direitos humanos. Este raide israelita testemunha dois novos desenvolvimentos no conflito, simultaneamente paralelos e ligados: a politização crescente da assistência humanitária e a desconfiança crescente das autoridades israelitas face às organizações de defesa dos direitos humanos e ao direito internacional. Este ataque no Mediterrâneo seguido a 5 de Junho, pela abordagem não violenta ao navio humanitário Rachel Corrie. Antes da partida da flotilha, o vice-ministro israelita dos negócios estrangeiros Danny Ayalon declarava que não há uma crise humanitária em Gaza; a flotilha não era portanto uma missão de assistência mas uma provocação visando deslegitimar Israel. Para o juiz sul-africano Richard Goldstone o relatório sobre a guerra de Gaza, feito pela comissão mandatada pelo Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas ao qual presidiu acusava Israel e o Hamas de graves violações dos direitos humanos e do direito humanitário internacional, actos assimiláveis a crimes de guerra e talvez, em certas circunstâncias, a crimes contra a humanidade. Há um efeito Goldstone, que incarnava segundo ele uma tendência internacional para deslegitimar Israel e negar o seu direito à existência.” WEIZMAN, Eyal e KEENAN, Thomas, *Op. Cit.*, **nota 320**.

³³⁴ AVÓ, César, *Op. Cit.*, **nota 332**.

³³⁵ “O objectivo principal da EU é evitar que o pedido palestino vá a votos (o que levaria ao veto dos EUA) e ganhar margem para as negociações saírem do impasse.” COSTA, Filipe Santos, “Portugal no fiel da balança” in **Expresso**, Lisboa, 24 de Setembro de 2011, p. 39.

crescimento legítimo das urbanizações.”³³⁶ Por outro lado, a posição de Barack Obama num discurso proferido na Universidade do Cairo, considerou relevante o retomar o diálogo, assente na criação de um Estado Palestino delimitado pelas fronteiras de 1967, anteriores à Guerra dos Seis Dias. Ou seja, Barack Obama afirmou que os EUA se encontram “do lado certo da história”, uma vez que a região do Médio Oriente está em “efervescência.”³³⁷ Não obstante ter divulgado o intuito em criar um Estado Palestino, conforme afirmou em 2011, também “o seu antecessor, George W. Bush, prometeu em 2005 e depois em 2008. Quanto a Benjamin Netanyahu, depois de ter resistido sem demasiadas dificuldades aos pedidos de suspensão da colonização, rejeitou qualquer regresso às fronteiras de Junho de 1967, projecto reafirmado por Obama. Recusou até tomar as fronteiras como base de negociação- a solução defendida pelo presidente americano.”³³⁸ Perante esta posição, Netanyahu declarou se tratar de um plano “irrealista e indefensável. Em causa, segundo Telavive está a impossibilidade de defender o território com linhas de fronteira, que chegam a limitar o Estado hebraico a 15 quilómetros de largura, entre o Mar Mediterrâneo e o início da Cisjordânia.”³³⁹

Mahmoud Abbas, presidente da Autoridade Palestiniana, pretende que a Palestina seja reconhecida na ONU, não obstante o repúdio de Israel e dos EUA. “A Palestina quer unir-se às nações.”³⁴⁰ Todavia, impera a ambiguidade estratégica. “A Palestina merece um Estado, mas Israel tem de ver garantida a sua segurança.”³⁴¹ Nesta medida, estamos a assistir a um “Setembro quente” em Israel.

A actual situação vivida em Israel ilustra, por um lado a reclamação do nascimento da Palestina como estado independente (contudo apenas é independente nos seguintes

³³⁶ LIMA, Nuno Escobar, “Palestina quer unir-se às nações” in *Sol*, Lisboa, 16 de Setembro de 2011, p. 24.

³³⁷ Para Hillary Clinton “a liderança americana está mais necessária que nunca.” GRESH, Alain, *Op. Cit.*, nota 327, p. 17.

³³⁸ Idem.

³³⁹ LIMA, Nuno Escobar, *Op. Cit.*, nota 336.

³⁴⁰ Idem.

³⁴¹ MEIRELES, Luisa, “O Dia D da Palestina” in *Expresso*, Lisboa, 17 de Setembro de 2011, p. 26. Veja-se também que “Paulo Portas fala também em reconhecer o direito dos palestinianos ao seu Estado e o de Israel à segurança.” COSTA, Filipe Santos, “Portugal no fiel da balança” in *Expresso*, Lisboa, 24 de Setembro de 2011, p. 39.

sectores-chave: educação, segurança e desporto), por outro a Autoridade Palestiniana afirma que não vai tolerar milícias por parte do Hamas³⁴².

Na perspectiva de Barack Obama, a paz no Médio Oriente, e mais concretamente em Israel, não se restringe a resoluções da ONU³⁴³. O Estado de Israel mantém relações diplomáticas com o Egipto e com a Turquia.

A situação pós-Kadhafi alterou o cenário, não só internacional, como também no Médio Oriente e teve repercussões também em Israel. O futuro de Israel permanece por isso ameaçado, na medida em que para além do suporte militar e diplomático dos EUA, têm também como garantia e salvaguarda da sobrevivência do país, a declaração de paz aprovada com o Egipto e a Jordânia.

A região do Sinai tem sido palco de terroristas radicais, desde terroristas palestinianos, à própria al-Quaeda, instalada na Península do Sinai. O gasoduto com destino a Israel, com gás de origem egípcio, foi alvo de sabotagem cinco vezes³⁴⁴.

Também em Agosto de 2011, o sul de Israel foi palco de invasões por militares palestinianos oriundos da Faixa de Gaza, tendo como rectaguarda grupos terroristas que ocupavam a região egípcia.

O Ministro da Defesa Ehud Barak (centro esquerda) declarou “a reocupação militar egípcia do Sinai, para combater a presença dos islamitas.”³⁴⁵ Contudo, esta posição do Ministério da Defesa causou divergências no seio do Governo de direita de Benjamin Netanyahu. Caroline Glick, editora do *Jerusalém Post*, afirmou que: “O comprovado antagonismo dos militares egípcios em relação a Israel, a incerteza sobre o futuro político do Egipto, a ascensão da Irmandade Muçulmana e o ódio a Israel partilhado por todas as facções políticas, indicam que Israel arrender-se-á até ao fim da sua existência, se permitir a reocupação militar do Sinai. Não só os soldados egípcios não vão evitar

³⁴² “Cerca de 1500 activistas estão presos na Cisjordânia.” **CYMERMAN**, Henrique, “Reportagem especial”, SIC, 20 de Setembro de 2011, 20:30.

³⁴³ Conferência de Imprensa de Barak Obama na Casa Branca, Telejornal RTP1, de 21 de Setembro de 2011, 20:00.

³⁴⁴ **GUERREIRO**, Pedro, “O Outono Quente da Primavera Árabe” in **Tabu**, Lisboa, 23 de Setembro de 2011, p. 52.

³⁴⁵ *Idem*, p. 53.

atentados contra Israel, como a sua presença na fronteira aumentará o risco de uma guerra com o Egípto.”³⁴⁶

Em pleno “Setembro escaldante” se desenrolaram alguns acontecimentos, como sejam: a paz estabelecida entre o Hamas (mais radical) e a Fatah (mais moderada) “arbitrado” pelo Cairo, que proporcionou, na opinião de entendidos hebreus, o reforçar do cariz de legitimidade ao Hamas, o alento e convicção aos propósitos palestinianos na declaração de um Estado independente da Palestina, e deixou clarificados os intuítos do Cairo em reclamar o controlo do grupo mais radical da região.

É uma constatação o receio, quer externo quer interno em Israel, de uma “tempestade perfeita em formação sobre o Médio Oriente.”³⁴⁷ Como observadores, o Governo de Netanyahu, os EUA e a EU anunciaram o receio face ao clima de guerra no Egípto e à liderança militar aí existente, e a própria influência dos generais pelo islamismo ou pela sede de poder.

Mahmud Abbas considerou “um tempo de uma primavera palestiniana”³⁴⁸ o pedido para a Palestina ser o 194º membro da ONU, e o FMI e o Banco Mundial pronunciaram-se favoravelmente. Contudo, temos sentido o receio de ondas de violência por parte do governo israelita.

Consideramos como marcos importantes, os seguintes:

- 1) O intuito do líder da Autoridade Palestiniana, Mahmoud Abbas, em reconhecer o Estado Palestino como estado independente na AGONU.
- 2) Benjamin Netanyahu proferir o discurso de que “se queremos genuinamente a paz, o que nos impede de reunir hoje e recomeçar o diálogo pela paz?”³⁴⁹

No decorrer das negociações, o denominado “Quarteto para a paz- EUA, Rússia, EU e ONU”³⁵⁰, colocou às duas partes em confronto, Israel e Turquia, que resolvessem os seus

³⁴⁶ Idem, *ibidem*.

³⁴⁷ Idem, *ibidem*.

³⁴⁸ **EIDEM**, Ashild, “Independência da Palestina e Primavera Árabe- Festeja-se na rua mas receia-se nova Infitada” in **Expresso**, Lisboa, 24 de Setembro de 2011, p. 39.

³⁴⁹ **LIMA**, Nuno Escobar, “ONU adia Palestina” in **Sol**, Lisboa, 30 de Setembro de 2011, p. 25.

³⁵⁰ Idem.

confrontos. “Não se previu que fosse a Turquia a dar ordens a Israel, antigo parceiro na paz.”³⁵¹

Catherine Ashton, alta Comissária europeia para as relações externas, afirmou que o Quarteto iria prosseguir as negociações, estando longe a sua solução. Foi colocado um prazo temporal, até ao final de 2012, mediante acordo das duas partes e estipulou um prazo de três meses, para Netanyahu e Abbas prosseguirem nas temáticas do “território e segurança, com progressos substanciais observados no terreno em seis meses.”³⁵² Antes de chegarem a consenso várias foram as posturas, nomeadamente: do lado árabe, houve quem defendesse a aprovação da proposta e houve quem considerasse inviável as negociações, “enquanto não houver um congelamento imediato da expansão dos colonatos israelitas na Cisjordânia.”³⁵³ Catherine Ashton, recordou que a EU tem vindo a reforçar a posição de terminar a acção nos colonatos.

Mahmud Abbas na 66ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, afirmou que “somos o único povo ocupado há 63 anos; Se Israel reconhecer a Palestina será reconhecido imediatamente por 57 Estados Muçulmanos.”³⁵⁴

Temos assistido no cenário internacional à questão da legitimidade da Palestina, em se converter num Estado independente. No entanto, os EUA vetaram a posição de Israel³⁵⁵, o que se referiu, a nosso ver, ao facto de Israel ser um aliado natural dos EUA.

³⁵¹ ALVES, Clara Ferreira, “Delícias turcas no prato de Israel” in **Revista Única**, nº 2031, Lisboa, 1 de Outubro de 2011, p. 4.

³⁵² LIMA, Nuno Escobar, *Op. Cit*, nota 349.

³⁵³ Idem.

³⁵⁴ “Tanto os palestinianos como o mundo árabe erraram ao rejeitar a resolução da ONU de 1947. Israel foi criado e a Palestina não. Mas terão de continuar a ser castigados 63 anos depois?” CYMERMAN, Henrique, “Queremos o nosso Estado e a paz” in **Expresso**, Lisboa, 8 de Outubro de 2011, p. 27.

³⁵⁵ Para Nuno Rogeiro “se Barack Obama fosse um Luís XIV, era possível reconhecer a Palestina. Como há um forte lobby israelita e um Departamento de Estado com dúvidas, Washington para já não quer que se dê esse avanço dramático. É que um Estado palestiniano tem acesso ao Tribunal Penal Internacional. E a Palestina poderia querer ter o acesso ao Tribunal Penal Internacional. Poderia querer ter acesso às águas territoriais e ao espaço aéreo, querer ter uma Marinha como qualquer outro país.” AVÓ, César, “Portugal e África têm um destino comum” in **Tabu**, entrevista a Nuno Rogeiro, nº 270, Lisboa, 4 de Novembro de 2011, p. 58.

No que concerne à posição da França, atribuiu-lhe a posição de Estado observador³⁵⁶ nas Nações Unidas, posição semelhante à Suíça³⁵⁷. Os restantes Estados mantiveram uma posição de neutralidade³⁵⁸.

Foi realçada a própria questão de Jerusalém Oriental, como capital da Palestina³⁵⁹.

- A 11 de Outubro de 2011 foi divulgado que ia ser libertado um soldado israelita, Gilad Shalit, feito refém na Faixa de Gaza em 25 de Junho de 2006³⁶⁰ e a 12 de Outubro de 2011 foi anunciado um acordo entre Israel e o Hamas para troca de prisioneiros, ou seja, o soldado israelita, Gilad Shalit foi trocado por prisioneiros palestinianos, 1000 homens e 27 mulheres³⁶¹.

³⁵⁶ Marisa Matias, eurodeputada do Bloco de Esquerda (BE) “não concorda com a posição de Estado observador. É por isso favorável à Palestina enquanto Estado.” **MATIAS**, Marisa, “Eurodeputados”, RTP2, 10 Outubro 2011, 20:30. Também a este propósito pode consultar-se para uma análise mais aprofundada que “até agora só o era a OLP, à semelhança da Suíça” **GRESH**, Alain, *Op. Cit*, nota 327, p. 17. Veja-se também que “o Presidente Sarkozy defendeu esse estatuto no discurso que fez em Setembro na última reunião da AG da ONU ‘É preferível essa solução ao bloqueio’.” **PEREIRA**, Helena e **LIMA**, Nuno Escobar, “Governo às voltas com a Palestina” in **Sol**, Lisboa, 4 de Novembro de 2011, p. 9.

³⁵⁷ Veja-se também **GRESH**, Alain in **Le Monde Diplomatique**, n° 691-58 année, Octobre 2011, p. 7.

³⁵⁸ **MELO**, Nuno, Eurodeputado do Partido Popular (PP), Programa Eurodeputados, RTP2, 10 de Outubro de 2011, 20:30. A este propósito o Primeiro-Ministro Passos Coelho referiu, após reunião com Benjamin Netanyahu e Abbas que “não damos por garantida a posição de Portugal, na medida em que é importante que todos os parceiros envolvidos nas negociações saibam que não têm resultados garantidos, sobretudo no Conselho de Segurança”. Paulo Portas quando questionado pelos jornalistas sobre o sentido do voto português, recusou sempre posições unilaterais e remeteu para uma posição comum dos 27.” **COSTA**, Filipe Santos, “Portugal no fiel da balança” in **Expresso**, Lisboa, 24 de Setembro de 2011, p. 39.

³⁵⁹ **FERREIRA**, João, Eurodeputado do Partido Comunista Português (PCP), “Eurodeputados”, RTP2, 10 de Outubro de 2011, 20:30.

³⁶⁰ “Crê-se que o Hamas, que ainda tem em seu poder um soldado israelita capturado em Junho de 2006, tem planos para tentar capturar outros que entrem em Gaza.” **BOUDREAUX**, Richard, “As lições que Israel aprendeu no Líbano antes de lançar esta ofensiva” in **Público**, Secção Destaque, Lisboa, 30 de Dezembro de 2008, p. 5.

³⁶¹ “Não obstante Benjamin Netanyahu afirmar que condena a troca de prisioneiros, desta vez as reivindicações do Hamas foram alcançadas. Tal troca foi anunciada pelo Ministro da Defesa israelita, Ehud Barak, efectuada com o intermediário egípcio e irá ser efectuada no Cairo (capital do Egipto). Para o Hezbollah (partido de Deus) é uma vitória da resistência palestiniana e para o Hamas é considerado um acordo notável e o objectivo consiste em que não fique nenhuma mulher palestiniana detida nas cadeias israelitas. Numa 1ª fase por intermédio das autoridades do Cairo serão libertos 450 prisioneiros, entre os quais encontram-se condenados a prisão perpétua por homicídio, onde se incluem líderes do Hamas e dois meses depois em Telavive proceder-se-á à preparação dos restantes palestinianos.” **DUARTE**, Sandra, “Telejornal”, RTP1, 12 de Outubro de 2011, 20:00. Veja-se também que “Bejamin Netanyahu agradeceu a Hussein Tantawi, o líder do Conselho Militar que governa o Egipto, os seus esforços intensos com vista à conclusão do acordo.” **MOTA**, Margarida, “Provocação e Tragédia” in **Expresso**, Lisboa, 15 de Outubro de 2011, Lisboa, p. 23.

- A 13 de Outubro de 2011, o líder do movimento do Hamas no exílio, Khaled Meshal, dirigiu-se juntamente com Ahmed al-Ghandour, seu braço direito do movimento radical do Hamas, as Brigadas Ezzedine al-Qassam, ao Cairo para apurar os detalhes do acordo. Destacaram-se também dois nomes de palestinianos importantes que foram detidos, Marwan Barghouti, membro da Fatah do Presidente Mahmoud Abbas, e Ahmed Saadat
- A 18 de Outubro de 2011, foi libertado o soldado Gilad Shalit. Estava refém na Faixa de Gaza há cerca de 5 anos e 4 meses, então com 19 anos, altura em que foi capturado³⁶². A propósito da libertação de Gilad Shalit, várias foram as vozes que se pronunciaram³⁶³. Para o Embaixador de Israel em Portugal, Ehud Gol, foi pela mediação egípcia que foi possível a libertação e foram os palestinianos que definiram esta desproporção (1 para 1000 palestinianos)³⁶⁴. Declarou também que Israel perdeu a amizade com a Turquia, que é uma democracia, devido ao seu Primeiro-Ministro, Erdogan.

Carlos Gaspar, Director do Instituto Português de Relações Internacionais, considera que o modelo turco é um modelo de transição para regimes pós-autoritários³⁶⁵. Nem o Irão

³⁶²<http://aeiou.expresso.pt/shalit-libertado-apos-cativeiro-de-cinco-anos-e-quatro-meses=f681354>, consultado em 17 Outubro de 2011, 20:30. Veja-se também que “foi devolvido às autoridades hebraicas, em troca da libertação de 477 prisioneiros árabes, outros 550 detidos vão ser libertados em Novembro. É o culminar de um longo e secreto processo negocial, mantido entre o Hamas e Israel e mediado pelo Egipto; o outro vencedor é o Hamas. O movimento extremista, cada vez mais contestado pela população de Gaza e ultrapassado pela iniciativa da Fatah de Mahmoud Abbas de pedir reconhecimento da Palestina nas Nações Unidas, devolve um milhar de homens e mulheres às suas famílias e demonstra flexibilidade negocial.” **GUERREIRO**, Pedro, “Um bom negócio-Israel e Hamas repartem dividendos da troca de mil prisioneiros por Gilat Shalit” in **Sol**, Lisboa, 21 de Outubro de 2011, Lisboa, p. 25. “Netanyahu é visto como um nacionalista que dedicou a vida a lutar contra os islamitas e que perdeu o seu irmão Yonatan na operação de resgate dos reféns do avião Air France sequestrado por um comando da Frente Popular de Libertação da Palestina em Entebbe (Uganda, 1976). O Primeiro-Ministro concluiu que uma operação em Gaza poria em perigo a vida de Gilad e não a autorizou. Em contrapartida, passou a ver a troca de prisioneiros como um risco calculado.” **CYMERMAN**, Henrique, “O assimétrico resgate do soldado Gilad Shalit” in **Expresso**, Lisboa, 22 de Outubro de 2011, p. 31. “Mahmoud al-Zahar, co-fundador do Hamas e ministro dos Negócios Estrangeiros no governo de Gaza, disse que Israel devia libertar o resto dos presos através de uma decisão política; Abu Abdallah Hassera explicava que é uma grande conquista para o Hamas e a resistência. Vamos continuar a nossa luta para sequestrar mais soldados e libertar os prisioneiros nas cadeias israelitas.” **EIDEM**, Ashild, “Já há quem peça mais raptos” in **Expresso**, Lisboa, 22 de Outubro de 2011, p. 31.

³⁶³ **RODRIGUES**, Márcia, “Olhar o Mundo”, RTP Informação, 22 de Outubro de 2011, 20:00.

³⁶⁴ **GOL**, Ehud (Embaixador de Israel em Portugal), in “Olhar o Mundo”, RTP Informação, 22 de Outubro de 2011, 20:00.

³⁶⁵ **GASPAR**, Carlos, in “Olhar o Mundo”, *Op. Cit.*, nota 364.

nem a Turquia apresentam processos, de uma forma duradoura, para comandar o Médio Oriente³⁶⁶. Jerusalém não é um colonato, mas antes a capital de Israel.

Khaled Mashaal, líder do Hamas, congratulou o desempenho do Hamas, por conseguirem quebrar o quadro mental defensivo israelita, em virtude da elevada tecnologia de espionagem.

- O dia 23 de Outubro de 2011, foi considerado como um marco histórico na região do Médio Oriente, data em que ocorreu a libertação oficial da Líbia. O líder do Conselho Nacional de Transição (CNT) Mustafa, considerou que as actuais leis da Líbia iam contra os princípios do Irão e teriam que ser anuladas.
- O dia 31 de Outubro de 2011 ficou marcado por um acontecimento deveras importante, como seja a adesão da Palestina como membro pleno da UNESCO³⁶⁷. Danny Ayalon, vice-ministro dos Negócios Estrangeiros israelita, considerou que a UNESCO se transformou numa “organização política, ao admitir um Estado que não existe. Esta iniciativa dos palestinianos demonstrou que não querem a paz. Têm apenas a intenção de perpetuar o conflito.”³⁶⁸

A perspectiva de Israel, na voz de Amos Gilad, Major-General israelita e chefe da equipa negociadora israelita, considerou que não deviam ser efectuadas “negociações no Conselho de Segurança” e chegou inclusivé a reconhecer que “devia ser o resultado de negociações.”³⁶⁹

O Primeiro-Ministro israelita, Benjamin Netanyahu, divulgou que “irá construir duas mil vivendas em colonatos em Jerusalém Leste, que em qualquer futuro acordo de paz ficarão sob o controlo israelita.”³⁷⁰

- Em 11 de Março de 2012, ocorreram em Israel atentados militares.

³⁶⁶ Idem.

³⁶⁷ “Unesco prescindiu de 25% do Orçamento para reconhecer a Palestina.” PEREIRA, Helena e LIMA, Nuno Escobar, “Governo às voltas com a Palestina” in *Sol*, nº 270, Lisboa, 4 de Novembro de 2011, p. 9.

³⁶⁸ *Tabu*, nº 270, Lisboa, 4 de Novembro de 2011, p. 13.

³⁶⁹ PEREIRA, Helena e LIMA, Nuno Escobar, *Op. Cit*, nota 367, p. 9.

³⁷⁰ Idem.

-
- Morte de 7 turistas judeus num autocarro na cidade búlgara de Burgas³⁷¹.

³⁷¹ “Israel desconfia que o Irão e o Hezbollah são os responsáveis pelo ataque. As razões dessa desconfiança: será uma vingança pela morte de cientistas ligados ao programa nuclear iraniano; coincidiu com o sexto aniversário da guerra do Líbano; coincidiu com o 18º aniversário do ataque iraniano à comunidade judaica de Buenos Aires; será uma retaliação pelo desmantelamento, há duas semanas, de um plano para matar turistas hebraicos em Chipre. Há meses que o Hezbollah ameaça responder ao assassinio de um dos seus líderes, Imad Murnie, em 2001, em Damasco.” In **Visão**, nº 1012, Paço de Arcos, 26 de Julho de 2012, p. 53. Veja-se, também a este propósito: **DIAS**, João, “Bomba mata israelitas na Bulgária” in **Expresso**, nº 2073, 21 de Julho de 2012, p. 29.

